



## **IX ENCONTRO REGIONAL DA ABRAPSO-SP**

ABRAPSO  
Associação Brasileira  
de Psicologia Social



**VIII ENCONTRO LOCAL DE PSICOLOGIA  
SOCIAL COMUNITÁRIA ABRAPSO BAURU**

16 a 18 de outubro 2008  
Campus da Unesp - Bauru

**BALANÇO DE UMA LUTA! HISTÓRIA E DEVER**

# ANAIIS

ISSN

### Dados internacionais de catalogação na publicação

Encontro Regional da ABRAPSO-SP/ Encontro Local de Psicologia Social Comunitária (9/8.: 2008: Bauru, São Paulo)

Anais [do] 9º Encontro Regional da ABRAPSO-SP e do 8º Encontro Local de Psicologia Social Comunitária; Abrapso: Balanço de uma Luta! História e Devir, Unesp, de 16 a 18 de outubro de 2008, Bauru, São Paulo, Brasil/ Marcelo Dalla Vecchia, Sueli Terezinha Ferreira Martins. Bauru, São Paulo: Unesp, 2008.

212p.

Online

ISSN:

1. Psicologia Social. 2. História. 3. ABRAPSO. I. Dalla Vecchia, Marcelo. II. Martins, Sueli Terezinha F.

CDD 302.20981

**IX ENCONTRO REGIONAL DA  
ABRAPSO – SÃO PAULO**

**VIII ENCONTRO DE PSICOLOGIA  
SOCIAL E COMUNITÁRIA – NÚCLEO  
BAURU**

**“BALANÇO DE UMA LUTA!  
HISTÓRIA E DEVIR!”**

**ANAIS**

**16 a 18 de outubro de 2008  
UNESP – Campus de Bauru**



**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL  
(ABRAPSO)  
REGIONAL SÃO PAULO / NÚCLEO BAURU**

**Regional São Paulo**

*Vice-Presidente:* Nilma Renildes da Silva

*Secretário:* Nilson Berenchtein Netto

*Secretária Suplente:* Ana Lúcia Martins

*Tesoureiro:* Ari Fernando Maia

*Tesoureira Suplente:* Celso Zonta

**Núcleo Bauru**

*Coordenadora:* Eni de Fátima Martins

*Secretária:* Juliana Roman dos Santos Oliveira

*Secretária Suplente:* Jacqueline Silva Oliveira

*Tesoureiro:* Osvaldo Gradella Junior

*Tesoureira Suplente:* Sueli Terezinha F. Martins

**Endereço:** Departamento de Psicologia. Faculdade de Ciências – UNESP/Bauru. Av. Eng.º  
Luiz Edmundo C. Coube, s/nº. Vargem Limpa. CEP 17033-360. Bauru – SP.

<http://www.abrapso.org.br/regionalsp/>

**Correio eletrônico:** [abrapsosp@abrapso.org.br](mailto:abrapsosp@abrapso.org.br)  
[nucleobauru@abrapso.org.br](mailto:nucleobauru@abrapso.org.br)

---

## IX ENCONTRO REGIONAL DA ABRAPSO – SÃO PAULO VIII ENCONTRO DE PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA – NÚCLEO BAURU

### “BALANÇO DE UMA LUTA! HISTÓRIA E DEVIR!”

**Promoção:** Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO  
Regional SP e Núcleo Bauru

**Coordenação do evento:** Nilma Renildes da Silva  
Eni de Fátima Martins

#### Comissão Científica

Coordenação:

Dr. Celso Zonta – UNESP/Bauru

Dr<sup>a</sup> Adélia Augusta Souto de Oliveira – UFAL

Dr<sup>a</sup> Ana Jacó Vilela – UERJ

Dr. Ari Fernando Maia – UNESP/Bauru

Dr<sup>a</sup> Cecília Pescatore – UNITAU

Dr. Geraldo Bergamo – UNESP/Bauru

Dr. Irineu A. Viotto Filho – UNESP/P. Prudente

Dr. Jefferson de Souza Bernardes – UFAL

Dr<sup>a</sup> Kátia Maheirie – UFSC

Dr<sup>a</sup> Leny Sato – USP

Dr. Marco Aurélio Máximo Prado – UFMG

Dr<sup>a</sup> Maria Regina Namura – UNITAU

Dr<sup>a</sup> Marisa Eugênia M.º Meira – UNESP/Bauru

Dr<sup>a</sup> Mary Jane Paris Spink – PUC/SP

Dr<sup>a</sup> Mitsuko Aparecida M. Antunes – PUC/SP

Dr<sup>a</sup> Nilma Renildes da Silva – UNESP/Bauru

Dr. Odair Furtado – PUC/SP

Dr. Osvaldo Gradella Junior – UNESP/Bauru

Dr. Pedro Fernando da Silva – IP/USP

Dr. Régis de Toledo Souza - UNITAU

Dr<sup>a</sup> Rita Melissa Lepre – UNESP/Bauru

Dr<sup>a</sup> Sueli Terezinha F. Martins – UNESP/Botucatu

Dr<sup>a</sup> Terezinha Martins dos S. Souza – UFRB

Dr<sup>a</sup> Wanda Maria Junqueira Aguiar – PUC/SP

Dr<sup>a</sup> Zulmira Bonfim – UFC

#### Comissão Organizadora

Alysson Aquino

Ana Lúcia Martins

Ari Fernando Maia

Camila Soares Mayor Fabre

Celso Zonta

Eni de Fátima Martins

Geraldo Antonio Bérغامo

Henrique Meira de Castro

Jacqueline Oliveira

Juliana Peixoto Pizano

Juliana Roman

Marcelo Dalla Vecchia

Nicelle Juliana de Paula Sartor

Nilma Renildes da Silva

Nilson Berencheim Netto

Nisomara Rocha

Osvaldo Gradella Junior

Regiane Aparecida Piva

Simone Cheroglu

Sueli Terezinha Ferreira Martins

### **Objetivos do evento**

Refletir sobre a origem da ABRAPSO, quais foram as motivações, como esta se instituiu e se houve mudança de direção em relação aos seus objetivos iniciais;

Discutir a produção dos últimos dez anos, principalmente no Estado de São Paulo, onde as políticas neoliberais têm causado uma devastação, verificando as implicações dessa realidade para a ABRAPSO, seus participantes e a relação da associação com a sociedade;

Reafirmar a importância da recuperação do papel da ABRAPSO como espaço crítico, visando subsidiar a práxis na Psicologia Social Brasileira, por meio de reflexões sobre as questões: teórica, científica e política.

### **Arte**

Cláudio Márcio Silvestre Gonzalez.

### **Página da *internet***

Henrique Meira de Castro.

### **Apresentação multimídia**

Idealização: Ari Fernando Maia, Nilson Berencheim Netto, Simone Cheroglu e Sueli Terezinha Ferreira Martins

Organização: Sueli Terezinha Ferreira Martins, Renata Inah Tavares de Lacerda e Marcelo Dalla Vecchia

### **Editoração dos Anais**

Marcelo Dalla Vecchia  
Sueli Terezinha F. Martins

### **Apoio**

- Faculdade de Ciências/Unesp-Bauru
- Departamento de Psicologia e Conselho de Curso de Psicologia (FC/Unesp-Bauru)
- Conselho Regional de Psicologia (CRP) - 6ª. região e Sub-sede Bauru
- Conselho Federal de Psicologia (CFP)
- Pró-Reitoria de Extensão Universitária (Proex/Unesp)
- Fundação para o Desenvolvimento da Unesp (Fundunesp)
- Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso)
- Secretaria de Cultura do Município de Bauru

*“as perguntas críticas que os psicólogos devem se formular a respeito do caráter de sua atividade e, portanto, a respeito do papel que está desempenhando na sociedade, não devem centrar-se tanto no onde, nas no a partir de quem; não tanto em como se está realizando algo, quanto em benefício de quem; e, assim, não tanto sobre o tipo de atividade que se pratica (clínica, escolar, industrial, comunitária ou outra), mas sobre quais são as conseqüências históricas concretas que essa atividade está produzindo”.* (Ignácio Martín-Baró, 1985, “O papel do psicólogo”)

*“todo e qualquer grupo exerce uma função histórica de manter ou transformar as relações sociais desenvolvidas em decorrência das relações de produção e, sob este aspecto, o grupo, tanto na sua forma de organização como nas suas ações, reproduz ideologia, que, sem um enfoque histórico, não é captada.”* (Sílvia Lane, 1984, “Psicologia social - o homem em movimento”)

---



## SUMÁRIO

Apresentação.....	6
Grade de programação.....	8
Programa do evento.....	9
Mesas-redondas – Resumos.....	30
Sessões coordenadas – Resumos.....	42
Trabalhos completos.....	174

---

# APRESENTAÇÃO

A ABRAPSO se constituiu como uma associação com os objetivos de questionar continuamente a produção tradicional na Psicologia Social e de produzir conhecimentos voltados para uma análise crítica da sociedade e visando a transformação da mesma.

Nos últimos anos, a produção veiculada nos congressos da ABRAPSO tem se caracterizado, em sua maioria, pela superficialidade da análise crítica e pela proposição de práticas cuja finalidade é questionável se mantivermos o objetivo de transformar a sociedade.

Este fenômeno tem raízes no desenvolvimento da lógica do capital que, desavisadamente, alguns trabalhos contribuem para justificar. Numa breve análise conjuntural, alguns elementos são importantes para compreender essa situação.

Na atual crise de superprodução de capital a resposta sistêmica, de reestruturação produtiva, dá-se em duas frentes. Nas primeiras profundas alterações nos processos produtivos: toyotismo, círculos de controle de qualidade (CCQ), terceirizações, precarização do emprego, fusões e incorporações, desemprego massivo. Na segunda, dado o atual nível de mundialização do capital, o eventual novo ciclo expansivo via novas fronteiras geográficas está se esgotando.

A saída é transformar em capital aquilo que ainda não o é. O setor que ainda apresenta grande magnitude para isso é o de serviços, em especial água, educação e saúde (que inclui a Psicologia). Essas três atividades vão deixando de ser concebidas como direitos (categoria jurídica) para cada vez mais irem se constituindo como serviços (categoria econômica). Enquanto atividades sustentadas pelos orçamentos públicos (portanto ainda praticadas essencialmente como direitos) elas absorvem nos países capitalistas cerca de 8 trilhões de dólares por ano, uma formidável magnitude para transformar-se em serviços, ou seja, em capital.

Articulado a esses fenômenos da base econômica, na esfera ideológica ganhou terreno o assim chamado neoliberalismo, cujos princípios visam obter o máximo de consenso social em torno das mudanças que vão sendo implementadas na esfera

---

econômica. Durante as últimas três décadas do século XX ele ganhou corações e mentes em larga escala, o que se refletiu em sucessos políticos por todo o planeta.

Ele também se constituiu como uma forte e organizada ação sistêmica de pressão sobre os movimentos sociais, em especial o sindical, promovendo, senão um nível acabado de desorganização, no mínimo um quadro de forte e persistente desmobilização.

Mas dos meados da última década do século XX para cá começam a haver indícios de ascenso de organização e mobilização, que embora ainda se caracterize basicamente por ações defensivas, podem vir a constituir-se em um eixo que propicie algum nível de iniciativa política.

Nesse sentido, as discussões realizadas indicam que o encontro regional da ABRAPSO deveria contemplar os seguintes objetivos:

- Refletir sobre a origem da ABRAPSO , quais foram as motivações, como está se instituiu e se houve mudança de direção;
- Evidenciar que o esmorecimento da associação causou desarticulação não somente entre seus participantes, mas também na sua relação com a sociedade, bem como tem possibilitado uma produção a-crítica, tendenciando a uma prática conservadora;
- Discutir a produção dos últimos dez anos, principalmente no Estado de São Paulo, onde as políticas neoliberais têm causando uma “devastação”;
- Discutir a importância da recuperação do papel da ABRAPSO na história, a relação da Psicologia social com a práxis;
- Reorganizar a ABRAPSO Regional/SP com discussões das questões teóricas, científicas, política.

Procurando contemplar essas discussões, o tema proposto é:

ABRAPSO: BALANÇO DE UMA LUTA! HISTÓRIA E DEVIR.

---

# GRADE DE PROGRAMAÇÃO

<b>Dia</b>	<b>Horário</b>	<b>Atividade</b>	<b>Local</b>
16/10/08 (quinta)	14h00-18h00	Credenciamento	Salas 80 e 81
	16h00-18h00	Mesas redondas propostas pelos núcleos da Regional/SP	Anfiteatro da Central de Salas e Salas 01 e 65
	19h30-20h00	Mesa de abertura institucional	Anfiteatro “Guilhermão”
	20h00	Apresentação multimídia	Anfiteatro “Guilhermão”
	20h15	Mesa de abertura dos trabalhos	Anfiteatro “Guilhermão”
	22h00	Programação cultural – Coquetel de abertura	Assuneb
17/10/08 (sexta)	9h00-10h30	Sessões coordenadas (comunicações orais)	Salas 65, 66, 71, 74 e 82 a 86
	10h30-12h00	Sessões coordenadas (comunicações orais)	Salas 65, 66, 71, 74 e 82 a 86
	14h00-16h00	Mesas redondas propostas pelos núcleos da Regional/SP	Anfiteatro da Central de Salas, Salas 01 e 16
	16h00-18h00	Rodas de conversas	Anfiteatro da Central de Salas e Salas 01 e 16
	19h30-22h00	Mesa redonda 1	Anfiteatro “Guilhermão”
18/10/08 (sábado)	9h00-11h00	Mesa redonda 2	Sala 01
	11h00-13h00	Sessões coordenadas (comunicações orais)	Salas 71, 74 e 79 a 86
	14h30-16h00	Reuniões dos núcleos	Anfiteatro da Central de Salas, Salas 01, 71, 79 a 84
	16h00-17h30	Assembléia da Abrapso	Sala 01

# PROGRAMA

## 16 de outubro (quinta-feira)

14h00-18h00: **INSCRIÇÕES E CREDENCIAMENTO** (Salas 80 e 81)

16h00-18h00: **MESAS REDONDAS** propostas pelos núcleos da Regional/SP

### Núcleo ABC

(Anfiteatro da Central de Salas)

**PSICOLOGIA SOCIAL ANALITICAMENTE ORIENTADA: DA PERTINÊNCIA HISTÓRICA DO CONCEITO À NECESSIDADE HODIERNA DA CRÍTICA.** *Gil Gonçalves Júnior* (UNIABC); *Ednilton José Santa Rosa* (Universidade Presbiteriana Mackenzie); *Pedro Fernando da Silva* (USP – SP).

**CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FAMÍLIA NA COMPREENSÃO DOS PROBLEMAS PSICOLÓGICOS INFANTIS: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL ANALITICAMENTE ORIENTADA.** *Ednilton José Santa Rosa*. Universidade Presbiteriana Mackenzie.

**MARKETING POLÍTICO E O OBJETO DA PSICOLOGIA SOCIAL ANALITICAMENTE ORIENTADA.** *Gil Gonçalves Júnior*. UNIABC.

**A LIBERAÇÃO SEXUAL REPRESSIVA COMO OBJETO DA PSICOLOGIA SOCIAL ANALITICAMENTE ORIENTADA.** *Pedro Fernando da Silva*. USP.

### Núcleo Bauru

(Sala 01)

**ATIVIDADE E CONSCIÊNCIA: CATEGORIAS FUNDAMENTAIS PARA A PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA.** *Ari Fernando Maia* (arimaia@fc.unesp.br); *Lígia Márcia Martins*. UNESP – Bauru.

**ATIVIDADE E CONSCIÊNCIA: CATEGORIAS FUNDAMENTAIS PARA A PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA.** *Ari Fernando Maia*. UNESP – Bauru.

---

**ATIVIDADE E CONSCIÊNCIA: CATEGORIAS FUNDAMENTAIS PARA A PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA.** *Lígia Márcia Martins*. UNESP – Bauru.

Mediadora: Margarida Maria Silveira Barreto (Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Plásticos - SP)

**Núcleo Vale do Paraíba**  
(Sala 65)

**POLÍTICAS PÚBLICAS: CULTURA, EDUCAÇÃO E CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA.** *Regis de Toledo Souza* (UNITAU); *André Luiz da Silva* (UNITAU); *William Joseph Gomes de Oliveira* (Fundação Cultural Benedito Siqueira e Silva – Paraibuna/SP).

**POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA.** *Regis De Toledo Souza*. UNITAU.

Mediadora: Cecília Pescatore Alves (UNITAU)

19h30: **MESA DE ABERTURA INSTITUCIONAL** (Anfiteatro “Guilhermão”)

- Prof. Dr. Jefferson Bernardes (Presidente da ABRAPSO Nacional)
- Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Nilma Renildes da Silva (Vice-Presidente da ABRAPSO Regional São Paulo)
- Prof<sup>ª</sup> Ms. Eni de Fátima Martins (Coord. do Núcleo ABRAPSO/Bauru)
- Prof. Dr. Henrique Luiz Monteiro (Diretor da Faculdade de Ciências, UNESP-Bauru)
- Prof. Dr. Edward Goulart Junior (Departamento de Psicologia, UNESP-Bauru)
- Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Regina Cavalcanti (Coord. do Curso de Psicologia, Faculdade de Ciências, UNESP-Bauru)
- Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marilene Proença Rebello de Souza (Presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP/06)
- Coordenadora da mesa: Discente Juliana Roman (UNESP-Bauru)

20h00: **APRESENTAÇÃO MULTIMÍDIA**

“ABRAPSO: Balanço de uma luta! História e Devir!”

20h15: **MESA DE ABERTURA DOS TRABALHOS** (Anfiteatro “Guilhermão”)

“ABRAPSO: Balanço de uma luta! História e Devir!”

- Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria do Carmo Guedes (PUC-SP)
- Prof. Dr. Marcos Vieira Silva (UFSJ)
- Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sueli Terezinha Ferreira Martins (UNESP-Botucatu)
- Coord. da mesa: Discente Henrique Castro (UNESP-Bauru)

22h00: **PROGRAMAÇÃO CULTURAL** – Coquetel de abertura (Assuneb)

Apresentação musical: George Vidal e Marcos Vanderlei

---

## **Dia 17 de outubro (sexta-feira)**

9h00-10h30: **SESSÕES COORDENADAS**

### **EIXO TEMÁTICO**

#### **“Psicologia Social: Psicologia Social Comunitária”**

(Sala 65)

**FORMAÇÃO EM SAÚDE MENTAL DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BAURU – SP.** Lígia Mendes Borges; Ana Carolina Ramos; Celso Zonta (UNESP – BAURU).

**TRABALHO NO SETOR INFORMAL DA INDÚSTRIA CALÇADISTA: VIVÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.** Marília Batarra Lima; Daniela de Figueiredo Ribeiro (UNI-FACEF). Apoio: FAPESP.

**MÚSICA E MEMORIALIDADE: A VELHICE DO "CANTOS" E CONTOS.** Joel Fernando Borella; Edson Olivari de Castro; Wilson Aparecido Silva.

**INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA COMUNITÁRIA NO NÚCLEO RESIDENCIAL GÊNESIS.** Fernando César Paulino Pereira; Claudia Valois; Thais Fantanato; Líndalva Alves; Ariane Olivera (FAJ).

### **EIXO TEMÁTICO**

#### **“Psicologia Social: Psicologia Social Comunitária”**

(Sala 71)

**REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE IDENTIDADE E EMERGÊNCIA DE CONSCIÊNCIA DE CLASSE COM JOVENS DE PERIFERIA POR MEIO DO TRABALHO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL SÓCIO-HISTÓRICA.** Henrique Meira de Castro; Camila Soares Mayor Fabre; Clarice Barreto Florentino; Letícia Ariane dos Reis Pedrosa; Nílma Renildes da Silva (UNESP - Bauru).

**TEMPO LIVRE E LAZER NA PERSPECTIVA DE TRABALHADORES DOMICILIAR DA INDÚSTRIA CALÇADISTA.** Suzi Mara Freitas; Aniela de Figueiredo Ribeiro (Centro Universitário de Franca – UNI-FACEF). Apoio: Fapesp.

---

**GRUPO “TERCEIRA JUVENTUDE”:** TRABALHO DA PSICOLOGIA SOCIAL-COMUNITÁRIA COM IDOSOS. *Daniilo Mercadante; Luana Godas; Mariana Mathias; Renata Batisteli; Nilma Renildes da Silva* (UNESP – Bauru).

**ENVELHECIMENTO, TRABALHO E APOSENTADORIA: O COTIDIANO DE APOSENTADOS QUE TRABALHAM INFORMALMENTE NA PRODUÇÃO CALÇADISTA.** *Thais Silva Cintra; Daniela de Figueiredo Ribeiro* (UNI-FACEF). Apoio: Fapesp.

## EIXO TEMÁTICO

### “Psicologia Social: Psicologia do Trabalho”

(Sala 74)

**A SITUAÇÃO ATUAL DO TRABALHO JUVENIL: A JUVENTUDE E AS EXIGÊNCIAS SOCIAIS PARA O SEU INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO.** *Tiago Lopes de Oliveira*.

**A EMPREGABILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE DA INCLUSÃO SOCIAL NO MERCADO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO DE BAURU/SP.** *Rômulo Rodrigues Violante; Lúcia Pereira Leite* (UNESP – Bauru). Apoio: FAPESP.

**PERFIL DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL E MUNDO DO TRABALHO EM FAZENDAS DE PECUÁRIA DE CORTE NO PANTANAL SUL-MATO-GROSSENSE.** *Aneliza de Lima Torquato; Beatriz Xavier Flandoli* (UFMS). Apoio: UFMS.

**BULLYING ESCOLAR E ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA SUBJETIVIDADE E A SOCIABILIDADE PRODUTIVA.** *Eduardo Pinto e Silva* (UFSCAR).

## EIXO TEMÁTICO

### “Psicologia Social: Psicologia do Trabalho”

(Sala 66)

**AS IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DO DESEMPREGO: PROCESSO DE EXECUÇÃO DA PESQUISA E ALGUNS RESULTADOS.** *Inara Barbosa Leão* (Coordenadora do Grupo de Estudos Sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho – UFMS). Apoio: CNPQ, FUNDECT e UFMS.

**AS IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DO DESEMPREGO: PROCESSO METODOLÓGICO E ALGUNS RESULTADOS.** *Jeferson Renato Montreozol; Livia Gomes dos Santos; Priscilla Soares Teruya* (Grupo de Estudos sobre os Aspectos Psicossociais da



Educação e do Trabalho, Linha de Pesquisa Educação e Trabalho, do Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Curso de Psicologia - UFMS). Apoio: CNPQ.

**IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS ENVOLVIDOS NA INTERRELAÇÃO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS E SEUS FAMILIARES.** *Luciana do Carmo Ferreira; Inara Barbosa Leão; Karina Costa Alves* (UFMS). Apoio: CNPQ.

**O TRABALHO DE CAMINHONEIROS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA.** *Joanna Amorim e Melo Souza; Beatriz Rosália Gomes Xavier Flandoli* (UFMS/CPAN).

**AS DETERMINAÇÕES DO PRIMEIRO EMPREGO NAS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO PARA O TRABALHADOR DESEMPREGADO.** *Inara Barbosa Leão; Sandra Maria Rebello de Lima Francellino.* UFMS.

## EIXO TEMÁTICO

### “Psicologia Social: Saúde e Saúde Mental”

(Sala 82)

**OBSERVAÇÃO EM INSTITUIÇÃO DE ATENDIMENTO À SAÚDE MENTAL: O ESTAGIÁRIO DESMISTIFICANDO A “LOUCURA”.** *Mariana Martins Lourenço; Ana Celina Pires de Campos Guimarães* (USC – Bauru).

**ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) E ADOLESCÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE O COTIDIANO DOS SERVIÇOS.** *Débora Cristina Fonseca* (UNIMEP-Piracicaba). Apoio: CNPQ.

**REPRESENTAÇÕES DE ADOLESCENTES ESCOLARES ASSOCIADAS A HÁBITOS TENDENCIOSOS EM ADICÇÃO À INTERNET.** *Karina de Mello Guimarães Fonseca* (Observatório de Violência - USP/RP). Apoio: FAPESP.

**CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL JUNTO A UM PROJETO DE NUTRIÇÃO E CONTROLE DE PESO PARA CRIANÇAS OBESAS.** *Giovanna dos Santos Braga; Lidiane Pereira Viana* (Unoeste – Presidente Prudente); *Irineu A Tuim Viotto Filho* (UNESP – Presidente Prudente). Financiador: UNESP.

**PLANTÃO COMUNITÁRIO NO COMPLEXO DA FUNERÁRIA: DESAFIANDO DIFERENÇA PÚBLICO-PRIVADO NUMA PRÁTICA DE PSICOLOGIA COMUNITÁRIA EM SAÚDE.** *João Eduardo Coim de Carvalho; Vera Ostronoff* (UNIP – São Paulo). Financiador: Vice-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - UNIP.

## EIXO TEMÁTICO

### “Psicologia Social: Educação/Psicologia Escolar”

(Sala 83)

---

**A CIRCULAÇÃO DO DISCURSO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO DA CULTURA ESCOLAR.** *Flávia Zanni Siqueira.*

**PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.** *Rita Melissa Lepre (UNESP-Bauru).*

**VIOLÊNCIA NA ESCOLA: UM ESTUDO DE MÉTODO-ABORDAGEM ESTRUTURAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM ESCOLAS ESTADUAIS.** *Maria Edna de Almeida Sgavioli; Celso Zonta (UNESP-Bauru).*

**TRAJETÓRIA DE VIDA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA ESCOLAR EM PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA.** *Alexandre da Silva de Paula; Sergio Kodato (FFCL/USP-RP).*

## **EIXO TEMÁTICO**

### **“Psicologia Social: Educação/Psicologia Escolar”**

(Sala 84)

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CIÊNCIA EM PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS.** *Gabriela Zanúth; Érico L.P. de Paula; Sergio Kodato (FFCL/USP-RP).*

**OS ALUNOS QUE NÃO CORRESPONDEM AO PARÂMETRO DA CIÊNCIA PEDAGÓGICA: HISTÓRIA DE EXCLUSÃO, DE EVASÃO E DE REPETÊNCIA ESCOLAR.** *Aracy Mendes de Souza (UFMS). Apoio: CAPES.*

**E OS NOSSOS LAÇOS? UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO.** *Ellen Ingrid Souza Aragão; Maria Graziela Gomes Alves; Stefanie Silva Vieira (FACULDADE PIO DÉCIMO).*

**MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA NA ESCOLA: A RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO.** *Maria Cristina Dancham Simões; Cecília Pescatore Alves (UNITAU). PIBIC/CNPQ/UNITAU.*

## **EIXO TEMÁTICO**

### **“Psicologia Social: Reflexões Teóricas, Epistemológicas, Metodológicas e Históricas”**

(Sala 85)

---

**A PSICOLOGIA SOCIAL E A ECONOMIA POLÍTICA.** *Terezinha Martins dos Santos Souza* (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia).

**A PSICOLOGIA SOCIAL DA ESCOLA DE SÃO PAULO: O MURO DE BERLIM, A LUTA DE CLASSES E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.** *Bruno Peixoto Carvalho.*

**A REPRODUÇÃO DA IDEOLOGIA CAPITALISTA NO DISCURSO DOS FIÉIS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS.** *Juliana Peixoto Pizano; Marcelo Bosch Benetti dos Santos; Priscila Sayuri Oliveira Fukuda; Rodolfo Ribeiro Dib; Rômulo Rodrigues Violante* (UNESP –Bauru).

**PRINCÍPIOS PARA UMA PSICOPATOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL.** *Sandro Henrique Vieira de Almeida; Flávia Gonçalves da Silva* (FUNPE/Penápolis); *Nilson Berencheim Netto* (PUC-SP). Apoio: CAPES

## **EIXO TEMÁTICO** **“Psicologia Social: Outros”**

(Sala 86)

**A CONFIGURAÇÃO DE UM ESTADO PENAL BRASILEIRO E AS MEDIAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA COTIDIANA ALIENADA.** *Adriana Eiko Matsumoto; Odair Furtado* (PUC-SP). Apoio: CAPES.

**ANÁLISE PSICO-SOCIAL DAS PRÁTICAS DELITUOSAS PERPRETADAS POR ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.** *Elvrio Bono; Simonne Cunha Lucas de Maceno* (Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto); *Sergio Kodato* (USP – Ribeirão Preto).

**A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE EM UMA ADOLESCENTE QUE SOFREU ABUSO SEXUAL.** *Priscilla Antunes Ferreira; Carolina Flauzino de Souza; Cintia Paula Reveco Jerez; Leila Dias Franco; Priscila de Paula Ferreira* (UNESP – Bauru).

**REVISTAS FEMININAS, SEXUALIDADE E FORMAÇÃO DE IDENTIDADE.** *Renata Batisteli de Oliveira; Ana Clara Vieira Gabriel; Nilma Renildes da Silva* (UNESP – Bauru).

10h30-12h00: **SESSÕES COORDENADAS**

## **EIXO TEMÁTICO** **“Psicologia Social: Psicologia Social Comunitária”**

(Sala 65)

---

**ENCONTROS COM MÃES DO "PROGRAMA NENHUMA CRIANÇA NA RUA".** Juliana Lopes da Silva; Sarah Cristina Azzar. (Prefeitura Municipal de Bauru). Financiador: Prefeitura Municipal de Bauru.

**PSICOLOGIA NA COMUNIDADE: UMA EXPERIÊNCIA NA PERIFERIA DE JAGUARIÚNA.** Fernando César Paulino Pereira; Gisele Montanhana Basso; Rodrigo Zamboni dos Santos. (FAJ).

**POLÍTICAS PÚBLICAS E PSICOLOGIA COMUNITÁRIA: UMA UNIÃO POSITIVA.** Juliana Paula de Oliveira; Aline Camargo; Viviane Suzano Martinhão (UNESP – Assis).

**GERANDO RENDA: A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA NO CRAS.** Edson Neves Terra Junior; Bernadete De L. Salles Baccini; Luciana Hernandes Duarte Matinssi (Fundação Educacional de Araçatuba).

**VISÃO DOS PSICÓLOGOS SOBRE A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: REFLEXÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA.** Liamar Almeida de Oliveira; Cleide Lira Souza; Kelly Cristina da Silva Morais; Lúcia Alexandre Mendonça; Renato Batista Ferreira; Viviane Izilda da Silva. Adriana Eiko Matsumoto (Orientadora) (Universidade Bandeirante de São Paulo).

## **EIXO TEMÁTICO**

### **“Psicologia Social: Psicologia do Trabalho”**

(Sala 71)

**INCLUSÃO SOCIAL DE UMA POPULAÇÃO À MARGEM DA SOCIEDADE: ASSISTÊNCIA AOS EGRESSOS DA UNIDADE ASSISTENCIAL PATRONATO PENITENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS.** Flávia Pedrosa de Camargo; Daiane Silva Batista; Franciele Silva Martinez (UFMS).

**IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO: O CASO DOS PÓS-GRADUADOS.** Livia Gomes dos Santos; Priscilla Soares Tenrya; Jeferson Renato Montreozol (Grupo de Estudos Sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho, Linha de Pesquisa Educação e Trabalho, Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Curso de Psicologia, UFMS).

**AS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO PARA A CONSCIÊNCIA DO TRABALHADOR NO QUESITO GÊNERO.** Fernanda Ferreira Chaves (UFMS).

---

**SOFRIMENTO PSÍQUICO DO TRABALHADOR E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EM SAÚDE NA LÓGICA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.** *Sandra Fogaca Rosa Ribeiro; Sueli Terezinha Ferreira Martins* (UNESP-BOTUCATU). Apoio: CAPES.

**IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DO DESEMPREGO: IDADE E SUAS VINCULAÇÕES COM AS DETERMINAÇÕES SOCIAIS.** *Ana Cristina Aizala Aguilera* (UFMS).

## **EIXO TEMÁTICO**

### **“Psicologia Social: Saúde e Saúde Mental”**

(Sala 74)

**ESTRATÉGIAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA E SAÚDE MENTAL: NECESSIDADES DE CUIDADO DA POPULAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE.** *Ana Lúcia Martins; Micaela Vieira Hadida; Sueli Terezinha Ferreira Martins* (UNESP – BOTUCATU). Apoio: CNPQ- PIBIC; CAPES.

**QUALIDADE DE VIDA E CONDIÇÕES MATERIAIS EM UM NÚCLEO HABITACIONAL.** *Grazielle Thomasinho de Aguiar; Osvaldo Gradella Júnior; Priscila Carla Cardoso* (UNESP/BAURU).

**QUALIDADE DE VIDA E TRABALHO EM UM NÚCLEO HABITACIONAL.** *Priscila Carla Cardoso; Osvaldo Gradella Júnior; Grazielle Thomasinho de Aguiar* (UNESP/BAURU).

**QUE LOUCURA É ESSA? UM ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DA LOUCURA EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO.** *Ellen Ingrid Souza Aragão; Maria Graziela Gomes Alves; Stefanie Silva Vieira* (Faculdade Pio Décima).

## **EIXO TEMÁTICO**

### **“Psicologia Social: Educação/Psicologia Escolar”**

(Sala 66)

**PRECONCEITO E ESTIGMA X INCLUSÃO: SÍNDROME DE DOWN.** *Andrea Soares Wuo* (PUC-SP). Apoio: CAPES.

**ESTIGMA E PRECONCEITO X INCLUSÃO: A CRIANÇA COM CÂNCER.** *Magna Celi Mendes da Rocha*. Apoio: CAPES.

---

**SIGNIFICADOS E SENTIDOS PRODUZIDOS PELO PROFESSOR SOBRE O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS.** Alessandra De Oliveira Capuchinbo; Mitsuko Aparecida Makino Antunes (PUC – SP). Apoio: CAPES.

**PRECONCEITO E ESTIGMA X INCLUSÃO: DEFICIÊNCIA VISUAL.** Daniela Leal (Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação, Guarulhos – SP).

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES SOBRE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS.** Nilma Renildes da Silva (UNESP/Bauru); Vera Maria de Souza Placco (PUC/SP); Eni de Fátima Martins (PUC/SP). Apoio: FAPESP.

## **EIXO TEMÁTICO**

### **“Psicologia Social: Saúde e Saúde Mental”**

(Sala 82)

**DESCOBRINDO O BAIRRO.** Cristina Freire Welfort; Rossana Carla Rameh (CAPS Formosa/ Aricanduva, Secretaria de Saúde de São Paulo; Parceira: Associação Saúde da Família).

**CONCEPÇÕES DOS CUIDADOS EM SAÚDE MENTAL POR UMA EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA, EM PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA.** Marcelo Dalla Vecchia (Secretaria Municipal de Saúde de Botucatu); Sueli Terezinha Ferreira Martins (UNESP/ Botucatu). Apoio: CAPES.

**A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: POLÍTICAS E AÇÕES DA GESTÃO.** Katiuska Fabiana da Silva (UFMS-Paranaíba); Denise Stefanoni Combinato (UNESP-Botucatu); Rosimeire Aparecida Manoel (UFMS-Paranaíba). Financiador: UFMS.

**ORIENTAÇÃO FAMILIAR EM CAPSi II: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE E DOENÇA MENTAL.** Ana Clara Vieira Gabriel (UNESP-Bauru); Josiane Lozjgia Carrapato (CAPSi II - Bauru); Celso Zonta (UNESP/BAURU).

## **EIXO TEMÁTICO**

### **“Psicologia Social: Educação/Psicologia Escolar”**

(Sala 83)

**A CRISE DE IDENTIDADE DOCENTE E SUAS RELAÇÕES COM OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES NO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES.** Ana Carolina Ramos; Laura Keiko Hyppolito; Juliana Lopes da Silva; Rita Melissa Lepre (UNESP – Bauru).

---

**ORGANIZAÇÃO SÓCIO-FAMILIAR E DESEMPENHO ESCOLAR DE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO COMPARATIVO.** Marina Zulian Delázari (bolsista IC); Marilene Cabello di Flora (USC – Bauru). Financiador: FAP/USC.

**A IDEOLOGIA DA RACIONALIDADE TECNOLÓGICA: A EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR COMO (SEMI)FORMAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO.** Carlos Eduardo Ramos; Régis de Toledo Souza (UNITAU).

**CONCEPÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: DESAFIOS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.** Eni de Fátima Martins (PUC/SP). Apoio: CNPQ.

## EIXO TEMÁTICO

### “Psicologia Social: Educação/Psicologia Escolar”

(Sala 84)

**TEORIAS E PRÁTICAS CRÍTICAS NA PSICOLOGIA E PEDAGOGIA: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES PARA SE PENSAR O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA.** Irineu Aliprando Viotto Filho (UNESP – Presidente Prudente); Marisa Eugênia Mellilo Meira (UNESP – Bauru); Rosiane de Fátima Ponce – (UNESP – Botucatu).

**A ESCOLA DE QUE SE FALA E A ESCOLA EM QUE SE VIVE.** Barbara Leme Perez.

**CONTANDO E CONSTRUINDO HISTÓRIAS: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES.** Ana Beatriz Gaede Nogueira; Ana Leticia San Juan; Mônica Mendes Gonçalves; Natália Marinheiro Brugnerotto; Marisa Eugênia Mellilo Meira (UNESP – Bauru).

**A CRIANÇA, A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: PROCESSO HISTÓRICO E DADOS ATUAIS.** Francine de Paulo Martins Lima (PUC-SP/UMC); Ivani de Oliveira Magalhães Santos (PUC-SP/UNI-ÍTALO); Joana Domitila de O. Miranda (PUC-SP).

## EIXO TEMÁTICO

### “Psicologia Social: Psicologia do Trabalho”

(Sala 85)

**ORIENTAÇÃO VOCACIONAL - LEVANTAMENTO DE POTENCIALIDADES PESSOAIS E GRUPAIS COMO ESTRATÉGIA DE RE-INSERÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM LEI.** Edilaine Bacarini; Cintbia Tokie Agariyoda – UEL; Aurora Aparecida Fernandes Gonçalves - UEL (supervisora); Sebastião Ovidio Gonçalves - UEL (orientador).

---

**IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO: AS RELAÇÕES ENTRE O PENSAMENTO RELIGIOSO E A BUSCA POR UMA NOVA COLOCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.** *Ronaldo Maciel Pavão* (UFMS). Apoio: CNPQ/FUNDECT/UFMS.

**A FEIRA DE ARTESANATO DA PRAÇA DA REPÚBLICA E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO, ARTE, SOCIABILIDADE E GERAÇÃO DE RENDA.** *Vivian Pisaneschi Cruz; Leny Sato* (Depto. Psicologia Social e do Trabalho, USP-SP). Apoio: PIBIC, CNPQ.

**IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DO DESEMPREGO: QUANDO A MAIORIA DOS DESEMPREGADOS ATINGIU A ESCOLARIZAÇÃO NO NÍVEL MÉDIO COMPLETO.** *Kezia Freitas Cavalcante; Inara Barbosa Leão* (Grupo de Estudos sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho, Linha de Pesquisa Educação e Trabalho, UFMS). Apoio: CNPQ; FUNDACT; UFMS.

**GRUPO DE REFLEXÃO RECOMEÇAR - PSICOLOGIA E RELAÇÕES DE TRABALHO NA VELHICE.** *Mariana de Souza Gonçalves; Alessandra Saldanha Muniz; Lethicia Gaidarji Silva* (UFPR).

14h00-16h00: **MESAS-REDONDAS** propostas pelos núcleos da Regional São Paulo

### **Núcleo Campinas** (Anfiteatro da Central de Salas)

**A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO COMO PRÁXIS EM PSICOLOGIA SOCIAL.** *Silvana Cardoso Brandão; Maria Fernanda Mazziotti Barreto; Nilton Julio de Faria.* PUC-Campinas.

**INTEGRANDO SABERES E FAZERES PSICOLÓGICOS: OLHARES DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA SOCIAL.** *Maria Fernanda Mazziotti Barreto.* PUC-Campinas.

**PSICOLOGIA SOCIAL EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS:DESAFIOS EM TEMPOS DE BARBÁRIE.** *Silvana Cardoso Brandão.* PUC- Campinas.

**PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE: A TRANSFORMAÇÃO DA CLÍNICA E O COMPROMISSO COM AS POLÍTICAS DE SAÚDE.** *Nilton Julio de Faria.* PUC-Campinas.

---



## Núcleo Mato Grosso do Sul (Sala 01)

**AÇÕES EM PSICOLOGIA SOCIAL NO MATO GROSSO DO SUL: EXPRESSÕES DE UMA HISTÓRIA.** *Inara Barbosa Leão* (Núcleo Regional da ABRAPSO/MS - UFMS); *Zaira De Andrade Lopes* (Núcleo Regional da ABRAPSO/MS - UFMS); *Jacy Corrêa Curado* (Núcleo Regional da ABRAPSO/MS – UCDB).

**PSICOLOGIA DO TRABALHO E SUAS INTERFACES COM UMA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.** *Inara Barbosa Leão*. Núcleo Regional da ABRAPSO /MS – UFMS.

**REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: HISTÓRIAS VIVIDAS, VIDAS RE-CONSTRUÍDAS.** *Zaira De Andrade Lopes*. Núcleo Regional da ABRAPSO /MS – UFMS.

**PSICOLOGIA, POBREZA E POLITICAS SOCIAIS.** *Jacy Corrêa Curado*. Núcleo Regional da ABRAPSO /MS – UCDB.

## Núcleo São Paulo (Sala 16)

**CAMINHOS E DESAFIOS DA PSICOLOGIA SOCIAL E DA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO SOCIAL.** *Salvador Sandoval* (PUC-SP); *Antônio da Costa Ciampa* (PUC-SP); *Alessandro Soares da Silva* (USP/SP).

**PSICOLOGIA SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A AMÉRICA LATINA E BRASIL.** *Salvador Sandoval* (PUC-SP).

**A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO SOCIAL NO BRASIL E AS IDENTIDADES POSSÍVEIS.** *Antônio da Costa Ciampa* (PUC-SP).

**AS EXPERIÊNCIAS LATINO-AMERICANAS DA PSICOLOGIA SOCIAL COMO GRADUAÇÃO E A POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DESSA GRADUAÇÃO NO BRASIL.** *Alessandro Soares da Silva* (USP/SP).

### 16h00-18h00: RODAS DE CONVERSA

- 1) Professores de Psicologia Social (Anfiteatro da Central de Salas)  
- Coords.: Nilson Berenchein Netto e Sueli Terezinha Ferreira Martins
  - 2) Profissionais da área de Psicologia Social (Sala 01)  
- Coords.: Regiane Aparecida Piva e Marcelo Dalla Vecchia
  - 3) Estudantes de Psicologia e a participação na Abrapso (Sala 16)  
- Coords: Discentes Alysson Aquino e Nicelle Sartor
-

19h30 – 22h00: **MESA REDONDA 1** (Anfiteatro “Guilhermão”)

Psicologia Social: desenvolvimento teórico, análise e intervenção social frente à reestruturação produtiva do capital.

- Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Margarida Maria Silveira Barreto (Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Plásticos - SP)

- Prof. Dr. Odair Furtado (PUC-SP)

- Prof. Dr. Osvaldo Gradella Junior (UNESP-Bauru)

- Coordenadora da mesa: Discente Ana Lúcia Martins (UNESP-Bauru)

---

## Dia 18 de outubro (sábado)

9h00-11h00: **MESA REDONDA 2** (Sala 01)

Psicologia Social – desenvolvimento teórico, análise e intervenção social frente à reestruturação produtiva do capital.

- Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mary Jane Paris Spink (PUC-SP)

- Prof. Dr. Celso Zonta (UNESP-Bauru)

- Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cecília Pescatore (UNITAU)

- Coordenadora da mesa: Discente Juliana Pizano (UNESP-Bauru)

11h00-13h00: **SESSÕES COORDENADAS**

### EIXO TEMÁTICO “Psicologia Social: Outros” (Sala 71)

**O DISFARCE DA SEDUÇÃO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA FEMINILIDADE ENTRE CROSSDRESSERS.** *Silvana Guerra Prudente Miranda; Sandra Regina de Carvalho Barbosa; Alessandra Andrioli; Beatriz de Deus Boa Sorte; Cleber Eduardo Vicente; Mônica de Oliveira; Rodrigo Tadeu Pereira;* Marcos Roberto Viera Garcia (Orientador, USP / UNIP) (UNIP – Cidade Universitária).

**VIOLÊNCIA ENVOLVENDO TORCEDORES DE FUTEBOL NA MÍDIA BRASILEIRA: ANALISANDO UM ARTIGO JORNALÍSTICO DE JOSÉ GERALDO COUTO.** *Felipe Tavares Paes Lopes; Mariana Prioli Cordeiro* (PUC-SP). Apoio: CNPQ.

**SOBRE GRUPOS E PROCESSOS GRUPAIS: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.** *Wilson José Alves Pedro; Guilherme Camillo; Geisa V. Catanante; Thalita G. Cosenzo; Ricardo H. Meloni* (UNAERP). Apoio: UNAERP.

**ACESSO A AÇÕES CULTURAIS NA ZONA LESTE DA CIDADE DE SÃO PAULO: UM ESTUDO DE CASO DA FEIRA DAS CULTURAS.** *Lorraine Lopes Souza* (Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo); *Alessandro Soares da Silva* (EACH/USP).

### EIXO TEMÁTICO “Psicologia Social: Psicologia do Trabalho” (Sala 74)

---

**IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO: DADOS SOBRE O ENSINO SUPERIOR.** *Priscilla Soares Teruya; Jeferson Renato Montrozo; Livia Gomes dos Santos* (UFMS). Apoio: CNPQ.

**IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DO DESEMPREGO E O TRABALHO DOMÉSTICO.** *Rocio Fabiane Teobaldo Arrúa; Inara Barbosa Leão* (Grupo de Estudos sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho, Linha de Pesquisa Educação e Trabalho, UFMS). Apoio: CNPQ; FUNDECT; UFMS.

**QUALIDADE DE VIDA DOS TRABALHADORES DA PECUÁRIA DE CORTE NO PANTANAL.** *Beatriz Rosalia Gomes Xavier Flandoli* (UFMS). Apoio: EMBRAPA/PRODETAB.

**CATADORES DE RUA VERSUS CATADORES DO LIXÃO: VARIAÇÕES NO SISTEMA DE EXCLUSÃO.** *Daiane Silva Batista; Beatriz Xavier Flandoli* (UFMS).

**A INSERÇÃO DO DEFICIENTE INTELECTUAL NO MERCADO DE TRABALHO SOB O OLHAR DA PSICOLOGIA.** *Flávia Pedrosa de Camargo; Beatriz Xavier Flandoli* (UFMS).

## EIXO TEMÁTICO

### “Psicologia Social: Reflexões Teóricas, Epistemológicas, Metodológicas e Históricas”

(Sala 79)

**IDENTIDADE: TRÊS DÉCADAS DE CONTRIBUIÇÕES PARA A PSICOLOGIA SOCIAL BRASILEIRA.** *Wilson José Alves Pedro* (Centro Universitário de Araraquara – UNIARA); *Márcia N. Ogata* (UFSCAR).

**OS ALICERCES METATEÓRICOS DA TEORIA SOCIAL DE JOHN B. THOMPSON.** *Felipe Tavares Paes Lopes*. Apoio: CNPQ.

**BIBLIOMETRIA E ANÁLISE DE REDES SOCIAIS: POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS PARA A PSICOLOGIA SOCIAL DA CIÊNCIA.** *Mariana Prioli Cordeiro; Felipe Tavares Paes Lopes* (USP). Apoio: CNPQ.

**AFETO E RECONHECIMENTO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS AUXILIARES PARA UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DA IDENTIDADE.** *Renato Ferreira de Souza* (PUC-SP). Apoio: CNPQ.

---

## EIXO TEMÁTICO

### “Psicologia Social: Educação/Psicologia Escolar”

(Sala 80)

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS COM QUEIXA DE FRACASSO ESCOLAR EM RELAÇÃO À INSTITUIÇÃO DE ENSINO.** *Nathalia Sabaine Cippola; Talita Carla Luiz Corrêa; Gláucia Regina Stival Gbirardini; Nilma Renildes da Silva* (UNESP-Bauru).

**CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA PARA INTERVENÇÕES EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS.** *Nilma Renildes da Silva* (UNESP – Bauru); *Vera Maria Nigro de Souza Placco* (PUC – SP). Apoio: CAPES.

**A PROMOÇÃO DE SAÚDE NA ESCOLA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DO PROFESSOR.** *Mariana Rodrigues Fantinato; Cecília Pescatore Alves* (UNITAU). CNPQ-PIBIC.

**UMA PROPOSTA DE PESQUISA-AÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.** *Irineu Aliprando Viotto Filho; José Milton Lima; Márcia R.C. Lima; Cláudia Gomes; Elaine Santos; Janaína Santos; Leonardo Orlandi, Márcio Braghim, Mary Zerial, Millard Almeida, Natália Souza, Natália Cimatti, Rodrigo Evangelista, Rodrigo Nunes, Talita Ameduri, Tatiane Félix, Thiago Carvalho, Tony Moreira* (UNESP – Presidente Prudente). Financiador: PROGRAD-UNESP – Presidente Prudente.

## EIXO TEMÁTICO

### “Psicologia Social: Educação/Psicologia Escolar”

(Sala 81)

**A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO EM PROJETOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA.** *Maiara Medeiros Brum; André Mariano de Almeida; Danilo Mercadante; Jurandyr de Oliveira; Karen Batista; Marisa Eugenia Mellilo Meira* (UNESP-Bauru).

**VAMOS COMBINAR: OFICINAS DE SEXUALIDADE E PREVENÇÃO PARA ADOLESCENTES.** *Viviane Suzano Martinhão; Aline Camargo; Emanuela Priscila Toledo Arruda; Guilherme Augusto Souza Prado; Lais Stocco Zancanaro; Nei Vinicius H. R. Miranda* (UNESP – Assis).

**A PERCEPÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA.** *Luiz Henrique Sampaio Junior; Beatriz Zanichelli Sonego; Helena Ferreira Vander Velden; Juliana Martines de Souza; Nilma Renildes da Silva* (UNESP – Bauru).

---

**EDUCAÇÃO E SEXUALIDADES NA ONG NEPS - INSPIRAÇÕES GENEALÓGICAS NUMA PRÁTICA DE ESTÁGIO.** *Daniel Kerry dos Santos; Fernando Luiz Zanetti* (UNESP – Assis).

## **EIXO TEMÁTICO**

### **“Psicologia Social: Saúde e Saúde Mental”**

(Sala 82)

**ENCONTROS E DESENCONTROS: A ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM SUA RELAÇÃO COM A REDE DE SERVIÇOS E DISPOSITIVOS SUBSTITUTIVOS EM SAÚDE MENTAL.** *Tiago Rocha Pinto* (UNESP-Botucatu); *Sueli Terezinha Ferreira Martins* (UNESP-Botucatu).

**CONCEPÇÕES ACERCA DO TRANSTORNO MENTAL E AVALIAÇÃO DE UM SERVIÇO DE SAÚDE POR SEUS USUÁRIOS E FAMILIARES.** *Renata Inah Tavares de Lacerda* (UNESP-Bauru); *Sueli Terezinha Ferreira Martins* (UNESP-Botucatu); *Tiago Rocha Pinto* (UNESP-Botucatu); *Carolina Sasso Ricardo; Ana Carolina Gambini de Oliveira*.

**A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DA VIDA.** *Carlos Eduardo dos Santos Medeiros; Rossana Rameh* (CAPS Aricanduva, Secretaria de Saúde de São Paulo; Parceira: Associação Saúde da Família).

**APÓS 21 ANOS DE LUTA ANTIMANICOMIAL: AVALIAÇÃO DE TÉCNICOS DE ENFERMAGEM ATUANTES EM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO.** *Rodolfo Ribeiro Dib; Adrieli Natália Cazetta; Alessandra de Andrade Lopes; Beatriz Zanichelli Sonego* (UNESP – BAURU); *Regina Célia Mathiazzi Mombach* (Associação Hospitalar Thereza Perlatti, Jaú, São Paulo).

## **EIXO TEMÁTICO**

### **“Psicologia Social: Saúde e Saúde Mental”**

(Sala 83)

**A SAÚDE MENTAL, A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO E AS DIRETRIZES CURRICULARES DA PSICOLOGIA.** *Sérgio Luiz Ribeiro* (UNIP – Bauru; Ambulatório Regional de Saúde Mental de Bauru); *Cristina Amélia Luzio* (UNESP – Assis).

**PROCESSO GRUPAL COM ADOLESCENTES SOROPOSITIVOS DE UMA UNIDADE DE SAÚDE DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO.** *Paula Ferreira Ranalli; Raquel Tenorio dos Santos; Nilma Renildes da Silva* (UNESP– Bauru).

---

**CRENÇAS, ESPIRITUALIDADE E QUALIDADE DE VIDA EM UM BAIRRO POPULAR.** *Jacqueline da Silva de Oliveira; Osvaldo Gradella Júnior; Isabelle de Souza Góes; Priscila Sayuri Oliveira Fukuda* (UNESP–BAURU).

**OS DISCURSOS SOBRE BAREBACKING NA INTERNET E NO CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO.** *Pablo Sergio Rodrigues de Paula; Mara Coelho de Souza Lago* (UFSC). CNPQ.

## **EIXO TEMÁTICO**

### **“Psicologia Social: Psicologia Política”**

(Sala 84)

**MOVIMENTO ESTUDANTIL E GÊNERO: UMA BREVE INTRODUÇÃO.** *Marcos Ribeiro Mesquita* (UFAL). Apoio: CNPQ.

**PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM PARANAPIACABA/SP.** *Thais Cabral Sanchez; Alessandro Soares Silva* (EACH/USP). Apoio: CNPQ.

**CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA O DESVELAMENTO DO DISCURSO CAPITALISTA E SUA RELAÇÃO COM O DESEJO E O GOZO.** *Brendali Dias* (PUC – SP).

## **EIXO TEMÁTICO**

### **“Psicologia Social: Outros”**

(Sala 85)

**O PAPEL DO PESQUISADOR PSICÓLOGO, EM PESQUISAS SOBRE RELIGIÃO.** *Emerson da Costa Andrade* (PUC-SP).

**REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO COM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE UMA UNIVERSIDADE DO INTERIOR DE SÃO PAULO.** *Aline Gomes Cazarrim Maurício; Adriana Leonidas de Oliveira* (UNITAU). Apoio: PIBIC/CNPQ.

---

**TRABALHADORES DOMICILIARES, TRABALHADORES DE BANCAS DE PESPONTO E TRABALHADORES DE FÁBRICAS: CORPOS MODELIZADOS A PARTIR DE UM PODER DISCIPLINAR.** *Talita Bertanha de Freitas; Daniela de Figueiredo Ribeiro* (UNI-FACEF Centro Universitário de Franca). Apoio: CNPq.

## **EIXO TEMÁTICO**

### **“Psicologia Social: Direitos Humanos”**

(Sala 86)

**“MEMÓRIA SE FAZ NA HISTÓRIA”:** UM ESTUDO DA IDENTIDADE DE METODISTAS MILITANTES SOCIAIS ORIENTADOS PELA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO. *Fernando César Paulino Pereira*. Apoio: CAPES.

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE UM BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS: UM ESTUDO DE CASO.** *Mariana Franchin; André Luiz de Mello Degani; Wilson José Alves Pedro* (Centro Universitário de Araraquara – UNIARA).

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM ESTUDO COM CRIANÇAS.** *Daniela Emilena Santiago; Olga Ceciliato Mattioli* (UNESP – Assis).

**AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL PARA O DEBATE ACERCA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.** *Mariana Prioli Cordeiro; Maria Cristina G. Vicentin* (PUC – SP). Apoio: CNPQ.

14h30-16h00: **REUNIÃO DOS NÚCLEOS DA ABRAPSO REGIONAL/SP**

- Núcleo ABC: Sala 80
- Núcleo Bauru: Anfiteatro da Central de Salas
- Núcleo Campinas: Sala 82
- Núcleo Vale do Paraíba: Sala 83
- Núcleo Mato Grosso do Sul: Sala 01
- Núcleo São Paulo: Sala 84
- Núcleo Mogi das Cruzes: Sala 71
- Núcleo Goiânia: Sala 81
- Núcleo Mato Grosso: Sala 79

16h00-17h30: **ASSEMBLÉIA DA ABRAPSO REGIONAL SP** (Sala 01)

- Coords.: Nilma Renildes da Silva, Eni de Fátima Martins e Sueli Terezinha Ferreira Martins
  - Secretários: Nilson Berenhtein Netto e Jaqueline Oliveira
-



## **RESUMOS**

---

## MESAS-REDONDAS

### **A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO COMO PRÁXIS EM PSICOLOGIA SOCIAL.**

*Silvana Cardoso Brandão* (sc.brandao@uol.com.br) (PUC-Campinas); *Maria Fernanda Mazzjotti Barreto* (PUC-Campinas); *Nilton Júlio de Faria* (PUC-Campinas).

Orientado pela Lei 4.119/62, que regulamenta o exercício profissional do psicólogo e dispõe sobre a sua formação, o ensino de Psicologia no país, até 2004, oscilava entre um ensino teórico-técnico e a tentativa de uma formação comprometida com a realidade social. Desde a regulamentação da profissão vivemos significativas transformações em nossa história: transitamos de um fechamento para uma abertura política; aprovamos uma nova Constituição Nacional em 1988; a elaboração do Sistema Único de Saúde, em 1990; uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, em 1996; além do Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, dentre outras tantas políticas sociais. A construção de novos conhecimentos e de novos fazeres profissionais se fazia mister. Diante disto, as instituições formadoras e os órgãos de representação dos psicólogos, comprometidos com as novas demandas da sociedade, realizaram, desde o final da década de 1980 até o final da de 1990, inúmeros encontros para debaterem a necessidade de adequar a formação a estas novas condições sociais. Foi mais de uma década de duros embates e que possibilitaram a elaboração de diversos documentos de orientação quanto aos propósitos da formação profissional do psicólogo. Este processo foi interrompido quando o Ministério de Educação, à luz da LDB, constituiu as comissões de especialistas para a elaboração das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em todo o território nacional. As Diretrizes para os cursos de Psicologia foram aprovadas tardiamente, já que os embates vividos nas décadas anteriores não haviam sido sanados. Com a implementação dos novos currículos dos cursos de graduação em Psicologia, decorrente da aprovação das Diretrizes Curriculares em 2004, impôs-se a necessidade de uma melhor especificação do que se pretendia quanto à proposta de uma formação que fosse generalista. Conforme explicitado nos diversos Fóruns de Entidades, Agências Formadoras e Comissão de Especialistas do MEC, nos anos que antecederam a aprovação das Diretrizes, esta formação não poderia se restringir a uma especialização prematura. Diante disso, acreditamos que a formação do aluno deva estar comprometida com o exercício da cidadania, por meio de uma formação teórico-metodológica, que produza uma reflexão e crítica da realidade social, permitindo a análise das políticas sociais constituídas em um determinado tempo histórico. A presente mesa tem por objetivo relatar e discutir aspectos da formação em diversos contextos sociais que visam o desenvolvimento da Psicologia enquanto práxis social. Nas disciplinas Estágio Básico II, Estágio Supervisionado em Psicologia na Educação/Escola e Estágio Supervisionado em Psicologia na Saúde/Clinica, vimos ocupando um lugar de ampliação dos saberes em Psicologia, assim como, um espaço de repensar os fazeres psicológicos. O compromisso social da Psicologia vem se revelando, a cada dia, como um desafio nos tempos atuais. Contudo, proporcionar a ampliação dos contextos de intervenção social, produzir espaços de reflexão e crítica à realidade social, dentre outros aspectos, tem se apresentado como um caminho importante de superação das contradições e do sofrimento humano, tão presentes na sociedade atual. Assim, esperamos que nosso trabalho possa contribuir com reflexões, ensaios,

---

indagações e inquietações acerca da produção do conhecimento em Psicologia Social, tanto quanto um repensar sobre as práticas psicológicas e suas implicações nas políticas sociais.

**INTEGRANDO SABERES E FAZERES PSICOLÓGICOS: OLHARES DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA SOCIAL.** *Maria Fernanda Mazziotti Barreto* (fernandamazziotti@uol.com.br). PUC-Campinas.

Um primeiro momento em que o fazer psicológico integra conhecimentos adquiridos no núcleo comum é na disciplina Estágio Básico II em que os estudantes desenvolvem projetos envolvendo a integração das áreas da Saúde, Educação e Social. Um dos contextos em que esta proposta é desenvolvida é em um Hospital Escola, no qual, o estudo e a compreensão da estrutura e dinâmica da instituição são necessários para investigar e atuar nos fenômenos institucionais que interferem no funcionamento de suas equipes. Desta forma, o estagiário neste contexto deve se apropriar de conhecimentos como: quem é o doente, quem é o cuidador, qual é a doença, como ela é entendida no plano sócio-cultural do doente e de seus familiares, uma vez que o indivíduo que adoecce e vem ao hospital, não vem só. Com ele vem a doença no aspecto sócio-cultural, vem a família com seus papéis e necessidades, ou seja, ele traz à instituição hospitalar não só a sua doença, como toda a sua representação social, sua identidade e seus conflitos.

**PSICOLOGIA SOCIAL EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS: DESAFIOS EM TEMPOS DE BARBÁRIE.** *Silvana Cardoso Brandão* (sc.brandao@uol.com.br). PUC-Campinas.

O trabalho do psicólogo na sociedade atual tem ampliado, cada vez mais, sua abrangência nas áreas de intervenção. Se, por um lado, este aspecto pode ser considerado um avanço nas práticas psicológicas, por outro, pode incorrer no risco de considerar práticas transformadoras como aquelas realizadas em espaços inovadores, ou seja, o caráter transformador das práticas psicológicas estaria identificado pelo espaço social no qual estas se desenvolvem e não pelas concepções que as sustentam. Neste sentido, pretendemos apresentar reflexões sobre uma experiência de estágio em Psicologia na Educação/Escola, cujo desafio principal consiste em repensar o fazer psicológico em instituições educacionais, adotando uma perspectiva de desenvolvimento da consciência crítica e de transformação social. São programas de atenção psicossocial à adolescência com enfoque na formação e desenvolvimento humano, compreendendo, portanto, a intervenção psicológica como processo de resistência àquilo que está posto na realidade social, ou seja, de resistência à lógica da dominação que oprime e aprisiona a consciência. Os programas são desenvolvidos em Escolas Públicas e em ONGs. Para os estagiários de Psicologia, esta experiência tem permitido uma releitura das práticas psicológicas na Educação, inseridas nas políticas sociais produzidas pela realidade atual.

**PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE: A TRANSFORMAÇÃO DA CLÍNICA E O COMPROMISSO COM AS POLÍTICAS DE SAÚDE.** *Nilton Julio de Faria* (nfaria@uol.com.br). PUC-Campinas.

O reconhecimento da psicologia como profissão da saúde pelo Conselho Nacional de Saúde, em 1997, impôs a necessidade de melhor adequar a formação clínica do psicólogo, para além do modelo médico tradicional que orientava o ensino da psicoterapia e do aconselhamento

---

psicológico, práticas estas centradas no indivíduo entendido numa perspectiva subjetivista que contrariava a concepção de saúde defendida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Visando atender a esta nova demanda e, considerando os esforços do Fórum Nacional de Educação das profissões da área na saúde (FNEPAS) para se preparar profissionais para atuar junto ao SUS, destacamos o Estágio Supervisionado em Psicologia na Saúde/Clinica, por meio do qual enfatizamos a inserção dos alunos em Unidades Básicas de Saúde, onde os alunos efetivamente participam das Equipes de Referências, o que possibilita um trabalho multiprofissional e intersetorial na atenção à saúde de uma forma geral, não se restringindo à atenção à saúde mental, prática esta em consonância aos Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde, ampliando as possibilidades de ação, tais como matriciamento e clínica ampliada, o que faz com que o aluno reconheça na realidade social a presença das políticas sociais em sua prática.

**AÇÕES EM PSICOLOGIA SOCIAL NO MATO GROSSO DO SUL: EXPRESSÕES DE UMA HISTÓRIA.** *Inara Barbosa Leão* (inaraleao@hotmail.com) (Núcleo Regional da ABRAPSO/MS - UFMS); *Zaira De Andrade Lopes* (Núcleo Regional da ABRAPSO/MS - UFMS); *Jacy Corrêa Curado* (Núcleo Regional da ABRAPSO/MS – UCDB).

As apresentações que compõem esta mesa-redonda, organizada pelo Núcleo Regional da ABRAPSO em Mato Grosso do Sul, pretende contemplar o tema deste Encontro, apresentando um 'Balanço da luta, da história e do devir' da Psicologia Social em nosso Estado. Este carregará, necessariamente, duas distorções: contemplar o âmbito em que atuamos: as universidades e as políticas sociais de promoção social, implicando que outras ações da Psicologia Social presentes no estado não sejam contempladas. O outro aspecto desta contribuição referente à história e ao devir, é o fato de sermos egressas do Curso de Especialização em Psicologia Social, ministrado pela Professora Sílvia Lane e outros vinculados ao seu pensamento, em Campo Grande/MS, na década de 1980; o qual consideramos ser a gênese da Psicologia Social crítica lá, uma vez que a maioria dos seus alunos são quem atua nesta área no Estado. Tanto que a teoria da Representação Social, que orienta os trabalhos desta proposta sobre a violência de gênero e, sobre psicologia, pobreza e políticas sociais, foi objeto de debates nos quais Lane nos mostrou que não há heresias na ciência, desde que se garanta a coerência dos conhecimentos pela análise dialética das suas capacidades explicativas. Portanto, pudemos reuni-los com o outro, que se refere às ações com trabalhadores na assistência social, no intuito é intervir no plano individual para promover a tomada de consciência a respeito das relações entre a Psicologia e Assistência Social e suas práticas; visa análises conjuntas e sínteses capazes de orientar e instrumentalizar os profissionais, fornecendo-lhes subsídios teórico-práticos para as suas atividades e auxiliar as organizações envolvidas a alcançarem seus objetivos, que são a promoção dos direitos sociais e aprofundamento da formação acadêmica; apoiado no prisma das Teorias Laneana, da Atividade, de Leontiev, e dos aspectos sobre processos grupais da Teoria da Libertação, de Martin-Baró. Nesta, dentre as atividades já realizadas junto aos trabalhadores da Secretaria de Assistência Social de Campo Grande/MS, inclui-se a confecção de um Laudo precedente à atuação, a execução do primeiro Módulo (Módulo I) da formação: "Aspectos Básicos para a Reflexão e Atuação nas Atividades da Assistência Social", em quatro etapas e um mini-curso sobre Violência Social e Adolescência. A pesquisa que se centra na temática da violência de gênero, baseou-se em dados coletados por meio de entrevistas individuais semi-estruturadas,

---

que permitiram traçar o perfil das participantes; caracterizar a violência sofrida identificando os sentimentos gerados, as condições nas quais estas ocorreram e compreender as RS sobre: violência, mulher e homem, a origem e os motivos da violência de gênero e indica que as participantes apresentam RS de violência em processos de mudanças e a violência de gênero enquanto manifestação do sentimento de posse e controle dos homens em relação à mulher e o uso da força para dominação e materialização do poder masculino e o domínio do feminino. E, na problematização sobre como a psicologia participa da construção da noção de pobreza, partir da análise discursiva de repertórios de documentos públicos e ações de psicólogos(as) que atuam nas políticas sociais de transferência de renda desenvolvidas em Mato Grosso do Sul encontrou-se que, o fato da pobreza se inscrever na nova questão social, ser como sinaliza Castel (2007) decorrente da desmontagem de sistemas de proteções sociais, dos fenômenos de precarização e flexibilização do trabalho e da internacionalização do mercado, configurando desigualdades e injustiças sociais.

**PSICOLOGIA DO TRABALHO E SUAS INTERFACES COM UMA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.** *Inara Barbosa Leão* (inaraleao@hotmail.com). NÚCLEO REGIONAL DA ABRAPSO/MS – UFMS.

Esta pesquisa-ação propõe-se a analisar os resultados e as possibilidades oferecidas pelas teorias funcionalistas da Psicologia Organizacional e as teorias psicológicas do Trabalho, principalmente a da Atividade, de Leontiev, para suporte e qualificação da formação em serviço dos trabalhadores dos CRAS da Secretaria de Assistência Social (SAS) de Campo Grande/MS. O intuito é intervir no plano individual para promover a tomada de consciência a respeito das relações entre a Psicologia e Assistência Social e suas práticas; visa análises conjuntas e sínteses capazes de orientar e instrumentalizar os profissionais, fornecendo-lhes subsídios teórico-práticos para as suas atividades e auxiliar as organizações envolvidas a alcançarem seus objetivos, que são a promoção dos direitos sociais e aprofundamento da formação acadêmica. No desenvolvimento das ações usamos os pressupostos do Materialismo Histórico Dialético e o prisma da Teoria da Atividade, de Leontiev, e dos aspectos sobre processos grupais da Teoria da Libertação, de Martin-Baró. Dentre as atividades já realizadas inclui-se a confecção de um Laudo precedente à atuação, a execução do primeiro Módulo (Módulo I) da formação: “Aspectos Básicos para a Reflexão e Atuação nas Atividades da Assistência Social”, em quatro etapas e um mini-curso sobre Violência Social e Adolescência.

**REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: HISTÓRIAS VIVIDAS, VIDAS RE-CONSTRUÍDAS.** *Zaira De Andrade Lopes* (zairaal@gmail.com). NÚCLEO REGIONAL DA ABRAPSO/MS – UFMS.

A pesquisa centra-se na temática da violência de gênero. Violência, na dimensão psicossocial e cultural, é um termo de múltiplos sentidos, envolve exercício de força e poder hierarquizados. Fundamenta-se na pesquisa qualitativa e enfoca as representações sociais de violência de gênero. Estudar RS implica compreender os significados atribuídos à realidade e às experiências vividas, para tanto, buscou-se dar voz e visibilidade às histórias das mulheres agredidas e investigar as raízes estruturais da violência de gênero. Os dados, coletados por entrevistas individuais semi-estruturadas, permitiram traçar o perfil das participantes; caracterizar a violência sofrida identificando os sentimentos gerados, as condições nas quais estas ocorreram e compreender as RS sobre: violência, mulher e homem, a origem e os

motivos da violência de gênero. Os discursos foram analisados por associação das idéias, uma vez que, sob o ponto de vista dinâmico, as RS apresentam-se como uma rede de idéias, imagens ou metáforas que livremente se interligam. As participantes apresentam RS de violência em processos de mudanças e a violência de gênero enquanto manifestação do sentimento de posse e controle dos homens em relação à mulher e o uso da força para dominação e materialização do poder masculino e o domínio do feminino.

**PSICOLOGIA, POBREZA E POLÍTICAS SOCIAIS.** *Jacy Corrêa Curado* (jacycc@terra.com.br). NÚCLEO REGIONAL DA ABRAPSO/MS – UCDB.

Problematizamos como a psicologia participa da construção da noção de pobreza partir da análise discursiva de repertórios de documentos públicos e ações de psicólogos (as) que atuam nas políticas sociais de transferência de renda desenvolvidas em Mato Grosso do Sul. O posicionamento da psicologia sobre a pobreza tem sido criticado, seja pela sua individualização ou superpatologização. Dentre a classificação da produção das áreas da psicologia que abordam a temática, destaca-se a Psicologia Social (44,0%), Psicologia Escolar (14,4%), Psicologia do Desenvolvimento (13,8%), contudo, Dantas (2007) considera que não existe uma literatura brasileira psicológica acerca do tema, a pobreza não aparece como uma preocupação explícita dos psicólogos. Para o delineamento metodológico desta pesquisa nos apoiamos na abordagem das práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano (SPINK, M.J., 2004) e em seu alinhamento com pressupostos do construcionismo social sobre a formulação de conhecimento e a prática em pesquisa (IBÁÑEZ, 2004; SPINK, M.J. 2004). Discutimos, então, o fato da pobreza se inscrever na nova questão social decorrente da desmontagem de sistemas de proteções sociais, dos fenômenos de precarização e flexibilização do trabalho e da internacionalização do mercado, configurando desigualdades e injustiças sociais (CASTEL, 2007).

**POLÍTICAS PÚBLICAS: CULTURA, EDUCAÇÃO E CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA.** *Regis de Toledo Souza* (interiworld@gmail.com) (UNITAU); *André Luiz da Silva* (UNITAU); *William Joseph Gomes de Oliveira* (Fundação Cultural Benedito Siqueira e Silva – Paraibuna/SP).

O campo das ações que demarca o debate acerca das políticas públicas tem se ampliado na proporção do aumento das demandas contemporâneas, sejam elas, por exemplo, culturais e sociais. Isso acarreta a entrada em cena de novos personagens que lutam tanto pelo reconhecimento de suas práticas cotidianas quanto pela inserção das mesmas no campo das políticas públicas. Destacamos, nesse debate, as tensões produzidas a partir das relações entre o rural e o urbano em regiões de franco desenvolvimento da sociedade brasileira que produzem de um lado demandas sociais no espaço urbano mediadas pelas ações globais e, de outro, demandas de setores rurais na inserção no setor produtivo e cultural, o que sugere a necessidade de debatermos os elementos da chamada cultura tradicional que ainda estão presentes no espaço urbano como antítese da produção cultural presente nos espaços urbanos. Com isso, questões como cultura, desenvolvimento, educação, políticas pública e social, tecnologia e constituição identitária passam a mediar as relações nos espaços público e privado, assim como as relações entre o rural e o urbano. É nesse contexto que este trabalho se insere, com os objetivos de; discutir a viabilidade de projetos culturais que potencializem, a partir do referencial cultural, a emancipação; analisar as relações entre o rural e o urbano na

constituição identitária de agentes culturais, em especial os pertencentes a grupos de devoção religiosa (por exemplo, grupos de Moçambique, Folias de Reis e Congadas), grafiteiros e educadores populares; debater a criação de políticas públicas culturais como uma das possibilidades no processo de formação educacional e analisar um caso específico de atuação de uma fundação cultural nesse processo. Para chegar a esses objetivos analisamos os projetos desenvolvidos junto a Fundação Cultural Benedito Siqueira e Silva – Paraíba/ Vale do Paraíba/SP, que tem atuado nesse município no desenvolvimento de projetos que, a partir do reconhecimento de elementos da tradição cultural local, identificam e potencializam os patrimônios material e simbólico, assim como seus agentes, na constituição de práticas e reflexões que viabilizem o debate acerca das políticas públicas culturais. Nossas análises aproximam a psicologia social e a antropologia, com destaque ao acúmulo histórico da segunda na produção de conhecimento acerca da cultura como produtora de significados para o entendimento da realidade, com foco em suas expressões contemporâneas, e a primeira no debate sobre a formação humana voltada para a emancipação na constituição identitária. As análises fazem emergir um conjunto de tensões, na produção e efetivação de políticas culturais, demarcadas; pela dificuldade de reconhecimento do próprio poder público acerca da cultura enquanto política pública que possa contribuir com a superação das questões sociais; pelo reconhecimento de elementos presentes na chamada cultura tradicional, por parte da população urbana, que resgatem aquilo que um dia foi emancipatório na tradição; pela tensão gerada entre o encontro da produção cultural tradicional e a produção cultural contemporânea e pela constituição identitária dos sujeitos presentes nesse campo de tensões. Nossa intenção ao realizarmos este trabalho foi contribuir com as reflexões sobre o reconhecimento das políticas públicas culturais como potencializadora na constituição da emancipação humana, assim como identificarmos os limites objetivos para tal condição. Identificamos que as tensões que emergem nesse campo de ação denunciam o quanto o debate sobre políticas públicas deve considerar tanto o papel desenvolvido pelos gestores municipais quanto a posição da população na relação com esses projetos, fato que fica evidente na resistência apresentada pela população no reconhecimento de sua própria história, de sua própria tradição cultural. A nosso ver, não se trata de, mais uma vez, de dicotomizarmos a relação entre o rural e o urbano ou entre a cultura tradicional e a chamada cultura erudita, mas de identificarmos o que há em cada uma delas que possa contribuir com a emancipação.

**POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA.** *Regis De Toledo Souza* (toledoprof@uol.com.br). UNITAU.

O campo das ações que demarca o debate acerca das políticas públicas tem se ampliado na proporção do aumento das demandas contemporâneas, sejam elas, por exemplo, culturais e sociais. Isso acarreta a entrada em cena de novos personagens que lutam tanto pelo reconhecimento de suas práticas cotidianas quanto pela inserção das mesmas no campo das políticas públicas. Destacamos, nesse debate, as tensões produzidas a partir das relações entre o rural e o urbano em regiões de franco desenvolvimento da sociedade brasileira que produzem de um lado demandas sociais no espaço urbano mediadas pelas ações globais e, de outro, demandas de setores rurais na inserção no setor produtivo e cultural, o que sugere a necessidade de debatermos os elementos da chamada cultura tradicional que ainda estão presentes no espaço urbano como antítese da produção cultural presente nos espaços urbanos na constituição identitária.

---

**PSICOLOGIA SOCIAL ANALITICAMENTE ORIENTADA: DA PERTINÊNCIA HISTÓRICA DO CONCEITO À NECESSIDADE HODIERNA DA CRÍTICA.** *Gil Gonçalves Júnior* (jolar@uol.com.br) (UNIABC); *Ednilton José Santa Rosa* (UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE); *Pedro Fernando da Silva* (USP – SP).

Frente aos indícios de que a moderna sociedade de massa cumpre fielmente o mandato totalitário introduzido pelos regimes nazi-fascistas de aniquilar a dimensão da individualidade, a constatação de Adorno de que o mundo pré-burguês ainda não conhecia a psicologia, e o atual, totalmente socializado, já não mais a conhece, remete o objeto da psicologia ao devir histórico e, desse modo, as mudanças e rupturas ocorridas no último século, quando pensadas com base nessa dimensão constitutiva, impõem ao psicólogo social a árdua tarefa de se debruçar sobre os limites e as fronteiras da sua área do saber. Assim sendo, o objetivo com a realização desta mesa redonda é apresentar elementos teóricos e empíricos que favoreçam a reflexão a respeito da atualidade de se apelar à psicologia social analiticamente orientada, que foi proposta por Theodor W. Adorno na década de 1950, justamente para analisar a regressão dos indivíduos a formas de conduta manifestamente contrárias aos seus interesses racionais de autoconservação, regressão essa determinada pelo modo como se organiza e funciona o mundo totalmente socializado. Mais precisamente, com vistas a indicar a pertinência dessa disciplina como resposta à necessidade de crítica suscitada pelas condições da subjetividade sob a determinação do mundo administrado, os trabalhos dos três integrantes desta mesa redonda articulam as experiências resultantes do desenvolvimento de suas pesquisas de doutorado, realizadas na perspectiva dessa psicologia social frankfurtiana. Aspectos dessa disciplina são pensados com base em considerações sobre: 1) a função adaptativa exercida pelas práticas clínicas da psicologia, que apaziguam os sofrimentos subjetivos para garantir a boa funcionalidade dos indivíduos na sociedade funcional; 2) as formas de manipulação psíquica empregadas pelo marketing político, que distraem a percepção para empreender o controle eficaz das determinações políticas; e 3) a extensão do princípio da dominação às esferas mais recônditas da vida subjetiva, por meio da qual até mesmo o prazer sexual e a moral que o legitima socialmente revelam-se entrelaçados à lógica das relações sociais produtivas. Para o cumprimento desse intento, recorreu-se, respectivamente, à análise documental, à análise de estímulo, e à elaboração, aplicação e análise dos resultados de escalas do tipo Likert, bem como a reflexões teóricas a respeito das implicações epistemológicas dessa proposta de Adorno. Em todos os casos, os resultados obtidos permitiram constatar que os objetos analisados – as práticas clínicas da psicologia, o marketing político e formas repressivas de liberação da sexualidade – contribuem de maneira decidida para conferir uma aparência de livre escolha e de possibilidade de emancipação a decisões e práticas que, na verdade, constituem-se em artifícios destinados a manter os indivíduos adaptados a uma ordem social permeada pela irracionalidade. Assim, foi possível constatar que a regressão psíquica do indivíduo identificada por Adorno ainda vive e, porque estruturalmente determinada, se expressa nas diversas esferas da vida humana. A convergência dos dados obtidos e das conclusões alcançadas, todas fundadas em evidências empíricas, ao confirmar as condições - sociais e individuais - que levaram Adorno a propor em época pretérita uma psicologia social analiticamente orientada, igualmente evidencia a pertinência de os psicólogos sociais, ainda hoje, recorrerem a essa mesma psicologia, não apenas para apontar os limites da sua área do saber, mas também para auscultar o devir histórico ao qual o seu objeto foi remetido.

---



**CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FAMÍLIA NA COMPREENSÃO DOS PROBLEMAS PSICOLÓGICOS INFANTIS: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL ANALITICAMENTE ORIENTADA.** *Ednilton José Santa Rosa* (ejsantarosa@hotmail.com). UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE.

A inclusão da família nas práticas clínicas da psicologia voltadas à criança funda-se na idéia de que esta colabora na formação e/ou manutenção do problema psicológico dessa criança. Compreende-se a legitimidade da importância atribuída à família que, nesta sociedade, geralmente propicia o primeiro contato social da criança, motivo pelo qual é possível pensar nas determinações decorrentes das experiências familiares e, portanto, afirmar serem os problemas apresentados pela criança relacionados às tais determinações. Esse fato, ainda que irrefutável, merece a ponderação de que a formação da família é igualmente socialmente mediada. Nesse sentido, Adorno e Horkheimer dão importante contribuição ao evidenciar que, na família ocidental do século XX, a autoridade dos pais enfraqueceu-se e a socialização da criança é provida por agentes exteriores à família, configuração favorável à constituição do ego regredido que Adorno apresenta como objeto da psicologia social analiticamente orientada. Portanto, a idéia de uma família abstrata, presente nas práticas terapêuticas da psicologia, contrapõe-se a essa família socialmente mediada, confirmando assim a função ideológica da psicologia que, ao adotar um modelo de comparação ao invés de compreender os determinantes sociais incidentes na formação do indivíduo e da família, rende-se ao tecnicismo e atende às necessidades do sistema social.

**MARKETING POLÍTICO E O OBJETO DA PSICOLOGIA SOCIAL ANALITICAMENTE ORIENTADA.** *Gil Gonçalves Junior* (jgolar@uol.com.br). UNIABC.

O adequado funcionamento do mecanismo da delegação do poder pelo voto direto e livre dos cidadãos, fundamento básico da democracia, demanda indivíduos capazes de exercer a condição de sujeitos políticos, e essa condição, por sua vez, constitui-se em atributo próprio de uma individualidade autônoma e racional. Contudo, os profissionais de marketing político, recorrendo a procedimentos próprios das ciências sociais, buscam identificar e acionar conteúdos irracionais presentes nos anseios dos cidadãos, com o fito de prover, de modo heterônomo e pouco racional, o sucesso de candidaturas, a simpatia a partidos políticos ou a aprovação de governos. Assim, o eventual sucesso do marketing político se contrapõe à individualidade implícita nesse mecanismo de delegação do poder, exatamente porque, ao acionar tais conteúdos, remete à noção de ego regredido apontada por Adorno como objeto de estudo da psicologia social analiticamente orientada. Ante isso, o objetivo desta fala é detalhar como a ação do marketing político, porque plenamente coadunada com o mundo totalmente socializado, sugere a pertinência e a atualidade dessa noção desenvolvida por Adorno. Para tanto, o autor recorre a evidências empíricas e epistemológicas obtidas na sua pesquisa de doutorado, e ao texto no qual Adorno apresenta sua proposta de psicologia social.

---

**A LIBERAÇÃO SEXUAL REPRESSIVA COMO OBJETO DA PSICOLOGIA SOCIAL ANALITICAMENTE ORIENTADA.** *Pedro Fernando da Silva* (pedrofernando\_silva@yahoo.com.br). USP.

As mudanças culturais transcorridas no último século, especialmente no âmbito da moral sexual, representaram importantes impactos nas configurações subjetivas. A função psicodinâmica da repressão foi absorvida pela permissividade sexual repressiva, possibilitando a emergência de fenômenos contraditórios como a coexistência da liberalização dos costumes com tabus sexuais, por vezes manifestados por meio do processo de dessexualização. O fato de haver, como se pôde constatar empiricamente, correlação positiva entre atitudes caracterizadas pela dessexualização e a inclinação ao conformismo, indica que um fenômeno dessa natureza requer que consideremos o núcleo social constituído, por meio da introjeção, no âmago da psicologia individual. Evento que remete nossa empobrecida experiência social à ameaça da aniquilação da subjetividade. A mediação exercida pelos padrões de conduta interiorizados atinge não apenas a consciência, mas também as disposições pulsionais, de modo que as gratificações socialmente permitidas respondem sistematicamente às necessidades psicológicas que, assim cooptadas, permitem maior controle sobre os indivíduos. Nesse sentido, por meio da referência à primazia do objeto, torna-se necessário retomar a proposição de Theodor W. Adorno de que cabe, sobretudo, a uma psicologia social analiticamente orientada investigar os danos causados pelos processos de integração e criticar as condições que danificam a experiência e impedem a autoconsciência.

**ATIVIDADE E CONSCIÊNCIA: CATEGORIAS FUNDAMENTAIS PARA A PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA.** *Ari Fernando Maia* (arimaia@fc.unesp.br); *Lígia Márcia Martins*. UNESP – Bauru.

As diferentes categorias elaboradas na história da Psicologia Social se sustentam sobre diferentes concepções filosóficas de subjetividade, articuladas ou não a outras concepções sobre a vida social. O objetivo da mesa é produzir uma reflexão a partir de uma concepção dialética da subjetividade, isto é, uma concepção que compreende que sua constituição se dá pela mediação do conjunto de atividades realizadas pelo sujeito, articulando-a à sociedade e à história. Tal discussão é importante para a proposição de uma Psicologia Social que seja capaz de cooperar para a transformação da sociedade, visando a uma emancipação do homem pela superação da sociedade capitalista. Assim, duas categorias serão discutidas mais amíde: atividade e consciência. Tendo como referência a concepção marxiana de subjetividade como intersubjetividade, a categoria atividade é o primeiro elemento nuclear de análise desse processo. Esta orientação teórico-metodológica, decorrente da afirmação do homem como um ser que produz seus meios de existência, e desta forma, a si mesmo, determinará os seguintes reconhecimentos: 1 – o papel determinante das relações de produção como produção de relações; 2 – o entendimento de relação (e por consequência das coisas entre as quais ela ocorre) como movimento, como intercâmbio entre opostos; 3 – a subjetividade humana como expressão desse movimento, como conquista qualitativamente superior de vida coletiva; 4 – as formas histórico-sociais de individualidade entalhadas pela materialidade da vida social como dado infra-estrutural da subjetividade e esta, como biografia jamais monográfica! A consciência é a segunda categoria a ser analisada, buscando na Teoria Crítica da Sociedade algumas contribuições para pensar a constituição da subjetividade a partir da

forma contemporânea da ideologia. O foco aqui recai sobre os temas da formação e da semiformação. Trata-se de refletir sobre o processo pelo qual a formação social da subjetividade resulta em sujeitos incapazes de se emanciparem pela própria lógica imanente ao processo social alienado, ou seja, dada a universalização da forma social do trabalho alienado, a formação da consciência se dá de forma fragmentada, incompleta, eticamente deficitária, o que resultaria no que Adorno descreveu como semiformação. A conversão da ciência e da técnica em forças produtivas, a administração do tempo livre pela indústria cultural e o esvaziamento da dimensão ética no cotidiano resultam, na aparência, em um império do meramente existente. Uma Psicologia Social crítica deve explicitar e discutir seus fundamentos, visando produzir uma compreensão radical das formas socialmente objetivas em que se constitui a subjetividade, pois somente desse modo pode orientar sua prática para a emancipação do homem, tanto pelo esclarecimento dos sujeitos quanto pela luta para modificar objetivamente a realidade social.

**ATIVIDADE E CONSCIÊNCIA: CATEGORIAS FUNDAMENTAIS PARA A PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA.** *Ari Fernando Maia* (arimaia@fc.unesp.br). UNESP – Bauru.

As diferentes categorias elaboradas na história da Psicologia Social se sustentam sobre diferentes concepções filosóficas de subjetividade, articuladas ou não a outras concepções sobre a vida social. O objetivo da mesa é produzir uma reflexão a partir de uma concepção dialética da subjetividade, isto é, uma concepção que compreende que sua constituição se dá pela mediação do conjunto de atividades realizadas pelo sujeito, articulando-a à sociedade e à história. Tal discussão é importante para a proposição de uma Psicologia Social que seja capaz de cooperar para a transformação da sociedade, visando a uma emancipação do homem pela superação da sociedade capitalista. A categoria a ser discutida com mais profundidade é a consciência, buscando na Teoria Crítica da Sociedade algumas contribuições para pensar a constituição da subjetividade a partir da forma contemporânea da ideologia. O foco aqui recai sobre os temas da formação e da semiformação. Trata-se de refletir sobre o processo pelo qual a formação social da subjetividade resulta em sujeitos incapazes de se emanciparem pela própria lógica imanente ao processo social alienado, ou seja, dada a universalização da forma social do trabalho alienado, a formação da consciência se dá de forma fragmentada, incompleta e eticamente deficitária, o que resultaria no que Adorno descreveu como semiformação. A conversão da ciência e da técnica em forças produtivas, a administração do tempo livre pela indústria cultural e o esvaziamento da dimensão ética no cotidiano resultam, na aparência, em um império do meramente existente. Uma Psicologia Social crítica deve explicitar e discutir seus fundamentos, visando produzir uma compreensão radical das formas socialmente objetivas em que se constitui a subjetividade, pois somente desse modo pode orientar sua prática para a emancipação do homem, tanto pelo esclarecimento dos sujeitos quanto pela luta para modificar objetivamente a realidade social.

**ATIVIDADE E CONSCIÊNCIA: CATEGORIAS FUNDAMENTAIS PARA A PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA.** *Lígia Márcia Martins* (ligiamar@fc.unesp.br). UNESP – Bauru.

Tendo como referência a concepção marxiana de subjetividade na condição de intersubjetividade, a categoria atividade será o elemento nuclear de análise desse processo. Esta

---

orientação teórico-metodológica; decorrente da afirmação do homem como um ser que produz seus meios de existência, e desta forma, a si mesmo; determinará os seguintes reconhecimentos: 1 – o papel decisivo das relações de produção como produção de relações; 2 – o entendimento de relação (e por consequência das coisas entre as quais ela ocorre) como movimento, como intercâmbio entre opostos; 3 – a subjetividade humana como expressão desse movimento, como conquista (individual) qualitativamente superior de vida coletiva; 4 – as formas histórico-sociais de individualidade entalhadas pela materialidade da vida social como dado infra-estrutural da subjetividade e esta, como biografia jamais monográfica!

**CAMINHOS E DESAFIOS DA PSICOLOGIA SOCIAL E DA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO SOCIAL.** *Salvador Sandoval* (salvadorsandoval@attglobal.net) (PUC-SP); *Antônio da Costa Ciampa* (PUC-SP); *Alessandro Soares da Silva* (USP/SP).

Pensar a Psicologia Social e seus desafios na contemporaneidade passa pelo desafio de entender os processos sócio-históricos vividos na construção do campo; por uma análise dos caminhos epistemológicos e metodológicos gestados pelo campo e pelo processo de formação dos psicólogos que optam pela psicologia social. Nesse sentido, o Prof. Salvador Sandoval (PUCSP) abordará as perspectivas atuais da Psicologia Social no Brasil e na América Latina de modo a apontar quais são as encuzilhadas vividas pelo campo e que canhos podem ser adotados para aprofundar a ação dos Psicólogos Sociais no âmbito da promoção da justiça social e da conscientização política. O Prof. Antonio da Costa Ciampa (PUCSP) propõe uma reflexão acerca da formação acadêmica dos psicólogos sociais. Pensá-la passa pela reflexão do modelo de formação de psicólogos centrado na clínica psicológica e que reserva um espaço limitado para a formação em Psicologia Social. Na verdade, cabe a questão: a formação oferecida na graduação em Psicologia atende a necessidade formativa dos psicólogos sociais? Por fim, o Prof. Alessandro Soares da Silva (USP) propõe uma análise das alternativas encontradas em países da Europa e América Latina para garantir uma formação mais sólida e capaz de proporcionar uma inserção mais ampla e segura no mercado de trabalho. Como se verá, países como México, Argentina, Portugal, Espanha, República Dominicana e Finlândia criaram graduações específicas para a Psicologia Social sem que, com isso, houvesse uma separação entre Psicólogos Clínicos e Sociais no âmbito das entidades de classe. Essas considerações são relevantes para que se possa analisar os caminhos e desafios da Psicologia Social no Brasil sem que o aspecto formativo se veja relegando a um plano secundário e invisibilizado.

**PSICOLOGIA SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A AMÉRICA LATINA E BRASIL.** *Salvador Sandoval* (salvadorsandoval@attglobal.net). PUC-SP.

O presente trabalho pretende compreender o impacto das práticas dos psicólogos sociais e suas posições epistemológicas na produção de mudanças no campo de atuação dos mesmos. Nesse sentido, entendemos que as universidades podem contribuir efetivamente para a avaliação das possibilidades de construção de um espaço de produção social mais eficiente e eficaz no âmbito da Psicologia Social. Para tanto, pretendemos contribuir aqui analisando o que há de novo na Psicologia Social latino-americana que ajude na maior e melhor compreensão da problemática das mudanças sociais, bem como dos limites vividos pelos

---

psicólogos sociais e que podem ter suas raízes na própria estrutura formativa oferecida nas universidades.

### **A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO SOCIAL NO BRASIL E AS IDENTIDADES POSSÍVEIS.** *Antônio da Costa Ciampa* (accianpa@puccsp.br). PUC-SP.

A formação do psicólogo social no Brasil passou por várias etapas e sempre enfrentou resistência na Psicologia tradicional. Integrar a dimensão social do ser humano aos demais aspectos da formação geral do psicólogo permitiu que ela viesse a ser considerada em qualquer área de atuação profissional. Certamente, foi um dos caminhos possíveis para a inserção da Psicologia Social como área formativa na Psicologia. Entretanto, a formação recebida por quem almejasse tornar-se um Psicólogo Social era bem mais frágil do que a recebida por quem desejasse trilhar os caminhos da clínica psicológica. Aos primeiros restava, não poucas vezes, a aprendizagem oferecida pelo mundo da vida, pois aquela obtida na universidade não era suficiente para atuar como um psicólogo social e não apenas como um psicólogo (clínico) com compromisso social. Isto aponta para a necessidade de se dar passos firmes para compreender as implicações do modo como se produz a identidade desse profissional a partir da análise do contexto e da estrutura social específica na qual ele é produzido. Para tanto, é preciso perceber a Psicologia e seus modelos teóricos como produtos sociais, de maneira que possamos contribuir para a gestação de uma formação e de identidades que contribuam para o fortalecimento do campo.

### **AS EXPERIÊNCIAS LATINO-AMERICANAS DA PSICOLOGIA SOCIAL COMO GRADUAÇÃO E A POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DESSA GRADUAÇÃO NO BRASIL.** *Alessandro Soares da Silva* (alessoares@usp.br). USP/SP.

Analisando 14 propostas curriculares de cursos de graduação em Psicologia Social distribuídos no México (6) Portugal (3), República Dominicana (2), Argentina (1), Finlândia (1), Espanha (1), observamos de que modo uma formação mais aprofundada no campo pode contribuir para a atuação desses profissionais em cada um desses países com contextos distintos. Como se verificou, há uma variedade de compreensões e orientações epistemológicas e metodológicas, mas que, de modo geral, permite ao estudante atentar para as dinâmicas sociais relacionadas aos processos grupais, inter-grupais e coletivos. Isso resulta em uma ampliação do mercado de trabalho e da capacidade desse profissional construir espaços de inserção. A criação dessas graduações possibilitou uma maior penetração em campos como o marketing político, políticas públicas, criminalística, trabalho e organizações, Educação Social e ação comunitária. A melhor preparação fez com que espaços de inserção profissional tradicionalmente ocupados por assistentes sociais, educadores sociais, administradores, cientistas sociais, sociólogos, antropólogos e politólogos também pudesse ser ocupado por psicólogos sociais. Nesse sentido, cabe um debate sério que ultrapasse as barreiras corporativistas que muitas vezes se tem erguido de parte de psicólogos clínicos e de outros profissionais que vêm na graduação de psicologia tradicional e na pós-graduação a única possibilidade de formação do psicólogo social, esquecendo-se inclusive de que a Psicologia Social é um campo destacadamente de origem interdisciplinar.

---

# SESSÕES COORDENADAS

## EIXO TEMÁTICO

### “Psicologia Social: Psicologia Social Comunitária”

**FORMAÇÃO EM SAÚDE MENTAL DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BAURU – SP.** *Lúgia Mendes Borges* (borgeslúgia@hotmail.com); *Ana Carolina Ramos; Celso Zonta* (UNESP – BAURU).

O presente trabalho versa sobre uma experiência em andamento de formação em saúde mental de agentes comunitários do Programa Saúde da Família (PSF) no município de Bauru-SP, através de uma parceria entre Prefeitura Municipal e Universidade Estadual Paulista. Por meio de uma prática de estágio de alunos do curso de Psicologia visa-se capacitar os agentes comunitários a trabalharem com as instituições públicas e com a comunidade como um todo no que se refere à prevenção da doença e promoção da saúde mental. Além disso, busca-se também a construção do sentido de comunidade e sociedade, por meio de um processo pedagógico que privilegia o movimento “ação-reflexão-ação” com vistas à transformação na realidade que os agentes estão inseridos. O Agente Comunitário de Saúde (ACS) é um mediador entre a população do bairro e a equipe de profissionais do Programa Saúde da Família, do Sistema Único de Saúde (SUS). Sua função é realizar atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, por meio de ações educativas em saúde nos domicílios e coletividade, em conformidade com as diretrizes do SUS. Com relação à saúde mental, muitas transformações ocorreram ao longo do tempo, a partir de movimentos da reforma psiquiátrica e da luta anti-manicomial. Mudanças recentes nas políticas de saúde mental no país propiciaram a criação de um sistema de tratamento ambulatorial, cujo objetivo é a desospitalização e diminuição das internações psiquiátricas. Diante da necessidade de atender as novas diretrizes das políticas públicas de saúde mental é importante a capacitação dos Agentes Comunitários, uma vez que vêm aumentando, de forma significativa, as demandas locais nos diversos CAPS instalados, tornando assim, essenciais atenções no nível da prevenção e promoção de saúde mental e da cidadania, as quais podem ser realizadas nas Unidades Básicas de Saúde e Programa de Saúde da Família, práticas ainda escassas no Sistema Único de Saúde. O objetivo do trabalho é a formação do ACS em temas que versam sobre a saúde mental a fim de que estes possam atuar, enquanto coordenadores e animadores, junto aos grupos de usuários da comunidade do bairro Santa Edwiges; assim como aquisição de conhecimentos de técnicas de intervenção em grupos; apropriação dos conceitos de saúde/doença, e especificamente, da saúde mental; compreensão o processo de construção do sujeito humano em suas determinações concretas na sociedade capitalista e ampliação da consciência por meio de reflexões e críticas sobre a realidade a qual estão inseridos, e de modo particular, a comunidade a qual pertencem. No ano anterior, houve coleta de dados e levantamento de demandas junto aos agentes no contexto de seu trabalho: o PSF e a comunidade. São realizadas reuniões com os Agentes Comunitários, previamente planejadas

sob supervisão docente, nas quais são desenvolvidas aulas temáticas com explicação do conteúdo; exercícios de dinâmicas de grupos, elucidativas dos temas trabalhados e discussões críticas e reflexivas conjuntas com os ACS acerca dos temas desenvolvidos. São feitas avaliações pontuais ao término de cada reunião bem como avaliações periódicas do andamento do curso junto à Supervisão. Até o momento foram realizados 10 encontros com os agentes comunitários, nos quais foram abordados os seguintes temas: trabalho em grupo, cidadania, políticas públicas, problematização e conscientização, direitos humanos, comunidades, valores e agentes comunitários. Esses novos conceitos, aprendidos pelos agentes, concretizaram-se até o momento em maior consciência pessoal e profissional, melhor compreensão do processo de construção do sujeito humano em suas determinações concretas na sociedade capitalista; maior consciência da importância de ações comunitárias; melhora significativa nos vínculos com os colegas de trabalho, e ainda em ações de transformações em sua prática profissional, como a mudança estrutural nos trabalhos com os grupos feitos com a comunidade no PSF. Na segunda etapa do curso de capacitação serão trabalhados temas específicos relacionados à Saúde Mental como: Luta Antimanicomial, psicopatologias, violência, drogas etc., ao mesmo tempo em que as categorias Identidade, Atividade, Consciência, Socialização da Psicologia Social, sob a perspectiva do referencial Sócio-Histórico e Psicologia Social Comunitária, estão presentes. Um trabalho pioneiro, que deseja alcançar um caráter contínuo, sendo assim essencial para o novo momento da Saúde Mental no Brasil.

**TRABALHO NO SETOR INFORMAL DA INDÚSTRIA CALÇADISTA: VIVÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.** *Marília Batarra Lima* (mariliabatarra@hotmail.com); *Daniela de Figueiredo Ribeiro* (UNI-FACEF). Apoio: FAPESP.

O artigo se refere a uma pesquisa realizada em uma cidade do interior de São Paulo, que abordou o tema trabalho infantil. A cidade é um grande pólo da indústria calçadista tendo como principal produção o calçado masculino e já foi alvo de muita crítica e pesquisa devido a denúncias sobre o uso do trabalho infantil na produção. Durante algum tempo afirmaram que o trabalho infantil havia sido erradicado, porém a produção de calçados masculinos, há alguns anos, passou por um significativo processo de terceirização, sendo que parte da produção começou a ser realizada dentro das casas, podendo ter máquinas e local de trabalho em um cômodo separado da casa chamado de banca de pesponto ou a costura manual realizada em qualquer lugar da casa. Como o trabalho é realizado em casa, todos os membros da família acabam se envolvendo, inclusive as crianças, portanto o trabalho infantil continua existindo mas agora realizado dentro de casa, lugar onde a fiscalização quase não intervêm, e os pais são os patrões. Os motivos que mais aparecem como justificativa para o trabalho precoce são pobreza, necessidade de colaborar com os pais, o desejo dos pais para que trabalhem e ganhem a vida por si mesmos, além da idéia de que é melhor trabalhar do que ficar “sem fazer nada”. A pesquisa tinha como objetivo caracterizar as condições do trabalho infantil na realidade investigada, compreender como as famílias se estruturam e se organizam em um local onde se misturam as esferas domésticas e de trabalho. É importante compreender a maneira com que os adultos lidam com as crianças, além do impacto desta nova forma de organização do sistema produtivo na vida afetiva, social e escolar das crianças. Segundo determinadas literaturas, no espaço de trabalho são constituídas as estruturas de micro-poderes, cumprindo uma função disciplinar. Pensando em todas essas questões,

---

investigou-se mais a fundo e mais de perto como se dá a relação entre trabalho e vida familiar dessas crianças. Quais as conseqüências desta relação, na maneira como está ocorrendo, para as crianças e adolescentes e para a sociedade como um todo, no seu presente e futuro? A pesquisa adotou a abordagem qualitativa, etnográfica, que visa compreender como as crianças que trabalham, interpretam e reagem à realidade em que vivem. O pesquisador deve se aproximar da vida concreta dos participantes da pesquisa, buscando compreender os vários aspectos que se conjugam na sua vivência cotidiana. A coleta de dados ocorreu em duas fases, a primeira consistiu em sessões de observação participante em dez residências, e entrevistas sobre a história de vida dos trabalhadores responsáveis. A segunda etapa consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas de profundidade com nove sujeitos entre crianças e adolescentes de classe média baixa, que residem em um bairro periférico da cidade. Os dados passaram por uma análise hermenêutica-dialética, que busca a compreensão no sentido da fala das pessoas, linguagem ordinária do homem comum no seu dia-a-dia, as estruturas profundas do cotidiano da vida. Os resultados mostraram que o trabalho infantil continua existindo onde há pobreza, em uma perspectiva mais racional, segundo as crianças, é visto como negativo, pois explora a criança. Porém no aspecto afetivo, a criança muitas vezes realiza o trabalho sem sofrimento porque justifica como uma ajuda aos pais. As crianças algumas vezes querem trabalhar para poder ter seu dinheiro, aspecto que revela que já estão inseridos nos valores hegemônicos do capitalismo. Um outro aspecto é a maneira como essas crianças conseguem criar linhas-de-fuga para a realidade de trabalho, vivenciando situações onde a espontaneidade e criatividade infantil estão presentes.

**MÚSICA E MEMORIALIDADE: A VELHICE DO "CANTOS" E CONTOS.** *Joel Fernando Borella* (borella72@yahoo.com.br); *Edson Olivari de Castro*; *Wilson Aparecido Silva*.

**INTRODUÇÃO.** Na “sociedade do controle” tal como a que experimentamos hoje (DELEUZE, 1992, p. 216), o discurso hegemônico sobre a velhice a reduz ao campo do biológico, tornando obscura toda dimensão sócio-histórica e cultural. Se isso acontece é porque “é fundamental no naturalismo a sua busca por neutralizar a atuação do acaso na gênese das existências” (BRASIL, 2002, p.112): padronizando as faixas etárias, para melhor “teleguiar” – via maquinaria midiática e a conseqüente introjeção de valores – as ações dos atores sociais. Podemos verificar, então, que o efeito da “institucionalização do curso da vida” (DEBERT, 2000. p.59), é, na maioria das vezes, a desconstrução da identidade dos sujeitos e a retirada de seu prestígio, conferido por uma vida singular. A combinação desses elementos com o individualismo que rege nossa cultura – ainda que se propague a idéia (valor) de que o cidadão velho deva ser respeitado –, parece não produzir efeitos muito construtivos quando se trata de incluí-lo nos níveis mais básicos de convivência, nas políticas públicas, ou ainda positivar seus conselhos, preservar-lhe a capacidade de decisão, nem de considerar aquilo que é velho, também na cultura, para além do antiquado, ultrapassado, fora de moda.

**OBJETIVOS.** Tratar-se-ia, então, de se perguntar: como resgatar a altivez de um cidadão que, na maioria das vezes, se vê descartado do convívio social e é, quando muito, levado em conta apenas na qualidade de consumidor – de tecnologias, de especialismos, de serviços, etc?

**METODOLOGIA.** Nesse aspecto, a memória se torna um instrumento fundamental para o trabalho de (re)construção, tanto singular quanto coletiva, de uma velhice que não seja referida à temporalidade linear, mas sim tomada a partir da incluível imbricação entre passado/presente/futuro que nosso positivista de plantão nos faz opaca. Consideramos que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com

---



imagens e idéias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 2004, p. 55). Como incitá-la? Pensamos num dispositivo – o grupo – e num catalisador: a música. Porque o que se pode experimentar, por exemplo, quando ouvimos juntos uma música que nos acompanhou por um trecho na estrada da vida, como “trilha sonora”, é a facilitação da partilha da presença, a provocação de lembranças e afetos, a possibilidade de recuperar força e sentido – para luta e resistência –, a potencialização e o reavivamento de espaços de fala e escuta – de convivência. Assim sendo, para abalizar esse estudo, foram realizadas 10 oficinas com velhos residentes em uma Instituição de convivência numa cidade do interior de SP, em um total de 17 moradores, com média de presença de 5 por encontro. Nesses, visou-se discutir a velhice no contemporâneo e desenvolver oficinas de músicas para, por meio delas, despertar memórias e refletir sobre sua propriedade de restituir “corpos” e identidades, propiciando a experimentação da coletividade e a revisão dos papéis na sociedade. Percebeu-se que as oficinas, que tinham como base a audição de músicas antigas, tornou-se um instrumento potencializador da memória, que permitiu aos velhos, um resgate de suas experiências passadas, abrindo novas perspectivas de vivências humanas, singulares e coletivas. Desse modo, (re)avivaram-se questões as quais se tornaram motor para esse trabalho, que, além de contribuir para problematizar o lugar que o velho ocupa socialmente, propõe outros espaços de pertencimento e existência a partir da memorização coletiva. **CONSIDERAÇÕES FINAIS.** Percebe-se que a memória gera espaços para (re)significar as vivências e experiências no cotidiano, na busca pelo rompimento do estigma da velhice passiva. Dessa forma, a aproximação do velho com as músicas antigas e, em decorrência, de suas memórias, gerou espaços de transformação e pertença, com a possibilidade do velho caminhar rumo à construção de uma comunidade que favoreça modos de transmissão do saber e da cultura, inclusas na memória. Estima-se, portanto, que esse trabalho além de contribuir para redimensionar o lugar que o velho ocupa socialmente, tenha podido propiciar a eles serem protagonistas de suas próprias vidas, tornando possível a reconstrução de relações grupais, nos diversos lugares que os velhos possam vir a ocupar no mundo contemporâneo. É fato que se torna quase impossível esgotar esse estudo em um breve trabalho de graduação, bem como a dificuldade em se alojar numa única posição em relação ao sentido e função da memória para o velho. Assim sendo, é necessário um maior aprofundamento nas questões da velhice e da memória, para que, no futuro, a sociedade nos permita vivê-la de forma verdadeiramente digna e humana.

**INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA COMUNITÁRIA NO NÚCLEO RESIDENCIAL GÊNESIS.** *Fernando César Paulino Pereira* (epifania.cps@gmail.com); *Claudia Valois; Thais Fantanato; Lindalva Alves; Ariane Oliveira* (FAJ).

O presente trabalho visou o diagnóstico comunitário e a elaboração de um plano de ação que teve como objetivo intervir no cenário social da comunidade do Núcleo Residencial do Gênesis (Campinas/SP). Durante do primeiro semestre de 2008, na disciplina Psicologia e Práticas Comunitárias do Curso de Psicologia da FAJ, fizemos contato com a respectiva Comunidade nos inserindo, participando das atividades locais, conversando com os moradores – levantando dados para a elaboração do diagnóstico e do projeto de intervenção. Nesse contexto, o segmento das crianças e dos adolescentes que sofrem prejuízos ocasionados pela desigualdade, marginalização, exclusão, preconceito recebeu nosso olhar interpretativo carregado da intenção de articular práticas objetivas através da perspectiva da Psicologia Comunitária. A proposta interventiva formatada seguiu uma elaboração que ousou

---

convidar colaboradores e a própria comunidade para proporcionar um movimento que almejou capacitar os envolvidos para desenvolver maior discernimento sobre a potencialidade pessoal dos jovens e do seu coletivo através do valor das experiências de cada pessoa, contribuindo para uma evolução positiva da própria existência comunitária, através de valores de suas percepções, contribuições, talentos e capacidades. Nessa dinâmica de ver-se diante do desafio de descobrir-se, o adolescente é sujeito que se atreve a superar os limites. Através desse movimento de tatear oportunidades de superação, eles podem trazer junto da inércia vivida da constituição da identidade a capacidade de transgredir os obstáculos que lhes retirariam oportunidades de vir a desenvolver sua cidadania. A coragem de existir inevitavelmente faz manifestar o grande encontro entre sonho e realidade. Esse grande encontro está pincelado de experiências que ousamos julgar banais, como também de experiências que se mascaram na nossa subjetividade, escondendo-se do desprezo da superficialidade. Esse processo nos faz atravessar um mar de ordem e desordem de sentimentos e representações até que nos vemos surpresos ao avistar um horizonte dialético de interpretações fantasiosas e/ou reais. Nesse movimento infinito, nos achamos e nos perdemos abraçados a uma angústia sobre a vida. Persistimos em enquadrar um sentido que trará alívio, através de uma falaciosa coerência que momentaneamente nos permitirá adormecer e despertar, nos dando coragem para darmos continuidade ao enfrentamento da vida tão perigosa. Ora, existir é impreciso até para os que se julgam suficientemente sábios e maduros, quem dirá então aos que acabam de colocar seus olhos para a vida adulta tão ameaçadora como fazem os adolescentes. Ao libertarem-se dos limites os jovens passam a pertencer: revolucionar é o segredo, transgredir é o desafio, e de repente ali está o tabaco, álcool e drogas. Com todo esse colapso de valores e com essa indigestão de informações desenfreadas dentro de uma vida virtualizada, os jovens ansiosos com o seu tempo roubado, já são obrigados a decidir pelo sucesso. Para aqueles que não carregam moedas que paguem toda essa ilusão, só resta perceberem-se clandestinos e ilegais. Enfim, uma vida que, na verdade, os levam a ameaçarem tudo e todos que venham a soar como algo nocivo e, imersos em conflitos interpessoais, a convivência torna-se conturbada e as atitudes nas relações com o outro e com o meio passam a potencializar violência. A partir disso, todo um cenário de risco é montado. As metas foram orientadas por uma linguagem, um ritmo e uma dinâmica desenhados por todos os envolvidos considerando a importante participação de toda comunidade. Através de uma ótica educativa-terapêutica, este projeto adotou a estratégia das oficinas, que viabilizaram uma presença pedagógica entre os adolescentes. Pretendeu-se criar um espaço no qual a relação entre educandos e educadores fosse verdadeiramente uma relação de parceria na construção do conhecimento e na implementação das ações que resultam dessa relação pedagógica. Mais precisamente, a prática das oficinas consistiu no ofício de pensar e sentir sobre a vida, em busca de pequenas e de grandes transformações. Associado à abordagem da dimensão afetiva-valorativa desses adolescentes pretendemos, através da objetividade própria ótica educativa-terapêutica, construir nas oficinas, vivências que articulem a desconstrução e reconstrução social das crenças, dos valores, dos preconceitos e paradigmas sociais. Através dos grupos, possibilitar com esse esforço uma experimentação de novas formas de se relações interpessoais, de problematização dos papéis sociais e identidades. Enquanto processo grupal, as oficinas se constituem de momentos de vivências que podem vir a articular diversas formas de interação, nas quais os adolescentes podem envolver-se cognitivamente e emocionalmente, ao mesmo tempo em que passam por experiências significativas. Encontraremos evidentes dificuldades que poderão causar obstáculos a um mais rápido desenvolvimento da entrada das ações do nosso projeto de

---

intervenção psicológica comunitária, porém em nenhum momento poderemos descartar as ações que estimularão a continuidade da adaptação do projeto, cabendo enfrentar o desafio da consolidação e continuidade deste processo.

**REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE IDENTIDADE E EMERGÊNCIA DE CONSCIÊNCIA DE CLASSE COM JOVENS DE PERIFERIA POR MEIO DO TRABALHO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL SÓCIO-HISTÓRICA.** *Henrique Meira de Castro* (castrohnm@gmail.com); *Camila Soares Mayor Fabre*; *Clarice Barreto Florentino*; *Letícia Ariane dos Reis Pedroso*; *Nilma Renildes da Silva* (UNESP - BAURU).

O trabalho aqui descrito é a prática de um dos estágios supervisionados em Psicologia Social e Comunitária do curso de formação de psicólogo da UNESP-Bauru, a intervenção ocorre com jovens de 15 a 17 anos e é desenvolvida em um instituto de Atendimento Sócio-Familiar, de um bairro periférico de Bauru. A proposta de intervenção constitui-se de dois objetivos: O primeiro é em relação a orientação profissional que tem como base para reflexão, o trabalho proposto por Ferreti (1997) centrado em quatro eixos de discussão: Identidade, Trabalho, Informação Profissional e Projeto Profissional. O trabalho de orientação profissional com adolescentes de classes populares, não tem por finalidade única a “escolha” de uma profissão e sim instrumentalizá-los a se apropriarem de conhecimentos técnicos e científicos para que sua autonomia enquanto ser político se desenvolva (Garbulho, 2005). Nosso segundo objetivo visa discutir e refletir sobre questões do processo de construção da identidade e sua dinâmica, levando em consideração que estes jovens estão inseridos numa sociedade dividida em classes antagônicas, na qual o trabalho é o seu pilar. Para alcançar este segundo objetivo nos baseamos nos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Social Comunitária (Góis, 1993; Campos, 1996; Maritza Montero, 2004 e outros), da dinâmica de processo grupal proposto por Martín-Baró (1989) e Lane (1984) e a concepção de juventude e adolescência discutida por Leontiev (1978) e Vygotsky (1980). A intervenção, realizada por meio do processo grupal utilizando recursos pedagógicos como exposição dialogada, técnicas de dinâmicas de grupo variadas, filmes, músicas etc., objetiva refletir sobre questões do processo de construção da identidade, enfocando a esfera profissional, visando o desenvolvimento do pensamento crítico em relação às contradições presentes neste processo. As discussões realizadas por meio de processo grupal partem de temas como: possibilidades e “liberdade de escolha”, ideologia, processos de massificação, o papel do jovem na sociedade, o trabalho na sociedade capitalista e a crise estrutural do capital que prolonga a adolescência e finalmente informar sobre as diferentes especificidades das profissões para contribuir com a construção de um projeto de vida pessoal e profissional mais consciente. De março de 2008, período de início dos trabalhos, até o presente momento discutimos os eixos: Identidade e trabalho. Inicialmente percebemos nos jovens a concepção cristalizada e preconceituosa que têm da juventude e outras fases da vida, que não corresponde à realidade deles, vêem o jovem como irresponsável, problemático. Uma visão de mundo influenciada pela mídia, que contribuiu para que eles não construíssem uma representação de si próprios de forma crítica. Também se verificava que eram comuns as faltas e um baixo nível de participação nas atividades, uma vez que ainda não havia ficado claro para eles o significado das atividades, nesse período alguns jovens, chegaram a abandonar o programa. Tal dificuldade foi percebida como uma falha na atitude dos estagiários, que agiam de forma distante dos jovens. Com vista em melhorar a relação e a forma de intervir, foram realizadas visitas pelo bairro e leitura de relatórios da assistência social, que possibilitou um melhor entendimento da realidade do bairro e das

condições daqueles jovens. Diante desse novo quadro, a postura dos estagiários foi revista na tentativa de aproximar os jovens das reflexões, a partir de então, os jovens começaram a demonstrar interesse pelas atividades, dando sentido a sua participação no processo grupal. A partir de então as faltas diminuíram e a participação nas atividades aumentou, tanto nas discussões, nas quais se apropriaram dos assuntos, como nas atividades propostas. Essa apropriação possibilitou também a mudança no discurso dos jovens que começaram a se expressar com mais criticidade em relação aos temas discutidos, participação mais qualitativa no processo grupal e por meio de seus relatos e dos profissionais do NAF colhemos dados de que em outras esferas das vivências dos participantes têm ocorrido mudanças na direção proposta pelo nosso trabalho. Referências: CAMPOS, R.H.F. (org.) (1996). Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia. Petrópolis, RJ: Vozes. FERRETI, C. (1997). Uma nova proposta de orientação profissional. São Paulo, SP: Cortez. GARBULHO, N.F., et. al. (2005) Orientação profissional: A construção de caminhos e autonomia com adolescentes de classes populares. Em. LASSANCE M.C.P, et. al. (Orgs.). Intervenção e compromisso social: orientação profissional - teoria e técnica. v.2 São Paulo: Vetor. GÓIS, C.W.L. (1993). Noções de Psicologia Comunitária. Fortaleza: Edições UFC. LANE, S.T.M. (1984). O Processo Grupal. In: CODO, LANE. Psicologia Social – O Homem em movimento. Brasiliense. LEONTIEV, A. (1978). O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte. MARTÍN-BARÓ, I. (1989). Sistema, grupo y poder. Psicología social desde Centroamérica II. San Salvador: UCA Ed.. MONTERO, M. (2004). Introduccion a la psicologia comunitaria. Paidós Argentina. VYGOTSKY, L.S. (1980). Dinâmica e estrutura da Personalidade do adolescente. Obras escogidas. Madrid.

**TEMPO LIVRE E LAZER NA PERSPECTIVA DE TRABALHADORES DOMICILIARES DA INDÚSTRIA CALÇADISTA.** *Suzi Mara Freitas* (suzi.mf@hotmail.com); *Aniela de Figueiredo Ribeiro* (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA – UNI-FACEF). FAPESP.

Ao analisar as situações de lazer é notável que perante a ideologia dominante de nosso contexto atual ele seja caracterizado como um privilégio de poucos e visto também como uma atividade de consumo geradora inclusive de empregos. No entanto, ao considerar a realidade da classe trabalhadora de uma cidade industrial localizada no interior do Estado de São Paulo, é possível encontrar locais onde os indivíduos convivem com o trabalho fundido ao ambiente doméstico, provocando uma readaptação em relação às práticas e vivências relativas ao lazer. Dessa forma, esse estudo propõe conhecer detalhadamente as particularidades desses tipos de lazer que não são conhecidas e que divergem da ideologia dominante. O presente estudo foi realizado em bancas de pesponto que prestam serviços a empresas produtoras de calçado, sendo que tais bancas de pesponto se caracterizam pela realização de um trabalho terceirizado, já que as empresas transferem uma ou mais fases do processo produtivo para esses locais, que são instalados em ambientes improvisados ou adaptados, na moradia do trabalhador. No presente estudo, pretende-se identificar as situações de lazer, a maneira com que se utiliza o tempo livre, e ainda reconhecer as crenças e ideologias utilizadas pelos integrantes das bancas para justificar e validar suas práticas relativas ao lazer e ao tempo livre. Tendo como base a abordagem qualitativa e etnográfica, a coleta de dados foi dividida em duas etapas: A primeira foi denominada como fase exploratória, que se baseou na realização de observações participantes em residências onde funcionam concomitantemente as bancas de pesponto. Na segunda etapa, denominada como fase focalizada, foram executadas

entrevistas individuais, semi-estruturadas com os participantes da pesquisa. A análise dos dados fundamentou-se no método hermenêutico-dialético, onde o objeto de análise é a práxis social, e o sentido que busca-se é a afirmação ético-político do pensamento. Os resultados obtidos apontam que a confusão entre tempo livre e lazer, nesta população é freqüente, pois o horário não é delimitado de fora, ou seja, eles fazem seus horários, o que em tese, provocaria a idéia de que estas pessoas poderiam organizar o tempo da maneira que pretendesse, mas isso não acontece na realidade, já que eles acabam sendo mais rigorosos com eles mesmos, do que com o padrão externo, se houvesse um, pois eles são as responsáveis pela produtividade do trabalho e pela renda no final do mês. Ainda assim, observa-se uma grande variedade de atividades que consideradas como lazer, sendo que algumas estão ligadas a atividades de consumo, tais como ir a shows, ao shopping, e a realização passeios ao clube. Entretanto, observa-se que a referente população executa outras atividades de lazer, que possuem como principal característica, estar desvinculadas de um aspecto consumista podendo citar como exemplo, as visitas realizadas em casa de parentes e amigos; o convívio social; a realização de atividades esportivas; as práticas de atividades religiosas e lúdicas; e a realização de atividades de lazeres domésticos. É interessante notar que, apesar de todos os entrevistados considerarem como lazer as atividades que não estão ligadas ao consumo, quando fala-se de expectativas em relação ao lazer, se manifestam desejos de praticar atividades que envolvam gastos financeiros, tais como freqüentar uma academia, realizar viagens, ir ao pesque e pague, praias, parques de diversões e circos. Assim, é possível observar que as idéias descritas no parágrafo anterior aparecem de forma sutil e estão mais próximas da realidade observada, entretanto, é também presente o ideal de um lazer baseado em atividades de consumo. Diante dos aspectos descritos acima, observa-se que esse tipo de trabalho acaba se tornando uma faca de dois gumes, como se diz no popular, já que em alguns momentos favorece uma linha de fuga flexível, e em outros momentos, o ser patrão de si mesmo exige além da capacidade física e emocional dessas pessoas, trazendo conseqüências que se manifestam até mesmo pela dificuldade do uso do tempo livre. Nota-se ainda uma especificidade da população estudada quanto às atividades de lazer, saindo das regras da sociedade capitalista atual. A maior parte dessa população consegue “escapar” de um lazer consumista, estereotipado pela sociedade como a única forma de divertimento e descontração, ainda que as expectativas estejam ligadas ao que se espera da sociedade capitalista, indicando que o lazer nesta camada popular também é visto e definido através da ideologia dominante.

**GRUPO “TERCEIRA JUVENTUDE”:** TRABALHO DA PSICOLOGIA SOCIAL-COMUNITÁRIA COM IDOSOS. *Danilo Mercadante* (danilobareta@hotmail.com); *Luana Godas*; *Mariana Mathias*; *Renata Batisteli*; *Nilma Renildes da Silva* (UNESP – Bauru).

A Psicologia Social Comunitária – Sócio-Histórica que tem como base epistemológica o Materialismo Histórico e Dialético, desenvolve uma produção científica postulando a não existência da dicotomia entre indivíduo e sociedade, e sim, na proposição na qual o homem constrói a sociedade ao mesmo tempo em que é construído por ela; o homem é considerado como um ser ativo, histórico e social. Portanto, o fazer psicológico apoiado nessa visão, busca apreender o indivíduo em sua singularidade, mediada pela sua condição histórica e social, ideológica e as relações vivenciadas numa determinada cultura e momento histórico. A partir dessa concepção de mundo a Psicologia Social-Comunitária vislumbra a realização de trabalhos voltados à população e comunidades de baixa renda e encontradas a margem do modelo elitista/burguês, possibilitando a promoção de condições humanas para o

desenvolvimento da consciência crítica, buscando possibilitar que os indivíduos assumam progressivamente o papel de sujeitos de sua própria história e que possam se apropriar do instrumental que possibilite um posicionamento ativo frente às problemáticas enfrentadas visando à transformação da realidade social. A Psicologia Social-Comunitária privilegia o processo grupal, compreendendo grupo como uma estrutura de vínculos e relações entre pessoas que direcionam em cada situação suas necessidades individuais e/ou interesses coletivos. O presente trabalho está sendo desenvolvido junto à população de idosos que frequenta o grupo “Terceira Juventude” num bairro da periferia da cidade de Bauru, tendo como objetivos proporcionar o desenvolvimento de reflexões e discussões sobre as questões sociais que permeiam sua realidade, fazendo com que possam pensá-las de forma crítica, visando instrumentalizá-los para se tornarem agentes transformadores frente a sua comunidade. Nessa perspectiva, as pessoas mais velhas transmitem aos mais novos não apenas dados abstratos, mas uma memória vivida. Nesse processo de transmissão o relembrar é um ato dinâmico e um trabalho político, no qual ao apropriar-se da memória e transmitir o legado cultural às novas gerações, torna-se uma reconstrução do passado, possibilitando a atualização deste em uma narrativa diferenciada da história contada em suas versões oficiais. Tal papel de transmissor da história foi perdendo a sua valorização na sociedade capitalista, de forma que os mais velhos não encontram interlocutores ou suas narrativas são desvalorizadas. Baseado no Materialismo Histórico-Dialético, articula-se a teoria com a prática apreendendo os fenômenos como sendo multideterminados, buscando-se uma práxis em constante transformação. Os procedimentos utilizados favorecem a emergência dos temas que os idosos julgam necessário discutirem, permeados por proposições advindas de seus relatos, em relação à realidade social por eles vivenciada. Os recursos utilizados são: exposição dialogada, filmes, músicas e técnicas de dinâmica de grupo que facilitam a construção do processo grupal. O grupo “Terceira Juventude” é composto em média por vinte idosos com cinquenta anos ou mais que participam de um projeto do Núcleo de Assistência Sócio-Familiar. Desde março de 2008, realizamos reuniões semanais de duas horas. Ao iniciar o processo grupal com os participantes, estes se apresentaram receptivos e demonstraram interesse em relação ao trabalho a ser realizado. Embora desconhecessem as possíveis contribuições da Psicologia Social Comunitária para o desenvolvimento do grupo, mostraram um posicionamento crítico e insatisfeito com as condições por eles enfrentadas e as discriminações sofridas, bem como dificuldades em relação a organização da vivência grupal. Trabalhou-se primeiramente a construção do processo grupal, levantando-se temáticas de interesse dos participantes e sugerindo-se outras; tais como: Desenvolvimento Humano; Relações Familiares; Perdas; Organização e Participação Social. No decorrer do processo grupal perceberam-se diversas modificações tanto em relação aos posicionamentos individuais como coletivos. Eixo Temático: Psicologia Social: Psicologia Social Comunitária.

**VISÃO DOS PSICÓLOGOS SOBRE A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: REFLEXÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA.** *Ljamar Almeida de Oliveira* (psicologia\_lia@yahoo.com.br); *Cleide Lira Souza*; *Kelly Cristina da Silva Moraes*; *Ligia Alexandre Mendonça*; *Renato Batista Ferreira*; *Viviane Izilda da Silva*. *Adriana Eiko Matsumoto* (Orientadora) (UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO).

Quando o teste comprova a gravidez, em segundos, planos são reiterados ou perdidos e desfeitos. A gravidez quando não desejada e planejada, muitas vezes, constitui-se como um pesado fardo a ser conduzido, gerando insegurança e desespero para as gestantes. A partir de

---

uma abordagem psicossocial da psicologia sócio-histórica, este trabalho se propõe a buscar compreender as concepções do profissional da Psicologia sobre o fenômeno da gravidez na adolescência. Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha e publicada no dia 20 de abril último, no jornal Folha de São Paulo, quatro entre dez filhos não foram planejados, em 56% dos casos, isto acontece entre jovens de 16 a 24 anos de idade. Alguns estudos afirmam que a adolescência é um processo de transição entre a infância e a fase adulta. Apoiando-se em estudos da Psicologia Social, trataremos o adolescente para um contexto social, libertando-o da imagem universal e patológica. Iremos significar a adolescência enquanto um processo construído socialmente. Falta, sem dúvida, um estudo sobre a adolescência concreta e real com a qual nos deparamos a cada dia. Como o psicólogo vem lidando com isso? Como os formadores destes profissionais vêm trabalhando. Continuando com as mesmas e velhas teorias, com as mesmas e velhas idéias naturalizantes, estereotipadas, preconceituosas "adultas". Parece-nos que esta na hora de pararmos para uma reflexão sobre o que estamos fazendo com esta população. (OZZELLA, 2003, p.38) A adolescência, da forma como apresenta nos textos, não tem gênese social. Nenhuma de suas características e constituída nas relações sociais e na cultura. Assim, ao pensar a problemática da adolescência não se toma qualquer questão social como referencia (BOCK, 2002, p 62). Por meio de levantamentos bibliográficos e entrevistas (com psicólogos e adolescentes), iremos apresentar a visão do psicólogo acerca deste fenômeno, discutindo possíveis interpretações para a questão. Estamos acompanhando um grupo de adolescentes gestantes que participam de um programa no Hospital e Maternidade de Interlagos, em São Paulo. Este grupo é conduzido por uma equipe multidisciplinar, formada por psicólogos, enfermeiros, nutricionistas, ginecologistas e assistentes sociais, onde em cada encontro as jovens aprendem e dividem experiências com outras que se encontram em situação semelhante a sua. Por meio do material coletado, nas entrevistas e nas observações com este grupo e com os psicólogos desta instituição, tentaremos responder ao problema de pesquisa deste projeto, que se encontra, atualmente, na fase de pesquisas de campo. O que nossos jovens estão fazendo, como estão se comportando, deve ser compreendido como fruto das relações sociais, das condições de vida, dos valores sociais presentes na cultura, portanto, como responsabilidade de todos que fazem parte de um conjunto social. Pais, professores, profissionais e adultos na formação e na construção social desta juventude (BOCK, 2002, p. 67). "O que nossos jovens estão fazendo, como estão se comportando, deve ser compreendido como fruto das relações sociais, das condições de vida, dos valores sociais presentes na cultura, portanto, como responsabilidade de todos que fazem parte de um conjunto social. Pais, professores, profissionais e adultos na formação e na construção social desta juventude" (BOCK, 2002, p. 67).

### **ENCONTROS COM MÃES DO "PROGRAMA NENHUMA CRIANÇA NA RUA".**

*Juliana Lopes da Silva* (julopespsico@yahoo.com.br); *Sarah Cristina Axcar*. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU). Financiador: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU.

O Programa Nenhuma Criança na Rua faz parte da Prefeitura Municipal de Bauru e objetiva combater o Trabalho Infantil através da efetivação dos direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e Adolescente, como acesso a educação, programas sócio-educativos e resgate do convívio familiar. Fazem parte do programa famílias que tiveram seus membros encontrados em situação de Trabalho Infantil. Os profissionais do Programa Nenhuma Criança na Rua buscam a recolocação destas crianças em escolas, programas sócio-educativos, além de possibilitar acesso aos pais e cuidadores a cursos de geração de renda, como uma tentativa de

---

melhorar as condições financeiras e retirar as famílias das situações de risco e vulnerabilidade social a que estão expostas. Em contrapartida, a família deve comparecer a reuniões e atendimentos individuais quando solicitada, acompanhar o processo de escolarização dos filhos e a participação destes nos programas sócio-educativos em que foram inseridos. O Setor de Psicologia é o responsável por reuniões com as mães inseridas no Programa Nenhuma Criança na Rua. Estas tratam de temas relacionados ao Trabalho Infantil e à dinâmica familiar, por compreender que a família é o núcleo mais importante na continuidade ou descontinuidade do Trabalho Infantil. Porém, muitas dificuldades eram encontradas em relação à frequência das mães nas reuniões, além da pouca ou nenhuma participação destas durante as reuniões. Assim, foi sugerida uma mudança na metodologia dos encontros com vistas a transformar aquela realidade. O objetivo deste trabalho é relatar tais mudanças e seus impactos no processo grupal e na vivência familiar destas mães. Mães de crianças e adolescentes encontrados em situação de trabalho infantil que foram incluídas no Programa Nenhuma Criança na Rua, oriundas de um bairro da região periférica da cidade de Bauru. Materiais: discussões acerca de diversos temas voltados ao Trabalho Infantil e as dificuldades encontradas na dinâmica familiar; exercícios de dinâmica de grupo. Foram realizados 10 encontros. 1º encontro: coleta de expectativas 2º em diante: discussão dos temas levantados pelo grupo. Ao analisar as dificuldades daquele grupo descobriu-se que a distância entre o coordenador das reuniões e as mães poderia estar dificultando a participação destas, que se sentiam “diminuídas” por saber “falar as coisas certas” (fala de uma das mães quando solicitadas a participar). Também, os temas trabalhados anteriormente não eram demanda do grupo, mas “impostas”, o que poderia diminuir a motivação das mães em participar. Através destas análises concluiu-se que era necessário tornar as reuniões encontros prazerosos, e para isso era necessário inicialmente saber o que estas mães gostariam de discutir nos grupos. Aqui foi realizada uma coleta de expectativas. Também as reuniões, agora chamadas de ‘encontros’, passaram a ter caráter informal e informativo a fim de tornar o ambiente agradável e convidativo à participação destas mães. Durante todos os encontros era solicitado que falassem acerca de suas histórias pessoais se desejassem, para que todo o trabalho fosse próximo à realidade vivenciada por aquele grupo em específico. Com estas mudanças, foi possível perceber a intensa transformação das relações grupais. À medida que as mães iam identificando-se com as temáticas desenvolvidas e compreendendo os objetivos dos encontros, passaram a participar ativamente nas discussões e construções do grupo, além de relatarem histórias pessoais que acreditam ter levado a ações e situações no presente. Também, aquele contingente de pessoas que não se entendiam enquanto participantes do grupo passaram a reconhecer entre si muitos objetivos e situações compartilhadas, que não só as unia enquanto classe social, mas também enquanto sujeito de direitos, emoções e dificuldades. Assim, compreenderam que podiam ajudar-se também enquanto moradores de um mesmo bairro, que sofrem as mesmas formas de negligência. Ao longo dos encontros a participação e a frequência das mães nos encontros aumentaram. Através da participação pequenas mudanças no nível pessoal e social foram percebidas pelas mães e pelo coordenador do grupo. Considerações finais: a importância de conhecer o grupo no qual se trabalha e dar a ele espaço para fala é imprescindível para que este tenha possibilidades de transformar-se e evoluir. Estes espaços têm que ser oferecidos partindo do que é conhecido para o grupo e do que se faz importante para que se sintam confiantes em participar, interessados em aprender e que percebam que são capazes de realizar mudanças.

---



**PSICOLOGIA NA COMUNIDADE: UMA EXPERIÊNCIA NA PERIFERIA DE JAGUARIÚNA.** *Fernando César Paulino Pereira* (epifania.cps@gmail.com); *Gisele Montanhana Basso*; *Rodrigo Zamboni dos Santos*. (FAJ).

Este trabalho consiste no resultado de um semestre de Estágio Básico em Prática Comunitária: Saúde e Comunidade do curso de Psicologia da Faculdade de Jaguariúna/SP (FAJ). Esse estágio tem como objetivo principal observar as situações apresentadas no cotidiano da população empobrecida num bairro da periferia de Jaguariúna e promover intervenção criando projetos que envolvam o empoderamento da população, bem como a conscientização no papel do psicólogo em participar na transformação e no desenvolvimento dos valores e conceitos das pessoas. A partir do objetivo acima pensou numa proposta de realizar um trabalho de transformação ética, interagindo com pais e filhos propiciando o desenvolvimento criativo, mas acima de tudo tentando uma transformação no modo de pensar do grupo em relação a si mesmo, ou seja, promover autonomia e engajamento nas políticas públicas, para que a população se estruture e caminhe na luta pelos seus direitos. O contato da população com a psicóloga se deu através das visitas às casas e das oficinas realizadas com as crianças dos bairros. A população interagiu e foi encaminhada a psicóloga através da parceira com a líder comunitária do bairro, que realizou o papel de facilitadora nos contatos com a população. A equipe de estagiários dividiu-se em grupos de três componentes que acompanhavam a Psicóloga do projeto nas visitas, que já estavam pré-agendada pela líder da comunidade. A função dos estagiários era de observação dessa atividade em campo. Todos os grupos tiveram a oportunidade de observar a visita e no retorno para a FAJ discutir sobre o que havia presenciado em campo relacionando com as discussões em supervisão, bem como relacionando com a abordagem teórica para finalização e conclusão. A proposta se expandiu além das visitas às famílias para a intervenção direta com a comunidade do Bairro Roseira de Baixo, principalmente com as crianças e adolescentes. Pensou-se em algumas propostas e de acordo com a personalidade e criatividade do grupo de estagiários e o levantamento das expectativas das crianças e adolescentes da comunidade, estruturou-se então as oficinas de “Dança”, “Papagaio” e Atividades lúdicas com “Massinha”. A oficina de dança ocorreu no Parque de Lazer da comunidade e surgiu a partir do momento que as adolescentes tinham esse desejo e também proposta de apresentarem-se na Festa Junina que ocorre anualmente no local. Simultaneamente no espaço da FAJ (Interclínicas – Psicologia) aconteceram as oficinas de Papagaios e Atividades Lúdicas com “Massinha”. Na oficina de “Dança” aconteceu de acordo com a demanda do local – uma Festa Junina que acontece todos os anos na Comunidade, e desde os primeiros contatos com as crianças e adolescentes do bairro, havia o desejo das meninas em se prepararem para uma apresentação no evento. Para a realização da dança foi necessário que as estagiárias do curso de Psicologia criassem uma coreografia, mas antes precisaria saber qual era o ritmo que elas estavam desejando. Aos poucos foram se estabelecendo vínculos com as meninas e criando nelas o sentimento de responsabilidade e comprometimento com a própria comunidade. Foi gratificante essa experiência de convívio e interação com a comunidade bem como a integração na oficina de dança. Na oficina de “Papagaio” - a proposta surgiu para que o grupo de estagiários pudesse interagir com as crianças, inicialmente os meninos, uma vez que as meninas optaram pela oficina de dança. Na prática ensinamos os moldes, dobraduras, recortes, colagem e confecção do papagaio. A oficina iniciou com onze crianças e no final das atividades tínhamos aproximadamente trinta, inclusive meninas que decoravam seus papagaios com corações e flores de papel de seda. Pudemos nessa atividade lidar com a diversidade inclusive com

---

cultura e costumes que se percebe estar presente em cada indivíduo a partir de seu convívio familiar. A Atividade Lúdica com “Massinha” - consistiu em preparar a massa e para isso utilizou-se como ingrediente farinha, água, sal, suco em pó e guache para colorir-las. As crianças foram divididas em grupos para que os estagiários pudessem acompanhá-las auxiliando-as na atividade. Percebeu-se o quanto é importante a atenção que necessitam e que a atividade proporcionava um sentimento de Nós – superação da relação solitária do Eu-Tu. Foi significativa a participação dos estagiários para o processo de formação profissional – psicólogos comprometidos com a realidade empobrecida e “abandonada” pelo sistema que exclui e marginaliza. Os estagiários puderam vivenciar através da interação com as crianças a importância e cuidados para o bem estar com o outro. Assim o que se pôde concluir desse processo de Psicologia na Comunidade é que através das oficinas, da elaboração das atividades, visitas às famílias, interação e integração social, que criar vínculos com a população: mães e crianças, através da observação e intervenção colaborou para construção da dignidade humana, da cidadania, inclusive melhorando a participação efetiva da crianças nas suas tarefas escolares.

**POLÍTICAS PÚBLICAS E PSICOLOGIA COMUNITÁRIA: UMA UNIÃO POSITIVA.** *Juliana Paula de Oliveira* (lanaw\_ju@hotmail.com); *Aline Camargo*; *Viviane Suzano Martinhão* (UNESP – Assis).

A Psicologia nasceu como ciência burguesa o que formou a concepção de indivíduos livres, que ficaram em destaque na sociedade capitalista. Originou-se então uma ciência que estudasse e entendesse essas subjetividades. A psicologia surge como ciência que pretende compreender o ser humano. Mais tarde percebeu-se que a Psicologia era uma ciência elitista e que as camadas mais pobres da sociedade jamais teriam acesso a esse serviço. Nos anos 60 ocorrem muitas mudanças significativas no Brasil, e alguns psicólogos resolvem se atentar as questões sociais e iniciam seus trabalhos nas comunidades sendo de início voluntário e improvisado. Surge a Psicologia Comunitária, que vai então estudar, compreender e intervir em questões psicossociais da comunidade. Já o termo Políticas Públicas se refere a ações ou normas de iniciativa governamental, são leis, normas do governo, iniciativas que podem ser públicas ou privadas. Ações também como orçamentos e demais decisões relacionadas aos Poderes Públicos (federal, estadual, municipal), em que pode haver atuação tanto do poder legislativo, quanto do executivo e do judiciário. Pesquisar os conceitos de Políticas Públicas e Psicologia Comunitária, entender a relação entre as duas e analisar a melhor maneira de atuação do psicólogo nesta área. A metodologia consistiu na pesquisa bibliográfica, internet e documentos dos governos federais e estaduais. A união da psicologia comunitária com as políticas públicas é uma medida positiva, sendo as políticas públicas uma forma da psicologia comunitária conseguir executar seus projetos. Para que essas realizações se tornem política pública é necessário que o Estado a assuma como tal. Para uma atuação positiva do sujeito e o conhecimento dos seus direitos é necessário um trabalho de conscientização e visão desses direitos, que é feito pelo psicólogo comunitário. Dentro da área de assistência social, existem vários sistemas e conselhos para melhor organização do trabalho e participação do psicólogo comunitário, como o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). A práxis do psicólogo junto às políticas públicas da área social visa intervenções nos serviços, programas e projetos com proteção social garantindo os direitos

---

dos cidadãos com compromisso político e ético. Concluímos que o papel de elaborar e executar as Políticas Públicas deveria ser dos governos e não do setor privado, nem da população e nem do terceiro setor. A esfera pública entra na maioria das vezes apenas com o capital. O Poder Público teria como dever auxiliar o povo, diminuir as desigualdades, inserir as pessoas na sociedade enfim, permitir que todos saibam que tem direito, que são cidadãos. Nós, psicólogos, devíamos lutar mais pelo nosso espaço nas instituições públicas como escola, postos de saúde entre outros. Temos um papel a desempenhar ali, mas os governos não abrem vagas suficientes pra atender a demanda e assim os poucos psicólogos que trabalham nesta área não conseguem realizar seu papel satisfatoriamente. Por fim o objetivo de toda política pública e também da psicologia comunitária é promover a emancipação social das famílias, dar uma consciência de classe para a população, devolver a cidadania e inserir o indivíduo na sociedade.

**GERANDO RENDA: A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA NO CRAS.** *Edson Neves Terra Junior* (terrinha82@yahoo.com.br); *Bernadete De L. Salles Baccini* (supervisora); *Luciana Hernandes Duarte Matinssi* (FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ARAÇATUBA).

Esta comunicação tem por objetivo relatar o trabalho realizado no estágio em Psicologia Social Comunitária que está sendo realizado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – do bairro São José, no município de Araçatuba – SP. O CRAS, também conhecido como Casa da Família, é uma instituição pública criada pelo SUAS para o atendimento da população que procura pelo Serviços de Assistência Social no nível da Proteção Social Básica. O CRAS tem como finalidade prevenir situações de risco através do desenvolvimento das potencialidades, oferecendo possibilidades para novas apropriações, discussões sobre o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Oferece programas, projetos, serviços e benefícios (entre outros o Renda Cidadã) à população pobre, privada e/ou fragilizada em seus vínculos afetivos, que as reduzem à situação de vulnerabilidade social. Além de ser uma referência para as demais políticas públicas, é para os usuários a “porta de entrada” à rede sócio-assistencial do SUAS. O objetivo do nosso trabalho no CRAS – São José – é possibilitar às mulheres incluídas no programa Renda Cidadã um espaço de discussão e reflexão sobre suas condições concretas, onde possam se reconhecer enquanto grupo comunitário, promovendo o desenvolvimento de suas potencialidades, bem como criar um espaço de ressignificação da proposta do programa de geração de renda para a emancipação das mulheres. É nosso objetivo também possibilitar uma consciência crítica do lugar ideológico que o CRAS com seus programas, projetos, serviços e benefícios ocupam dentro dessa comunidade, bem como o papel dos indivíduos na conquista dos direitos da comunidade através do CRAS. Esse trabalho mostra-se relevante ao considerarmos o fato de que vivemos em um país latino americano, onde a grande maioria da população não tem acesso às condições mínimas de sobrevivência, e vivem inseridos em uma realidade de vulnerabilidade social. Condições que são asseguradas pela influência neoliberal que diluem os valores e vínculos comunitários, fomentando o individualismo, bem como por seu modelo assistencialista, que promove a alienação dos sujeitos concretos. Quanto à nossa formação, esse trabalho tem nos proporcionado contato com a realidade concreta da vulnerabilidade social, possibilitando o desenvolvimento de uma formação crítica, bem como uma práxis comprometida. Este trabalho vem sendo desenvolvido através de encontros grupais que ocorre em uma oficina de crochê e tapete de retalhos, composto por mulheres beneficiadas pelo Renda Cidadã, que consiste em um programa federal de geração de renda, onde as

---

mulheres recebem mensalmente R\$ 60,00 para a aquisição de matéria prima para a consecução de materiais que deverão reverter em benefícios e rendas. As grupalizações que segundo Sílvia Lane são reconhecidamente um processo histórico, em constante transformação, que possibilitam a ressignificação das relações do sujeito com a sociedade, com suas determinações econômicas, institucionais e ideológicas. Ainda em andamento, este trabalho tem possibilitado observar nos encontros grupais, na análise institucional e nos discursos dos dirigentes do CRAS, uma ideologia comum nas políticas assistencialistas governamentais, onde o objetivo maior é transformar essas pessoas em dados estatísticos, contrariando na prática toda a proposta teórica do projeto de atuação do CRAS. Pudemos observar no decorrer deste trabalho a falta de profissionais, exigidos pela própria legislação que regulamenta o funcionamento do CRAS, o despreparo dos que ali atuam, a falta de recursos e espaço próprio, funcionando atualmente na base da polícia comunitária. Nesses encontros entramos em contato com mulheres passivas e conformadas com suas realidades concretas. Situação que é assegurada tanto pelos programas e oficinas oferecidos, que impedem o desenvolvimento criativo das atividades dessas mulheres, restringindo-as a um aprendizado meramente mecânico, quanto pela convivência da instituição que aceita as atitudes veladas das mulheres que recebem os “benefícios”, apresentam recibos falsos de matéria prima, para não perderem tal benefício, justificando a falta de oferta de atividades pela instituição, comprometendo o objetivo final da proposta de atuação do CRAS que seria promover a autonomia e o protagonismo dessas mulheres no seu desenvolvimento pessoal e econômico. Por outro lado, consideramos que só será possível alcançar esses objetivos quando romperem as estratégias que vêm constituindo essa consciência alienante, promovendo atividades que comprometa, de fato, as mulheres com as propostas de geração de renda previstas no programa.

**ENVELHECIMENTO, TRABALHO E APOSENTADORIA: O COTIDIANO DE APOSENTADOS QUE TRABALHAM INFORMALMENTE NA PRODUÇÃO CALÇADISTA.** *Thais Silva Cintra* (thais\_cintra@hotmail.com); *Daniela de Figueiredo Ribeiro* (UNI-FACEF). Apoio: FAPESP.

A atual pesquisa tem como objetivo conhecer a perspectiva de aposentados de uma cidade do interior de São Paulo, que atualmente trabalham com a costura manual de calçados, sobre seu trabalho e seu processo de envelhecimento. De acordo com a literatura especializada, o mundo atual do trabalho por um lado exclui o aposentado, já que ele possui dificuldades em aprender e utilizar as novas tecnologias, por outro lado o reabsorve enquanto mão de obra do setor informal, onde muitos aposentados atuam devido ao baixo salário da aposentadoria. Nota-se, atualmente, a desvalorização dos velhos, dada a queda em sua vida produtiva, afinal a sociedade e o sistema capitalista criam um limite da mais valia do corpo, quando este não produz mais é logo substituído por um corpo mais jovem. Como o trabalho é definidor do sentido da existência humana todas as atividades e parte das relações sociais são estruturadas a partir dele, portanto, a aposentadoria passa a representar o começo do desengajamento social, já que nesta fase há uma ruptura com o trabalho. Existe também uma grande negação em se tornar velho, as pessoas não se preparam para envelhecer, evitam planejar e pensar a respeito desta fase, sentimento este ligado à imagem pejorativa criada sobre o velho. Diante deste cenário, fez-se necessário compreender a vivência destes aposentados no contexto específico de uma cidade industrial, em que as mudanças no setor produtivo modificaram também toda uma maneira de se relacionar com o trabalho e com a família. Atualmente as esferas

---

domésticas e de trabalho se confundem num mesmo espaço físico: as residências familiares foram transformadas em bancas de pesponto. Buscou-se, portanto, no atual estudo, conhecer o universo deste idoso, identificando as crenças e ideologias que determinam suas práticas de resistência e de submissão ao discurso hegemônico. A pesquisa de campo foi executada em duas etapas: na fase exploratória foi realizada observação participante em bancas de pespontos onde trabalham aposentados, visando compreender o contexto geral em que se inserem e o padrão de relacionamento familiar existente. Num segundo momento foi realizada a fase focalizada, através de entrevistas individuais semi-estruturadas com os aposentados, em suas residências. Os dados passaram por uma análise de conteúdo tradicional, segundo os moldes propostos por Bardin (1977) e por uma análise hermenêutica-dialética, proposta por Minayo (1996), que representa o caminho do pensamento que busca a autocompreensão dos dados, busca compreensão simbólica da realidade, pressupõe sempre uma intersubjetividade e resgata o sentido da comunicação entre os seres humanos através da linguagem ordinária do homem como no seu dia-a-dia. A partir desta proposta de análise foi constatado que a população específica da pesquisa, representante de uma camada social baixa, diferencia-se da camada social média quanto à chegada da aposentadoria, revelando que este momento não representa uma fase de perdas e rupturas com a vida produtiva, mas sim um momento onde há possibilidades de se trabalhar sem o controle de um patrão, descaracterizando uma vida regrada pelo trabalho, e atualizar antigos hábitos criando, assim, espaços para o devir. Além de atribuir um aumento no tempo para desfrutarem de atividades antes impossibilitadas pelo trabalho. No entanto, ao se tratar do tema envelhecimento, observou-se o medo e a negação do enfrentamento desta fase da vida. Envelhecimento e aposentadoria não se relacionam, sendo o primeiro retratado como uma fase negativa e a segunda como uma situação positiva. É possível verificar neste trabalho que a população pertencente à camada popular consegue encontrar linhas flexíveis para se livrar de uma situação indesejada, eles criam novos caminhos para completar a renda, já que a aposentadoria é insuficiente, e negam a velhice, podendo viver esta nova fase de forma tranqüila e não como um peso a ser carregado.

## **EIXO TEMÁTICO**

### **“Psicologia Social: Psicologia do Trabalho”**

**A SITUAÇÃO ATUAL DO TRABALHO JUVENIL: A JUVENTUDE E AS EXIGÊNCIAS SOCIAIS PARA O SEU INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO.** *Tiago Lopes de Oliveira* (tiagopsico@gmail.com).

Em países pobres, os motivos que levam o jovem a inserir-se no mercado de trabalho estão associados às necessidades de sobrevivência, ao exercício da cidadania e à formação profissional. Assim, faz-se necessário que a pesquisa sobre o impacto da inserção no mundo do trabalho na vida dos jovens, leve em conta não só as demandas de mercado, mas também as necessidades desses jovens. Na atualidade, no Brasil, tem aumentado o número de jovens que tentam se inserir no mercado de trabalho. Além de sua proporção numérica, a inserção dos jovens no mercado de trabalho merece atenção por enfrentar contradições entre o incentivo e a necessidade do jovem trabalhar, e os obstáculos e restrições a ele impostas.

---

Desde o início da forma capitalista das relações de produção, o trabalho juvenil é marcado por sua informalidade, não qualificação e utilizado essencialmente como modo de dominação e exploração social. O presente trabalho pretende contribuir para um processo de reflexão sobre a atual situação da inserção dos jovens no mercado de trabalho e tem como objetivo analisar as exigências sociais desse processo, em especial, o que diz respeito às possibilidades de formação e resistência aos mecanismos de controle social. O estudo foi fundamentado na descrição da situação na qual ocorre a inserção do jovem no mercado de trabalho e na discussão sobre o significado do trabalho na atualidade, contendo também a análise de um programa de inserção de jovens no mercado de trabalho, o CIEE – Centro de Integração Empresa Escola. Com o propósito de levantar dados sobre o objeto deste estudo foram colhidas informações em documentos legais, pesquisas estatísticas e concepções teóricas de autores nacionais e internacionais. Também foi elaborado um questionário que foi respondido por um profissional do CIEE com o intuito de conhecermos melhor o funcionamento de um programa de inserção de jovens no mercado de trabalho e a sua influência para os jovens. Para fundamentarmos as análises, privilegiamos principalmente os conceitos de trabalho, desenvolvidos por Marx e Marcuse, e os conceitos de sociedade industrial, formação e ideologia apresentados pelos autores da teoria crítica, Adorno, Horkheimer e Marcuse. Na atual sociedade capitalista observamos que o ingresso do jovem no mercado de trabalho atende mais aos interesses do mercado e não contribui para o desenvolvimento do sujeito. Constatamos que os motivos que levam o jovem ao trabalho estão relacionados à necessidade de ganhar dinheiro e adquirir experiência profissional para poder conseguir um trabalho futuro. Com relação à influência da inserção no mercado de trabalho na vida dos jovens evidenciamos que o jovem trabalhador também está sujeito às implicações e exigências do mercado de produção capitalista onde o trabalho é utilizado como mecanismo de controle social. Por fim, concluímos que no trabalho, os jovens aprendem um modelo de comportamento que não favorece o desenvolvimento de atitudes de pensamento autônomo, mas sim os moldam para atender aos interesses das corporações. Por fim, salientamos que esse estudo amplia as discussões sobre o trabalho juvenil e sua influência para os jovens, e pretende contribuir para o entendimento das causas que fazem com que o trabalho não ajude de forma efetiva os jovens.

**A EMPREGABILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE DA INCLUSÃO SOCIAL NO MERCADO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO DE BAURU/SP.** *Rômulo Rodrigues Violante* (rr\_violante@yahoo.com); *Lúcia Pereira Leite* (UNESP – BAURU). Apoio: FAPESP.

O censo de 2000 mostra que 14,5% da população brasileira (aproximadamente 24,6 milhões de pessoas) apresentam algum tipo de deficiência ou incapacidade e, segundo Neri, Carvalho & Costilha (2002) a média de empregabilidade dentre essa população é de apenas 2,05%, o que demonstra a exclusão desta demanda populacional do mercado de trabalho formal em nosso país. Logo, é nesse cenário de exclusão que surgem no Brasil políticas públicas, leis, decreto, manuais que visam promover a inclusão social das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e garantir-lhes assim, um dos seus principais direitos como cidadãos: o direito do trabalho. Entretanto, embora avanços importantes tenham sido feitos, ainda se observa um grande número de pessoas com deficiência alijadas do mercado de trabalho formal, de modo que a inclusão social se torna um compromisso ético a ser desempenhado por toda a sociedade. Em estudo recente, Araújo & Schmidt (2006) demonstraram que, de 30

---

empregadores entrevistados, apenas 9% mencionaram ter consciência da necessidade da inclusão social de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. As pesquisadoras verificaram ainda que, segundo os empregadores, o grande entrave para a contratação de pessoas com deficiência é a baixa escolaridade e a educação profissional inadequada aos postos de trabalho oferecidos. Dados semelhantes foram encontrados por Tanaka & Manzini (2005), que, em suas pesquisas chamam a atenção para o fato de que muitas empresas contratam trabalhadores com deficiência estritamente em cumprimento ao Decreto nº3.298. Sob a perspectiva da psicologia histórico-cultural, entende-se que o trabalho é fundamental para a construção da identidade e valorização do indivíduo como cidadão, no entanto, de acordo com Sasaki (1997) a simples contratação de pessoas com deficiência não garante que elas estejam sendo verdadeiramente incluídas socialmente, uma vez que a inclusão social pressupõe mudanças significativas para que se promova a autonomia dos sujeitos com deficiência no seu ambiente de trabalho, assim como em seu contexto social como um todo. Embora válidas na tentativa de promover a inclusão social, para Pastore (2002) e Néri (2003), as leis e decretos em benefício das pessoas com deficiência atacam, principalmente, as conseqüências de um longo processo de exclusão social, haja vista que para esses autores, a exclusão das pessoas com deficiência do mercado de trabalho está diretamente relacionada à dificuldade de acesso à educação regular e profissional, baixa renda, saúde pública deficitária, como também a dificuldade da relação entre indivíduo com deficiência e seu contexto social. Com base no exposto acima, tem-se como objeto geral desta pesquisa identificar as concepções dos empregadores sobre a temática deficiência e inclusão social, bem como as condições de trabalho ofertadas às pessoas com deficiência, em empresas com cem ou mais funcionários do município de Bauru –SP. São participantes desta pesquisa funcionários do setor de Recursos Humanos (RH) ou departamento pessoal de empresas com cem ou mais funcionários do município de Bauru – SP, pois de acordo com o art. 36 do Decreto 3.298, a lei de cotas somente se aplica a tais empresas. Para a coleta de dados, elaborou-se um roteiro de entrevista semi-estruturado com 09 questões que procuram investigar tanto aspectos quantitativos – referentes ao número de funcionários, funcionários com deficiência, quais deficiências mais presentes na empresa – e questões qualitativas referentes a contratação de pessoas com deficiência, mais especificamente: a) requisitos e motivos para contratação; b) atividades ofertadas; c) concepções sobre deficiência, inclusão social e mercado de trabalho. Em levantamento feito junto ao Ministério do Trabalho, constatou-se que existem, em Bauru – SP, 128 empresas com 100 ou mais funcionários. Tais empresas foram então convidadas a participarem da pesquisa, entretanto, ainda não se obteve o retorno das certas convites\*. Ressalta-se que os dados provenientes das entrevistas com os responsáveis pelas contratações nas empresas participantes serão confrontados com os achados nos estudos de Araújo & Schmidt (2006) e de Tanaka & Manzini (2005), na tentativa de analisar possíveis convergências e/ou divergências nos dados encontrados. (\*)Prevê-se que na data do evento, dispor-se-á de dados qualitativos coletados por meio das entrevistas propostas. Tais dados serão então apresentados. Referências: ARAUJO, J.P.; SCHMIDT, A.; A inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba. *Rev bras educ espec Marília*, v. 12, n. 2, 2006. NERI, M; CARVALHO, A. P.; COSTILHA, H. G. Políticas de cotas e inclusão trabalhistas de pessoas com deficiência. *Ensaio Econômico da EPGE/FGV, Rio de Janeiro*, v. 462, 2002. SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997. TANAKA, E. D. O.; MANZINI, E. J.; O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? *Rev. bras. educ. espec., Marília*, v. 11, n. 2, 2005.

---

**PERFIL DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL E MUNDO DO TRABALHO EM FAZENDAS DE PECUÁRIA DE CORTE NO PANTANAL SUL-MATOGROSSENSE.** *Aneliza de Lima Torquato; Beatriz Xavier Flandoli* (UFMS). Financiador: UFMS.

O Pantanal, com sua área de 138.183 km<sup>2</sup> é uma planície periodicamente inundável, caracterizada pela presença de extensas áreas de campos naturais, que há mais de 200 anos vem sendo ocupada por meio da exploração extensiva da pecuária de corte, em grandes propriedades privadas. Nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 1990, este sistema extensivo de criação vem passando por mudanças, seja nos sistemas de produção, com a redução nos tamanhos das fazendas ocasionadas por inúmeras partilhas entre os herdeiros dessas propriedades e a introdução de novas tecnologias no trabalho rural, seja pela mudança das relações trabalhistas. Tais fatores acabaram provocando transformações na vida dos trabalhadores dessas fazendas e suas famílias, atores principais e vitais para a pecuária de corte. As mudanças abrangeram, por um lado, os processos de trabalho realizados nas propriedades, envolvendo a aceitação e adaptação do trabalhador às novas técnicas e manejos de trabalho. Por outro, houve transformação na estrutura familiar e na relação patrão-empregado. Foi objetivo da pesquisa investigar a vida dos trabalhadores nas fazendas de pecuária de corte nas regiões da Nhecolândia e Paiaguás, visando mapear e analisar as transformações ocorridas nessa região. O levantamento dos dados foi feito através de entrevistas realizadas com trabalhadores das regiões em destaque, além de visitas e entrevistas realizadas em uma empresa de Consultoria em Recursos Humanos que realiza contratações de trabalhadores rurais e entrevistas com representantes dos empregadores no Sindicato Rural do município de Corumbá/MS. Resultados e Discussões: Do início do período recente da pecuária na região do Pantanal, na segunda metade do século XIX, até a década de 1980, a maioria dos trabalhadores, os chamados vaqueiros do pantanal, eram profissionais inseridos no universo rural desde o nascimento ou infância. Em função disso, a aprendizagem das funções se dava de maneira natural, por observação dos familiares, sendo que a sedução pelo exercício da profissão surgia a partir da vivência nas fazendas. As atividades exercidas eram: o manejo com o gado, as vaquejadas, a condução do rebanho para fora da propriedade, ou seja, as chamadas comitivas, realizadas pelos boiadeiros, as atividades de rodeio, de doma, de carneada, de apartação, a prática, o laço e a bagueleação. As relações sociais entre trabalhador e o proprietário das fazendas, principalmente até os anos 1980, eram consolidadas a partir de laços de fidelidade e confiança adquiridas pelos longos anos de trabalho. Esse caráter de pessoalidade assumido nas relações de trabalho, hoje já não é encontrado. Atualmente observa-se que os empregados mais antigos, mais velhos ainda são ligados a essas antigas relações afetivas que eram estabelecidas com as gerações antigas de seus atuais patrões, e essa afetividade muitas vezes é o que os impedem de buscar pelos seus direitos trabalhistas que geralmente não são efetivos, enfrentar e cobrar o empregador. É ainda possível observar-se em algumas fazendas na região da Nhecolândia, onde se mantém certa relação de identidade entre peões e fazendeiros, remetendo ao momento de ocupação do Pantanal, no qual poucas diferenças se observavam entre eles. A hipótese levantada é que, mesmo submetida aos mesmos processos de transformação de outras regiões, ou seja, mesmo as fazendas e os processos de trabalho apresentando um cunho empresarial na sub-região nhecolandense, ali ainda se observa a existência de empresas familiares. Essas, com uma gerência familiar, privilegiam a presença de famílias e trabalhadores com residências fixas, menos rotatividade de trabalhadores, ou seja, relações de trabalho mais estáveis. Já na sub-região do Paiaguás é



mais raro este tipo de relação, já que segundo as informações coletadas (ENTREVISTA 1-8, 2008), os trabalhadores de algumas fazendas mal têm contato com o patrão, alguns sequer sabem quem é, pois a maioria das fazendas saiu das mãos de proprietário individuais e passaram a pertencer a grupos econômicos de empresas ou fazendeiros de outros estados. Hoje, as propriedades apresentam uma organização gerencial, organizada, como diria Braverman (1977), nos moldes da empresa moderna: são unidades de produção, onde o boi é visto enquanto mercadoria, que precisa ser produzida no menor tempo possível e com custo mínimo. Em se tratando desse último grupo de trabalhadores, atualmente as contratações são temporárias e realizadas por empresas terceirizadas. A partir dessas informações nota-se uma mudança no perfil do trabalhador das fazendas de gado, nas relações sociais, como já comentado. O espaço é reorganizado em função dessas novas relações, e as propriedades se tornam cada vez mais fragmentadas. Essa nova configuração do universo rural provocou impactos na estrutura familiar pantaneira, pois as famílias passaram a se deslocar para os centros urbanos. Conclui-se que esse trabalho proporcionou um maior conhecimento e compreensão das transformações e impactos que a modernização vem provocando nas relações econômicas e principalmente sociais no Pantanal.

### **BULLYING ESCOLAR E ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA SUBJETIVIDADE E A SOCIABILIDADE PRODUTIVA.** *Eduardo Pinto e Silva* (dups@ig.com.br). UFSCAR.

O objetivo deste trabalho é relacionar bullying escolar e assédio moral no trabalho a partir de uma perspectiva histórica e crítica. Retomamos os conceitos de bullying e assédio moral dos estudos pioneiros, contrapondo-os às visões mais atualizadas (Freitas, Heloani & Barreto, 2008; Antunes & Zuin, 2008). O termo bullying, pioneiramente empregado pelo norueguês Olweus em *Agression in the schools* (1978), tende a ser circunscrito à violência entre alunos nas escolas e às motivações psicológicas. Em *Bullying at school* (1993) Olweus reitera sua visão psicologizante e pragmática, adotada por Smith e Sharp em *School bullying* (1994), que preconizam o combate do fenômeno através do treinamento da assertividade das vítimas. Os estudos pioneiros sobre o assédio moral de Leymann, doutor em Psicologia do Trabalho (Universidade de Estocolmo), abordam questões relativas à saúde e sofrimento no trabalho. Em *Pérsécution au travail* (1993) o autor se utiliza dos termos em inglês *mobbing* e *psicoterror* para referir-se ao assédio moral. Sua abordagem diferencia-se da dos estudos pioneiros sobre o bullying, uma vez que propõe formas institucionais de combate e prevenção. O pioneirismo de Hirigoyen na discussão do assédio moral também merece ser considerado. Em *Harcèlement moral* (1998) a autora se refere às atitudes que atentam contra a dignidade, saúde e vida profissional e propõe uma classificação do fenômeno em quatro grupos: deterioração proposital das condições de trabalho; isolamento e recusa de comunicação; atentado contra a dignidade; violência verbal, física ou sexual. Em *Malaise dans le travail* (2001) Hirigoyen reconhece a tendência ao enfoque psicológico (interação agressor-vítima) de seu primeiro livro, o que a leva a uma análise do contexto mais geral da violência na sociedade. Freitas, Heloani e Barreto (2008) recusam radicalmente a compreensão psicologizante e a-histórica do assédio moral. A violência, compreendida como eminentemente sócio-institucional, é relacionada ao processo de corrosão dos vínculos sociais e de exacerbação do individualismo, assim como às mudanças do sistema produtivo e às novas formas de gestão e organização do trabalho que, sob o discurso do reconhecimento da subjetividade, a instrumentalizam. A sociedade e o trabalho, sob a égide da ideologia gerencial,

concretizam a reificação e rentabilização dos indivíduos através de estratégias de coerção e sedução. O trabalho, fundamento do ser social e de sua identidade, torna-se, paradoxalmente, atividade em que indivíduos são negados, redundando em processos sócio-organizacionais de assédio moral, colocando em xeque as políticas de afetividade que pregam a empatia e o contentamento geral em um ambiente no qual predomina o cinismo, o sarcasmo, a negação dos afetos, a competição e a indiferença. Nas mudanças do sistema produtivo e no bojo do que denominamos sociabilidade produtiva, em referência à reconfiguração das relações sociais e de trabalho sob o predomínio dos valores mercantis, emergem modelos de gestão que favorecem a violência, punições arbitrárias e exigências de submissão de uns à arrogância de outros (Freitas, Heloani & Barreto, 2008). Já em relação à discussão crítica sobre o bullying, destacamos a contribuição de Antunes e Zuin (2008) que, a partir de uma articulação da Teoria Crítica à Psicanálise e da compreensão da subjetividade como mediação entre as dimensões individual e coletiva, criticam as visões classificatórias, a-históricas e pragmáticas do bullying, tal como a dos referidos estudos pioneiros e a de Fante (2005) que, em Fenômeno bullying, reproduz a visão pragmática-psicologizante, com o adendo de uma proposta de prevenção e combate de cunho religioso: a da “Educação para a paz”. Antunes e Zuin (2008) destacam o papel da mídia na fomentação e espetacularização da violência. A articulação das contribuições sobre assédio moral de Freitas, Heloani e Barreto (2008) às de Antunes e Zuin (2008) sobre o bullying, baseada na concepção de que a subjetividade e a identidade se constituem nas relações sociais, permitem considerar que a socialização escolar, permeada pela violência, constitui-se como celeiro das humilhações e subjugações que se reproduzem no mundo do trabalho. Concluímos que a perspectiva histórico-crítica permite abordar o caráter histórico-dialético das relações entre bullying e assédio moral no trabalho, assim como apontar para a necessidade de propostas de intervenções estruturais, institucionais e multidisciplinares que se contrapõem ao pragmatismo das empresas de consultoria e das organizações. Eis o desafio aos psicólogos escolares e do trabalho e aos profissionais comprometidos com o enfrentamento da sociabilidade produtiva e da violação de direitos humanos na realidade sócio-institucional.

**AS IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DO DESEMPREGO: PROCESSO DE EXECUÇÃO DA PESQUISA E ALGUNS RESULTADOS.** *Inara Barbosa Leão* (inaraleao@hotmail.com). Coordenadora do Grupo de Estudos Sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho – UFMS. Apoio: CNPq, FUNDECT.

Propomo-nos a apresentar os resultados alcançados no tratamento quantitativo dos dados e das análises sobre as condições de mil (1000) trabalhadores desempregados entrevistados na cidade de Campo Grande/MS, durante a pesquisa sobre as “Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual: manifestações no Pensamento e Emoção”, para a qual contamos com financiamentos da UFMS, da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino, Ciência e Tecnologia do MS – FUNDECT e do CNPq. A investigação foi orientada pelo pressuposto que o trabalho é constituinte das Funções Psicológicas Superiores dos homens e que a sua forma social predominante nos últimos séculos foi o trabalho empregado, o qual construiu a forma como as relações sociais se estabelecem e a educação é ofertada, bem como o entendimento que temos sobre nós e os outros. Entretanto, as crises de desemprego provocam novas formas de relações sociais entre os homens e de ordenamento psicológico, o que torna o desemprego construtor de consciências diferenciadas daquelas que a psicologia vem abordando. Tais alterações não se restringem a saúde mental,

também se manifestam na forma de organizar o pensamento e as emoções que medeiam os processos psicológicos e sociais dos trabalhadores; porque com o desemprego as identidades são socialmente substituídas por outras que, em geral, são depreciativas e só poderão ser reelaboradas pela reconfiguração das relações sócio-culturais que promovam o entendimento das atuais condições de trabalho e produção de vida. Nas análises buscamos reconstituir historicamente a relação antagonica entre emprego e desemprego promovida pelo capitalismo, abordando neste Perfil aquelas mais vinculadas aos aspectos materiais, sócio-econômicos, que determinam e medeiam as relações sociais com os indivíduos e, como tais, condicionam as suas identidades ao impor-lhes um status. O universo desta foi composto por mil trabalhadores desempregados, os quais representam 0,13% da população da cidade, conforme os dados de 2006 do IBGE. O Perfil dos trabalhadores desempregados delineado tem, entre vários outros dados, os seguintes: a maioria tem idade entre 21 e 25 anos (30%) e aglutinadamente estão na faixa etária de 16 a 30 (70%). A maior parte é de mulheres (54%), o estado civil predominante é de solteiros (62%), mas que possuem dependentes (53%), sendo os filhos a maioria destes (82%), ainda que apenas um (46%). A religião professada pela maior parte deles é a católica (38%). O Ensino Médio Completo é o nível de escolaridade da maioria (47%), 1% possui curso de Profissionalização Básica, 3% cursaram Ensino Técnico Profissionalizante. Dos que têm Cursos Superiores, a maioria (29%) formou-se em Administração de Empresas. Percentualmente o número de desempregados com cursos de Pós-Graduação é insignificante, quatro (4) pessoas. Quanto aos seus históricos de trabalho, 53% tiveram o primeiro emprego com idade entre 16 e 20 anos, seguidos de 36% que se empregaram antes dos 15 anos. A maioria (124 pessoas) declarou que o local do primeiro emprego as residências. Duzentas e sessenta (260) pessoas que nunca tiveram suas Carteiras de Trabalho assinadas afirmaram que não tinham tido nenhum emprego anteriormente. Esta pesquisa é uma das ações do Grupo de Estudos sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho - GEAPET, vinculado à Linha de Pesquisa Educação e Trabalho, do Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Curso de Psicologia, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A partir das análises das respostas oferecidas foi possível algumas discussões, tais como: as conseqüências do desemprego para a família e sua organização; a incidência maior do desemprego feminino; a alteração do nível da escolarização, da idade e as suas vinculações com as determinações sociais. Quanto às conseqüências psicológicas, também, destacamos a formação e o rompimento de vínculos psicossociais e como as implicações psicológicas do trabalho formal e informal repercutem no âmbito familiar. Os dados obtidos mostram ainda que o desemprego atual incrementa o trabalho informal, acarretando alterações sociais como o aumento do Terceiro Setor da economia e mudanças na subjetividade dos desempregados, tais como as da identidade, processos de pensamento e emoção.

**AS IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DO DESEMPREGO: PROCESSO METODOLÓGICO E ALGUNS RESULTADOS.** *Jeferson Renato Montrozo* (jef\_brother2003@hotmail.com); *Livia Gomes dos Santos*; *Priscilla Soares Terrya*. Grupo de Estudos sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho, Linha de Pesquisa Educação e Trabalho, do Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Curso de Psicologia - UFMS. Apoio: CNPQ.

Para a pesquisa sobre as “Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual: manifestações no Pensamento e Emoção”, e a construção do Perfil Psicossocial

dos Trabalhadores Desempregados, utilizamos os conceitos de desemprego da Organização Internacional do Trabalho – OIT e o da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil. Também observamos os critérios estatísticos oficiais de cômputo e classificação dos trabalhadores desempregados nos quais esses são desagregadas em: desemprego aberto; desemprego oculto pelo trabalho precário; desemprego oculto pelo desalento. Estas diferenciações técnicas foram úteis nas análises, mas na coleta de dados consideramos todos os tipos de desemprego e os três requisitos da OIT. Para a consecução do Perfil Psicossocial dos Desempregados privilegamos os dados relativos aos aspectos sócio-econômicos, enquanto determinações materiais que mediam as relações sociais com os indivíduos particulares e condicionam as suas identidades ao impor-lhes um status. Os dados foram coletados em entrevistas com os desempregados que procuravam recolocação no mercado de trabalho através das duas Agências Públicas de Intermediação de Mão-de-obra de Campo Grande/MS. As definições metodológica e técnicas foram orientadas pelo pressuposto da existência de relações dialéticas entre determinantes sociais e sujeitos particulares, que promovem a constituição de aspectos psicológicos comuns em pessoas diversas devido à uniformidade e constância com que incidem sobre grupos ou classes sociais. Por isso na conformação da amostra além dos critérios estatísticos, apoiamos-nos no conceito de Sujeitos Representativos, tal como entendido pelas abordagens socio-histórica e pelos fundamentos do materialismo histórico dialético. Porém, desenvolvemos a sua forma de aplicação a uma amostragem grande como a desta pesquisa nos orientando pelos estudos psicológicos que demonstraram que as características necessárias para a representatividade se baseiam na noção estatística de amostra. Observamos o pressuposto básico de que compor uma amostra é determinar um conjunto, selecionado em determinada população, que se torna amostra representativa porque a sua constituição é casual e aleatória permitindo que os aspectos comuns se manifestem indiscriminadamente. Foi possível, assim, medir o desvio da amostra em relação à população determinada, a dos desempregados, e empregar coeficientes que indicaram com precisão a existência de distorções ou erros, bem como as possibilidades de efetuarmos uma generalização em direção à população. Como este tipo de representatividade decorre da Metodologia Qualitativa, trabalhamos com unidades sociais e com os estudos de caso. Aqui, o caso é a condição do grupo social dos trabalhadores desempregados, que foi analisado buscando a identificação e exploração nos “sujeitos representativos”, das formas determinadas pelos aspectos relativos aos processos sociais e psicológicos presentes no grupo social e que o apresentava cristalizados em suas características, devidas à especificidade de sua inserção ou função social. Outro aspecto metodológico trabalhado foi a definição e integração das categorias a serem pesquisadas, que se pautaram pela Teoria Psicológica Socio-histórica, a qual considera que o sujeito apesar de singular é sempre social e a sua compreensão se dá na inter-relação pesquisador/pesquisado, que se faz não só no plano individual, mas, sobretudo no social, pelas culturas e contextos, ou seja, o conhecimento resulta da apreensão dos conteúdos concretos expressos nos sentidos e significados constituintes das consciências, emoções e pensamentos sobre as suas realidades. Dessa forma, no Perfil dos trabalhadores desempregados buscamos correlacionar as modificações no mercado de trabalho e a conseqüente re-estruturação das subjetividades, o que nos remeteu a três considerações: (a) a duração do desemprego é baixa, tendo sua maior constância no período de sete meses a um ano; (b) a idade média na qual começaram a trabalhar é, também, assustadoramente baixa; tendo o registro de quem iniciou aos sete (7) anos e (c) o Estado tem como setor econômico principal e, portanto de ocupação, o Terciário, no qual o comércio e a prestação de serviços em geral já carregam as condições da

---

inconstância do vínculo empregatício, da sazonalidade e uma relação direta com a flutuação econômica.

**IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS ENVOLVIDOS NA INTERRELAÇÃO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS E SEUS FAMILIARES.** *Luciana do Carmo Ferreira* (lu\_dcf@yahoo.com.br); *Inara Barbosa Leão*; *Karina Costa Alves* (UFMS). CNPQ.

A sociedade brasileira sofreu grandes mudanças culturais. Uma mudança essencial foi a implantação da Constituição de 1988, que trouxe diversas alterações na forma como as famílias se organizam. Esta nova conformação implica em compromissos com dependentes tanto descendentes como ascendentes, além daqueles advindos das relações com os companheiros das diversas uniões conjugais. O desemprego trás implicação tanto no âmbito social como pessoal. As preocupações com o desemprego geram interferências nas outras atividades desenvolvidas, já que afetam a forma como os desempregados se relacionam com outras pessoas. No presente trabalho apresentaremos alguns resultados da Pesquisa: “Implicações Psicossociais do desemprego para a consciência individual: manifestações no Pensamento e Emoção”, que vem sendo desenvolvido desde 2003 pelo Grupo de Estudos Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho, vinculado à Linha de Pesquisa Educação e Trabalho, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O Projeto visa à construção do perfil psicossocial dos trabalhadores desempregados no período atual do desenvolvimento do capitalismo na cidade de Campo Grande, MS. Dentre os temas pesquisados, pretendemos neste trabalho, destacar os aspectos psicológicos envolvidos na interrelação dos trabalhadores que se encontram desempregados e seus familiares. A abordagem dos aspectos psicológicos individuais tem como base empírica o discurso dos desempregados, que foram recolhidos através da aplicação de um questionário, junto a uma amostragem de mil trabalhadores que buscam recolocação no mercado de trabalho. Utilizamos os pressupostos da Teoria Psicológica Sócio-Histórica, que nos diz que são nas relações sociais que o sujeito constitui suas atividades e sua consciência. Assim, os aspectos psicológicos só podem ser compreendidos nas suas dimensões: social, cultural e individual. A família possui um forte significado social e sentido pessoal para o trabalhador desempregado. Três aspectos importantes devem ser salientados na contextualização da estrutura familiar: a família de origem, o cônjuge e os filhos. A família de origem, normalmente atua dando apoio, principalmente financeiro. Há casos, entretanto, em que o desempregado não pode contar com esta, sendo às vezes inclusive, responsável pelo sustento de seus membros. Os cônjuges, são descritos como pessoas que fornecem suporte afetivo e material, já que incentivam a busca pelo emprego e em muitos casos, assumem as despesas. A consciência da responsabilidade em prover as mercadorias necessárias para os dependentes e a preocupação em não conseguir cumpri-la são aspectos desestruturantes das concepções e avaliações acerca de si mesmo, refletindo a atribuição e valoração social que lhes são atribuídas. Os compromissos com os dependentes mostram-se significativos já que os dados principais da pesquisa mostram o seguinte perfil: 62% solteiros, 71% com idade entre 16 e 30 anos, 54% são mulheres, 53% possuem dependentes, 30% com um dependente, 22% com dois dependentes e 82% destes são os filhos. Os outros dependentes são 10% cônjuge, 2% mãe, 3% pais e 2% outros parentes. O desemprego leva à quebra de vínculos tradicionais, organizados pela condição de provedor que o trabalho permitia ao indivíduo. A impossibilidade dos desempregados sustentarem os seus dependentes significa a perda de um dos indicadores sociais e psicológicos de quem são. Em termos psicossociais significa romper

o compromisso com a produção e reprodução social e biológica. Com relação ao número de dependentes, podemos constatar que a família brasileira vem encolhendo de maneira gradual. Pelas projeções do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 1984, a média de filhos por mulher era de 3,5. Em 2006, a Pnad mostrou que essa média havia caído para 2 nascimentos. Os nossos dados mostram que a maioria dos desempregados que têm dependentes, tem apenas um (46%). O segundo quantitativo significativo é de dois dependentes (34%). Antropologicamente o parentesco por afinidade descreve e analisa os vínculos do ser humano com base nas características biológicas e socioculturais nos diversos grupos em que se distribui. Portanto quem são os dependentes de cada um está determinado socio-historicamente e, que na nossa sociedade implica aqueles que compõem a família legal. Considerar as conseqüências do desemprego para aqueles que reconhecem seus parentes como seus dependentes é discutir as conseqüências do desemprego para a identidade dos trabalhadores desempregados nos limites da interação intrapsicológica entre a afetividade e a racionalidade. Quando ocorre uma contradição entre as ações e os interesses individuais, como no caso dos desempregados que perdem a capacidade financeira de garantir os compromissos com seus parentes dependentes, estabelece-se uma situação psicológica na qual, independentemente da vontade do sujeito, se incorporam os determinantes sociais a cada uma de suas ações e a cada um de seus atos de comunicação com as outras pessoas. Concluímos que as relações entre os trabalhadores desempregados e suas famílias são ditadas por uma variedade complexa de fatores, relacionadas à presença ou não de dependentes, do apoio afetivo e financeiro dos cônjuges e da família de origem, e de características sócio-culturais próprias, que ditam a valoração dos compromissos de produção e reprodução social.

### **O TRABALHO DE CAMINHONEIROS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA.**

*Joanna Amorim e Melo Souza* (joannaams@hotmail.com); *Beatriz Rosália Gomes Xavier Flandoli* (UFMS/CPAN).

O trabalho é uma prática transformadora da realidade que viabiliza a sobrevivência e a realização do ser humano. De acordo com Malvezzi (in Borges-Andrade, Bastos & Zanelli, 2004), por meio do ato e do produto de seu trabalho o ser humano percebe sua vida como um projeto, reconhece sua condição ontológica, materializa e expressa sua dependência e poder sobre a natureza, produzindo os recursos materiais, culturais e institucionais que constituem seu ambiente, e desenvolve seu padrão de qualidade de vida. O presente trabalho, a fim de articular teoria e prática, buscou levantar dados anteriormente observados na fronteira Brasil – Bolívia, como as longas filas de caminhoneiros à espera dos procedimentos de liberação de cargas na Receita Federal e o agravamento deste problema devido à greve dos fiscais da Receita Federal em 2008. Sendo o trabalho a atividade central na vida do homem, procurou-se investigar de que maneira o motorista de caminhão tem sua vida afetada por sua profissão. OBJETIVOS Investigar as condições e os aspectos do trabalho dos caminhoneiros na fronteira Brasil – Bolívia, compreender o significado do trabalho na subjetividade do caminhoneiro e a maneira como este trabalho organiza e afeta sua vida. Realizou-se um estudo exploratório e descritivo. Foram entrevistados caminhoneiros com idades entre 28 e 61 anos, escolhidos aleatoriamente em um estacionamento localizado na Rua Ricardo Franco no município de Corumbá, Mato Grosso do Sul, entre 19/04/2008 e 25/06/2008. Para a presente pesquisa foram incluídos dados provenientes de 14 sujeitos, obtidos através da aplicação de um questionário formulado pela pesquisadora (do tipo padronizado e semi-estruturado, composto por 16 perguntas englobando temas como: tempo de serviço, rotina de

trabalho, condições e características do trabalho em Corumbá, entre outros) e do Questionário de Qualidade de Vida (SF-36). Dos entrevistados, 78,6% têm mais de 10 anos na profissão, sendo 85,7% autônomos, dos quais apenas 14,3% não são proprietários do caminhão em que trabalham. Os autônomos proprietários de seus caminhões relataram ainda estar pagando as parcelas do veículo e não possuem seguro pela impossibilidade de pagá-lo, trabalhando assim, com o risco de terem o caminhão roubado mesmo antes de quitá-lo. Sobre uso de substâncias, 42,9% afirmaram já ter feito uso de inibidores de apetite (“rebite”) pelo menos uma vez para se manter acordados. Em relação às características do trabalho em Corumbá e à opinião dos caminhoneiros sobre o trabalho nesta fronteira Brasil – Bolívia, a demora nos procedimentos da Receita Federal foi apontada como o maior problema em se trabalhar nesta fronteira, os entrevistados afirmaram que se perde muito tempo na cidade pela demora em se descarregar as mercadorias e definiram a infra-estrutura da AGESA (Armazéns Gerais Alfandegados) como ruim. Quanto à representação social da profissão, os entrevistados afirmaram que se consideraram mal vistos pela sociedade e relataram ser vítimas de discriminação, preconceito e humilhações. Nos dados coletados através do SF-36 a maior média de escores foi obtida nos aspectos emocionais e a menor média foi a do estado geral de saúde. Com os caminhoneiros avaliados nesta pesquisa, observou-se que esta classe de trabalhadores sente-se bastante discriminada e apesar de saber que seu trabalho é fundamental para a sociedade, percebem que não são socialmente reconhecidos. O uso de anfetaminas é uma realidade na vida destes trabalhadores, que fazem uso desta substância porque precisam ter longas rotinas de trabalho para poder pagar as prestações do caminhão, a manutenção do mesmo e sustentar a família. Constatou-se que apesar dos caminhoneiros considerarem a fronteira Brasil – Bolívia um bom local para se trabalhar, encontram muitas dificuldades nesta fronteira, tanto pela demora nos procedimentos da Receita Federal, quanto pela infraestrutura precária da AGESA e pela dificuldade em encontrar fretes de retorno para a cidade de origem. Portanto, pode-se concluir que é necessário que haja campanhas preventivas e educativas direcionadas a este público alvo, informando sobre os prejuízos gerados para a saúde a partir do uso de anfetaminas, além da necessidade de que sejam realizados estudos a fim de investigar por quais motivos os procedimentos da Receita Federal nesta fronteira são morosos e promover a otimização do espaço físico da AGESA.

**AS DETERMINAÇÕES DO PRIMEIRO EMPREGO NAS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO PARA O TRABALHADOR DESEMPREGADO.** *Inara Barbosa Leão* (inaraleao@hotmail.com); *Sandra Maria Rebello de Lima Francellino*. UFMS. Apoio: FUNDECT, CNPq e UFMS.

Este trabalho faz parte do Relatório Parcial da pesquisa intitulada as “Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual – Manifestação no Pensamento e Emoção”, que foi desenvolvida no município de Campo Grande / MS desde 2005. Foi uma das ações do grupo de estudo sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho, vinculado a linha de Pesquisa Educação e Trabalho, do Programa de Pós Graduação em Educação e ao curso de Psicologia – Formação de Psicólogos, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Tem como objetivo trazer algumas considerações sobre as principais implicações das idades do primeiro emprego, bem como as suas conseqüências psicossociais para os trabalhadores desempregados. Nesse sentido, procura-se fazer uma reflexão das implicações psicossociais na subjetividade dos indivíduos que se inserem precocemente no mercado de trabalho e sua relação com o

---

desemprego. O pressuposto teórico teve como base a Teoria Psicológica Sócio - Histórica, a qual considera que o sujeito apesar de ser singular é sempre social. Este é o princípio que dá origem às funções psicológicas superiores, possibilitando-nos entender as mútuas determinações do trabalho e das condições psicológicas dos sujeitos trabalhadores. Participou da pesquisa uma amostra de mil (1000) trabalhadores desempregados e como instrumento de coleta de dados foi utilizado a entrevista orientada por um roteiro semi-estruturado. Os dados foram analisados quantitativamente e interpretados sob a perspectiva dialética. Nesta pesquisa a representatividade dos sujeitos foi resultante e apreensível nos conteúdos concretos que foram demonstrados pelos sentidos, pela imaginação, pela memória, pelas emoções e pelo pensamento dos entrevistados sobre como agiam, principalmente nos seus trabalhos, quando empregados e, posteriormente, como desempregados. Os resultados demonstram que o primeiro emprego da maioria dos trabalhadores desempregados pode ser categorizado como precário e coincidente com o período de desenvolvimento psicossocial que deveria ser reservado para a escolarização e preparação para o trabalho social. Tais condições parecem estar associadas à grande rotatividade nos empregos e no alto número de ocupações. Assim, para esta população, o primeiro emprego pode ser caracterizado como um dificultador da mediação que as atividades estabelecem entre os indivíduos e o seu meio social. Ressalta-se que do universo pesquisado: a) 53% tiveram o primeiro emprego com idade entre 16 e 20 anos, b) e 36% que se empregaram antes dos 15 anos. Esses dados possibilitam realizar discussões por um lado, sobre a violação dos direitos civis das crianças e adolescentes, que na legislação brasileira classifica como trabalho infantil aquele feito por menores de 16 anos, e só se permite que um jovem trabalhe a partir dos 14 anos como aprendizes. E por outro, jovens que deveriam estar se preparando para dar conta da própria vida, precisa se inserir no mercado de trabalho para sobreviver. Vários estudos têm demonstrado que a educação insuficiente desde a infância é um dos fatores estruturais do desemprego e está associada direta e indiretamente a baixa qualificação de mão de obra. Dessa forma concordamos com Moraes (1999) quando afirma que a educação passa a ser um ponto chave na questão da qualificação. Torna-se necessário educar o trabalhador e o desempregado não apenas com habilidades técnicas, mas principalmente possibilitar a ele o conhecimento formal da escolarização promovendo assim a capacidade de entender a sociedade em sua amplitude.

**INCLUSÃO SOCIAL DE UMA POPULAÇÃO À MARGEM DA SOCIEDADE: ASSISTÊNCIA AOS EGRESSOS DA UNIDADE ASSISTENCIAL PATRONATO PENITENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS.** *Flávia Pedrosa de Camargo*. (flavinhacamargo\_@hotmail.com); *Daiane Silva Batista*; *Franciele Silva Martinez* (UFMS).

Inclusão social de uma população à margem da sociedade: assistência aos egressos da unidade assistencial Patronato Penitenciário do município de Corumbá/MS. Autoras: Daiane Silva Batista, Flávia Pedrosa de Camargo e Franciele Silva Martinez. Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Supervisor: Prof<sup>o</sup> Dr. Luís Fernando Galvão. INTRODUÇÃO O patronato está destinado ao atendimento aos presos do regime semi-aberto, aberto; aos liberados condicionais; aos beneficiados com prisão domiciliar, suspensão condicional da pena; aos internos que estão exercendo trabalho externo e aos egressos, com a finalidade de possibilitar a ressocialização e reintegração do indivíduo ao grupo familiar, buscando a redução do nível de reincidência criminal, na forma do que dispõe a Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal. A criação de Patronatos são poucas na maioria dos estados brasileiros porque sabemos que a ausência de políticas públicas

---



somados ao estigma de ex-detento(a) formam um quadro pouco promissor, agravado ainda pelo desinteresse de grupos econômicos e agentes de governo na implementação de recursos e promoção de esforços no sentido de garantir ao egresso do Sistema Penitenciário meios de se profissionalizar e acumular conhecimentos para inserir-se no mercado de trabalho enquanto egresso de sistema prisional. O indivíduo, outrora encarcerado, percebe-se como cidadão, com valores, direitos e deveres possibilitando criar condições que possam evitar uma possível reincidência. Inicialmente nossa proposta era oferecer um trabalho que pudesse complementar e somar com os trabalhos realizados pela instituição. No contato com a mesma foi solicitado, pela carência de profissionais, que nossos objetivos e a atuação fossem os mesmos da unidade que é possibilitar e promover assistência psicossocial ao egresso que se encontra trabalhando seja através de convênio firmado com órgãos públicos ou privados visando buscar o resgate de sua auto-estima, ressocialização, reintegração ao grupo familiar e social, redução do nível de reincidência e acima de tudo o resgate da cidadania. **METODOLOGIA** Entrevistas - histórico de vida, familiar, escolar, profissional, e pessoal (dependências, saúde física) e vida pregressa (histórico criminal). Aplicação de teste – carência de teste na unidade, (HTP e TAT) Grupo temático: Atividades terapêuticas – nosso objetivo (terapêutico – novo olhar para esse e deste sujeito, discussão de liberdade e inclusão social) versus objetivo da institucional (moral) Entrevista Biopsicossocial – levantamento e cadastramento. Visitas da realidade institucional dos egressos, e discussão das dificuldades vivenciadas, além de fichas de desenvolvimento dos egressos em local de trabalho, com fins de avaliação. **RESULTADOS** A partir das experiências vivenciadas, pôde-se constatar algumas realizações do trabalho desenvolvido pelo Patronato Penitenciário. No desenrolar dos encontros foi possível a desmistificação do papel do psicólogo do sistema prisional, o qual antes era visto como punitivo e moralista tão somente, passando a ser entendido como um profissional capaz de auxiliá-los e entendê-los enquanto sujeitos e não apenas como infratores. Muitos são os exemplos dos egressos que não reincidiram, os mesmos são tidos como modelo, haja vista que conseguiram a contratação no término do cumprimento da pena. **CONCLUSÃO** De acordo com as atividades até então realizadas foi possível perceber que o trabalho necessita de maior envolvimento de outros profissionais, haja vista a preocupação em não persistir na exclusão. Também é necessário melhor investimento na qualificação do trabalho para que os egressos retornem sempre mais capacitados à reinserção. Percebe-se ainda muita discriminação por parte da sociedade e também vinda deles próprios em relação à imagem tida de si mesmo. Por vezes é percebido o discurso punitivo na fala de algumas pessoas, o que contraria o princípio do que quer o trabalho do Patronato. É preciso uma organização diferenciada para que seja possível intervenção terapêutica em meio a essa população e necessidade de maiores subsídios, advindos da formação universitária, para que se tenha maior aplicabilidade o trabalho do profissional de Psicologia.

**IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO: O CASO DOS PÓS-GRADUADOS.** *Livia Gomes dos Santos* (liviagomess@yahoo.com.br); *Priscilla Soares Ternyia*; *Jeferson Renato Montreozol*. Grupo de Estudos Sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho, Linha de Pesquisa Educação e Trabalho, Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Curso de Psicologia, UFMS.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir, a partir dos resultados obtidos pela pesquisa “Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual: Manifestações no Pensamento e na Emoção”, realizada na cidade de Campo Grande – MS, a

---

análise dos dados referentes ao Perfil Psicossocial dos Trabalhadores Desempregados na Cidade de Campo Grande, MS, mas que são passíveis de generalização para o País, cujo nível de escolaridade seja a Pós-graduação. Esta pesquisa foi realizada com base nos pressupostos da Psicologia Socio-histórica, teoria psicológica de orientação materialista histórico-dialética, que exige para explicitação dos aspectos abstratos a construção de uma base empírica, a qual foi composta por mil trabalhadores desempregados, que buscavam emprego nas Agências de Intermediação de mão-de-obra. Esta amostra representa 0,13% da população desta cidade, conforme os dados do IBGE referentes a 2006. A primeira análise de dados foi quantitativa e construiu o Perfil do trabalhador desempregado. Durante a pesquisa naqueles locais foram aleatoriamente encontrados e entrevistados quatro sujeitos que têm cursos de Pós-graduação, representando 0,3% desta amostragem. Embora percentualmente o número de desempregados com cursos de Pós-Graduação seja insignificante (0,4%), dada a carência de profissionais com este nível de formação no País é surpreendente tal incidência. Dentre eles, um (01) é casado, o outro separado e dos (02) são solteiros. Suas idades estão compreendidas nas faixas de idade entre 20 e 25 anos, de 26 a 30 e o mais velho tem entre 51 e 55 anos. Dois (02) são mulheres e (02) homens. Apenas um deles tem um dependente, que é sua irmã. Os Cursos de pós-graduação são em Administração e Recursos Humanos, Biologia com ênfase em Biotecnologia e Biodiversidade, Contábeis e Gestão em Marketing – o que também indica que atinge principalmente os cursos relacionados à área de administração, demonstrando que este é um campo saturado de profissionais. Podemos afirmar que isso ocorre devido à uma reestruturação do sistema de produção: o modelo taylorista exigia, de fato, uma série de administradores e profissionais especializados, o que não ocorre no modelo toyotista, marcado pela flexibilidade, essa característica não é mais necessária. Assim, o nível de educação escolar deixa de proporcionar as condições necessárias para a garantia da vida social e passa a contemplar as exigências de adaptabilidade e versatilidade, conforme os mecanismos de objetivação em vigor nas fábricas e, tudo isto, num mundo do trabalho em esfacelamento. Todos já tiveram empregos anteriores e o tempo médio de desemprego é de 6 meses. Ao buscarmos as implicações psicossociais de tais condições, verificamos que socialmente são resultados da economia que se manifesta nas normatizações que os organismos internacionais estabelecem para a educação, fazendo com que esta, no que lhe tange, quanto à formação dos aspectos psicológicos individuais, já há algum tempo, tenha deixado de formar o indivíduo humano para formar o indivíduo produtivo, mercantil e pragmático. Por essa relação, Saviani (2005) declara que a escola se encontra sob a determinação direta do mercado capitalista, dotada de valor econômico próprio, por ser um bem de produção e não somente de consumo. Tanto que os sistemas de ensino estão sendo radicalmente modificados, seguindo as orientações do Banco Mundial, que utiliza como instrumento de barganha as exigências relacionadas à educação, construindo uma orientação que tem grande importância para a estruturação e manutenção do capital; esse programa tem um alcance global que propõe, induz e orienta a reforma dos sistemas de ensino em todos os graus e em todos os países. Dessa forma, também a nossa pesquisa invalida as hipóteses que sustentavam que quem tinha qualificação não corria o risco de ficar sem emprego, levando-nos à constatação de que não há mais segmento social imune ao problema do desemprego no País, atingindo tanto a mão-de-obra de baixa qualificação quanto àqueles que possuem maior escolaridade e capacitação técnica.

---

**AS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO PARA A CONSCIÊNCIA DO TRABALHADOR NO QUESITO GÊNERO.** *Fernanda Ferreira Chaves* (fernanda-chaves@hotmail.com). UFMS.

O presente trabalho configura os resultados alcançados pela pesquisa sobre as “Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual – Manifestação no Pensamento e Emoção”, que foi desenvolvida no município de Campo Grande/MS desde 2005. No caso deste trabalho irei comentar sobre o perfil dos trabalhadores desempregados delineado nesta pesquisa no quesito do gênero. O universo desta foi composto por mil (1000) trabalhadores desempregados, os quais representam 0,13% da população desta cidade, conforme os dados do IBGE, referentes a 2006. Esta pesquisa foi uma das ações do Grupo de Estudos sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho, vinculado à Linha de Pesquisa Educação e Trabalho, do Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Curso de Psicologia – Formação de Psicólogo, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Esta pesquisa se pautou no entendimento que o trabalho é constituinte das Funções Psicológicas Superiores dos homens e que a sua forma social predominante nos últimos séculos foi o trabalho empregado. Portanto, o desemprego se torna construtor de consciências diferenciadas daquelas que a psicologia vem abordando devido a ausência da possibilidade dos homens produzirem suas vidas. Estas constatações vinham se sustentando em aspectos que surgiam quando verificávamos o trabalho sob a forma de emprego construiu o entendimento que temos sobre nós e os outros, bem como forma com as relações sociais se estabelecem e a educação que se oferta. Este trabalho está pautado na perspectiva da Teoria Psicológica Socio-Histórica que permitiu o domínio teórico e metodológico sobre as mútuas determinações do trabalho e das condições psicológicas dos sujeitos trabalhadores e que necessariamente, vinha encontrando muitos indicadores das diferenciações que se estabelecem nos sujeitos que perderam seus empregos. Focar o gênero significa entendê-lo como constituinte da identidade dos sujeitos. O gênero é uma categoria de análise que indica a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios dos homens e das mulheres. Apesar de todos os avanços relativos aos direitos da mulher, a sua situação na sociedade brasileira continua com sérios problemas a serem resolvidos. E é no mercado de trabalho que esta diferença aparece de forma mais clara. Homens e mulheres enfrentam, atualmente, dificuldades para obter uma ocupação, tanto que as taxas de desemprego são elevadas para ambos. Mas, mesmo com o crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho, as taxas de desemprego feminino são sempre superiores às registradas para os homens, o que reflete maiores obstáculos para as mulheres se inserirem no mercado de trabalho. Apesar das mulheres continuarem tendo menor representação entre a população ativa e maior entre os desempregados, parece-nos que a sociedade considera o desemprego feminino como menos grave, menos preocupante, ele deixa de ser considerado um problema social, permitindo que as políticas públicas de emprego não reconheçam a gravidade da situação; mesmo quando confrontadas com o fato das mulheres serem as provedoras de pelo menos 25% dos domicílios brasileiros e, a sua contribuição à renda familiar ser imprescindível para grande parte das famílias brasileiras.

**SOFRIMENTO PSÍQUICO DO TRABALHADOR E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EM SAÚDE NA LÓGICA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.**

*Sandra Fogaca Rosa Ribeiro* (sandrafogacarr@gmail.com); *Sueli Terezinha Ferreira Martins*. UNESP-BOTUCATU. Apoio: CAPES.

---

As transformações pelas quais tem passado o campo da saúde pública no Brasil têm trazido reflexos na organização do trabalho. Nessa perspectiva a Estratégia Saúde da Família (ESF), enquanto uma das medidas para tornar realidade as mudanças preconizadas desde a regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS), constituiu-se como cenário de uma pesquisa. O objetivo foi identificar a relação entre o sofrimento psíquico do trabalhador e a organização do trabalho em uma equipe da ESF. A metodologia constou de observação participante e entrevistas não-estruturadas, utilizadas para o levantamento dos dados, numa abordagem de pesquisa qualitativa. A análise foi realizada através do estabelecimento de temáticas e sub-temáticas, precedida pela análise de conteúdo. Os resultados resumem-se em três temáticas gerais: implicações de ordem pessoal, implicações do cotidiano de trabalho e implicações da infra-estrutura institucional. Apontam dificuldades estruturais e funcionais entre a organização do trabalho e o sofrimento psíquico do trabalhador. Algumas indicações disso foram: desânimo, angústia, conflito na equipe, falta de rede de apoio, acúmulo de atividades, absorção dos problemas do usuário para si mesmo, desvalorização profissional, sobrecarga de trabalho e impotência frente à dificuldade de dar conta da demanda. A fundamentação teórica possibilitou o entendimento do sofrimento psíquico na organização do trabalho, permeada pela lógica capitalista. A perda do sentido no trabalho, pela fragmentação, deixou claro o quanto na lógica capitalista, o trabalho não atende os interesses e desejos do trabalhador, mas do mercado e do capital. A liberdade e a expressão do desejo foram capturadas e atreladas a outrem, observando-se atos parcelares e normatizados, procedimentos estanques das categorias de profissionais, aumento da tecnologia dura em detrimento da tecnologia leve, distanciamento do profissional-trabalhador do usuário, falta de reconhecimento de si mesmo no seu trabalho, atos e medidas de cunho higienistas, terceirização e precarização das relações de trabalho. Os questionamentos realizados junto aos trabalhadores no desenvolvimento da pesquisa produziram reflexões sobre essas questões, procurando ajudá-los na compreensão da relação entre a organização do trabalho e o sofrimento psíquico. A falta de noção clara do trabalhador dos motivos de seu sofrimento fazia com que ele atribuisse as falhas a si próprio ou ao colega, intensificando a culpa e o sofrimento. As pesquisas na área evidenciam que a situação tende a piorar, porque a produção da saúde é um processo indissociável do seu produto, é a atividade em si mesma. Entretanto, a divisão parcelar do trabalho torna-a exatamente o contrário, dissociada e contraditória. O trabalhador, cada vez mais especializado, perde a noção do todo e fragmenta as suas ações de cuidado ao usuário. Muitas vezes, desconhece a finalização de um procedimento que iniciou, mas que foi finalizado por outro trabalhador, muitas vezes na mesma unidade. Segundo a Psicodinâmica do trabalho, o trabalhador tenta driblar o sofrimento utilizando estratégias defensivas, construídas a partir da relação do trabalhador com a organização do trabalho, direcionadas à realidade social do trabalho. Desde que a modificação da organização do trabalho está bloqueada, o trabalhador busca transformar e minimizar sua percepção da realidade através dos mecanismos de defesa, o que o faz sofrer. É um processo estritamente mental, pois não modifica a realidade imposta pela organização do trabalho, mas alivia seu sofrimento. Desencadeando um processo de Educação Permanente em Saúde, os pesquisadores facilitaram a implementação de novas práticas no atendimento da demanda através da abertura de espaços coletivos de reflexão sobre o processo de trabalho e a reorganização possível das relações cotidianas de trabalho.

---

**ORIENTAÇÃO VOCACIONAL - LEVANTAMENTO DE POTENCIALIDADES PESSOAIS E GRUPAIS COMO ESTRATÉGIA DE RE-INSERÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM LEI.** *Edilaine Baccarin*

(dilaanjo@yahoo.com.br); *Cinthia Tokie Agariyada*; *Aurora Aparecida Fernandes Gonçalves* (supervisora); *Sebastião Ovidio Gonçalves* (orientador). UEL.

Há sérias dificuldades a serem enfrentadas pelo adolescente em situação de risco ou mesmo aquele em conflito com a lei, na sociedade brasileira. A possibilidade ou a participação em um ato infracional, coloca o adolescente em uma situação que exige ações competentes de diferentes segmentos sociais. A academia, em particular, através de projetos de extensão à comunidade, deve propor medidas que minimizem ou mesmo orientem ações que possam aliviar esse quadro social. Há que se considerar que esses adolescentes são marcados por uma mudança no modo de ver o mundo, há um uso competitivo do espaço físico no lar sempre restrito, com pouca possibilidade de assistência material e afetiva dos pais, pelos baixos salários e condições de trabalho, o que geralmente obriga as crianças e os jovens a, precocemente, assumirem uma participação na vida e no mundo que, pela exclusão pode aproximá-los, perigosamente da violência e da criminalidade. Sarriera (s.a.) afirma que o trabalho é uma das fontes estruturantes da identidade, e devido a isto deve proporcionar ao jovem um sentido para a vida. A partir disso, o levantamento de capacidades através da orientação vocacional é um dos caminhos que abre uma possibilidade de evitar que o adolescente cometa ou volte a cometer delitos, encontrando na atividade laboral a possibilidade de desenvolver-se, tanto nos aspectos econômicos e culturais como também na questão individual de conseguir trabalhar e realizar-se como ser humano. A proposta do projeto era, por meio do trabalho de Orientação Vocacional, levantar as capacidades e potencialidades de um grupo de adolescentes em conflito com a lei da Unidade do CENSI I em Londrina, a fim de mediar sua re-inserção social por meio do trabalho. O referencial teórico adotado remete à Psicologia Social, mais especificamente aos conceitos de identidade e representação social. Buscou-se também a proposta de Estratégia Clínica em Orientação Vocacional de Rodolfo Bohoslavski. Contudo, observou-se nas etapas iniciais de implementação do projeto, situações intrigantes que deixaram claro o quanto a burocracia pode, muitas vezes, impor-se de tal modo que deixa para um segundo plano a extrema necessidade de se trabalhar com esses jovens e levá-los a um processo de desvinculação saudável da dependência das leis para uma vida responsável e mais feliz. Após cinco meses de incansável busca por um campo onde pudéssemos realizar nossas atividades, conseguimos formar um grupo de 15 jovens em situação de risco, de ambos os sexos, com idade média de 14 anos, moradores do conjunto habitacional João Turquino, em Londrina-PR, região onde se concentram famílias de baixa renda. Os adolescentes nos surpreenderam desde o primeiro encontro, onde discutiram a idéia de trabalho extrapolando o conceito de emprego formal, abrangendo, segundo eles, qualquer atividade humana. O grupo se reúne uma vez por semana durante 2 horas e a idéia é que as reuniões aconteçam até o final de novembro. Concomitante à realização dos encontros com o grupo, estaremos em contato, a fim de firmar parcerias, com empresas, com as incubadoras de economia solidária e também com o Senac de Londrina, buscando apoio para que o jovem atendido pelo projeto possa realizar cursos e estágios que facilitem a sua inserção, se esse for o desejo, no mercado de trabalho. Ao final do processo espera-se que o adolescente tenha refletido sobre si e sua relação com mundo, a fim de fazer uma escolha consciente e produtiva, entenda que identidade não é algo estático, mas que se relaciona diretamente com aquilo que fazemos. Mais do que isso é importante que o

adolescente compreenda que a escolha não aparece pronta, para chegar a ela é necessário ver-se primeiro, reconhecer-se como cidadão, com direitos e deveres, bem como, reconhecer no outro essas mesmas condições. A descoberta de potencialidades, limites e características pessoais e grupais, alicerçadas num reconhecimento realístico do mundo do trabalho e do mercado, pode significar, segundo nosso entendimento, a grande diferença entre vencer as dificuldades de uma vida excludente, virar o jogo e ser feliz ou permanecer nesse estado de coisas, quase sempre criadas à revelia dos sujeitos, e degradar-se.

**IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO: AS RELAÇÕES ENTRE O PENSAMENTO RELIGIOSO E A BUSCA POR UMA NOVA COLOCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.** *Ronaldo Maciel Pavão* (ronaldo1722@yahoo.com.br). CNPQ/FUNDECT/UFMS.

O presente trabalho “Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual: Manifestações no Pensamento e Emoção”, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Inara Barbosa Leão, discute a relação entre a subjetividade do trabalhador na sociedade capitalista e seu sentimento, sua afetividade e sua emoção frente à condição de desemprego, esta como resultante do processo de organização da produção material em nossa sociedade. O objetivo de nosso trabalho é apresentar e discutir a análise dos dados quantitativos referentes ao Relatório Parcial deste Projeto, coletados em Campo Grande – MS, no que concerne ao perfil psicológico dos trabalhadores desempregados e sua relação com o pensamento religioso, como elemento superestrutural, visto a sua manifestação no pensamento e nos discursos individuais, através do qual o trabalhador espera obter alguma ajuda ou recompensa. Partindo-se de uma perspectiva sociológica que considera a religião como instituição com funções nos sistemas sociais, tais como a regulação de consciências individuais e atuação como aparato ideológico superestrutural, foi condição sine qua non que estudássemos a sua relação com a consciência do trabalhador desempregado, por tal instituição prover uma maneira compartilhada e coletiva de lidar com aspectos desconhecidos e incognoscíveis da vida humana e sua existência, além dos dolorosos dilemas que surgem no processo de tomada de decisões de natureza moral, oferecendo suporte para a solução de problemas de ordem material e aqueles relacionados à realidade objetiva destes indivíduos. Também é fundamental considerarmos o elemento religioso em sua relação com a subjetividade do trabalhador tendo em vista as contribuições históricas, sociais e políticas do catolicismo e do protestantismo para a acumulação primitiva do capital, no que tange aos aspectos ideológicos e em suas práticas. A base teórica que orientou nossas ações foi a Teoria Psicológica Sócio-Histórica, pois se destaca a premência em entendermos as implicações do desemprego no âmbito dos processos psicológicos quando as observamos em sua relação com a realidade, o que nos leva a considerar que as mudanças de ordem econômica levam a mudanças superestruturais, do pensamento religioso e sua práxis, produzindo um novo conjunto de significados para a realidade. Também encontramos suporte teórico na Teoria sociológica dos Sentimentos, de Agnes Heller, no que concerne à compreensão do sentimento do desempregado frente ao pensamento religioso, em sua vida cotidiana. A pesquisa ainda se fundamenta metodologicamente e epistemologicamente no Materialismo Histórico e Dialético, para a análise dos fenômenos da realidade em relação com sua historicidade. Optamos por ambas as fontes por entendermos serem estas as que melhor nos fornecem explicitações quanto à relação entre subjetividade individual e objetividade social. Na pesquisa, as religiões que se apresentaram como as mais professadas foram a católica, com 38%, e as evangélicas, com

---

26%, sendo o primeiro grupo o mais expressivo dentre os desempregados. Entretanto, vale destacar que o percentual dos que declararam não ter orientação religiosa é significativo, acumulando 31% dos entrevistados. Também merece consideração a insignificância estatística dos que se declararam ateus. Se considerarmos que a religião é uma instituição cultural forjada pelo imaginário social com a função de oferecer esperança, podemos deduzir que o sentido pessoal de estar desempregado pode promover a aproximação dos indivíduos com as práticas religiosas, em oposição ao pensamento ateu. Outros dados apontam que 31% dos trabalhadores entrevistados declararam não ter religião. Porém, isto não significa que não tenham crenças, mas indica mais uma “des-institucionalização” da religião e a emergência da chamada “religião invisível”. Quanto à influência religiosa na subjetividade, percebe-se que é um fator bastante presente na vida dos indivíduos desempregados, pois estes se “apegam” à religião como fonte de fé para conseguir um novo emprego. E tal instituição passa a participar na formação da consciência e da identidade do sujeito, organizando sua subjetividade, influenciando diretamente sua Weltanschauung, sua maneira de pensar, agir e se posicionar no mundo. Na condição de desemprego, afeta principalmente os processos de sustentação da identidade: auto-imagem, relações interpessoais, modo de organização e expressão de emoções e análise da realidade. Portanto, todos estes aspectos da religiosidade tiveram influência direta na procura do sujeito por um novo emprego, se fazendo premente o estudo de suas relações, a saber, da fé e da busca material por uma colocação no mercado de trabalho capitalista.

**A FEIRA DE ARTESANATO DA PRAÇA DA REPÚBLICA E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO, ARTE, SOCIABILIDADE E GERAÇÃO DE RENDA.** *Vivian Pisaneschi Cruz*; (vivianneschi@yahoo.com.br); *Leny Sato*. Depto. Psicologia Social e do Trabalho, USP-SP. Apoio: PIBIC/CNPQ.

Esse estudo destina-se a descrever o trabalho de uma feira de artesanato na cidade de São Paulo, considerando-se as seguintes dimensões psicossociais: a configuração do espaço de sociabilidade, o trabalho em sua relação com a arte e o trabalho como gerador de renda. A pesquisa é um estudo de caso (feira de artesanato da Praça da República) e adota o método etnográfico (observações, conversas e entrevistas). Após cada incursão realizada, é redigido um diário de campo pormenorizado. Foram feitas também entrevistas com expositores/vendedores, lançando mão de um roteiro semi-estruturado. Através dos dados recolhidos, foi possível mapear elementos a fim de fazer uma descrição da feira de artesanato. Os principais elementos observados e descritos são características concernentes à sua história, ao seu funcionamento, ao seu espaço e às relações interpessoais que abriga. Característica importante para a compreensão das dimensões pretendidas é constatar a existência de subdivisões tanto no espaço como na organização da feira, sendo as mais marcantes a área de artesanato, a de artes plásticas e de pedras e minerais. Cada uma delas possui jeitos distintos de comercializar, de se relacionar com o público, de se organizar na praça, enfim, possui regras próprias que configuram um micro-universo, embora dividam espaço comum. Identificar tais características foi um primeiro passo para delinear compreensão mais apurada acerca do trabalho na feira de artesanato em relação à sociabilidade, geração de renda e arte. A relação entre o trabalho e a geração de renda nesse contexto abre um leque de possibilidades de discussão. A feira de artesanato é uma atividade que gera renda, tanto para os que produzem e/ou comercializam como também para empregados (aqueles que não são os “donos” da barraca, mas comercializam), ambulantes (vendedores de bebidas em isopores,

bonequinhos e brinquedos, o homem com seu realejo) que perambulam pelo espaço da feira, entre outros. Além disso, é marcante a existência de extensa e complexa rede de atividades que se originam a partir da feira de artesanato: montadores de barracas, carregadores, seguranças particulares, lanchonetes, bancos, hotéis nos arredores e mais uma variedade incalculável de relações de trabalho. A feira é também lugar de sociabilidade e de troca de conhecimento e informação, tanto para quem nela trabalha como para quem a frequenta: é lugar de passeio e passagem. A presença marcante de turistas estrangeiros traça perfil peculiar à “feira da República”, que se mostra fonte de rica troca interpessoal e de intercâmbio cultural. Quanto à esfera da arte, é possível verificar que muitas vezes o expositor não categoriza seu trabalho como artístico. Tal significado do trabalho pode ser notado mais explicitamente entre os expositores/vendedores da parte das artes plásticas. Embora tomadas de características específicas, as três áreas principais da feira (artesanato, artes plásticas e pedras e minerais), compartilham, entre outras semelhanças, o caráter dual de seu trabalho: o momento da produção, que envolve a criatividade e o momento da comercialização. Cada um desses momentos é orientado por lógicas distintas e se confrontam, num movimento que se abre em multiplicidade e ambigüidade de sentido. Conclusão preliminar permite identificar que as dimensões da arte, da sociabilidade e da geração de renda relacionadas ao trabalho se misturam. Tal constatação demonstra que tentar separá-las ou recortá-las se torna tarefa difícil e até mesmo esvaziada de sentido. Eixo temático: Psicologia Social: Psicologia do Trabalho

**IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DO DESEMPREGO: QUANDO A MAIORIA DOS DESEMPREGADOS ATINGIU A ESCOLARIZAÇÃO NO NÍVEL MÉDIO COMPLETO.** *Kezia Freitas Cavalcante* (keziafc@hotmail.com); *Inara Barbosa Leão*. Grupo de Estudos sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho, Linha de Pesquisa Educação e Trabalho, UFMS. Apoio: CNPQ; FUNDECT; UFMS.

Para a Teoria Psicológica Sócio-Histórica o trabalho é um mediador fundamental na constituição da subjetividade do indivíduo. A educação em seus primórdios se dava de maneira prática: o homem aprendia por meio de seu trabalho passando esse conhecimento às outras gerações. Como consequência de uma divisão social em classe a escolarização sofreu uma divisão: uma destinada à classe trabalhadora – cuja relação com o trabalho ainda é fortemente presente – e outra destinada à classe dominante – representada pelo domínio das atividades intelectuais. O conceito de trabalho modificou-se e passou a ser confundido com a noção de emprego, gerando uma concepção de que maiores níveis de educação pudessem ser garantia de um trabalho estável e rentável. Visto que, nos últimos anos, a taxa de desemprego tem crescido de forma ostensiva, indicando que a transformação infra e superestrutural passa a determinar novas características para a consciência humana, as quais ainda não estão devidamente apreendidas, as implicações psicológicas que o desemprego causa ao trabalhador é o nosso objeto de estudo. O presente trabalho configura os resultados alcançados pela pesquisa sobre as “Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual – Manifestação no Pensamento e Emoção”, que foi desenvolvida no município de Campo Grande/MS desde 2005. O universo desta foi composto por mil trabalhadores desempregados, os quais representam 0,13% da população desta cidade, conforme os dados do IBGE, referentes a 2006. Ao contrário do que indica o senso comum, a taxa de desemprego tem sido mais expressiva para pessoas com escolaridade de Nível Médio, do que para os trabalhadores com menos anos de educação. O Ensino Médio Completo é o nível de escolaridade da maioria (47%) dos trabalhadores desempregados que fizeram parte da amostra

---



da pesquisa. Quase todos os entrevistados com Nível Médio completo de escolarização tiveram algum tipo de trabalho antes dos 18 anos, sendo que um percentual de 42% teve o primeiro emprego aos 16 anos o restante se divide em uma idade média de 17 e 21 anos. A maioria dos entrevistados é jovem entre 19 e 22 anos, com uma maior prevalência para o sexo feminino. Quanto ao motivo pelo qual tiveram que parar seus estudos, o item, condição financeira foi o mais apontado, seguido pelos filhos e pelo casamento. Essas informações nos levam a refletir que nem sempre alta qualificação ou o alto índice de escolaridade possam ser garantias de emprego e de bons salários. Dessa forma, também a nossa pesquisa invalida as hipóteses que sustentavam que quem tinha qualificação não corria o risco de ficar desempregado, o que nos leva a constatar que não há mais segmento social imune ao problema no país, e ainda, que o desemprego atual caracteriza-se por ser mais de natureza intelectual – vinculado à maior escolaridade e capacitação técnica – do que de emprego de mão-de-obra com baixa qualificação. Portanto, as oportunidades de trabalho tendem a retroceder e a escolaridade não tem tido o poder de funcionar como seguro contra desemprego, emprego precário, baixos salários e insegurança. O grau de escolaridade já não garante estabilidade no trabalho nem na profissão e as carreiras profissionais deixaram de ser atividade fixa, segura, entre a escola e a aposentadoria. Tais condições mostram que a mobilidade social por meio da educação torna-se ainda mais restrita. Pautando-nos no entendimento de que o trabalho é constituinte das Funções Psicológicas Superiores dos homens e que a sua forma social predominante nos últimos séculos foi o trabalho empregado, o desemprego então se torna construtor de consciências diferenciadas daquelas que a psicologia vem abordando devido à ausência da possibilidade dos homens produzirem suas vidas. Tais preocupações abordadas sob a perspectiva da Teoria Psicológica Sócio-Histórica permitiram-nos domínio teórico e metodológico sobre as mútuas determinações do trabalho e das condições psicológicas dos sujeitos trabalhadores e, necessariamente, vínhamos encontrando muitos indicadores das diferenciações que se estabeleceram nos sujeitos que perderam seus empregos.

**IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO: DADOS SOBRE O ENSINO SUPERIOR.** *Priscilla Soares Teruya* (pripsipoca@yahoo.com.br); *Jeferson Renato Montreozol*; *Livia Gomes dos Santos*. UFMS. Apoio: CNPQ.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir a análise dos dados referentes ao Perfil Psicossocial dos Trabalhadores Desempregados na Cidade de Campo Grande, MS, mas que são passíveis de generalização para o País, principalmente quando o desemprego atinge os profissionais com escolaridade de nível superior. Tais dados são resultantes da pesquisa “Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual: Manifestações no Pensamento e na Emoção” que se embasa nos pressupostos do Materialismo Histórico e Dialético buscando compreender como se constitui o processo de subjetivação e quais as conseqüências da ausência do trabalho para a subjetividade do homem. Os dados coletados indicam que o desemprego atinge todos os segmentos sociais, ao contrário do que se apresentava há alguns anos atrás, quando estava primordialmente associado aos sujeitos com menor escolarização. Nossa pesquisa mostra que é cada vez maior a presença de pessoas com maior escolaridade entre essas estatísticas. Do total de sujeitos entrevistados encontramos um contingente de 12% de desempregados com Ensino Superior incompleto e 3% Ensino Superior completo. É preciso lembrar que o Ensino Superior no Brasil sempre foi restrito, considerado o principal ponto de estrangulamento do sistema educacional e que a demanda

mercadológica sempre foi superior a oferta de profissionais formados pelas IES. Ou seja, a nossa pesquisa invalida as hipóteses que sustentavam que quem tinha qualificação não corria o risco de ficar sem emprego, o que nos leva a constatar que não há mais segmento social imune ao problema no país, e ainda, que o desemprego atual caracterize-se por estar vinculado à maior escolaridade e capacitação técnica do que de emprego de mão-de-obra com baixa qualificação. O discurso amplamente propagado de que quanto maior a escolaridade maior as garantias de emprego estável e rentável caem por terra. A gravidade de tal situação se expressa nos dados acumulados por esta pesquisa, uma vez que a mesma levantou seus dados junto às Agências Públicas de Intermediação de Mão-de-obra. Estas têm se voltado prioritariamente para a oferta de vagas de emprego que exigem escolarização de Nível Médio. No caso do ensino superior há indicativos de que o desemprego tende a se agravar nos próximos anos, uma vez que a implantação de políticas afirmativas tem proporcionado maior acesso da população à este nível de escolarização. Entretanto, enquanto determinante das estruturas psicossociais, a educação institucionalizada é um componente da vida social, que se manifesta e concretiza-se nas formas de organização das atividades e das relações dos indivíduos, conformadas pelos interesses hegemônicos da sociedade. É como tal que implica na constituição da consciência humana, porque reflete como natural a organização social predominante das relações no período histórico em que se vive. No caso do Ensino Superior no Brasil, adquire algumas peculiaridades, isso porque modelo adotado é primordialmente técnico, o que cria um grande número de profissionais especializados, o que não garante que os trabalhadores tenham consciência das determinantes sociais que geram percepções e sentimento contraditórios que não permitem que o trabalhador desempregado entenda a real situação sócio-econômica e as suas conseqüências para os indivíduos particulares.

**IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DO DESEMPREGO E O TRABALHO DOMÉSTICO.** *Rocio Fabiane Teobaldo Arrúa* (rociofabiane@hotmail.com); *Inara Barbosa Leão*. Grupo de Estudos sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho, Linha de Pesquisa Educação e Trabalho, UFMS. Apoio: CNPQ; FUNDECT; UFMS.

No presente trabalho serão abordados dados da pesquisa “Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual: Manifestação no Pensamento e Emoção”. Pesquisa desenvolvida desde 2005 em Campo Grande/MS e que trouxe algumas peculiaridades em relação às funções exercidas no último emprego pelos indivíduos desempregados, no qual verificamos uma concentração no Setor de Serviços, com dados expressivos no trabalho doméstico. A pesquisa se pautou no entendimento que o trabalho é constituinte das Funções Psicológicas Superiores dos homens e que a sua forma social predominante é o trabalho empregado. Tais preocupações abordadas sob a perspectiva da Teoria Psicológica Socio-Histórica permitiram-nos domínio teórico e metodológico sobre as mútuas determinações do trabalho e das condições psicológicas dos sujeitos trabalhadores e, necessariamente, vínhamos encontrando muitos indicadores das diferenciações que se estabelecem nos sujeitos que perderam seus empregos e que desempenham determinadas funções. Devido a isto, é imprescindível à compreensão dos aspectos psicológicos desses trabalhadores, como identidade e consciência, considerando a pluralidade de significações construídas para o trabalho doméstico e como se caracteriza na sociedade. Foram entrevistados mil (1000) trabalhadores desempregados que procuravam as Agências Públicas de Intermediação de Mão-de-obra da Fundação Social do Trabalho vinculada à Prefeitura Municipal de Campo Grande, e da Fundação do Trabalho, ligada ao Governo do Estado de

---

Mato Grosso do Sul, tratados quantitativamente. O Perfil dos trabalhadores desempregados delineado na pesquisa mostra que a maioria, são jovens, na faixa etária de 16 a 30 (70%), mulheres (54%), o estado civil predominante é de solteiros (62%), que possuem dependentes (53%), sendo os filhos a maioria destes (82%) e com Ensino Médio Completo (47%). Portanto a grande maioria são mulheres, solteiras e com filhos. Os espaços domésticos remetem eminentemente ao trabalho desenvolvido por sujeitos do sexo feminino, onde realizam atividades naturalizadas como própria de mulheres, arrumar a casa, lavar as vasilhas, cozinhar, passar, lavar roupas, etc. O trabalho doméstico desempenhado pela mulher é consequência das relações de gênero instituídas pelos aspectos cultural e social compartilhados sobre as funções da mulher que “define” o papel a ser desempenhado. Características próprias do trabalho doméstico implicam na estruturação das identidades desses trabalhadores, uma vez que se desenvolvem pela mediação da linguagem, pensamento e emoção e considerando que é tida como uma atividade desvalorizada socialmente, realizadas habitualmente por mulheres sem qualificação profissional. A identidade dessas mulheres, produto da integração dos processos que tornam reais as relações vitais do sujeito e o trabalho doméstico instala tipos e formas concretos de vínculos que se estabelecem entre eles, como papel gênero, situações conflituosas entre patrões e empregadas devido ao preconceito dessa atividade laboral, baixos salários, não pagamentos de direitos trabalhistas. Por conseguinte, nossa investigação indica que os hábitos, habilidades e conhecimento adquiridos nas atividades domésticas como precários e destinados apenas ao atendimento dos outros. Assim, fecha-se o círculo sobre mulheres oprimidas por um sistema econômico perverso, que as obriga a sujeitar-se ao trabalho doméstico, pois precisam manter sua sobrevivência e de seus filhos e acabam por assumir toda a construção social simbólica e impregnada de depreciação para com esse tipo de atividade e de quem o executa. As mulheres são elas as que têm maiores dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho empregado e de gozarem dos benefícios.

**QUALIDADE DE VIDA DOS TRABALHADORES DA PECUÁRIA DE CORTE NO PANTANAL.** *Beatriz Rosália Gomes Xavier Flandoli* (beatrizxavier@terra.com.br) UFMS. Apoio: EMBRAPA/PRODETAB.

O presente trabalho é parte da Pesquisa intitulada: Avaliação da qualidade de vida da população envolvida na pecuária de corte no Pantanal realizada em parceria interinstitucional entre a UFMS e a Embrapa CPAP, nas sub-regiões da Nhecolândia e Paiaguás, em M.S. A pesquisa encontra-se em fase de tabulação de dados e os resultados preliminares apontam para algumas causas do esvaziamento de famílias no pantanal. Realizou-se por meio de aplicação de questionários em fazendas das duas regiões com: a) trabalhadores residentes na propriedade sem família; b) trabalhadores residentes nas fazendas com família, c) familiares de trabalhadores residentes na fazenda, além de entrevistas com histórias de vida. O questionário foi dividido em 4 partes: trabalho, educação, assistência social e saúde. A Nhecolândia, nas últimas décadas teve suas áreas divididas entre os herdeiros dos antigos fazendeiros. Algumas atualmente também se dedicam ao turismo rural. No Paiaguás, distante e de difícil acesso, as propriedades passaram das mãos de antigos fazendeiros para grandes empresas e bancos de investimento. A tecnologia de produção tem se aprimorado, mas não há indicadores de preocupação com qualidade de vida, nem com a alta rotatividade da mão-de-obra. Não há investimento em qualificação profissional. O pantaneiro é visto como um ser insatisfeito e errante. Na Nhecolândia, algumas fazendas antigas mantêm a sua escola, normalmente conveniada com a prefeitura que se responsabiliza pelo pagamento do(a) professor(a). No

Paiaguás, nas propriedades pesquisadas não há escolas. Para que uma criança estude, ela tem obrigatoriamente que ser separada dos pais, morando na cidade, com parentes ou amigos ou em outra fazenda que tenha escola. Além da separação dos pais, separam-se também os irmãos ficando cada criança aos cuidados de um parente ou amigo. A falta de energia e de refrigeração resulta numa alimentação inadequada, à base de muita carne vermelha salgada e carboidratos. A saúde sofre agravos decorrentes do consumo do sal, e há alta incidência de doenças relacionadas a esse excesso: pressão alta e doenças cardíacas. Há muitos relatos de problemas de coluna resultantes de acidentes e do esforço físico. A jornada de trabalho é longa, e vai das 5 da manhã até o fim da tarde. Nas fazendas que se dedicam ao turismo rural, a atividade laboral se estende pelo período noturno com a focagem de jacarés. Peões se transformam em condutores e ajudantes e cozinheiras são mantidas trabalhando mais um turno para atender a todas as refeições: o café da manhã, o quebra-torto, almoço, jantar e no caso da atividade noturna, mais um lanche. Existem fazendas em que o trabalhador não sabe quanto ganha, pois recebe seus vencimentos quando vai para a cidade, onde a carteira fica retida, a cada dois ou três meses, ocasião em que é feito um “acerto” em que se desconta o que o peão “gastou”. Com a variação desses descontos, os funcionários ali permanecem sem saber o valor do seu salário até encontrar outro emprego. Os descontos variam de fazenda a fazenda. No Paiaguás, há incidência de peões jovens que trabalham como diaristas, sem carteira assinada, por anos seguidos. Nos acidentes de trabalho, como rodada com fratura, os peões são levados para a cidade de avião e providencia-se o atendimento. Acidentes são sempre contabilizados como responsabilidade de quem o sofre, inclusive na compreensão dos trabalhadores. Há grande prevalência de trabalhadores solteiros e a atividade sexual acontece a cada visita a cidade, que normalmente ocorre num fim de semana a cada sessenta dias. Conclui-se que o retorno e a fixação do homem no campo, só serão possíveis com a promoção de melhorias na qualidade de vida, entre as quais a possibilidade de vida familiar e afetiva. Para isso, é necessário produzir e divulgar estudos e pesquisas sobre o tema que alertem para os benefícios que essas empresas rurais teriam se investissem na mão de obra, e na redução da rotatividade, como a criação e manutenção de escolas, além de fomentar plantação de hortas e de árvores frutíferas, produção de queijo, e criação de animais domésticos como galinha para promover variações na dieta alimentar, baseada em carboidratos e carne vermelha. Entretanto, as instalações nas sedes das novas propriedades, feitas com construções de galpões pré-moldados sugerem que, assim como chegaram, essas empresas podem deixar a região, se encontrarem atividade mais lucrativa. Também está evidente a necessidade de campanhas de divulgação dos direitos trabalhistas a essa população que circula numa região em que o sindicato rural que se conhece é o sindicato dos proprietários rurais.

**CATADORES DE RUA VERSUS CATADORES DO LIXÃO: VARIAÇÕES NO SISTEMA DE EXCLUSÃO.** *Daiane Silva Batista* (daiaeneaiad@yahoo.com.br); *Beatriz Xavier Flandoli*. UFMS.

A pesquisa foi desenvolvida em Corumbá MS, junto aos Catadores de Materiais recicláveis, buscando compreender este trabalho que surge como resposta à exclusão social capitalista e atua como forma de subsistência na vida a que estes indivíduos estão submetidos. SAWAIA (1997) conceitua identidade como conceito político e social, embasamento para inclusão ou exclusão do indivíduo em sociedade. Dessa maneira, a sociedade tem responsabilidades na exclusão as quais os indivíduos estão submetidos. Segundo Sawaia a exclusão não se restringe

apenas a pobreza, mas a todos os demais aspectos sociais. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo-exploratório. A coleta de dados foi realizada utilizando entrevista semi-estruturada com participantes que foram encontrados trabalhando nas ruas e no Lixão do Município de Corumbá/MS. As categorias abordadas na entrevista estavam relacionadas: a identificação e a dados sócio-demográficos, à escolaridade, a profissão de catador, identidade e significado do trabalho, inserção social, as relações de trabalho e familiares e as expectativas frente ao futuro. A amostra coletada foi de 15 participantes que trabalham na rua (são autônomos), e 16 participantes que trabalham no Lixão de Corumbá, todos escolhidos aleatoriamente. Foram entrevistados 02 participantes donos de estabelecimento comercial de reciclagem e 01 representante do órgão público municipal. As entrevistas foram realizadas de forma individual, com autorização expressa de cada participante. Todas as entrevistas foram transcritas preservando o anonimato do participante. A baixa escolaridade predominantemente dos participantes, é um dos fatores agravantes na busca de melhores empregos, esse fator já foi levantado em outras pesquisas como cita Medeiros (2006). A maioria dos entrevistados relatou não ter carteira assinada e apenas ter trabalhado na informalidade com serviços braçais. Nenhum dos entrevistados recolhe atualmente o INSS. Pode-se observar em relação aos catadores de materiais recicláveis de rua que a maioria destes é imigrante de outras cidades, na qual foi relatado, predominantemente, já terem trabalhado em Campo Grande MS, capital do estado. Os catadores do lixão vivem constantemente expostos a moscas, o mau cheiro é constante. Apesar de não terem equipamento de trabalho, eles têm como exigir, segundo contrato da Prefeitura com o responsável pela mini-usina residente neste local. Eles também têm mais acesso a informação, pois receberam palestra e curso do Sebrae. A realidade vivenciada por esses catadores é a crescente concorrência pelo material reciclável. Muitas famílias, que possuem renda fixa, separam os materiais para revender. A latinha (relatada como um dos produtos mais valorizados pelo mercado) é descrita como a mais difícil de encontrar, e mesmo assim família, mulheres e filhos juntam em casa para revender com a finalidade de receber um dinheiro extra. O papelão e papel, além de ser um produto barato, precisa ter equipamento para coletar (carrinho) e local para armazenar, sendo relatado por um dos comerciantes de Materiais Recicláveis que os próprios donos de comércio não jogam mais fora, eles atualmente revendem estes materiais. A organização local desta atividade também tem se revelado excludente. As entrevistas e observações realizadas indicam que estes sujeitos estão divididos em subgrupos. Um deles, o mais "privilegiado" é o que congrega os associados da associação de Reciclagem Vale da e Esperança de Corumbá, formada pelos catadores do Lixão Municipal, que receberam capacitação do SEBRAE. A associação comporta um número de catadores, não possibilitando a adesão de novos membros, o que, por si, denuncia nova exclusão. Os catadores que não fazem parte da associação chamam o lixão de "monopólio". Por sua vez, o funcionamento da associação não condiz com os relatórios de consultores encontrados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Os entrevistados consideram seu trabalho importante para a sociedade, devido aos problemas ambientais atuais e têm consciência da pouca valorização. Os programas sociais voltados à saúde do trabalhador estão em fase de implantação e esses trabalhadores atuam expostos a danos permanentes à saúde, excluídos dos bens sociais anunciados pelos discursos oficiais. A Associação vende toda a sua produção para a empresa autorizada, que fica no próprio Lixão; tanto os que atuam nas ruas como os associados esperam a criação de associações efetivas. Compreender a identidade desse trabalhador é atentar para suas condições de vida e saúde e o significado que ele encontra em seu trabalho.

---

IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DO DESEMPREGO: IDADE E SUAS VINCULAÇÕES COM AS DETERMINAÇÕES SOCIAIS. *Ana Cristina Aiala Aguilera* (tinaaiala@hotmail.com). UFMS.

Este trabalho apresentará as implicações psicossociais da idade para os trabalhadores desempregados. Trata-se dos resultados alcançados pela pesquisa desenvolvida no município de Campo Grande/MS sobre as “Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual – Manifestação no Pensamento e Emoção”. Psicologicamente a idade é um dos status sociais prescritos, que ao marcar o estágio da existência, prescreve socialmente as relações e comportamentos possíveis. Nesta pesquisa, ela importa como um dos fatores que permite o ordenamento jurídico da sociedade brasileira quanto aos direitos e deveres. E psicologicamente indica as características comportamentais e subjetivas desejadas e promovidas para e pelos indivíduos. Desta forma o objetivo deste é de oferecer os resultados da pesquisa sobre a idade e suas vinculações com as determinações sociais, assim como, promover uma melhor compreensão das características atuais do desemprego nos aspectos que se referem à idade. Os resultados que aqui são utilizados são parte de uma amostra composta por dados de mil (1000) entrevistas realizadas com trabalhadores desempregados e tratados quantitativamente. As análises foram realizadas sob a perspectiva da Teoria Psicológica Socio-histórica, o que nos permitiu o domínio teórico e metodológico sobre mútuas determinações do trabalho e das condições psicológicas dos sujeitos trabalhadores. No que se refere ao ordenamento social sob o aspecto jurídico, legislação trabalhista, que versa sobre o direito do trabalho e a cível relativa ao cidadão, considerado em suas circunstâncias particulares dentro da sociedade brasileira, ambas prescrevem que os brasileiros comecem a trabalhar formalmente aos dezoito anos de idade. Antes disso, após os dezesseis, pode-se buscar inserção no mercado de trabalho, apenas, como aprendiz. O mesmo conjunto legal indica os sessenta (60) anos como idade a partir da qual se pode aposentar e os setenta (70) anos estabelecem o limite máximo para a aposentadoria. Porém, tal prescrição não vem se constituindo em determinação estatutária, já que encontramos vinte e dois (22) sujeitos buscando empregos em organismos públicos de intermediação de mão-de-obra que declararam ter idade inferior aos dezoito anos. Ainda que numericamente este quantitativo se mostre baixo, em termos sociais o ingresso prematuro no mercado de trabalho se mantém persistente, seja devido à crise socioeconômica que se ampliou nos últimos anos, dificultando a possibilidade das famílias dispensarem os seus membros mais novos de contribuir para a renda familiar ou porque a visão cultural do trabalho como elemento educativo e formador de bons homens se mantém na nossa sociedade. A quebra do caráter prescritivo da idade como determinante do status social em relação à inserção e saída do mercado de trabalho pode ser percebida, também, quando encontramos entre os desempregados em busca de emprego pessoas com mais de 60 anos – em nossa pesquisa foi encontrado um sujeito com sessenta e três (63) anos. No que se refere às implicações psicológicas podemos considerar que as condições acima referidas interferem na constituição, desenvolvimento e alterações das estruturas subjetivas individuais, as quais ordenam as relações entre os sujeitos e a sociedade. Dessa forma, atualmente, temos encontrado a expansão do limite de idade para caracterizar a infância, a adolescência e a velhice. Isto porque a restrição do mercado de trabalho impõe a necessidade de postergar a entrada de novos indivíduos e adiar a saída dos que lá estão. Claramente vinculada com esta condição encontramos a ampliação da escolaridade e as exigências de formação profissional, as quais demonstram que o conteúdo das atividades e as possibilidades sociais de cada faixa etária e do seu conteúdo psicológico é determinado pelas

---

condições históricas concretas vigentes na sociedade no período de desenvolvimento. Por isso entendemos que, nas circunstâncias expostas pelos nossos dados, os estágios de desenvolvimento psicológico se apresentam, para a maioria dos desempregados desconformes com as atividades prescritas para as suas idades pelas características da nossa sociedade, pois quando deviam estar estudando e se preparando intelectual e tecnicamente para trabalhar, já estão ou estavam trabalhando, quando, pelas suas idades deveriam estar trabalhando, estão desempregados e quando deveriam se apresentar ainda precisam de emprego.

**A INSERÇÃO DO DEFICIENTE INTELECTUAL NO MERCADO DE TRABALHO SOB O OLHAR DA PSICOLOGIA.** *Flávia Pedrosa de Camargo* (flavinhacamargo\_@hotmail.com); *Beatriz Xavier Flandoli*. UFMS.

O trabalho é uma característica do homem, que a desenvolveu para garantir a sua sobrevivência. É por ele que o homem transforma a natureza e se transforma. Através do trabalho ele adquire sua identidade social e supre suas necessidades básicas. O trabalho é o recurso mais valioso que o homem possui para se adaptar ao seu meio. Acima de tudo, é direito de todos, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos. No entanto, o ser “diferente” é visto negativamente na sociedade e na maioria das vezes vive à sua margem. O grupo social é o referencial no qual o indivíduo se ajusta, pois seu auto-conceito pessoal se desenvolve a partir da percepção e representação do outro. (GLAT, 1989). Nos dias atuais, a sociedade supervaloriza as habilidades intelectuais. Assim, o rótulo de deficiente mental acaba por diagnosticar o sujeito antecipadamente como alguém que não possui raciocínio, potencial de aprendizagem ou capacidade para desempenhar alguma tarefa. Segundo Philomenko e Laurent (1962) dadas as condições sócio-educacionais adequadas, pessoas com deficiência intelectual são capazes de aprender uma profissão e funcionar adaptativamente em nível muito mais elevado do que o previsto. A Lei nº 8.213/91 em seu artigo 93 prevê que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas. Esse direito garante ao deficiente maiores oportunidades e melhores condições de vida, pois eles potencializam seu desenvolvimento, melhoram suas capacidades profissionais, e ganham espaço na sociedade participando ativamente da mesma. Deixando de ser vistas como incapacitadas e dependentes. O presente trabalho tem por objetivos: • O acompanhamento do deficiente intelectual no mercado de trabalho; • O significado do trabalho para o deficiente; • Sua valorização como trabalhador; • Como são recebidos no ambiente de trabalho. O trabalho está sendo realizado por meio de um grupo temático de doze alunos da Qualificação Profissional da Escola Especializada Reino do Amor/APAE – Corumbá/MS. Os encontros são realizados semanalmente e contam com temas selecionados pela estagiária e escolhidos pelos próprios alunos, relacionados ao trabalho. Além do grupo são realizadas visitas semanais aos locais de trabalho que tem por finalidade o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos como trabalhadores. Trata-se de doze alunos da Qualificação Profissional da Escola Especializada Reino do Amor/APAE – Corumbá/MS, que estão realizando estágio em empresas da cidade. Os alunos permanecem na empresa por meio período, duas vezes na semana. As visitas são realizadas no momento em que os alunos se encontram na empresa realizando suas atividades. Quanto aos empregadores, todos se mostram muito satisfeitos com o trabalho realizado pelos alunos, eles têm sido orientados a conversar sempre com os funcionários a respeito do tratamento adequado com o estagiário a fim de melhorar a convivência e evitar conflitos. O grupo

temático é realizado na Instituição semanalmente com duração de uma hora e trinta minutos. No grupo são discutidos temas eleitos pelos próprios alunos como, comunicação, respeito, amizade, namoro, sexualidade, confiança, dinheiro, etc. Os alunos sempre se mostram interessados e bastante curiosos a respeito de todos os assuntos, sempre participam ativamente das discussões propostas pelo grupo. O presente trabalho tem proporcionado grandes descobertas frente a esse público alvo. A sociedade por vezes o incapacita e o vê como dependente, porém através de um trabalho como este, podemos ver que os deficientes intelectuais vão muito mais além do que as expectativas postas a eles alcançam. Sempre vimos o tema inclusão como algo muito positivo, porém a realidade nos traz a inclusão como algo muito distante da realidade atual. As pessoas incluídas acabam sendo colocadas em meio aos outros indivíduos ditos normais e lá são esquecidas. Suas questões, sua visão a respeito de sua realidade não é investigada e nem vista pela sociedade. Acabam fazendo parte somente de uma estatística. Seu acompanhamento é de suma importância, assim como as visitas realizadas semanalmente, pois seus anseios são respeitados, suas curiosidades sanadas e principalmente o respeito a eles enquanto ser humano é mantido.

**GRUPO DE REFLEXÃO RECOMEÇAR - PSICOLOGIA E RELAÇÕES DE TRABALHO NA VELHICE.** *Mariana de Souza Gonçalves* (mari\_souzag@yahoo.com.br); *Alessandra Saldanha Muniz*; *Letícia Gaidarji Silva*. UFPR.

O curso de psicologia da Universidade Federal do Paraná, na busca de compreender o fenômeno trabalho em diversos espaços sociais, tem possibilitado aos seus acadêmicos inserção em realidades onde, tradicionalmente, a psicologia não tem realizado ações, no âmbito das relações de trabalho. Entre esses está o Programa Integrar. O Integrar consiste em um programa de extensão da Universidade Federal do Paraná vinculado ao Departamento de Psicologia. Foi criado em 1999 e é voltado para a perspectiva de ressignificação da identidade do idoso, baseado na perspectiva da psicologia sócio-histórica. Em sua dinâmica de funcionamento, o Programa Integrar conta com um cronograma de atividades, palestras, dinâmicas e vivências de diferentes temáticas. Entre os idosos que participam do Programa surgiu a problemática do processo de aposentadoria, sua história e implicações na saúde. Acredita-se que a identidade do idoso pode ser reconstruída a partir de atividades expressivas e significativas a este público, buscando a reflexão sobre o papel do idoso na sociedade contemporânea. Atualmente, os idosos são vistos como indivíduos não-participativos economicamente na sociedade, dando uma idéia de que o envelhecimento é a etapa final da vida. E por isso, acabam por criar um preconceito em relação a sua própria velhice. Porém, a velhice é mais uma das fases do ciclo da vida, que pode ser muito produtiva e de qualidade. Assim, vimos a necessidade de discutir as questões referentes ao trabalho com os participantes do programa, abordando questões referentes à sua participação econômica na sociedade, aposentadoria, emprego, etc. A partir disto, criamos um grupo de reflexão chamado “Recomeçar”, que consiste em um grupo de discussão sobre as questões relativas ao trabalho, as atividades e ao processo de aposentadoria. É um grupo semanal constituído por dez participantes, com duração de uma hora e meia e ofertado pelas acadêmicas do curso de Psicologia da UFPR. Nos encontros trabalhamos com dinâmicas de grupo, rodas de discussão, momentos de reflexão, músicas, técnicas de colagem, etc. Este grupo tem o objetivo de abordar a importância das relações sociais em todas as fases da vida, proporcionando uma ressignificação das relações do idoso com a sociedade e consigo mesmo. Além disso, abordamos também as questões relativas à aposentadoria e suas conseqüências na

---



subjetividade do indivíduo, e o papel do idoso na sociedade. Sendo a atividade socialmente significativa, esta pode servir como princípio explanatório em relação à consciência humana e ser considerado como um gerador desta. Acreditamos que a atividade é necessariamente multimotivacional, pois as ações humanas realizam inúmeras relações às quais estão voltadas à sociedade e a pessoa. Psicologicamente, a atividade não tem quaisquer elementos constituintes que não sejam ações, no entanto, atividade não é um fenômeno aditivo: ela se realiza em ações, mas seu significado geral não pode ser derivado das ações individuais, pois estas ações estão sempre mediadas pelas relações que o indivíduo tem com a sociedade. Durante os encontros, podemos perceber que os participantes trazem várias questões relativas à profissão que desempenhavam, e as diferenças entre as atividades de antigamente e as atuais. Os idosos fazem alguns comentários a respeito das dificuldades que enfrentavam no passado, pois muitos deles não tinham muita escolha sobre as atividades que desempenhavam. Muitas vezes a vontade era deixada de lado pela necessidade do trabalho, ou pela falta de oportunidade para se estudar ou fazer algo que realmente gostaria. Existe o discurso de que após a aposentadoria, muitos se sentem inativos e incapazes de começar uma nova atividade de interesse. Com o grupo de discussão, muitos estão retomando seus desejos e vontades antigas, descobrindo novas possibilidades, superando o preconceito de que o idoso não pode mais se aventurar em novas experiências.

## EIXO TEMÁTICO

### “Psicologia Social: Saúde e Saúde Mental”

**OBSERVAÇÃO EM INSTITUIÇÃO DE ATENDIMENTO À SAÚDE MENTAL: O ESTAGIÁRIO DESMISTIFICANDO A “LOUCURA”.** *Mariana Martins Lourenço* (mariana\_mlcn@yahoo.com.br); *Ana Celina Pires de Campos Guimarães*. USC – Bauru.

Este trabalho tem como objetivo discutir a desmistificação da “loucura” que o campo de estágio em saúde mental promove nos estagiários do curso de psicologia da Universidade do Sagrado Coração. O significado que cada cultura dá à “loucura” é construído socio-historicamente e está presente nos discursos e atitudes das pessoas, através das representações sociais. O doente mental sofre, conseqüentemente, com os efeitos desse estigma e do fato de ser vítima de exclusão social. Com a reforma psiquiátrica brasileira, na década de 70, o conceito e o tratamento da doença mental passaram a ser re-pensado pela comunidade científica e pela própria sociedade. O dito “louco” deixa de ser objeto de intervenção e passa gradativamente a ser agente e protagonista de mudanças visando uma nova realidade, edificando o sentido de cidadania e dignidade humana. O contato com o paciente em um campo de estágio em saúde mental é intenso e direto porque a observação exige atenção e disponibilidade. O método utilizado neste estudo foi a pesquisa-ação, sendo que essa observação participante acontecia nos grupos terapêuticos do Ambulatório de Saúde Mental de Bauru-SP, local em que uma nova forma de atendimento ao doente mental se estabeleceu com o objetivo de resgatar a qualidade de vida, e proporcionar maior contato e inclusão desses pacientes. Ao final das sessões do grupo, num local reservado, o estagiário redigia as sessões e seus sentimentos frente aos pacientes bem como suas novas proposições a respeito da loucura e do paciente psiquiátrico. Pode-se constatar que, nas primeiras sessões de

---

observação, o estagiário ainda carrega consigo muitos pré-conceitos e medos a respeito da “loucura” e do paciente que ali está. O medo e a ansiedade diante de situações novas são comuns em todas as interações humanas; porém, o estigma gerado pela sociedade no que se refere à doença mental, acentua este “medo” e paralisa as relações humanas. O olhar para o paciente vai sendo modificado a partir do momento em que o estagiário abre-se a conhecer o universo da “loucura” e passa, então, a perceber o paciente por ele mesmo e não mais por ser ou não ser “louco”. O estigma que permeia a loucura não permite que a sociedade compreenda o objeto do estigma. A desconstrução das idéias pré-concebidas geradas pela sociedade e a construção de novos conceitos e significações a respeito do homem se dá quando percebe-se que todos possuem limitações, dificuldades e possibilidades. Portanto, a prática da observação-participante permitiu ao estagiário refletir sobre seus conceitos de normalidade e anormalidade e a linha tênue que divide essas duas facetas. Isto proporcionou a construção do processo de desmistificação da “loucura” gerando, dessa forma, a possibilidade de re-produzir novos conceitos sobre a “loucura” e aprender novas formas de atuação profissional na área da saúde mental. A desmistificação da “loucura” não é um processo rápido nem tão pouco confortável, exigiu do estagiário, no campo e durante as supervisões, empenho e abertura para o conhecimento do novo. É um desafio a ser encarado, mas que retribuiu igualmente o esforço, pela certeza de que esse é o caminho para transformar gradativamente a exclusão social do doente mental.

**QUE LOUCURA É ESSA? UM ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DA LOUCURA EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO.** *Ellen Ingrid Souza Aragão* (ellen\_aragas\_18@hotmail.com); *Maria Graziela Gomes Alves*; *Stefanie Silva Vieira*. FACULDADE PIO DÉCIMO.

Desde o século passado tem-se pesquisado a respeito da constituição da loucura e a sua forma de tratamento, podendo citar alguns estudos de séculos anteriores que foram retomados como os de: Hipócrates, Galeno, Francis Bacon, Kraepelin, dentre outros, porém não se pode deixar de falar em uma das figuras mais importantes quando de trata da forma de tratamento dado aos portadores de transtorno mental, este é Philippe Pinel. A loucura tem sido um tema de muitas indagações, levantamento de hipóteses referente à sua construção e com isso surge algumas concepções como sendo a sua origem mágico-religiosa, demoníaca, sobrenatural, dentre outras. Devido a estas maneiras de ver a doença mental é que se formaram formas hostis de cuidar desses indivíduos entre elas: acorrentamento, banhos gelados, camisa de força, e dessa forma estes eram completamente excluídos da sociedade. Portanto vale ressaltar que este trabalho tem como objetivo identificar como os jovens de Aracaju percebem a loucura, como os seus conhecimentos a respeito deste tema foram construídos e se estes sabem o que é um CAPS, Reforma Psiquiátrica entre outros questionamentos. Objetivou verificar a concepção de loucura para os jovens de Aracaju; examinar o grau de conhecimento dos jovens sobre a loucura; identificar como se construiu o seu saber a respeito do tema; investigar o perfil que os adolescentes criaram sobre a loucura; averiguar qual tipo de relação que se estabelece entre os jovens e os portadores de transtorno mental. Participaram do estudo 07 estudantes de escola pública no Centro de Aracaju, cursando o ensino médio. Após terem sido informados que se tratava de uma pesquisa de caráter sigiloso, aqueles sujeitos que concordaram em colaborar voluntariamente com o estudo são os participantes dessa pesquisa. O método de coleta de dados usado foi o de entrevista semi-estruturada, esta esteve pautada num roteiro composto por 10 perguntas iniciando concepção de loucura, em seguida eram

apresentadas questões sobre doença mental, de como os estudantes viam a loucura e se isso afetava de alguma forma, no seu relacionamento com pessoas portadoras de transtorno mental, de modo geral, a entrevista pontua as principais questões definidas pelo objetivo dessa pesquisa. A pesquisa por ser de caráter qualitativo seguiu um padrão de análise que correlaciona as variáveis e categorias. A análise dos dados teve por objetivo compreender a concepção de loucura para os adolescentes da amostra pesquisada. Entendendo que a análise de conteúdo trabalha com o conteúdo, ou seja, com a materialidade lingüística através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação selecionou-se esse método de análise que espera compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente de linguagem. Observou-se nos resultados encontrados a necessidade de enquadrar as respostas dos sujeitos em categorias que foram: concepção da loucura; origem da loucura; estereótipo da loucura; restrições do louco; eu e a loucura; interações sociedade, escola e loucura; conhecimento sobre o avanço no tratamento do portador de transtorno mental. Evidencia-se assim, nessa percepção e significação dos adolescentes de que loucura enquanto doença afeta o homem na sua totalidade, tão somente a sua mente, sua relação, embora possa ter conseqüências relacionadas com o ambiente no qual está inserido. Como era objetivo da nossa pesquisa compreender a concepção que os estudantes tinham em relação à loucura, pôde-se apresentar que o objetivo foi alcançado uma vez que percebemos por parte dos estudantes conhecimentos escassos e superficiais sobre a loucura relacionados apenas com o estereótipo da loucura. Desejávamos descobrir como se construiu o seu conhecimento a respeito do tema, e encontramos que na maioria dos casos os estudantes não tinham participado de nenhum evento que abordasse a loucura com profundidade teórica de maneira didática. Sendo assim, o saber sobre a loucura foi construído a partir de situações cotidianas, o que reforça o caráter de concepção de loucura socialmente construída, e que a relação estabelecida dos sujeitos da pesquisa com portadores de transtorno mental é distante, impessoal, eles não apresentam nenhum relacionamento estreito com loucos, muitas vezes decorrentes do medo apresentado, da dificuldade de se aproximar por causa da agressividade e etc. Com a modernidade a doença mental passou a ser estudada de maneira mais humanitária, encarada em seus aspectos fisiológicos e orgânicos, por esse motivo a sociedade moderna reconheceu a deterioração social dos indivíduos provocada pelo isolamento prolongado em hospitais. Com a Reforma Psiquiátrica, criação de Centros de Atenção Psicossociais a sociedade ainda continua mantendo um forte distanciamento desses indivíduos e a discriminação de maneira sutil.

**ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) E ADOLESCÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE O COTIDIANO DOS SERVIÇOS.** *Débora Cristina Fonseca* (dcfon@terra.com.br). UNIMEP-Piracicaba. Apoio: CNPQ.

As reflexões propostas neste trabalho são resultantes de pesquisa de doutorado que buscou compreender a construção de sentidos de adolescência dos profissionais de saúde que integram a Estratégia de Saúde da Família (ESF) em um município do interior paulista. Buscou-se contextualizar e discutir como a prática com adolescentes tem sido concebida, pensada e desenvolvida no contexto da saúde e na formação dos profissionais médicos e enfermeiros, atores sempre presentes nas equipes de Saúde da Família. Partiu-se da suposição de que as concepções naturalizantes, universais e patológicas sobre adolescência são predominantes, constituindo-se um importante elemento na definição de políticas e práticas de saúde voltadas a essa população e, conseqüentemente, na falta de efetividade das

---

propostas. Tendo como pressuposto que qualquer concepção ou sentido se produz na relação entre os homens, mediados pelas suas condições objetivas de vida, pelo contexto social, histórico e pelo seu processo de simbolização, o referencial teórico-metodológico adotado foi o da psicologia sócio-histórica, na perspectiva apontada por Vigotski (1995), Bock e Aguiar (2003) e Aguiar e Ozella (2006). Trata-se de pesquisa qualitativa, que se utilizou da entrevista semi-estruturada como instrumento privilegiado e a análise baseou-se em quatro entrevistas realizadas com profissionais de saúde (médicos e enfermeiros), cujo material foi organizado em pré-indicadores, indicadores e núcleos de sentidos. Como resultados, foram evidenciados sentidos construídos sobre a Estratégia de Saúde da Família na perspectiva da integralidade (Pinheiro et al., 2005) e do cuidado (Ayres, 2007). Porém, os discursos sobre o cotidiano de trabalho apontaram para uma prática fragmentada, resultante da apropriação do modelo organizativo dos serviços de saúde. Quanto à adolescência, no contexto de vivência da ESF dos profissionais entrevistados, foi ratificada não só a visão naturalizada, universal e patológica, como a invisibilidade dos sujeitos adolescentes, não sendo eles vistos, nem mesmo como “doente em potencial” ou vulnerável fisicamente, apesar do discurso da maioria apontar uma compreensão de adolescência como um momento de vulnerabilidade, não em termos de saúde, mas social, de comportamentos que culminam em problemas de saúde. As ações parecem permeadas por sentidos que demonstram o entendimento de uma natureza humana dividida por ciclos de vida (fases) pela qual todos passarão, independente da cultura, do grupo social a que pertencem, bem como desconsideram grandemente as condições concretas de existência de cada adolescente. Outro ponto de destaque é a forma pontual com que a adolescência tem sido foco no contexto da saúde e da saúde da família, com predomínio do modelo médico-centrado e do tratamento medicamentoso, não possibilitando ao adolescente ter os serviços de saúde e as Unidades de Saúde da Família como referência. O despreparo, principalmente metodológico foi apontado como justificativa à ausência de trabalhos preventivos e educativos voltados à população adolescente. Entretanto, parece existir um grande esforço dos profissionais, para a superação do modelo, mas, ainda, sem vislumbrarem caminhos para uma outra prática, principalmente, por decorrência da organização dos serviços de saúde, bem como de sua formação profissional, que não respaldam a construção do conhecimento sobre adolescência e sociedade como socialmente construídas, portanto, passíveis de modificação. Diante deste quadro, fica evidente a necessidade urgente de se repensar as concepções, os sentidos construídos para a adolescência, por dois motivos principais: primeiro, a formação profissional ainda não consegue redimensionar seus currículos de maneira a possibilitar aos alunos acesso a conhecimentos (teórico/práticos) sobre adolescência que superem a dimensão biológica, mesmo naqueles cursos cuja metodologia adotada tem como princípio a problematização; segundo, com a Política Nacional de Saúde do Adolescente aprovada em 2007, a Atenção Básica e a ESF passam a ter a responsabilidade em desenvolver ações integrais de saúde voltadas a adolescentes e jovens. A compreensão da adolescência como um processo pode ser transformador de uma prática cotidiana.

**REPRESENTAÇÕES DE ADOLESCENTES ESCOLARES ASSOCIADAS A HÁBITOS TENDENCIOSOS EM ADICÇÃO À INTERNET.** *Karina de Mello Guimarães Fonseca* (luademello@hotmail.com). OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIA - USP/RP. Apoio: FAPESP.

---

A Internet tem sido a principal atividade dos adolescentes brasileiros que passam cada vez mais tempo consumindo esta mídia. As férias escolares colaboraram para novos recordes da Internet brasileira demonstrados na pesquisa anunciada pelo Ibope/NetRating em julho de 2008. Foram 23,7 milhões de internautas residenciais ativos, 3,5% superior ao apurado em junho de 2008 e 28% maior que os dados divulgados em julho de 2007. Nesse patamar, o brasileiro continuou a ser o internauta residencial que mais navegou com o índice mais representativo desde já observado se comparado com outros nove países medidos com a mesma metodologia. Em meados de 1996, a Associação Americana de Psicólogos reconheceu a existência de um comportamento obsessivo/compulsivo pela Internet que se assemelhava ao do jogo patológico catalogado no Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-IV) e que foi denominado como Internet Addiction Disorder (IAD) ou Pathological Internet Use (PIU). Young (1996) faz referência que à adicção em Internet é uma dificuldade no controle de seu uso e se manifesta como um conjunto de sintomas cognitivos e de conduta. Segundo a autora, as manifestações de tais sintomas podem ter como consequência uma distorção dos objetivos pessoais, familiares e profissionais do indivíduo. Após o seu estudo, classificou os problemas decorrentes do transtorno em cinco categorias: acadêmico, relacionamento, financeiro, ocupacional e físico e estimou que 8% a 10% dos usuários de Internet nos EUA padecem desse mal. Sabe-se da importância do ciberespaço para o desenvolvimento da humanidade, porque abrange cada vez mais tarefas e aplicações tanto para as empresas como para os cidadãos em suas casas, todavia, ressalta-se que o conjunto de características acima descritas pode prejudicar um indivíduo no seu desenvolvimento biopsico-social. Nesse contexto, a presente pesquisa investigou dentre adolescentes escolares de Ribeirão Preto, as representações sociais que os mesmos têm da Internet, os serviços utilizados, seus hábitos, atitudes e conseqüentes impactos, fatores que os influenciam, a existência de comportamentos tendenciosos à adicção em Internet e por fim, o que a instituição educacional/familiar oferece efetivamente para essas situações. Orientou-se nas correntes epistemológicas da Psicologia Social, buscou-se uma concepção de natureza humana, um ponto de vista ético na relação do pesquisador com os pesquisados, na relação indivíduo-sociedade e na necessidade e (im)possibilidade de transformação social. Assim, no início do ano letivo de 2007, escolheu-se aleatoriamente 267 sujeitos alunos de escolas públicas e particulares, dentre a faixa etária de 11 a 18 anos. Aplicou-se no período de aula, questionário, teste (Internet Addiction Test-IAT) e entrevista. Muitos foram os resultados referentes à coleta de dados, aqui se sintetizou aqueles que mais chamaram a atenção: 97% dos participantes relataram ter acesso à Internet e em contrapartida, 3%. Logo que se falava em Internet, as associações que os sujeitos faziam eram com relação às tarefas mais executadas, contanto, 78% da amostra relataram acessar o MSN Messenger (mensageiro instantâneo) e Orkut (rede social), 47% jogos on-line e 32% confessaram visitar sítios com conteúdos pornográficos. Com a aplicação do IAT, detectou-se que 2% do total dos sujeitos encontram-se no nível grave de dependência à Internet, 22% moderado e 53% ligeiro. Ao analisar os discursos, notou-se implícito as categorias: anonimato, segurança, facilidade de uso e acesso, suporte social, satisfação sexual, personalidade virtual, reconhecimento e poder, descritas por Young (1997) e consideradas importantes diante o uso patológico de Internet. Mencionaram problemas físicos, como dores na coluna vertebral, lesão por esforço repetitivo devido à digitação e a dificuldades nos ciclos sono e vigília. Quanto aos problemas acadêmicos, desmotivação, dificuldade de concentração nas aulas, falta de estudo e da realização de tarefas, ausência escolar e uso freqüente do “internautês”. Com relação aos problemas nos relacionamentos, apontaram conflitos familiares, em namoros e amizades. De

---

acordo com o questionário respondido, 46% relacionaram receber orientações da família e amigos quanto ao uso. Nenhum relato apontou-nos orientações advindas por parte dos professores, uma vez, que apenas 22% da amostra utilizam a Internet na escola. Com a presente pesquisa, obteve-se um percentual pequeno mais relevante de sujeitos que se enquadraram nos níveis do IAT, evidenciando-se que os comportamentos tendenciosos são decorrentes da ociosidade e do acesso desorientado que inferem de modo negativo no cotidiano desses adolescentes em fase escolar. Assim como as drogas lícitas e/ou ilícitas, à adicção em Internet também está relacionada à sensação de prazer físico que ela produz a cada barulhinho eletrizante da conexão que são produzidas no cérebro descargas elétricas entre os neurônios, induzidas por um neurotransmissor chamado Dopamina. O uso contínuo e persistente da Internet pode ser desde saudável até patológico. Se uma ação política não for proposta com o intuito de prevenir, os adolescentes brasileiros poderão se tornar sujeitos adictos em potencial, como os adolescentes da China que por sua vez são tratados com o choque. Situações desse tipo podem ser evitadas, pois, certamente, custa mais barato prevenir que no futuro remediar.

**ESTRATÉGIAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA E SAÚDE MENTAL: NECESSIDADES DE CUIDADO DA POPULAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE.** *Ana Lúcia Martins* (analubtu@gmail.com); *Micaela Vieira Hadida*; *Sueli Tereziinha Ferreira Martins*. UNESP – BOTUCATU. Apoio: CNPQ- PIBIC; CAPES.

A atenção básica tem se destacado em intervenções em saúde mental devido à possibilidade de um trabalho que viabiliza a superação do modelo psiquiátrico ainda hegemônico, na constituição de serviços de apoio aos indivíduos em seu contexto de vida. A Estratégia da Saúde da Família (ESF) tem como principal propósito reorganizar a prática da atenção à saúde, onde as equipes de Saúde da Família e a população criam vínculos de coresponsabilidade, facilitando a identificação e o atendimento aos problemas de saúde da comunidade. Compreendemos o fenômeno saúde e doença como uma produção histórica, portanto processual e dialética, bem como a síntese de suas multideterminações. Recorremos aos pressupostos filosóficos do materialismo histórico, vertente teórica de orientação marxista que compreende o trabalho enquanto categoria de análise e fator determinante para o processo de adoecimento mental. O presente estudo trata da primeira etapa do projeto de pesquisa temático “Estratégia de Saúde da Família e Saúde Mental: as necessidades de cuidado da população”, focando na percepção que os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) têm sobre o tema. Esta etapa da pesquisa é parte integrante do subprojeto “Saúde Mental e Trabalho: o papel da reabilitação psicossocial na (re)inserção ocupacional”. A partir da concepção dos ACS sobre as pessoas que apresentam necessidades de cuidados em saúde mental, identificar os principais problemas em saúde mental, condição de trabalho da população e rede de atenção em saúde mental utilizada pelos usuários e suas famílias. Em reuniões com a equipe de ACS de uma unidade básica de saúde (UBS) levantaram-se os casos considerados por eles como pessoas com necessidades de cuidado em saúde mental, dados complementados com a consulta aos prontuários para a obtenção de dados gerais, condição de trabalho e o tipo de serviço que os usuários utilizam ou utilizaram. Os ACS identificaram 118 pessoas do território da UBS que consideram necessitar de cuidados em saúde mental. Deste total, 61,9% da população é feminina, sendo 60% do total casados, com ensino fundamental incompleto. Verificou-se que 45,8% trabalham, enquanto que 44% não

trabalham. Nesse grupo estão incluídos donas-de-casa, aposentados por invalidez, por idade e pessoas em licença médica. Em 10,2% dos casos não constava esta informação, bem como sua função e tipo de serviço. Há um elevado número de mulheres com quadro de depressão (n=60), estados de ansiedade (n=15), grande número de alcoolismo (n=38), com maior incidência masculina, casos de psicose (11%) e uso abusivo de drogas (6,8%). Na maior parte o tratamento se dá apenas na dimensão medicamentosa, com uso elevado e/ou inadequado de benzodiazepínicos, casos de dependência química a estas substâncias e não concomitância com tratamento psicoterápico ou com outros tipos de ações psicossociais. Evidenciou-se pouca procura aos serviços substitutivos como os do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II e CAPSad, 1,7%), Ambulatório em Saúde Mental (24,6%), Ambulatório Regional de Especialidades (19,5%). É atendida pela equipe da UBS 68,6%, não ficando claro se as necessidades em saúde mental estão sendo foco da atenção, exigindo o aprofundamento desses dados na próxima etapa da pesquisa. Consideramos que a relação dos usuários e equipe tem sido focada na doença, e pouco voltada aos multiterminantes que favorecem o aparecimento do fenômeno. Dificuldades quanto ao diagnóstico e o registro sobre local trabalho e ocupação evidenciam que as equipes ainda não incorporaram em suas práticas cotidianas o registro de informações de uma dimensão fundamental da vida das pessoas que é a sua história de trabalho e/ou não-trabalho. Os dados encontrados nesta etapa já indicam a necessidade de investimento em formação em saúde mental para as equipes, que poderia facilitar na identificação e atenção às pessoas com sofrimento psíquico e suas famílias para que se produzam modos de cuidado em saúde mental na atenção básica, sendo reconhecido seu caráter processual, resultante da inter-relação entre fatores sociais, econômicos e culturais.

**QUALIDADE DE VIDA E CONDIÇÕES MATERIAIS EM UM NÚCLEO HABITACIONAL.** *Graziêze Thomasinho de Aguiar* (grazielet\_aguiar@yahoo.com.br); *Oswaldo Gradella Júnior*; *Priscila Carla Cardoso*. UNESP/BAURU.

Considerando-se a dimensão social do processo saúde/doença, podemos classificar qualidade de vida como um amplo conceito, determinado pela saúde física do indivíduo, pelo seu estado psicológico, por suas relações sociais, por seu nível de independência e pelas suas relações com as características mais relevantes do seu meio ambiente. É, portanto, um termo amplo que concentra as condições que são fornecidas ao indivíduo para viver como ele pretende. Em uma sociedade em que existe a divisão social do trabalho e a exploração do homem por outro homem, ela produzirá também a fragmentação da consciência. Isso cria obstáculos para o acesso à percepção de totalidade do real e às condições materiais mínimas necessárias para que se tenha uma qualidade de vida satisfatória. Portanto, seria necessário que o planejamento dos serviços de saúde tivesse como base a análise do panorama da qualidade de vida em função das condições materiais. O presente estudo integra uma pesquisa que teve como objetivo: analisar os determinantes sociais no processo de sofrimento e adoecimento psíquico dos moradores. O objetivo específico é identificar e analisar a qualidade de vida da população. Foram aplicados 138 questionários, apresentado e discutido com a diretoria da Associação de Moradores e com os moradores interessados em participar da coleta de dados e teve como referência o WHOQOL – 100 / OMS, bem como o WHOQOL – Abreviado, as questões e necessidades de investigação apontadas pela Associação de Moradores e questões abertas sobre concepção de saúde. Os dados foram coletados por estudantes do curso de Psicologia da Universidade e por meio da ajuda da presidente da associação dos moradores. Cada morador assinava um termo de conhecimento autorizando a utilização das informações em

publicações, bem como a de garantia do sigilo. Os dados coletados das questões fechadas foram computados utilizando-se o SPSS for Windows e as abertas ainda não foram analisadas. Os resultados foram analisados qualitativamente referenciados na vertente teórica adotada. Ao indagarmos como os entrevistados avaliam sua qualidade de vida, a maioria (61,6%) afirmou ter uma boa qualidade de vida e apenas 5,9% disseram que era ruim. Esses números praticamente se repetem quando indagados em relação a satisfação com a qualidade de vida. Em relação aos elementos materiais concernentes a conceituação de qualidade de vida, a maioria da população diz trabalhar (64,7%), porém a maioria responde que a quantia de dinheiro destinada à satisfação de suas necessidades não é suficiente, ou seja, que a renda familiar não supera as demandas domiciliares, o que indica a presença de um problema social que é a má remuneração dos trabalhadores (a maioria tem a renda familiar de 2 a 3 salários mínimos) em detrimento ao custo de vida no que se refere a alimentação, transporte, vestuários, moradia. Ainda que a renda familiar seja pequena, grande parte da população diz se preocupar pouco (38,4%) acompanhado de 25,4% que diz ter uma preocupação média com o dinheiro. Sobre isso, há possibilidade de afirmar que embora a remuneração seja insuficiente há uma aceitação por parte da população de suas condições de vida, sem que esta tenha consciência da possibilidade de transformação. Isso pode ocorrer quando a população do bairro se compara com pessoas menos favorecidas (aquelas que vivem abaixo da linha da pobreza), que não possuem moradia, transporte, etc, já que no bairro pesquisado uma parcela tem casa própria (29,5%), casa financiada (57,6%) e transportes particulares (31,8%). Tal fato demonstra a capacidade do modelo capitalista de naturalizar as desigualdades sociais e de alienar as pessoas sobre as possibilidades de transformação. A aceitação espontânea de normas sociais e em última instância das desigualdades sociais, podem tornar o indivíduo um conformista na medida em que não possui instrumentos intelectuais necessários para o desenvolvimento de um raciocínio sistemático e crítico e também de práticas diárias do exercício democrático de direitos e obrigações de cidadania. Conclusão: Mesmo percebendo alguns aspectos negativos que influenciam na qualidade de vida, a população não consegue se aperceber da totalidade de aspectos que remetem a uma idéia geral de qualidade de vida. Assim a população não consegue ter a percepção de sua capacidade de ação a fim de superar essas contradições e poder alcançar seus interesses. Nesse sentido, pensar em qualidade de vida nesse bairro significa atuar, no sentido proporcionar aos moradores uma visão crítica da realidade e as possíveis ações para melhoria de suas condições de vida.

### **QUALIDADE DE VIDA E TRABALHO EM UM NÚCLEO HABITACIONAL.**

*Priscila Carla Cardoso* (pri.psicologia@yahoo.com.br); *Oswaldo Gradella Júnior*; *Grazielle Thomasinho de Aguiar*. UNESP/BAURU.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) afirma que “saúde é o completo bem-estar físico, mental e social e não a simples ausência de doenças, assegurada por políticas econômicas e sociais”. Esta compreensão de saúde engloba a dimensão social do processo saúde/doença, superando assim as perspectivas que concebem a doença como um desvio de ordem individual. A qualidade de vida é um termo empregado para descrever a qualidade das condições de vida levando em consideração fatores como saúde, educação, bem-estar físico, psicológico, emocional e mental, expectativa de vida etc. Porém, nesse modo de produção capitalista em que há exploração do homem pelo homem e divisão da sociedade em classes, existem limites que impossibilitam a saúde e qualidade de vida. Portanto, seria imprescindível que o planejamento dos serviços de saúde tivesse como base a análise do panorama das



condições de adoecimento psíquico em função das variáveis socioeconômicas. O presente estudo integra uma pesquisa que teve como objetivo: identificar a existência de portadores de transtornos mentais e de sofrimento psíquico nos moradores de um bairro popular e analisar os determinantes sociais no processo de sofrimento e adoecimento psíquico dos moradores. O objetivo específico é identificar e analisar a qualidade de vida da população. Foram aplicados 138 questionários, apresentado e discutido com a diretoria da Associação de Moradores e com os moradores interessados em participar da coleta de dados e. teve como referência o WHOQOL – 100 / OMS, bem como o WHOQOL – Abreviado, as questões e necessidades de investigação apontadas pela Associação de Moradores e questões abertas sobre concepção de saúde. Os dados foram coletados por estudantes do curso de Psicologia da Universidade e por meio da ajuda da presidente da associação dos moradores. Cada morador assinava um termo de conhecimento autorizando a utilização das informações em publicações, bem como a de garantia do sigilo. Os dados coletados das questões fechadas foram computados utilizando-se o SPSS for Windows e as abertas ainda não foram analisadas. Os resultados foram analisados qualitativamente referenciados na vertente teórica adotada. Mesmo avaliando sua qualidade de vida de modo satisfatório (61,3%), os moradores se queixam de muitos aspectos relacionados a essa questão. Em relação ao incomodo pelo cansaço, a maioria da população (42,7%) respondeu sentir-se bastante ou extremamente incomodada, e quando questionadas sobre a capacidade de relaxar e curtir a si mesmo, o número de insatisfeitos se mantém alto. As respostas também apontam a insatisfação em relação às necessidades sexuais (22,5%), e ao sono (21,7%). Os fatores apontados podem ser conseqüências das relações e condições de trabalho que a população está submetida, já que segundo Sato (1993), quando a exigência do trabalho é maior do que o trabalhador suporta, seus estados emocionais (o cansaço, o desgaste, a irritação) vão sendo forçados no decorrer do trabalho, tendo assim um caráter cumulativo. Nesse sentido, o trabalhador se torna um servo de seu objeto de trabalho, chegando ao extremo dessa servidão quando apenas como trabalhador o homem (pode) se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador (MARX E ENGELS, 1989). A falta de oportunidades de lazer no bairro e também no município limita as possibilidades de situações propiciadoras de prazer de ordem coletiva e social, bem como se expressa nas situações mais intimistas, tais como o sexo, como relatado anteriormente. Em função das relações de trabalho alienadas em que o “[...] o homem (o trabalhador) se sente livremente ativo só ainda em suas funções animais, comer, beber e procriar, no máximo ainda moradia, ornamentos, etc., e em suas funções humanas só ‘se sente’ ainda como animal” (MARX E ENGELS, 1989), as questões que podem contribuir com aspectos da humanização são relegadas e implicam em situações geradoras de sofrimento e também de adoecimento. Assim, pensar a promoção da saúde e qualidade de vida nesse bairro seria pensar na instrumentalização para essas pessoas no sentido de desenvolver a consciência crítica para a compreensão de qualidade de vida e do caminho de sua humanização.

**A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DA VIDA.** *Carlos Eduardo dos Santos Medeiros* (cadu\_medeiros1@hotmail.com); *Rossana Rameb*. CAPS ARICANDUVA, SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO PAULO; PARCEIRA: ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA.

A música constitui-se basicamente de uma sucessão de sons e silêncio organizada ao longo do tempo. É considerada por diversos autores como uma prática cultural e humana, uma forma de arte, reconhecida por muitos como sua principal função. Expandiu-se ao longo dos anos, e

---

atualmente encontra-se em diversas áreas, não só como arte, mas também como função educacional e/ou terapêutica, denominado musicoterapia (Partos de Pandora, 2008). As oficinas de música acontecem semanalmente, com uma hora de duração, e têm como objetivo proporcionar aos participantes a oportunidade de resgatar a cidadania através da convivência em grupo. As aulas de violão são realizadas em encontros semanais de quarenta minutos de duração, para cada turma com quatro participantes objetivando a valorização, a auto-estima e a comunicação de forma horizontal. Objetivo: Analisar o recurso da música como ferramenta de cuidado, atenção e veículo de inclusão social, para os quadros de transtorno mental graves, através da observação de um caso clínico. Metodologia: Observação sobre a passagem de uma jovem esquizofrênica pelas atividades de música do CAPS, durante doze meses (julho de 2007 a julho de 2008), apresentando assim o caso clínico de H.A. brasileira, 43 anos, natural de São Paulo. Resultados e discussão: H.A. apresentava-se, com alucinações auditivas e com idéias persecutórias, iniciando processo de isolamento, permanecendo em seu quarto e não conversando com seus familiares. Apresentava alteração de comportamentos. Estava há dois anos sem tomar banho. Sua chegada ao CAPS deu-se através de visita domiciliar feita por parte da equipe técnica da unidade, após procura da família. Após discussão em equipe, foi proposta a sua participação nas oficinas de música e nas aulas de violão. Chegando ao CAPS, a usuária mostrava-se muito tímida. Havia ausência de iniciativa e expressão. Diversas dificuldades foram apresentadas quanto à coordenação motora. O raciocínio e memória pareciam estar preservados. H.A. sempre se mostrou atenciosa. Com a continência da família, a paciente continua freqüentando assiduamente todas as oficinas. Depois de alguns meses, H.A. deu início a um curso de teclado extra-CAPS. A música, de uma maneira geral, contribuiu para que H.A. expressasse sentimentos diversos, muitas vezes reprimidos por seu quadro ou pela exclusão social que sofria. Foi possível observar uma nítida evolução no relacionamento de H.A. com o instrumento e com os outros participantes. A auto-estima desenvolvida pela capacidade de fazer música ficou clara com os comentários da família. Considerações finais e conclusões: Percebeu-se que as atividades relacionadas à música cumpriram e cumprem seu papel de inclusão social, propiciando aos usuários e trabalhadores de saúde mental a troca de experiências, conhecimento, alegrias e tristezas. Os recursos sonoros e musicais inseridos no processo terapêutico da usuária H.A. serviram como uma via expressiva que a auxiliou a manifestar seus afetos de forma concreta e simbólica. Houve, portanto, uma evolução gradativa em sua produção sonora, quando analisamos os elementos constitutivos da música: ritmo, melodia e harmonia. A paciente continua em tratamento neste CAPS e apresenta-se mais organizada. Focando nos distúrbios do afeto dos transtornos mentais graves, observou-se que a música facilitou o resgate de trocas afetivas, tão prejudicadas nestas condições clínicas.

**DESCOBRINDO O BAIRRO.** *Cristina Freire Weffort* (crisfw@gmail.com); *Rossana Carla Rameh*. CAPS FORMOSA/ARICANDUVA, SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO PAULO; PARCEIRA: ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA.

Este trabalho apresenta e discute o processo de apropriação do território por parte dos usuários a partir da realização de grupo denominado Descobrir o Bairro. Entendemos como um dos objetivos de nossa prática a ampliação do repertório de atividades, relacional e vivencial dos usuários atendidos. Segundo Fernandes (2003) as ações em saúde mental, a partir dos anos 80, direcionam-se a invenção, produção de saúde e ao desmonte dos processos de desvalorização e exclusão. Como defende Saraceno (1999) o processo de

---

reabilitação psicossocial deve operar de maneira articulada e contextualizada sob três grandes cenários: habitat, rede social e trabalho com valor social. Percebemos como foco de trabalho o investimento nas possibilidades de realização de trocas sociais, afetivas, materiais; assim, aumentando o nível de contratualidade das pessoas atendidas. A idéia de território, segundo Maia (2007) é que torna possível organizar uma rede, incluindo grupos familiares e de vizinhança, instituições (escolas, comércio, igrejas, trabalho, etc.), em determinado espaço geográfico. Assim, pelo conceito ampliado de saúde, utilizam-se todos os recursos, inclusive as redes sociais, para compor e potencializar a rede de cuidados em saúde mental. Segundo esse referencial, o grupo tem como objetivo favorecer o conhecimento e a apropriação dos recursos existentes no território. Serviços de saúde, culturais, educacionais e esportivos que possam ser transformados em recursos ativos no desenvolvimento de projetos de vida (NICÁCIO, 1994). Descobrimdo Bairro teve início em abril de 2008, configurando-se como grupo aberto, com até 12 participantes. Utilizados como recursos para o desenvolvimento do grupo a discussão de temas referentes ao território, planos futuros, customização de mapas da região e visita aos locais selecionados. São realizados encontros semanais com uma hora de duração, ou duas horas nos dias de visita. Em grupo é feita a escolha dos locais a serem visitados a partir de critérios, como oferecimento de cursos ou oficinas de interesse da maioria dos participantes, facilidade de acesso, gratuidade das atrações oferecidas, necessidade de agendamento prévio da visita, entre outros. Após a seleção do local é realizado o contato com a instituição para definir o dia da visita, o estudo do trajeto, meios de transporte e a definição dos horários. No encontro seguinte é feita a avaliação da visita, levando em conta o planejamento e as expectativas anteriores. O grupo recolhe as informações necessárias sobre o local para ser posteriormente divulgado no jornal/mural do CAPS. O cotidiano e a circulação da maioria dos participantes são marcados, quase que exclusivamente, pelo espaço do tratamento e da casa. Ficando explícitas as dificuldades e/ou impossibilidades enfrentadas por eles de “estar no mundo”, e, efetivamente, participar das trocas sociais, com possibilidade de validação de sua existência. Inicialmente, o grupo se apresentou bastante dependente da coordenação, esperando de nós as decisões necessárias. A escolha da primeira visita foi marcada por hesitação, onde os participantes repetiam locais já visitados em outro grupo. Com o incentivo da coordenação e atitude de outros colegas isso pôde ser modificado e o grupo conseguiu participar mais ativamente do processo de escolha e programação das visitas. No período compreendido entre os meses de abril a julho de 2008 foram realizadas visitas às oficinas culturais, clubes esportivos, centros de convivências, centros educacionais e bibliotecas. Com o decorrer dos encontros usuários agendaram entrevistas em centro de convivência, foram com as famílias ao teatro, iniciaram cursos de informática em biblioteca. Concluímos que o grupo de Descobrimdo Bairro desempenha papel importante no processo de inclusão e socialização das pessoas atendidas em suas comunidades locais. Atuando assim como potencializador na criação de projetos de vida significativos aos sujeitos envolvidos. Referências: FERNANDES, M. I. A. (org) *Tecendo a rede: trajetórias da saúde mental em São Paulo 1989-1996*. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003. NICÁCIO, F. *O processo de transformação da saúde mental em Santos: desconstrução de saberes, instituições e cultura*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado) – PUC. SARACENO, B. A. *Libertando identidade: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. [La fin dell' intrattenimento: manuale di riabilitazione psichiatrica] Trad. Lúcia H Zanetta, M. do Carmo Zanetta, Willians Valentini. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Te Corá/Instituto Franco Baságlia, 1999.

---

**CONCEPÇÕES DOS CUIDADOS EM SAÚDE MENTAL POR UMA EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA, EM PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA.** Marcelo Dalla Vecchia (mdvecchia@yahoo.com.br) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – BOTUCATU; Sueli Terezinha Ferreira Martins. UNESP/BOTUCATU. Apoio: CAPES.

Com a adoção da Estratégia de Saúde da Família (ESF) como eixo para a reorganização da atenção básica em novos fundamentos assistenciais, consolidada mais recentemente na Política Nacional de Atenção Básica, as equipes têm sido instadas a atuar frente a questões relacionadas direta ou indiretamente a cuidados em saúde mental. Entende-se que acolher demandas de pessoas em situação de sofrimento psíquico na atenção básica é dispositivo fundamental para romper o ciclo de psiquiatrização e medicalização do sofrimento psíquico. Do contrário, um risco iminente é a denominada “psiquiatrização dos problemas sociais”, ou seja, a porta de entrada do sistema de saúde tratando-se, na verdade, em somente um espaço de triagem para a atenção especializada (ambulatorial e/ou hospitalar). Visando o enfrentamento destes desafios, apresenta-se o relato de uma pesquisa que investigou as concepções das práticas de cuidado em saúde mental realizadas por uma equipe atuante na ESF, desde a perspectiva dos próprios profissionais, buscando aprimorar a compreensão em torno dos motivos que determinam a forma particular de produção de cuidados em saúde mental por equipes de Saúde da Família. A perspectiva adotada no presente trabalho parte das premissas adotadas por L. S. Vigotski (1896-1934), indicando que a superação do materialismo vulgar e do idealismo em psicologia deve levar em conta que, para resolver os problemas postos para prática e investigação psicológica, a tarefa de análise deve ser entendida como uma “investigação pensante”: não se restringir à descrição da aparência do fenômeno psicológico (traços e manifestações externas) atentando, porém, para a incorporação da investigação de relações e nexos dinâmico-causais em sua origem real. A pesquisa apresentada consiste na etapa inicial do desenvolvimento de uma pesquisa-ação participante (levantamento de necessidades) que se desdobrou posteriormente, dentre outras atividades, em uma Oficina de Formação em Saúde Mental realizada junto da equipe. Foram feitas entrevistas semi-estruturadas com todos os membros de uma equipe de Saúde da Família, empreendendo-se análise de conteúdo na modalidade de análise temática com a finalidade de identificar núcleos de significação das práticas de produção de cuidados em saúde mental (generalizações, conceitos, representações, concepções). A seguir, discutem-se os sentidos pessoais destas práticas para os profissionais da equipe (individualmente considerados) tendo por referência os núcleos de significação elencados, observando-se oposições e conservações. O movimento final consistiu na síntese deste processo, considerando a totalidade dialética das contradições ontologicamente constitutivas da consciência humana na sociedade de classes. A observação participante (observação em sala de espera e acompanhamento de visitas domiciliares, de reuniões de equipe, e de atividade em grupo de apoio) além de consistir em um recurso fundamental da pesquisa-ação foi adotada como estratégia para apoiar a identificação dos núcleos de significação. Observa-se que, para os profissionais da equipe, as condições de vida são importantes determinantes do processo saúde-doença da população atendida (inclusive no caso da saúde mental); é importante recorrer a uma diversidade de estratégias não restritas à consulta, e é necessário também dar atenção à saúde mental dos próprios profissionais da equipe. Chama à atenção a diversidade de sentidos e significados presentes na questão do papel da família no cuidado de pessoas em sofrimento psíquico, não sendo possível identificar um núcleo de significação correspondente, apesar de consistir em um tema frequentemente abordado nas entrevistas. Finalmente, nota-

se que a concepção do acolhimento, da constituição de vínculos, da responsabilização e da continuidade nos cuidados em saúde enquanto recursos de cuidado sugerem que os profissionais entrevistados entendem a ESF como possibilidade de ruptura com um núcleo exclusivamente biomédico de abordagem do processo saúde-doença. Não obstante, questões relacionadas à naturalização dos problemas sociais enfrentados pela população atendida, à necessidade de reflexão sobre a atividade cotidiana como forma de promoção de saúde mental da própria equipe, à formação continuada e à abordagem da família auxiliam a dimensionar os imensos desafios do campo, para os quais a Psicologia Social tem contribuições fundamentais a oferecer.

**A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: POLÍTICAS E AÇÕES DA GESTÃO.** *Katiuska Fabiana da Silva* (katiuska\_fabiana@terra.com.br) (UFMS-Paranaíba); *Denise Stefanoni Combinato* (UNESP-Botucatu); *Rosimeire Aparecida Manoel* (UFMS-Paranaíba). Financiador: UFMS.

Em 1994, a Estratégia Saúde da Família (ESF) foi implantada a fim de reorganizar a atenção no sistema de saúde, concretizando os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS): universalidade, integralidade, equidade, descentralização político-administrativa, regionalização e hierarquização das unidades prestadoras de serviços e participação da comunidade. Desde a criação do SUS quatro pontos sobre a gestão foram destacados para sua implementação: a descentralização, o financiamento, o controle social e a gestão no trabalho. Dentre esses, o mais complexo é a gestão no trabalho, tornando-se um ponto estratégico uma vez que a qualidade do serviço prestado pelos trabalhadores será mediada pelas condições de trabalho e pelo tratamento a que são submetidos. No cotidiano das instituições tem-se observado que a forma gerencial tem sido hegemônica, tendo como eixo central a disciplina e o controle, tirando dos funcionários qualquer possibilidade de decidir, de governar junto com a maioria e aprisionando os desejos e interesses da maioria; eles são submetidos a inúmeras normas e objetivos com os quais não se identificam a fim de que haja maior produtividade. Neste sentido, o objetivo da nossa pesquisa é analisar as políticas e ações da Gestão do Trabalho no SUS (principalmente, processos seletivos e educação permanente) em um município do interior do Mato Grosso do Sul, a fim de verificar sua coerência com as políticas nacionais (Série Pactos, Brasil, 2006) e adequação às necessidades da ESF. A coleta de dados foi realizada através de entrevista semi-estruturada com os seguintes profissionais: secretário municipal de saúde, coordenador da ESF no município e o responsável pelo setor de recursos humanos da Prefeitura. A análise dos dados foi baseada no referencial teórico da psicologia sócio-histórica, apoiando-se principalmente nos pressupostos de Vygotsky. Segundo esse teórico, os fatores essenciais da análise psicológica são: análise do processo em oposição à análise do objeto; a análise explicativa e não descritiva; e uma análise do desenvolvimento, reconstruindo todos os pontos até a origem do fenômeno. A partir da análise dos dados, foi possível verificar que, no município em questão, as políticas e ações da Gestão da ESF não têm funcionado coerentemente com as propostas e princípios da Política Nacional de Atenção Básica. Aspectos fundamentais para estruturação da ESF não têm sido realizados de forma adequada como, por exemplo: o processo de seleção para a contratação de profissionais não utiliza como critério básico a existência de habilidades e competências necessárias para essa área de atuação; a Educação Permanente não é fornecida pelo município. Assim como a maioria dos profissionais (cirurgiões-dentistas, enfermeiros e médicos) vinculados à ESF, tanto o gestor como o coordenador da ESF não passaram por

---

processo de formação específica para o exercício da função, o que pode dificultar o desenvolvimento das atividades e consolidação da ESF no município. Conclui-se que o serviço deixa de ser orientado por questões técnicas e passa a ser orientado por questões políticas, prejudicando a população e comprometendo os serviços propostos pela Estratégia Saúde da Família. Dessa forma, embora a Atenção Básica tenha sido orientada pela Estratégia Saúde da Família, percebe-se que o município em questão pouco conseguiu transcender o aspecto conceitual, pois não assumiu em seu cotidiano uma nova postura de organização e de realização do trabalho, comprometendo assim a proposta da ESF.

**ORIENTAÇÃO FAMILIAR EM CAPSi II: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE E DOENÇA MENTAL.** *Ana Clara Vieira Gabriel* (anaclara@fc.unesp.br) (UNESP-Bauru); *Josiane Lozjgia Carrapato* (CAPSi II - Bauru); *Celso Zonta* (UNESP/BAURU).

As representações sociais são, na Psicologia Social, como verdadeiras “teorias” do senso comum (Moscovici, 1976), através das quais se procede à interpretação da realidade cotidiana e até mesmo sua construção. No Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi i) da cidade de Bauru-SP, realizou-se uma pesquisa visando identificar as representações sobre saúde e doença mental de um grupo de mães. Revela-se imprescindível conhecer as representações desses indivíduos acerca do tema proposto, pois elas guiam os comportamentos, influenciando sobremaneira, neste caso específico, na educação dos filhos. Isso ajuda a identificar padrões parentais que prejudicam a saúde mental das crianças, guiando para uma ação profissional transformadora. Participaram desta pesquisa dez mães, com idades entre 24 a 42 anos, integrantes de um grupo de orientação familiar no CAPSi i, onde os filhos fazem tratamento. Um questionário foi aplicado e utilizou-se o método qualitativo de análise dos dados. As questões tratavam do conceito de saúde mental, doença mental e quais são os elementos que as favorecem. As representações encontradas apontaram saúde e doença mental relacionadas tanto a fatores internos ao indivíduo (biológicos e psicológicos) quanto a fatores externos (inter-relação entre indivíduo e sociedade). A compreensão sobre saúde mental e os elementos que a favorecem fornecem um conjunto de representações sociais por vezes distintos, porém integrados entre si: ter saúde mental é ter capacidade de refletir, é ter um mundo interno não carregado de conflitos, não desgastar-se pelo cotidiano, é ter facilidade de expressar sentimentos, é saber conviver com as regras sociais. Elas variam do foco das capacidades individuais para relação do indivíduo com a sociedade (capacidade de viver de maneira adaptada), bem como saber viver em um meio desgastante. Não se apresenta nenhum aspecto crítico em relação às determinações da sociedade sobre o indivíduo, o que prevalece são representações que imputam quase somente à pessoa a responsabilidade de ter saúde mental. Incluem-se nestas representações a necessidade do indivíduo recorrer à religião como uma forma de estruturar-se através da fé. A representação sobre doença mental apresenta-se relacionada a fatores genéticos, com sintomas mais explícitos como: surtos e manias, desequilíbrio emocional, conflitos interpessoais decorrentes destes e dificuldades para resolver os problemas da vida. A falta de compreensão dos sintomas pela pessoa agrava o problema. Fatores externos também são relacionados à produção do adoecimento, como falta de apoio da família, de emprego, impossibilidade de lazer e uso abusivo de álcool e drogas. Novamente, a responsabilidade pela produção da doença é deslocada para o indivíduo em detrimento da sociedade que adocece. Diante das representações encontradas, vigora a visão de que a pessoa é a principal responsável por seu estado de saúde ou doença mental, deixando de lado as determinações sociais. Fatores externos são relacionados, como álcool e drogas, mas a

---

responsabilidade de fazer seu uso ou não recaí sempre sobre a pessoa. Esta relação é evidenciada a todo o momento, ora por determinações hereditárias, ora por escolha. A identificação destas representações serviu como guia para o desenvolvimento de um trabalho mais crítico e transformador com o grupo de pais.

### **ENCONTROS E DESENCONTROS: A ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM SUA RELAÇÃO COM A REDE DE SERVIÇOS E DISPOSITIVOS SUBSTITUTIVOS EM SAÚDE MENTAL.** *Tiago Rocha Pinto*

(tiago\_rochapinto@yahoo.com.br) (Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família, UNESP-Botucatu); *Sueli Terezinha Ferreira Martins* (Pós-Graduação em Saúde Coletiva e Depto. de Neurologia, Psicologia e Psiquiatria, UNESP-Botucatu).

O presente estudo é objeto de investigação de uma pesquisa de mestrado que visou investigar a relação estabelecida por meio do sistema de referência e contra-referência entre oito equipes da Estratégia de Saúde da Família, de uma equipe de referência em saúde mental, e dos oito serviços e dispositivos substitutivos de saúde mental de um município de médio porte do interior do Estado de São Paulo. Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com todos os coordenadores das oito equipes da Saúde da Família (enfermeiros e médicos), com os coordenadores dos oito serviços e dispositivos de saúde mental, e com um dos membros da equipe mínima de saúde mental do município, perfazendo um total de 25 entrevistas. Os dados coletados foram analisados segundo a abordagem sócio-histórica, através da elaboração de núcleos de significação e de sentido de acordo com o método explicativo de Vigotski. Tendo como base estudos anteriores e tendo a palavra com significado como unidade de análise, tivemos a base para criação dos “núcleos de significação do discurso”. Assim, buscamos temas e questões centrais relatadas pelo sujeito, entendidas enquanto aquelas que geram motivação, emoção e envolvimento no relato. Para construção de cada núcleo de significação buscamos apreender as determinações que constituíram tais formas de significar, suas motivações e necessidades para, com isso, poder compreender a produção dos sentidos presentes nesses discursos, buscando suas determinações, contradições e relações. No presente estudo os núcleos de significação identificados foram: Os Agentes Comunitários de Saúde e os familiares como grandes interlocutores do sofrimento psíquico; A ESF como local de escuta e acolhimento ao sofrimento psíquico que poderia intensificar as suas ações com um maior suporte institucional; A ausência de instrumentos específicos e de interlocução entre os serviços como empecilhos ao estabelecimento de uma rede integral de cuidado psicossocial; Ausência de suportes interinstitucionais e de políticas públicas no atendimento integral as pessoas com sofrimento psíquico; A equipe mínima de referência em saúde mental como mediadora no fluxo dos encaminhamentos com a rede; A necessidade de maiores encontros/ discussões como garantia de uma melhor relação entre os diferentes níveis; Avaliação de que no momento essa relação é ruim e que poderia obter melhores resultados. Com base na análise dos resultados, constatou-se que, assim como em muitos municípios brasileiros, a implantação da ESF nesta cidade é um fato recente, e se deu em algumas áreas antes restritas ao acesso à saúde, trazendo com ela, inúmeras questões, conquistas e dificuldades que se fazem presentes em sua organização e modo de operacionalização. Conforme o objetivo apresentado na presente pesquisa, observamos que a relação das equipes da ESF com a rede de serviços e dispositivos substitutivos em saúde mental é bastante frágil e insuficiente na adequação e realização de um sistema de referência e contra-referência entre os mesmos. Tal fato tem dificultado o estabelecimento da articulação

de uma rede de cuidados em saúde mental no município que, apesar de contar com um bom quadro de equipamentos e possibilidades de ações, não tem conseguido circunscrever da melhor maneira possível o fenômeno do adoecimento psíquico numa rede integrada de atenção psicossocial. No que tange a sua organização em rede com outros equipamentos de saúde, estas problemáticas também se apresentam, demonstrando que a verdadeira mudança do modelo assistencial só se tornará factível quando as parcerias ESF – Gestores – Serviços e Comunidade estiverem estabelecidas e em funcionamento. A rede com estratégia e processo que coloca em ato a desinstitucionalização, ainda necessitará de muitos avanços e encontros para que os desencontros sejam minimizados e superados em prol dos que dela mais necessitam, os usuários da saúde mental.

**CONCEPÇÕES ACERCA DO TRANSTORNO MENTAL E AVALIAÇÃO DE UM SERVIÇO DE SAÚDE POR SEUS USUÁRIOS E FAMILIARES.** *Renata Inah Tavares de Lacerda* (relacerda\_@hotmail.com) (UNESP-Bauru; bolsista IC/CNPq-PIBIC); *Sueli Terezinha Ferreira Martins* (UNESP-Botucatu); *Tiago Rocha Pinto* (Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família, UNESP-Botucatu); *Carolina Sasso Ricardo*; *Ana Carolina Gambini de Oliveira*. Apoio: CNPQ/PIBIC; PROEX; FUNDUNESP.

A presente pesquisa visa compreender quais os modelos explicativos de doença mental presentes nas concepções sobre o processo saúde/doença e na história de cuidado ao portador de transtorno mental em casa e nos serviços de saúde mental, além de avaliar um desses serviços por seus usuários e familiares. Este trabalho está embasado nos pressupostos da Psicologia Social e respaldado nos princípios da Reforma Psiquiátrica. O trabalho é realizado em uma associação de usuários, familiares e trabalhadores dos serviços de saúde mental de um município do interior paulista que visa promover a inclusão social e no mercado de trabalho de pessoas com transtornos mentais graves, através de oficinas terapêuticas e de geração de renda, convivência, passeios, desenvolvimento de projetos com usuários e familiares. Os dados foram levantados através de observação participante e através de entrevistas com os familiares e com os usuários, buscando investigar as concepções do processo saúde/doença, da história de cuidado e avaliação dos serviços. As entrevistas e observações estão sendo categorizadas de acordo com a Pesquisa Qualitativa em Saúde. As análises das mesmas estão sendo realizadas de acordo com a abordagem da Psicologia Sócio-Histórica. Os dados coletados estão sendo transcritos e analisados qualitativamente através da Análise de Conteúdo Temática. Pretende-se utilizar, ainda, outra forma de análise: a organização de “núcleos de significação do discurso”. No tocante às entrevistas semi-estruturadas, foram entrevistados 10 usuários que freqüentam as oficinas geradoras de renda da entidade e 10 usuários de outras atividades de reabilitação psicossocial da associação. Realizou-se ainda, até o momento, 11 entrevistas com os familiares desses usuários. A partir dos dados coletados, pôde-se realizar a categorização inicial de 50% da população de usuários participantes (5 usuários freqüentadores de oficinas de geração de renda e 5 que participam de outras atividades na entidade) e 50% da população de familiares. A pré-análise das entrevistas foi dividida em sete grandes eixos, sendo eles: a percepção do início do transtorno mental; explicação para a origem do transtorno; mudanças pós-transtorno; convivência familiar; concepções sobre a Associação Arte e Convívio; diferenças entre a AAC e os serviços de saúde mental do município; mudanças ocorridas após a participação na entidade. Dessa forma, tendo em vista os dados levantados até o presente momento, pode-se constatar que há uma pluralidade de concepções e explicações em relação ao fenômeno do adoecimento



psíquico: religiosa, moral, educacional, entre outras. Aspectos da história de vida de cada um, bem como o aparecimento de sintomas são bastante apontados em relação a esse fato. O início do adoecimento psíquico trouxe, para a maioria dos usuários e familiares, dificuldades no relacionamento familiar, bem como a necessidade de se adaptar ao tratamento medicamentoso e às conseqüentes alterações orgânicas. Há, ainda, a convivência com a exclusão social. Verifica-se, também, os cuidados recebidos nos diversos serviços de saúde mental e suas diferenças frente ao trabalho desenvolvido pela associação: modelo tradicional, medicocêntrico e hospitalocêntrico versus modelo antimanicomial; modelo de tutela/proteção e exclusão social da pessoa com transtorno mental versus visão de resgate da autonomia e inclusão social. Há uma avaliação positiva da associação, no que se refere às mudanças ocorridas após o ingresso neste local, sendo que estas foram apontadas tanto pelos usuários que estão há mais tempo, como os que freqüentam a entidade a menos tempo e seus familiares. Há uma ampliação do poder de contratualidade social e de visão de futuro, aumento da auto-estima, desenvolvimento de habilidades para o trabalho, ampliação da rede social, oportunidade de participar de atividades de lazer, aumento da autonomia e iniciativa nas atividades diárias, bem como diminuição do número de internações psiquiátricas. Esses dados ressaltam a importância da associação e de entidades como essa enquanto um espaço de promoção à saúde mental de seus usuários.

**CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL JUNTO A UM PROJETO DE NUTRIÇÃO E CONTROLE DE PESO PARA CRIANÇAS OBRASAS.** *Giovanna dos Santos Braga* (giovanna.braga@gmail.com); *Lidiane Pereira Viana* (UNOESTE – Presidente Prudente); *Irineu A Tuim Viotto Filho* (UNESP – Presidente Prudente). Financiador: UNESP.

Há cerca de dois anos o projeto “Superação” atende crianças e adolescentes da cidade de Presidente Prudente/SP e região; é realizado nas dependências da Faculdade de Educação Física da Unesp, atende sujeitos na faixa etária de 06 a 15 anos e que estão acima do peso considerado adequado para sua idade. Participam do projeto estagiários de psicologia, educação física e nutrição de universidades públicas e particulares da cidade que cooperam com o projeto. Os encontros do projeto “superação” são realizados semanalmente e divididos por área de conhecimento em que os estagiários aplicam os conhecimentos da psicologia, da educação física e da nutrição no sentido de proporcionar aos sujeitos do projeto novas possibilidades de enfrentamento da realidade. No que se refere aos trabalhos da psicologia, os sujeitos foram divididos em três grupos nas seguintes faixas etárias: 6-9, 10-12 e 13-15 anos. Em cada grupo há uma proposta diferenciada de trabalho e de acordo com as necessidades dos sujeitos dos grupos em específico. Neste trabalho estaremos apresentando e discutindo os encontros realizados com o grupo de 6-9 anos de idade, os quais se configuram pela realização de brincadeiras, jogos dramáticos e representação de papéis as crianças, com objetivo das mesmas poderem expressar através do trabalho em grupo seus pensamentos, sentimentos e emoções, apresentar suas dificuldades, conflitos e possibilidades para lidar com a sua condição social, sua relação escolar, familiar, de amizade, e outras relações sociais das quais fazem parte e, diante disso compreender sua condição de forma crítica e consciente. São tratadas, através de uma perspectiva lúdica, questões relativas à sua forma de se alimentar, fazer dieta, controlar seu peso, as suas atividades físicas, escolares e sociais, dentre outras situações com que se deparam ao longo de suas vidas e que precisam ser compreendidas de forma consciente e crítica. Ao longo dos encontros as crianças têm possibilidades de interagir com outras crianças que vivem condição parecida, compreenderem-se mutuamente e

construírem novas possibilidades de relação social de forma a aprenderem a lidar de forma realista com questões relacionadas a preconceitos, excesso de peso numa sociedade de consumo, manutenção da saúde e outros assuntos relativos à sua condição humana. Após 04 (quatro) meses de encontros semanais, consegue-se identificar, ainda que parcialmente, o quanto as crianças tem procurado formas de relação social diferenciada, interações mais significativas umas com as outras e fortalecido sua auto-estima, sua auto-confiança, dentre outras características humanas fundamentais para a manutenção da sua saúde mental, apresentando um desenvolvimento significativo da sua consciência. Acredita-se que um projeto dessa característica, tendo a psicologia social e os trabalhos coletivos como escopo teórico e metodológico, possibilita condições diferenciadas de compreensão da realidade e enfrentamento da mesma; por mais adversa que ela possa se apresentar para os sujeitos, há que se pensar na sua transformação e isso pela via da ação coletiva.

**APÓS 21 ANOS DE LUTA ANTIMANICOMIAL: AVALIAÇÃO DE TÉCNICOS DE ENFERMAGEM ATUANTES EM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO.** *Rodolfo Ribeiro Dib* (rrdib@hotmail.com); *Adrieli Natália Cazetta*; *Alessandra de Andrade Lopes*; *Beatriz Zanibelli Sonego* (UNESP – BAURU); *Regina Célia Mathiazzi Mombach* (Associação Hospitalar Thereza Perlatti, Jaú, São Paulo).

No Brasil, a Reforma Psiquiátrica contestou e opôs-se diretamente à concepção de assistência ao doente mental, praticado pela trilogia hegemônica: asilamento, exclusão e medicação. Com o movimento da Reforma Psiquiátrica o modelo hegemônico teve suas bases ideológicas e políticas fortemente combatidas, assim como seus resultados empíricos questionados. Podemos constatar, ao longo da história que, de modo desastroso, a negligência, o confinamento, a exclusão e a medicação iatrogênica, desencadearam a despersonalização e cronificação das pessoas com diferentes transtornos mentais. Junto à Reforma Psiquiátrica no Brasil nasceu o movimento de Luta Antimanicomial, constituído e fortalecido em defesa do fechamento dos hospitais psiquiátricos e da criação de novas modalidades de atendimento extra-hospital. Após 21 anos deste movimento, sabe-se, entretanto, que ainda existem hospitais psiquiátricos em pleno funcionamento, bem como ainda é vigente a concepção da doença mental como fenômeno exclusivamente endógeno, a ser tratado com medicamentos e com exclusão social. Diante do conhecimento desta realidade, o presente estudo traz a avaliação da prática profissional de técnicos de enfermagem de um hospital psiquiátrico, após 21 anos de Luta Antimanicomial. O presente projeto, em andamento, tem como objetivo favorecer a criação de um espaço de diálogo, reflexão e de escuta de profissionais da saúde que atuam em hospitais psiquiátricos. Participaram do primeiro semestre de implantação deste projeto, 12 técnicos de enfermagem de um hospital psiquiátrico do interior do Estado de São Paulo. Os técnicos de enfermagem foram convidados e compareceram, espontaneamente, aos encontros. Foram realizados 15 encontros, um por semana, com duas horas de duração. As reuniões ocorreram em horário de serviço dos participantes, em local e datas previamente combinados, dentro da instituição. O grupo foi constituído como fechado após o segundo encontro, com cronograma de temas a serem discutidos e previsão de encerramento. Como resultado geral constatou-se que o principal objetivo da proposta foi atingido, visto que os participantes utilizaram do grupo como um espaço aberto e disponível para manifestação das percepções individuais e coletivas acerca das experiências do trabalho em instituição psiquiátrica. No entanto, apenas três profissionais permaneceram durante os 15 encontros. O esvaziamento foi avaliado pelos desistentes como “incompatibilidade com a rotina do

hospital” e avaliado pelos permanentes como “atividades e discussões não prioritária no serviço”. Em cada encontro foram discutidos temas referentes; a) à escolha e trajetória profissional dos participantes, atuantes na área da saúde mental; b) às práticas dos profissionais dentro do hospital (hospitalocêntricas versus alternativas viáveis no cuidado dos internos); c) à Luta Antimanicomial; d) à necessidade de manter o interno dentro do convívio social com a família e a comunidade; e) às perdas do interno em relação aos direitos, convívio e identidade; f) à interação profissional, paciente e equipe. Destacaram-se como limites e obstáculos de uma prática humanizadora do trabalho: a) a hierarquia posta e vigente no contexto hospitalar (médicos, enfermeiros, serviço social, psicologia e outros profissionais); b) a ausência de investimento na formação contínua da equipe, principalmente, no que diz respeito aos conhecimentos do paciente de saúde mental; e c) a baixa valorização dos profissionais que atuam em saúde mental. Durante os encontros os participantes também manifestaram sentimentos e percepções ambíguas e/ou contraditórias, dizendo que mesmo dentro de uma instituição hospitalar psiquiátrica, após 21 anos de Luta Antimanicomial, pode ser possível o exercício da empatia e o cuidado interdisciplinar com o paciente, visando contribuir com o desenvolvimento de sua identidade e com a inclusão social do mesmo. O projeto, em andamento, evidencia a necessidade da reflexão sobre as práticas antimanicomiais que favoreçam o acolhimento dado aos pacientes, a troca mútua de informações e escuta das relações estabelecidas fora e dentro do ambiente hospitalar de trabalho entre profissionais e pacientes. Além disso, os resultados, deste primeiro grupo, reiteram a preocupação e a importância do investimento contínuo na humanização dos serviços na área da saúde mental, em especial, ainda nos hospitais psiquiátricos, de modo que sejam beneficiados tanto os usuários quanto os profissionais que nela atuam.

**A SAÚDE MENTAL, A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO E AS DIRETRIZES CURRICULARES DA PSICOLOGIA.** *Sérgio Luiz Ribeiro* (sergio.psi1@yahoo.com.br) (UNIP – Bauru; Ambulatório Regional de Saúde Mental de Bauru); *Cristina Amélia Luzio* (UNESP – Assis).

O processo da Reforma Psiquiátrica Brasileira como processo de construção de novo ordenamento institucional para o cuidado de pessoas com sofrimento psíquico tem avançado no sentido de construir um novo modelo, aqui denominado de Atenção Psicossocial. Este trouxe alterações profundas no entendimento dos transtornos mentais e nas formas de atenção às pessoas acometidas por eles e no papel social atribuído às profissões encarregadas deste cuidado. Entretanto, esse processo tem encontrado diversas dificuldades relacionadas à construção de estratégias capazes de viabilizar a mudança da atenção em Saúde Mental, no país. Entre essas dificuldades, destaca-se a formação acadêmica dos profissionais, ainda não comprometida com a Saúde Coletiva e a Atenção Psicossocial. Entre elas a Psicologia tem sido historicamente criticada por propiciar uma formação baseada no modelo “clínico”, centrada na doença e no indivíduo, por intermédio da psicoterapia individual em consultórios. Atualmente estão sendo implantadas as Diretrizes Curriculares da Psicologia com objetivo de oferecer ao aluno uma formação básica, científica e generalista que contemple as principais abordagens formadoras do pensamento psicológico contemporâneo, deste modo, é importante investigar como esta formação estará contribuindo para o psicólogo atuar na Saúde Mental na perspectiva da Atenção Psicossocial. A pesquisa objetivou analisar a formação e o perfil do profissional que trabalha na Saúde Mental, em especial o psicólogo, toma por base os aportes teóricos tanto sobre a formação do psicólogo na Saúde e na Saúde

---

Mental, como acerca da Atenção Psicossocial, de diversos autores e analisar a formação do psicólogo na Saúde Mental pública. Esta análise se fez a partir do processo histórico da elaboração das várias propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais da Psicologia e da discussão e análise de sua versão final, no tocante a atuação do psicólogo para o campo da Saúde Mental. Utilizamos como procedimento a análise documental de estudos de profissionais da área, relatórios e legislação dos Ministérios da Educação e da Saúde relacionados à formação do profissional para a Saúde Mental, a trajetória da elaboração das Diretrizes e do perfil deste profissional constante nas mesmas. A análise apontou que as Diretrizes Curriculares fazem referências genéricas sobre a atuação e as habilidades do psicólogo para atuar na Saúde Mental, sendo a única referência direta de um campo de atuação o da Saúde. As Diretrizes indicam que o psicólogo tenha o entendimento do fenômeno psicológico como complexo, multideterminado e produzido socioculturalmente. Porém, as competências e habilidades propostas para este profissional aplicadas no campo da Saúde e Saúde Mental parecem orientadas no modelo Preventivo-Comunitário. Concluindo, as Diretrizes Curriculares para a Psicologia pouco reproduzem ou refletem das propostas de formação do profissional para o campo da Saúde Mental na perspectiva da Reforma Psiquiátrica e da Atenção Psicossocial. As lacunas encontradas nas Diretrizes sobre a atuação do psicólogo, no campo da Saúde Mental, reafirmam a necessidade de aprofundamento do debate sobre a formação desse profissional e das necessidades desta área. Enfatizamos a importância de dar continuidade à discussão sobre o papel social da Psicologia e a formação do psicólogo, porque, desse modo, poderemos contemplar as necessidades da população que utiliza os serviços, os interesses dos profissionais, dos que buscam essa formação, dos órgãos formadores e do mercado de trabalho.

**PROCESSO GRUPAL COM ADOLESCENTES SOROPOSITIVOS DE UMA UNIDADE DE SAÚDE DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO.** *Paula Ferreira Ranalli* (paularanalli@yahoo.com.br); *Raquel Tenorio dos Santos*; *Nilma Renildes da Silva*. UNESP – Bauru.

A intervenção a seguir teve como base teórica os pressupostos teóricos-metodológicos do Materialismo Histórico e Dialético. O trabalho teve sua origem em uma pesquisa desenvolvida em 2005 e apresentada na disciplina de Psicologia Social II, cujo objetivo foi o de conhecer a relação que portadores do vírus HIV e pessoas próximas a elas estabeleciam com a infecção. Os resultados foram analisados a partir das representações sociais e mostraram que preconceito, estigma e medo, estavam fortemente relacionados com as representações estudadas. Como contínuo do estudo realizado em 2005, recebemos uma proposta de estágio com o objetivo de intervir junto a esta população, após celebrar o convênio entre a instituição que nos convidou e a universidade, organizou-se a partir de 2006 um grupo de estágio em Psicologia Social Comunitária, com o objetivo de discutir e refletir, com adolescentes soropositivos para o HIV e com conhecimento do diagnóstico, as questões apontadas na pesquisa. Os participantes deste trabalho foram seis adolescentes em tratamento na instituição. Os portadores de HIV/Aids têm sido estigmatizados e responsabilizados por sua contaminação e falta de informação ao mesmo tempo em que a responsabilidade social pela doença é um fator pouco difundido. A maneira como o homem se relaciona com a Aids e com o vírus HIV tem sua raiz histórica marcada pela idéia de homossexualidade, drogadição, prostituição e morte, sendo a doença, ainda hoje associada a tabus e preconceitos. O presente trabalho compreende que aquela relação é construída social e historicamente, e

---

que num processo grupal realizado com a intenção de contribuir para a diminuição dos estigmas sofridos pelo portador, pode possibilitar o desvelamento das contradições existentes em relação ao fenômeno em questão e também ser um espaço que se caracterize numa síntese das experiências vividas e compartilhadas pelos indivíduos que compõe o grupo. Nosso papel enquanto facilitadores do processo grupal foi permitir o desenrolar das vivências subjetivas a fim de conhecer a relação que o grupo estabelece com o vírus e com o tratamento e dessa maneira conhecer e intervir sobre as especificidades do grupo. As ações desenvolvidas voltaram-se para a promoção de saúde em adolescentes que desde a infância fizeram tratamento na instituição e que tem a revelação diagnóstica HIV positivo. Identificou-se como se deu o envolvimento dos adolescentes com a doença, bem como as relações que estabelecem e papéis que desempenham com ela e com seu grupo social. Foram realizados dez encontros quinzenais com a participação média de 5 adolescentes por grupo. A intervenção possibilitou a formação do processo grupal dos adolescentes e a construção de um espaço para a discussão de questões cotidianas envolvidas com o tratamento como a medicação, envolvimento sexual, educação e família. Foi possível perceber que uma atuação junto a essa população contribui para a transformação social e individual, a ampliação das possibilidades do sujeito levando-o ao conhecimento de sua realidade e reconhecimento de si como sujeito histórico ativo. Este trabalho foi interrompido ao final de 2007, mas durante o processo grupal evidenciou-se que é possível no espaço da saúde pública desenvolver ações coletivas que contribuem para a diminuição do preconceito em relação à AIDS.

**CRENÇAS, ESPIRITUALIDADE E QUALIDADE DE VIDA EM UM BAIRRO POPULAR.** *Jaqueline da Silva de Oliveira* (jack\_sp@oi.com.br); *Oswaldo Gradella Júnior*; *Isabelle de Souza Góes*; *Priscila Sayuri Oliveira Fukuda*. UNESP–BAURU.

O homem, na perspectiva sócio-histórica, é produto de duas linhas evolutivas, a biológica, que lhe garantiu a sobrevivência e a seleção natural, e a sócio-cultural que lhe garantiu o desenvolvimento. "Um indivíduo só existe como um ser social, como um membro de algum grupo social em cujo contexto ele segue a estrada do desenvolvimento histórico, a composição da sua personalidade e a estrutura do seu comportamento reveste-se de um caráter dependente da evolução social cujos aspectos principais são determinados pelo grupo" (Vygotsky, 1930). Desta maneira, é essa formação cultural do homem que será seu aparato para a construção da sua religiosidade e espiritualidade, que são criados por símbolos "para sintetizar o ethos de um povo – tom, o caráter e a qualidade de vida, seu estilo e disposições morais e estéticos – e sua visão de mundo" (Geertz, 1989). Atualmente, o Grupo de Avaliação da Qualidade de Vida da Divisão de Saúde Mental da OMS define QV como "a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações" (WHOQOL Group, 1994). O presente estudo integra uma pesquisa que teve como objetivo identificar a existência de portadores de transtornos mentais e de sofrimento psíquico nos moradores de um bairro popular e analisar os determinantes sociais no processo de sofrimento e adoecimento psíquico dos moradores. O objetivo específico é identificar e analisar a qualidade de vida e sua relação com as crenças e a espiritualidade dos sujeitos da pesquisa. Metodologia: Foi elaborado um questionário tendo como referências o WHOQOL – 100 / Organização Mundial da Saúde – Avaliação da Qualidade de Vida / Versão em português, o WHOQOL – Abreviado, as questões e necessidades de investigação apontadas pela Associação de Moradores e as questões que os pesquisadores consideraram necessárias

---

incluírem. Os dados foram analisados qualitativamente nos pressupostos teóricos apontados anteriormente. Ao indagarmos os moradores com essas três questões: o quanto as crenças pessoais lhe ajudam a entender as dificuldades da vida, se essas crenças dão sentido a sua vida e em que medida sua vida tem sentido, obtivemos respostas superior a 40% em todas as respostas. As respostas em relação às crenças religiosas no bairro foram articuladas com as respostas na esfera do apoio social, em quem uma maioria significativa responde sentir-se satisfeita e muito satisfeita com o apoio que recebe dos familiares e amigos. As pessoas que estão nesse meio criam uma barreira natural da realidade em que estavam inseridas, estão isoladas das outras relações sociais e dos demais indivíduos que não fazem parte de tal grupo. As relações internas se reforçam pelos interesses (e princípios religiosos), enquanto as relações pessoais com os demais elementos que não reconhecem os mesmos princípios são fragilizadas. A essa discussão acrescentamos a questão da solidão, em que 47% dos entrevistados disseram que não se sentiam sozinhas. Ou seja, considerando as outras respostas positivas como o apoio familiar, o apoio dos amigos e a religiosidade, forma-se então uma teia de elementos complexos e de tal forma estruturada que estar submetido aos valores de uma religião é estar submetido a um novo cotidiano formado pelos elementos condizentes com a estrutura social que equivale aos valores próprios. Como o examinou Ferriss (2002), na relação entre qualidade de vida e religião, encontra-se a felicidade associada à frequência/presença em serviços religiosos. Associando esses dados ao alto índice de respostas a respeito da importância das crenças, 42,8% das pessoas responderam “completamente”, dá-se margem para uma interpretação de que sentir-se contente esta muito mais estruturado às bases religiosas do que o conceito de qualidade de vida. E são justamente essas contradições subjetivas presentes que influenciam na saúde e/ou processos de adoecimento. Conclusões: Em nosso estudo verificamos a importância das crenças e da religiosidade no processo saúde/doença. Torna-se necessário aprofundar as relações entre as crenças e a psicologia como um desafio para os psicólogos, pois é muito difícil tratar de dois aspectos tão subjetivos quanto os processos psíquicos e a religiosidade. Isso nos mostra a importância de um olhar para o indivíduo que inclua a religiosidade como um dos elementos importantes no processo saúde/doença. É possível desta maneira e com base nos nossos estudos fazer uma interface entre crenças religiosas e qualidade de vida, considerando a forma como o indivíduo se relaciona com essas questões em sua vida.

**PLANTÃO COMUNITÁRIO NO COMPLEXO DA FUNERÁRIA: DESAFIANDO A DIFERENÇA PÚBLICO-PRIVADO NUMA PRÁTICA DE PSICOLOGIA COMUNITÁRIA EM SAÚDE.** *João Eduardo Coim de Carvalho* (joacoim@yahoo.com); *Vera Ostronoff*. UNIP – São Paulo. Financiador: Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – UNIP.

Trabalhos em Psicologia Social Comunitária voltados para a área de saúde tratam de processos de saúde no âmbito dos grupos e comunidades e instituições, sobre os quais recaem as condições de exclusão social que não permitem o reconhecimento e a instalação de projetos coletivos. Conduzir intervenções junto à população e agentes institucionais que conduzam a ações de promoção de saúde nestes cenários implica compreender não apenas aspectos técnicos mas sua dimensão política. Neste trabalho são descritas parte das atividades desenvolvidas em uma comunidade de baixa renda da zona norte da capital paulista – o Complexo da Funerária. Como parte dos trabalhos do Grupo de Pesquisa Psicologia e Saúde, são conduzidas atividades de pesquisa e extensão, realizadas em ambiente interdisciplinar em

parceria com uma equipe do Programa Saúde da Família e com associação de mulheres da comunidade (“Mulheres em Ação”). Realizadas em ambiente interdisciplinar, atualmente se encontram em andamento diferentes ações em promoção de saúde conduzidas por professores, alunos e ex-alunos do curso de Psicologia da UNIP, além de moradores da comunidade. Estas práticas buscam reconhecer a singularidade dos indivíduos e a dinâmica dos grupos sociais e das instituições e se apoiam em recursos metodológicos provenientes da Antropologia, da Psicologia Social Comunitária e da Psicologia Clínica. Uma destas ações é o Plantão Comunitário. Acontecendo semanalmente, interrompendo o caminho e desafiando o entendimento do que seja o “trabalho do psicólogo”, o Plantão oferece um espaço de acolhimento e reflexão sobre as relações saúde-doença, os serviços de saúde oferecidos à população e o compartilhamento de experiências e soluções para questões de saúde e sociais, visando instituir lugares que possibilitem a construção de projetos coletivos de transformação social. Os resultados do trabalho podem ser sintetizados nos seguintes pontos: a presença de demandas sociais como inseparáveis das questões de saúde; os cuidados com o corpo mediados por questões como a opressão de gênero e a violência; a presença de relações comunitárias em meio a um cenário de exclusão e sofrimento social; o compartilhamento de experiências de saúde entre moradores e profissionais; o reconhecimento dos moradores como agentes de saúde. Este cenário desafia a identidade profissional do psicólogo, indicando uma posição que se situa entre a clínica e o engajamento em projetos coletivos, com o reconhecimento dos limites e das possibilidades de intervenção do psicólogo como profissional de saúde. Os resultados indicam ainda que a possibilidade de encontro entre moradores a partir da sustentação de um dispositivo cotidiano simples como o bate-papo num banco de praça, interroga os limites entre público e privado, conhecimento científico e saber tradicional. O psicólogo é desafiado a abandonar a tendência a resolver questões emergenciais – e individuais –, reproduzindo uma prática comum no serviço público, para se engajar em projetos coletivos nos quais ele é consultor e parceiro. Concluindo, o uso do Plantão Comunitário como estratégia em psicologia comunitária no campo da saúde questiona a formação acadêmica do psicólogo e exige que a ela sejam agregados recursos que possibilitem não apenas a constituição deste como profissional de saúde, mas também como cidadão engajado na efetiva transformação da sociedade. Ao mesmo tempo sinaliza que a construção de dispositivos simples de encontro e discussão podem ser muito efetivos para ações de saúde.

**OS DISCURSOS SOBRE BAREBACKING NA INTERNET E NO CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO.** *Paulo Sérgio Rodrigues de Paula* (rodriguesdepaula@yahoo.com.br); *Mara Coelho de Souza Lago*. UFSC. Apoio: CNPQ.

O barebacking é um termo de origem inglesa, que denomina um estilo de montaria de cavalo sem uso da sela e tem sido utilizada para designar a prática sexual sem o uso do preservativo, com o risco intencional de contrair o vírus HIV. Além do termo barebacking ser popularmente usado (nos Estados Unidos) para descrever sexo sem camisinha, ele também é empregado para descrever a pequena subcultura de homens que freqüentam festas, websites e que, crescentemente, adotam identidades focadas na emoção de fazer sexo sem preservativo. Dentro dessa variedade de definições, pode-se dizer que a principal delas é o barebacking como um envolvimento intencional, deliberado, voluntário e consciente, em práticas sexuais sem o uso do preservativo entre homens gays, com o risco de contrair o vírus HIV, mesmo não sendo restrita a indivíduos homossexuais. Este trabalho teve como objetivos fazer uma

---

Análise dos Discursos produzidos na Internet e conseqüentemente essa representação no contexto social. Desse modo foi possível perceber que os discursos sobre a prática do barebacking no Brasil disponíveis na Internet partem de lugares bem distintos, de modo que poderíamos classificá-los como: Discurso de Sites Gays: Informam o leitor acerca da prática na maioria das vezes referendando-se em discursos produzidos por sites do exterior: “Eu fiquei chocado com a facilidade do nosso agente marcar inúmeros encontros específicos de sexo sem preservativo em poucas horas e com o desejo de tantos homens de arriscar contrair ou espalhar o HIV” contou o editor do GayNZ.com Jay Bennie. “Anos de conscientização sobre o sexo seguro parecem agora não valer nada no vácuo dos encontros pela internet.” Bennie, que também opera um fórum de bate-papo sobre sexo na cidade de Auckland, está preocupado que uma tal cultura dominante de “barebacking” tenha se desenvolvido longe do alcance das campanhas educacionais de sexo seguro ou dos preservativos e géis lubrificantes gratuitos. “Este é um chamado de alerta a todos os websites que abrigam esta atividade, aos educadores de saúde encarregados de deter o crescimento da infecção pelo HIV, e à negligente comunidade de homens gays e bissexuais que continuam a ser os neozelandeses mais afetados pela proliferação do incurável HIV.” Discurso Blog: Por serem sites pessoais, estes discursos têm uma gama variada de opiniões, que vão desde os que são indiferentes e apoiam a prática até discursos religiosos: “Você já ouviu falar de bareback?. É um termo em inglês que se define pela prática do sexo sem camisinha entre homossexuais para contrair o vírus da AIDS ou o HIV. Isso mesmo! Ficou assustado? Pois é, também fiquei assustado com isso, e quem não ficaria? O homossexualismo é uma das condições para não entrar no Reino de Deus (Veja I Co 6.9: O termo grego equivalente a afeminados refere-se a homens que se submetem a todo tipo de depravação sexual com outros homens). E como se isso não bastasse esta aí a novidade: o bareback”. Discursos de Especialistas: presente nos periódicos, revistas, pesquisas acadêmicas e em alguns portais gays. Normalmente proferido por psicólogos, psiquiatras, buscam sempre atribuir a prática a problemas e distúrbios neurológicos, sexuais e da personalidade: “Quem pratica o bareback é o homossexual com sério problema de auto-aceitação e baixa auto-estima. Ele pode ter sofrido severa rejeição na infância e não consegue se ajustar socialmente sendo homossexual. Ele é um gay que não está harmonizado com sua homossexualidade. Possui uma estrutura emocional frágil e vulnerável, não conseguindo se ligar afetivamente a outro homem gay para construir uma relação saudável. Utiliza-se o sexo para sua autodestruição”. Com base nos documentos analisados pode-se dizer que os discursos produzidos sobre a prática do Barebacking no Brasil cumprem o papel de esclarecer o leitor acerca do tema. Entretanto, quando o assunto é o sujeito que pratica bareback, acabam contribuindo para a manutenção de estímulos que há séculos acompanham os indivíduos homossexuais, com críticas patologizantes, moralizante e de cunho religioso. Assim sendo, penso que é necessário investigar como os barebackers brasileiros (re)constróem procedimentos que fogem a normatização da prática sexual em tempos de AIDS, ou seja, sem uso do preservativo. Desse modo considero fundamental analisar como e em que contextos essas formas ganham visibilidade e as divergências e convergências no barebacking, sob as perspectivas de gênero, gerações e modos de vida, assim como a tendência que temos de julgar o sexo não seguro como negligência e irresponsabilidade; além de incluir saberes da antropologia, sociologia e da crítica literária, a fim de “reforçar o pensamento interdisciplinar sobre a sexualidade e ampliar a compreensão sobre as diferentes dimensões e fatores culturais, sociais e psicológicos envolvidos” nesta questão.

---



## EIXO TEMÁTICO

### “Psicologia Social: Educação/Psicologia Escolar”

#### A CIRCULAÇÃO DO DISCURSO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO DA CULTURA ESCOLAR. *Flávia Zanni Siqueira* (fzsiqueira@yahoo.com.br).

O discurso pedagógico, entendido não como produções intelectuais sistematizadas, mas como a língua em ação, em situações de comunicação entre profissionais da educação, é constituído por expressões linguísticas cujos significados nem sempre são claramente compartilhados pelos membros da comunidade onde circula. É o caso das metáforas, dos slogans e dos jargões, que se caracterizam por suas fortes ligações aos contextos educacionais onde estão inseridos, de forma que suas utilizações pressupõem uma interpretação do ouvinte, cumprindo mais a função de evocar determinados comportamentos e motivações que de esclarecer posições teóricas ou decisões práticas. Essas estruturas só podem ser analisadas, portanto, em relação às práticas que se repetem na escola (cultura escolar) e que produzem os discursos característicos dela. Embora essa ligação seja imprescindível para sua compreensão, com passar do tempo tais estruturas começam a ser empregadas de uma maneira cada vez mais independente, sendo dotadas de uma certa autonomia nos discursos. Ao se subtrair as referências contextuais que as alicerçam, suas enunciações ganham estatuto de verdade incontestável, embora destituídas de significado prático e, por isso mesmo, muitas vezes não operacionalizáveis. Esse trabalho tem por objetivo levantar alguns elementos que possam ajudar a compreender o que sustenta o uso dessas estruturas nos discursos pedagógicos, partindo da idéia, já bem documentada, de que não é a lógica argumentativa que o faz. Assim, é preciso considerar dois aspectos distintos: o teórico e o psicológico. A coexistência desses dois planos de operação do discurso não é em si um problema, a questão reside na confusão recorrente deles, expressa na utilização discursiva de argumentos supostamente lógicos para se referir a elementos de ordem eminentemente afetiva. Pode-se dizer que a ação educativa dentro de uma escola é pautada pela interpretação de contexto feita pelos agentes envolvidos no processo educacional; há uma construção coletiva de uma certa maneira de compreender as diversas situações vividas cotidianamente neste espaço. Entretanto, o que deveria se constituir como hipótese interpretativa, muitas vezes é enunciado como explicação. Esse fenômeno pode ser compreendido a partir da noção de cultura escolar como fruto das seguintes ligações na esfera social: funcionamento psíquico de um grupo-interpretação de contexto-ação. A partir de sua teoria da libido, Freud propõe que a essência de um grupo, ou seja, aquilo que permite sua formação e permanência, é constituída por laços libidinais, que podem ser de dois tipos diferentes: os estabelecidos com um líder, entendido não apenas como uma pessoa no comando, mas também como uma idéia dominante, e os estabelecidos entre os membros. Nessa perspectiva, quando se fala de um grupo de educadores, está-se falando sobre um conjunto de pessoas que estabelecem laços libidinais entre si e cada uma delas com objetivos/ideais educacionais comuns ao grupo. A possibilidade de esses ideais serem comuns a todo o grupo é facilitada pelo uso das estruturas linguísticas, de maneira que elas cumprem um papel unificador na dinâmica das relações cotidiana. Na medida em que um objetivo educacional é enunciado de maneira suficientemente ampla (e essa amplitude é facilitada pelas características dessas estruturas), a possibilidade de adesão de cada membro do

---

grupo ao seu conteúdo é maior. Um raciocínio análogo pode ser empreendido para se descrever a formação do laço mútuo entre os membros: um discurso repleto dessas estruturas, como pode ter muitos significados, diminui a possibilidade de conflito entre os membros, favorecendo o estabelecimento da situação de grupo. Segundo a teoria freudiana, a identificação é o processo que permite a formação dos laços libidinais da maneira descrita.

**PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.** *Rita Melissa Lepre* (melissa@fc.unesp.br). UNESP-Bauru.

A Psicologia Comunitária é uma área de conhecimento e atuação da Psicologia Social. Tal área tem como objeto de estudo a atividade do psiquismo decorrente das interações estabelecidas entre os diferentes sujeitos, os ambientes e o meio. A Psicologia Social, contrariando a Psicologia Positivista que naturalizava a essência humana, postulou uma nova concepção de homem e de relação homem-mundo. Esta nova concepção definiu o homem como produto e produtor de sua história pessoal e da história de sua sociedade. Neste sentido, os sujeitos humanos são entendidos como criativos e transformadores; construtores de uma cultura e de uma história e, portanto, dotados de uma totalidade histórico-social. No Brasil, a Psicologia Social Comunitária foi impulsionada por algumas questões: o envolvimento e a preocupação da Psicologia com os problemas nacionais, envolvendo a desigualdade social e a violência; o questionamento dos sistemas psicológicos instituídos que, pautados na falsa idéia de neutralidade científica, não atendiam a maioria dos sujeitos; o reconhecimento e o pacto com alguns movimentos sociais e a busca por abordagens conceituais e metodológicas alternativas para a pesquisa e a intervenção. As idéias do educador Paulo Freire também influenciaram fortemente o desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária no país. Movimentos como “De pé no chão também se aprende ler” coordenados por Freire (1961-1964), em parceria com a prefeitura de Natal (RN), e ensaios teóricos como *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Autonomia*, entre outras obras, passaram a fazer parte do repertório da Psicologia Social Comunitária. Dessa forma, o tema formação de educadores ingressou no escopo da Psicologia Social Comunitária. A formação inicial e continuada de educadores deve considerar algumas dimensões básicas, entre elas, a técnica, a humana e a política. Na Universidade Pública esta formação deve estar alicerçada na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Neste trabalho apresentaremos nossa atuação enquanto docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista, campus Bauru, nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão e os projetos desenvolvidos nas Licenciaturas que buscam articular a Educação e os pressupostos básicos da Psicologia Social Comunitária. Segundo Góis (1993), os trabalhos comunitários partem de um levantamento das necessidades e carências vividas por um determinado grupo, sobretudo no que se refere às condições de saúde, educação e saneamento básico. A seguir, utilizando-se de métodos e processos de conscientização, procura-se trabalhar com os grupos populares para que eles assumam progressivamente seu papel de sujeitos de sua própria história, conscientes dos determinantes sócio-políticos de sua situação e ativos na busca de soluções para os problemas enfrentados. Para esse autor (GÓIS, 1993) a perspectiva da Psicologia Social Comunitária enfatiza a problematização da relação entre produção teórica e aplicação do conhecimento, partindo do pressuposto de que o conhecimento se produz na interação entre o profissional e os sujeitos de investigação. Em termos metodológicos utiliza-se, principalmente, a metodologia da pesquisa-ação crítico-colaborativa, na qual o pesquisador e os sujeitos da pesquisa trabalham juntos na busca de

---

explicações para os problemas colocados, e no planejamento e execução de programas de transformação da realidade vivida. No que se refere ao ensino trabalhamos com a disciplina Psicologia da Educação buscando uma vertente crítica e a formação do educador como um agente de transformação social. Na pesquisa, desenvolvemos um projeto que tem como tema a prevenção ao uso abusivo de álcool, via construção da autonomia moral, com adolescentes de escolas públicas. Em relação à extensão desenvolvemos dois projetos que atentam para os pressupostos da Psicologia Social: um de formação continuada de educadores para a Educação Infantil e um com adolescentes em situação de risco de uma favela de Bauru (SP), no qual buscamos a conscientização sobre sua situação e a construção de sua autonomia. Este último projeto tem como título: “Pedagogia e Psicologia Social: em busca de uma ação emancipadora no Bairro Ferradura Mirim”. Por fim, concluímos com o reconhecimento das possibilidades de articulação entre Educação e Psicologia Social Comunitária no que se refere à tríade constituinte da Universidade Pública de qualidade: o ensino, a pesquisa e a extensão.

### **VIOLÊNCIA NA ESCOLA: UM ESTUDO DE MÉTODO-ABORDAGEM ESTRUTURAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM ESCOLAS ESTADUAIS.**

*Maria Edna de Almeida Sgavioli* (madsga@yahoo.com.br); *Celso Zonta*. UNESP-Bauru.

Não pretendemos, nesta pesquisa, separar uma realidade local de outra, maior, que se observa em um crescendo: violência na sociedade. Violência esta, que tem suas bases em um determinado tipo de crescimento econômico, encontrando-se inserida em exercícios de autoridade que ultrapassam os limites legais e que são socialmente aceitáveis, pois são legitimados pelo Estado. Como fenômeno histórico e social, uma das formas de sua manifestação é a violência estrutural. Em termos estruturais, a violência é também uma consequência do processo de globalização. Esta pesquisa propõe um estudo comparativo das representações sociais sobre violência na escola em escolas estaduais, tendo como base teórica a abordagem estrutural e a questão de seus elementos centrais e periféricos. Há um consenso geral sobre o crescente da violência nas escolas, mas seu estudo ainda é bastante restrito. A principal questão que permeia este estudo é de que, embora haja este consenso, mesmo dentro de um espaço restrito como a escola, a abordagem teórica utilizada neste trabalho tem como base as representações sociais, correspondente à teoria inaugurada por Serge Moscovici em 1961 e a Teoria do Núcleo Central, segundo Spink et alli. (4,7,8 e 9) e como hipótese de que a violência escolar tem diferentes representações em seus diferentes grupos de atores sociais (professores, alunos, inspetores e agentes policiais) e suas práticas. Os objetivos gerais desta pesquisa foram a determinação da(s) representação(s) social(is), dentro de uma abordagem estrutural, que seus atores (alunos, professores, inspetores e agente policiais da ronda escolar) elaboram a respeito da violência na escola, se possuem o mesmo núcleo central e se é a mesma representação e estudar comparativamente o objeto “violência na escola” nestes diferentes grupos sociais, com práticas relativamente próximas, para verificação de semelhanças e diferenças no conteúdo e estrutura de representação. Foi uma pesquisa empírica, com trabalho de campo, realizada em cinco escolas estaduais do município de Pederneiras e com os seguintes grupos de atores sociais: professores, alunos, inspetores e policiais que fazem a ronda escolar. Quando se pesquisa junto a populações com práticas sociais bem próximas, ou mesmo equivalentes, pode se encontrar um discurso idêntico, ou pelo menos quase idêntico, ao nível do conteúdo da representação, embora possa se estar diante de representações distintas. a) Sujeitos: O intuito desta pesquisa é captar todos os

agentes diretamente envolvidos nas atividades práticas em relação à educação dentro de uma escola, como professores e alunos, bem como aqueles que atuam no espaço prevenção-repressão de transgressões ou não cumprimento de regras internas, como inspetores de alunos e agentes policiais. b) Tamanho da amostra: A amostragem foi executada de forma não-probabilística, segundo o critério de escolha do pesquisador. Justifica-se esse critério pelo objetivo, o qual não consistia na representatividade, mas no estudo e validação do método. CONCLUSÃO: a) Violência na escola: Os dados obtidos em nossa pesquisa são bastante similares aos encontrados na revisão bibliográfica. (1,2,3,5) denotam a falta de abrangência dos atores sociais em relação à RS violência, bem como a isenção como elemento causal da violência, enquanto grupo. b) RSs, Núcleo Central e Elementos Periféricos: O protótipo de professor, utilizando as palavras pertencentes ao núcleo central citadas, teria o seguinte discurso: As famílias são desestruturadas, falta respeito e educação, há impunidade na escola e portanto ocorrem muitas agressões. O protótipo de aluno, utilizando as palavras pertencentes ao núcleo central teria o seguinte discurso: Nós sofremos discriminação, falta respeito e educação, e temos, em relação à violência na escola, tanto sentimentos, como ódio, raiva e tristeza como sofremos e cometemos agressões. O protótipo de inspetor: Falta respeito e os alunos xingam muito. O protótipo de policial: As famílias desestruturadas e o uso de drogas levam à violência na escola. Pudemos verificar, pelos nossos resultados, que para os professores e policiais, a causa fundamental da violência na escola se dá por e pela família e daí decorrem todos os problemas encontrados. Os alunos são vítimas e algozes, passivos e ativos na dinâmica da violência na escola. Por outro lado, o núcleo central é o elemento mais estável da representação, o que mais resiste à mudança. Uma representação é suscetível de evoluir e de se transformar superficialmente por uma mudança no sentido ou na natureza de seus elementos periféricos. Contudo, o núcleo só muda de significação quando é questionado firmemente pela sociedade. (6,8 e 9) Este questionamento não está ocorrendo, como se verifica inclusive pelo não dito ou pouco dito: das 1337 palavras citadas na questão 2 apenas 1 palavra foi dita em um sentido de mudança, de reconstrução, de contraposição à força negativa que a palavra suscita.

**TRAJETÓRIA DE VIDA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA ESCOLAR EM PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA.** *Alexandre da Silva de Paula* (aledpaula@hotmail.com); *Sergio Kodato*. FFCL/USP-RP.

No contexto atual da educação brasileira é, notadamente, incisiva a ação da indisciplina e agressão, episódios muitas vezes interpretados como manifestações de violência no cotidiano escolar. Este fenômeno tem contribuído para o crescimento de um 'clima de insegurança', no imaginário dos agentes educativos e familiares. O objetivo de realizar uma pesquisa científica sobre as representações sociais de violência em uma escola pública implica em uma análise crítica que considere a crise e transição que atinge instituições modernas. Atualmente, uma série de ações individuais e coletivas que incitam e banalizam a violência e indisciplina nas escolas se multiplicam a cada dia, seja numa esfera internacional, nacional e mesmo regional. Assim, o ponto de partida é a afirmação que os índices preocupantes de violência, em suas distintas formas (violência física ou simbólica), se referem a um dos problemas sociais mais graves da atualidade, traduzindo o declínio e degradação da vida em sociedade. Num âmbito regional do fenômeno, a pesquisa realizada pelo 'Observatório de Violência Institucional da FFCLRP-USP' constatou a disseminação da indisciplina e violência, em escolas situadas em municípios de pequeno e médio porte. Este estudo foi realizado em uma escola pública de

periferia, localizada num município de pequeno porte (40.000 habitantes), no interior do Estado de São Paulo. A pesquisa teve como objetivo analisar as representações sociais de violência de professores do ensino fundamental e médio, apontando as possíveis implicações no processo pedagógico. Os resultados, obtidos a partir do relato de funcionários e entrevistas em profundidade com professores, indicam que os incidentes de violência e depredação escolar contribuem, significativamente, para a estigmatização da instituição e alunos. Membros da comunidade, professores e policiais da ronda escolar representam os alunos da escola como potenciais “marginais”, predominando um discurso alarmista e desproporcional, que ancora a escola numa instituição prisional. O sentimento de impotência dos professores frente à problemática se associa a um processo de “lavar as mãos” e transferir as responsabilidades do fracasso escolar para esferas não pedagógicas. No que se refere aos sentidos das representações que os sujeitos produziram acerca do fenômeno, podemos apreender que as falas apontam para um discurso polissêmico que envereda para distintas explicações e interpretações sobre a gênese do problema, com destaque para a noção psicologizante, educativo-familiar, e ainda, a noção fatalista de pré-destinação. A comparação entre uma escola pública e o presídio Carandiru expõe um discurso coletivo enviesado por numa visão alarmista de rejeição. A distância entre a realidade da Casa de Detenção de São Paulo e a realidade da escola confirma o exagero frente aos fatos. A escola nova foi ancorada como um “berço dos marginais”, “caldeirão fervendo” ou instituição “sem referência”, segundo um saber pautado no modelo prisional. Para os pais e alunos a escola era incapaz de cumprir sua função educativa, portanto, naquele período estava passível à depreciação e ao estigma. A pesquisa confirma a desesperança dos professores com o magistério no Estado de São Paulo. Os professores entrevistados atuam no limite da superação ao aceitarem a convivência com humilhações, xingamentos e desrespeito, como forma que escolheram de evitar um passado ainda mais sofrido. Diante desse panorama, há poucos estímulos ou incentivos para o aperfeiçoamento do ensino-aprendizagem ou mesmo estratégias efetivas de mediação dos conflitos.

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CIÊNCIA EM PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS.** *Gabriela Zanith* (gabizau@terra.com.br); *Érico L.P. de Paula*; *Sergio Kodato*. FFC/USP-RP.

A ciência enquanto paradigma envolve a interação de um conjunto de sistemas de pesquisa, financiamentos, atores, instituições, publicações, tecnologias, indústrias, circulações e consumo de mercadorias, ensino e produção de conhecimentos. Como será que os professores entendem esse paradigma e como representam seu papel fundamental no ensino da questão do método e em introduzir o aluno numa visão científica do mundo? Os resultados do PISA - Programa Internacional de Avaliação de Alunos, em 2006, indicam que 27,9% dos estudantes brasileiros não alcançaram o nível elementar e isto é preocupante, pois a proficiência em Ciências, permite suporte metodológico para o aprendizado de todas as outras disciplinas científicas. Um dos problemas a serem enfrentados pelos professores é a resistência do aluno ao trabalho intelectual e compreensão do raciocínio científico na interpretação do sistema em que vive. A pouca motivação para aprender se apresenta como um dos principais desafios na educação básica, na medida em que colocam frente a frente, o professor movido por conhecimentos e métodos da pedagogia científica e o aluno-problema que pouco percebe o sentido da escola, do conhecimento e da ciência. Esta pesquisa teve como objetivo compreender as representações de ciência e método científico, em 30 (trinta) professores do

---

ensino fundamental e médio, escolhidos dentre aqueles interessados em aperfeiçoamento didático. As representações de ciência, enquanto processos constitutivos da cultura científica nas escolas, determinam o ensino e a assimilação do método. As representações configuram-se como formas de pensamento utilizadas na comunicação, na compreensão do meio social, material e ideativo, construídas por atores sociais, através de narrativas e interpretações dos fatos e fenômenos sociais. Esse processo de construção encontra-se ancorado nas estruturas imaginárias e simbólicas do grupo social. Como procedimento, foram aplicados questionários com perguntas abertas, tendo como eixos temáticos: ciência como instituição, conhecimento e método científico. Os dados foram categorizados e analisados através do método de associação de idéias. Os resultados evidenciaram que parcela de 83,33% reduz a Ciência ao conhecimento produzido; 66,66 % não têm pleno domínio do significado instrumental do “método científico” e apresentam dificuldades com o raciocínio científico, de pensar a causa dos fenômenos. Parcela significativa, de 33,33% dos sujeitos pesquisados, não conseguiu apresentar nas respostas um texto encadeado, com lógica e raciocínio. A maioria (66,66%) ainda está assimilando o método científico enquanto caminho e paradigma para o conhecimento e ensino. Os resultados indicam que as representações de ciência associam-se a sabedoria ou conhecimento, enquanto a questão metodológica é pouco equacionada; o que gera desajustes na apresentação e reprodução desse conteúdo em sala. A larga experiência dos profissionais não se traduz em atividade pedagógica plena de significados científicos; estimulante com relação à descoberta do conhecimento, ao progresso da ciência e da técnica. Em síntese, pode-se supor que os conhecimentos científicos e as representações de ciência dos professores de escolas públicas configurem um amálgama ou colagem de mitos, crenças, concepções, informações, conceitos religiosos e conhecimentos científicos. Nesse sentido, as representações de ciência seguem essa diversidade de formas interpretativas, desde hermenêuticas religiosas a incursões pós-modernas.

#### **A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO EM PROJETOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA.** *Maiara Medeiros Brum*

([maiarabrum@yahoo.com.br](mailto:maiarabrum@yahoo.com.br)); *André Mariano de Almeida; Danilo Mercadante; Jurandyr de Oliveira; Karen Batista; Marisa Eugenia Mellilo Meira.* UNESP-Bauru.

Com base em uma concepção crítica de educação, compreende-se que a atividade educativa não se esgota na mera apresentação de conteúdos específicos. A educação deve contribuir para a formação de uma atitude tal que diante dos desafios da realidade seja possível responder com reflexão. Fundamentado nessa concepção, orientação sexual é aqui compreendida como um canal de comunicação que visa compartilhar as informações científicas, bem como debater e refletir sobre tabus e preconceitos presentes na sociedade contemporânea em relação à sexualidade. A educação sexual acontece desde o nascimento dos indivíduos, pois é na família que são transmitidas as primeiras noções e valores acerca da sexualidade. Entretanto, o meio familiar não é o único responsável pela formação dos jovens, pois estes também estão expostos a diferentes fontes de conhecimento: amigos, mídia, profissionais da saúde e, principalmente, a instituição escolar. A escola constitui-se em um ambiente bastante significativo para os jovens, uma vez que ela está presente em grande parte de suas vidas. Nela aparecerão diversas expressões da sexualidade: grafites no banheiro, brincadeiras e paródias entre os alunos, palavrões obscenos, xingamentos, bem como os próprios relacionamentos afetivo-amorosos. Ignorar ou punir tais expressões, além de reforçar tabus e preconceitos, faz com que os estudantes procurem em outros lugares

respostas a suas dúvidas/inseguranças, podendo adquirir uma imagem distorcida da sexualidade. Deste modo, cabe à escola e ao orientador sexual compreender essas manifestações como uma oportunidade de orientação sexual, tendo em vista a socialização de conhecimentos para um desenvolvimento pleno dos indivíduos. A orientação sexual não garante por si só que os alunos deixem de ter comportamentos sexuais de risco (ex. transar sem camisinha), ou abandonem completamente suas concepções (ex. discriminar homossexuais). Mas, uma vez que a orientação sexual busca discutir a construção da sexualidade para estes alunos, assim como representa o acesso a diferentes informações, espera-se que participando desse processo eles tenham subsídios para realizar suas escolhas de forma consciente. Assim, nosso trabalho na escola tem por objetivo propiciar aos alunos uma visão científica e o mais ampla possível acerca da sexualidade, a fim de preencher lacunas de informações, esclarecer tabus e preconceitos, além de criar um espaço institucional para a discussão sobre emoções e valores que impedem o uso desses conhecimentos. Neste trabalho são realizados encontros semanais de aproximadamente 1h40m com as turmas. Nestes, são discutidos temas variados sobre a sexualidade sendo alguns pré-estabelecidos e outros levantados segundo o interesse dos próprios alunos. Os temas são trabalhados através de diversos recursos didáticos e variadas metodologias: aulas expositivo-dialogadas, debates com os alunos, construção de trabalhos. Também são utilizados diferentes recursos didáticos: filmes, músicas, técnicas de dinâmica de grupo, dramatizações, redações individuais e/ou grupais, apresentação de objetos (ex: métodos contraceptivos), distribuição de folhetos informativos, gincanas e brincadeiras, entre outros. Os professores participam ativamente tanto da elaboração do planejamento quanto da execução das atividades com os alunos. O trabalho com as famílias é desenvolvido através de reuniões na escola e visitas domiciliares, as quais têm por objetivo levantar dados sobre a realidade dos alunos, informações sobre o trabalho e refletir sobre temas importantes postos nas relações entre escola e comunidade. Os resultados já obtidos apontam para a possibilidade de propiciar aos alunos uma visão científica e o mais ampla possível acerca da sexualidade, a fim de preencher lacunas de informações, esclarecer tabus e preconceitos, além de criar um espaço para a discussão sobre emoções e valores que impedem o uso desses conhecimentos.

**E OS NOSSOS LAÇOS? UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO.** *Ellen Ingrid Souza Aragão* (ellen\_aragas\_18@hotmail.com); *Maria Graziela Gomes Alves*; *Stefanie Silva Vieira*. FACULDADE PIO DÉCIMO.

A presente pesquisa vem abordar o tema referente a relação professor-aluno e de que forma se dá a construção dos laços entre estes na percepção de alunos de uma escola estadual localizada na periferia de Aracaju-SE, assim como também verificar a importância das práticas educativas dos professores na visão dos alunos. E dessa maneira inferir como está sendo desenvolvida e praticada a relação entre discentes e docentes, ou seja, na visão do estudante se essa relação está sendo boa, muito boa ou ruim. Com a intenção de analisar a importância da boa relação professor-aluno, a construção de laços de companheirismo, amizade, enfim, afeto e mostrar que possivelmente uma boa relação ajuda no processo ensino-aprendizagem. Fez-se necessário investigar aspectos como: matéria que mais gosta, o melhor professor e a matéria que ele ensina, dentre outros. Para dessa forma interpretar se existe uma relação entre a escolha da matéria que mais gosta de acordo com o melhor professor. Neste sentido, sabe-se que o sistema educacional tem missão de transmitir informações, conhecimentos aos alunos, mas também deveria preparar cada indivíduo para o exercício de direitos e deveres como

---

cidadãos estimulando-os a terem uma participação ativa na sociedade. Objetivamos identificar como se dá o relacionamento professor/aluno na percepção dos alunos do ensino fundamental; Analisar a relações interpessoais entre professor/aluno; Investigar a percepção que os discentes tem dos docentes, enquanto facilitadores no processo de construção da sua existência no processo ensino-aprendizagem; Verificar qual a importância das práticas educativas dos professores na visão dos alunos. Utilizou-se na primeira etapa da pesquisa um questionário estruturado, semi-aberto e auto-aplicável, composto de 09 perguntas que abordavam questões referentes à relação professor-aluno, não somente no seu ambiente escolar, mas também fatores de ordem pessoal, de questões sócio-demográficas. A partir dos dados anteriormente colhidos, percebemos a importância de aprofundamento das questões solicitadas que foram respondidas de forma superficial e insatisfatória. Na segunda etapa da pesquisa foram utilizadas as mesmas perguntas do questionário, sendo em forma de entrevista semi-estruturada. O que possibilitou uma compreensão mais aprofundada que era o objetivo dessa fase da pesquisa. Conforme encontramos nos escritos de pesquisas de Miras (2004) a afetividade tem uma profunda influência sobre o desenvolvimento intelectual do ser humano. Conceitos como: auto-conceito, auto-conceito acadêmico, auto-estima, entre outros são influenciadores nas representações dos alunos, as quais surgem de forma mediada pelos professores, esses conceitos irão interferir no processo de ensino-aprendizagem. É citado por eles, como componente importante para uma boa relação professor-aluno ser bom aluno, ou seja, possuir auto-conceito acadêmico positivo, ser divertido foi outra categoria de respostas dadas que relacionam-se com a auto-estima elevada. Além do respeito que caracterizou a forma como eles percebem essa relação no momento, como sendo baseada concretamente no respeito mútuo. Ao longo dessa pesquisa pudemos perceber e encontrar indicadores muito importantes que possibilitaram as relações entre teoria e prática que foram totalmente relevantes para nosso processo ensino-aprendizagem. A partir dos dados encontrados, foram constatados que a relação interpessoal entre professor/aluno é tida de uma forma positiva quando a didática utilizada em sala de aula (com brincadeiras, fazendo paródias dos assuntos) são realizadas em meio à exposição dos alunos em sala de aula. Desta forma percebemos que os alunos se interessam mais quando os professores interagem com eles, não só referente a assuntos escolares, mas também quando se preocupa e se interessa por assuntos pessoais de forma que venha ajudá-los com as mais variadas situações da vida. Quando essa situação se torna boa ela se estende para fora da instituição escolar criando laços de amizade. Partindo para uma visão global de relacionamento professor-aluno, na visão dos alunos, estes enxergam que para ter um bom relacionamento é preciso em primeiro lugar respeito e em seguida que sejam bons alunos. Pontuamos então, que estes alunos acreditam possuir um baixo relacionamento com os professores. Identificamos também a necessidade de que o professor busque educar para as mudanças, trabalhando o lado positivo dos alunos e para a formação de um cidadão consciente de seus deveres e de suas responsabilidades sociais. Para finalizarmos apontamos que é preciso que o professor tenha domínio da matéria e preocupação em passar conhecimento e informações, dessa forma colaborando para a construção de cidadãos dignos de uma boa educação.

**MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA NA ESCOLA: A RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO.** *Maria Cristina Dancham Simões* (mcris\_simoes@hotmail.com); *Cecília Pescatore Alves*. UNITAU. Apoio: PIBIC/CNPQ/UNITAU.

---



O presente trabalho se propõe discutir as relações entre professores e alunos no contexto da sala de aula, buscando apreender e analisar as formas como se dá o encontro, a convivência e a dinâmica existente entre esses dois atores sociais a partir das manifestações de suas experiências entre si e no espaço escolar. Este trabalho justifica-se a partir do momento em que busca compreender um grupo social o qual, muitas vezes, é responsabilizado ou depositário dos problemas sociais e/ou escolares. Fala-se, aqui, tanto dos professores – quando se apresenta a fala de que “o professor não quer saber de dar aula, não se preocupa com os alunos” etc. – quanto dos alunos, acusados de serem desinteressados, rebeldes, agressivos e, muitas vezes, com dificuldades psicológicas. Ambos foram incluídos num mesmo grupo que vem sendo discriminado socialmente, mas, vale lembrar, sempre se discriminando um do outro. Buscou-se deslocar o foco da discussão e análise para as relações, destituindo o professor de seu papel de detentor, bem como o aluno de seu papel de ignorante do saber para, a partir do referencial teórico crítico, entender a dinâmica de sua relação. Objetivou-se, a partir da concepção sócio-histórica, compreender e explicar a relação professor-aluno: em quais elementos se sustenta essa relação, quais seus componentes e quais as estratégias adotadas para lidar com os conflitos gerados no processo de relação. Em todas as formas de educação existentes desde o início da civilização há uma preocupação, por parte dos grupos ou classes dominantes, de que as massas sejam conformadas e adestradas de maneira a aceitar passivamente a ideologia que aqueles grupos ou classes propõem, a fim de evitar as rebeliões ou enfrentamento entre as classes, o que mantém o sistema capitalista e de classes. Inicialmente, a educação evidenciava as diferenças entre esses grupos. Conforme a sociedade avançou do ponto de vista de organização e estrutura, Estado e suas influências, a educação passou a ser um direito de todos, porém com nítida separação entre aqueles que possuíam “mais direitos” e os que possuíam “menos direitos”. É assim que a educação brasileira adentra o século XXI, com a dicotomia entre os favoravelmente posicionados na estrutura social e os que, conformados pela Ideologia existente, aceitam a educação que lhes é imposta como a única possível e, na maioria das vezes, aquela que pode ser a saída dessa condição, pensamento que também é fruto da ideologia dominante. Mais do que nunca, as capacidades do sujeito serão determinantes para seu sucesso ou não na sociedade. A Ideologia evidenciará o “mérito próprio” e outras formas individualistas e individualizantes de considerar o sujeito, independente das condições oferecidas a ele pelo Estado. As informações que compõem este trabalho foram obtidas entre 2005 e 2007, durante pesquisa de Iniciação Científica. O levantamento dos dados foi feito em escolas estaduais do município de Taubaté que tinham em sua grade a 5ª série do Ensino Fundamental. O instrumento utilizado consistiu na entrega aos alunos de uma folha de papel em branco tamanho A4 com o seguinte enunciado verbal: “Quero que você descreva, em forma de texto ou desenho, como é a sua sala de aula e sua relação com as pessoas dentro dela. Não coloque seu nome nem série. Esta folha não será entregue aos professores ou diretor. Podem começar”. A tarefa também foi solicitada ao professor, durante a aplicação com os alunos ou em horários de intervalo de aula. Paralelamente, uma intensa observação do espaço escolar, da sala de aula e da Sala dos Professores foi feita. Assim, observou-se que a influência dos espaços físicos, geralmente mal cuidados, e suas configurações, como a presença de grades, avisos, portões, muros, cadeados e demais aparelhos que facilitam o controle do espaço escolar, bem como das pessoas nele presentes; a relação docente-diretoria, também conflituosa, quase como entre professor e aluno. O espaço da Sala dos Professores aparece, também, como momento de “desabafo” dos acontecimentos ocorridos em sala de aula, além da existência de certo “medo” de invasão do espaço escolar, refletido na dificuldade em se acessá-lo. A constatação de que a escola

---

mantém seu bom funcionamento institucional a partir da disciplina, da hierarquia, da vigilância e da punição, apesar de não significar ou garantir uma qualidade educacional e a verificação de que os alunos reagem às imposições e a escola parece aceitar, na medida em que essas reações legitimam os aparelhos controladores.

**PRECONCEITO E ESTIGMA X INCLUSÃO: SÍNDROME DE DOWN.** *Andrea Soares Wu* (andreawuo@uol.com.br). PUC-SP. Apoio: CAPES.

A partir das últimas décadas do século XX, percebe-se a busca de um novo olhar para a deficiência. A Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (Conferência de Jomtien), em 1990, e a Declaração de Salamanca, em 1992, são indícios dessas mudanças, procurando pensar a deficiência como resultado de um processo bi-lateral, em que sociedade e indivíduo atuam juntos. Nessa busca por novos modos de se conceber e trabalhar a deficiência, um número cada vez mais significativo de trabalhos e pesquisas sobre o tema se desenvolvem, principalmente no campo da Educação, uma vez que o intuito, agora, é oferecer educação de qualidade para todos. Dá-se início a um movimento em busca da inclusão das pessoas com deficiência em escolas e classes regulares, que se torna cada dia mais representativo. Observa-se, entretanto que, nem todas as crianças com deficiência estão na escola regular, e muitas das que lá estão é porque a escola fora obrigada a recebê-las, sem estrutura de apoio, o que não constitui inclusão de fato, mas uma integração, ou seja, a pessoa com deficiência deve se adaptar à escola e não esta àquela. Embora dificuldades estruturais sejam evidentes na adaptação da escola e da sociedade às necessidades educacionais especiais das pessoas com deficiência, nota-se que, são as barreiras atitudinais, impostas pelo preconceito e o estigma, historicamente estabelecidos, com relação a essas pessoas, que oferecem uma série de dificuldades na aceitação e inclusão da pessoa com deficiência na escola. Goffman (1980) define o estigma como um mecanismo que rotula as diferenças segundo um padrão socialmente imposto de "normal". Atribui-se, dessa forma, sobretudo àqueles visivelmente diferentes (desacreditados), estereótipos, atributos na maioria das vezes negativos, que irão definir todos aqueles que se encaixam em sua categoria. A identidade do "estigmatizado" será, portanto, definida por aquilo que os outros esperam ou acreditam que ele seja, impedindo com isso, seu desenvolvimento pleno enquanto sujeito. O preconceito, entendido como um julgamento, positivo ou negativo, formulado sem experiência prévia a respeito de algo ou alguém, baseada em valores afetivos e cognitivos. Esta pesquisa buscou analisar os modos como se manifestam as relações entre pessoas consideradas "estigmatizadas" e aquelas consideradas "normais", no ambiente escolar, e as concepções que se constroem acerca do "diferente". Trata-se das relações entre dois alunos com Síndrome de Down e seus respectivos colegas de classe de uma escola regular da rede pública de ensino. Realizou-se um estudo de caso, utilizando-se entrevistas em grupo com os alunos, observações do cotidiano escolar e conversas informais. Observou-se que as relações que se construíram entre os colegas variavam conforme o modo de manifestação da Síndrome em cada um dos alunos. No caso da aluna com maior comprometimento intelectual e físico, as relações eram baseadas nos cuidados e afeto, e se limitavam a apenas algumas pessoas. No caso do outro aluno com SD, as relações baseavam-se no coleguismo em sala de aula e outras atividades pedagógicas, sem, porém, estenderem-se para amizades que ultrapassassem os limites da escola. As concepções com relação aos alunos com SD referiram-se mais às suas características pessoais e realizações, do que a preconceitos relacionados às pessoas com deficiência. Algumas poucas mensagens apresentaram concepções com base no preconceito, o que levava a relações

---

baseadas no medo e na repulsa. Embora se observe, na maioria das falas, a aceitação dos colegas em sala de aula e concepções que vão além dos estereótipos e preconceitos relacionados à Síndrome de Down, a tendência dos alunos em escolher amigos com seus pares “iguais” limita a possibilidade das pessoas com deficiência sentirem-se, de fato, incluídas. Para tanto, seria necessária a mediação de educadores, no sentido de promover atitudes e concepções que valorizem as diferenças.

**A IDEOLOGIA DA RACIONALIDADE TECNOLÓGICA: A EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR COMO (SEMI)FORMAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO.** *Carlos Eduardo Ramos* (cadu\_medeiros1@hotmail.com); *Régis de Toledo Souza*. UNITAU.

A idéia para a realização deste trabalho surgiu da necessidade de apresentar algumas questões centrais que envolvem a tomada de decisão de algumas universidades em adotar o uso de apostilas como método de ensino. O discurso tecnológico incorporado pelas instituições educacionais contribui para a semiformação do indivíduo e serve como falsa justificativa para um ensino mercadológico direcionado para a reprodução das necessidades do mercado de trabalho, apresentando traços que se assemelham aos da Indústria Cultural, e a decisão tomada pelas instituições escolares de aderir a esse discurso interfere diretamente na formação pessoal e profissional dos alunos contribuindo para o enfraquecimento do indivíduo semiformado e inviabilizando uma educação de caráter emancipatório. Ao tomar a asserção acima como ponto de partida para uma discussão mais aprofundada, os autores deste trabalho estabeleceram como objetivo discutir algumas questões relativas ao ensino superior no Brasil, em especial a utilização do sistema apostilado de ensino em sala de aula. As principais questões levantadas foram: quais os fatores socioeconômicos e políticos que levaram este sistema a ser valorizado; quais as teorias que fundamentam e legitimam a utilização deste sistema de ensino; e quais as conseqüências que este sistema pode trazer para a constituição do indivíduo e para o desenvolvimento da sociedade. Para responder a essas questões, por meio de pesquisa bibliográfica recorremos a conceitos desenvolvidos pelos teóricos da escola de Frankfurt, mais especificamente Horkheimer e Adorno, que trabalharam, na obra “Dialética do Esclarecimento”, o conceito de Indústria Cultural, de Semiformação e de Ideologia da Racionalidade Tecnológica. A compreensão destes conceitos pôde contribuir para elucidar os questionamentos supracitados, quando auxiliados pela contextualização histórica e uma análise crítica da sociedade e das Instituições escolares. Ao fazer uso dessa bibliografia os autores chegaram a conclusões que relacionam o movimento iluminista às questões elaboradas acima. A visão de homem e de mundo estabelecida pelos pensadores iluministas passa a legitimar o modo de produção capitalista, que se instaurou definitivamente no período pós revolução francesa, e mesmo com as diversas mutações que sofreu, mantém sua essência caracterizada pela divisão de classes, a alienação do indivíduo, a unificação por meio da calculabilidade e a reprodução do sempre igual. Uma das maneiras de manter esta relação até os dias de hoje foi utilizando a educação como ferramenta dessa dominação. Fortemente influenciada pelo positivismo, as pesquisas científicas e a educação no Brasil durante todo o século XX tiveram a intenção de preparar os indivíduos para uma sociedade industrial, priorizando uma educação para o trabalho ao invés de uma educação para a consciência. Num país economicamente dependente, o modelo encontrado para o suposto desenvolvimento era ceder ao capital e às empresas estrangeiras, e submeter o sistema educacional a este processo. Com a valorização do ensino particular na década de sessenta, a

educação definitivamente é transformada em mercadoria a serviço do sistema econômico e político vigente, permitindo a entrada da Indústria Cultural nas escolas. A educação perde sua função em si e passa a preparar os alunos de maneira a transmitir apenas os conceitos necessários para que ele possa exercer uma função na sociedade do trabalho. As escolas se tornaram verdadeiras fábricas de diplomas, fazendo uso de instrumentos como apostilas e laboratórios, que privilegiam seu formato eficaz para transmitir o mínimo de conhecimento necessário para o aluno, e deixam de valorizar o conteúdo daquilo que está sendo ensinado, bem como uma visão crítica desse conteúdo. Como proposta de mudança os autores sugerem desvelar a ideologia oculta por trás das ações corporativas nas universidades, não aceitando suas soluções fáceis e tentadoras, porém falsas; estabelecer relações entre as condições do ensino atual e o contexto socioeconômico em que nos encontramos; evitar a coercitividade do esclarecimento que busca a homogeneização; compreender a indústria cultural como um mecanismo coletivo de tentativa de manutenção dessa ordem capitalista, que seduz e conforta o indivíduo alienado; não permitir que a lógica da velocidade, da impulsividade torne as instituições escolares instrumentos de dominação e reprodução da estrutura social opressiva; e por fim compreender que a educação da maneira que se encontra hoje está submetida ao espírito mercantilista e estabelecer uma postura de contraposição ao conformismo e deslumbramento proposto pela indústria.

**A ESCOLA DE QUE SE FALA E A ESCOLA EM QUE SE VIVE.** *Barbara Leme Perez* (barbara.leperez@terra.com.br).

Esta pesquisa é fruto do estágio de Atenção Psicossocial, do curso de Psicologia e tem como foco de interesse o contexto Educacional e as questões da alteridade. O presente trabalho nos dá a possibilidade de se conhecer a realidade institucional escolar, tendo como objetivos identificar e compreender as relações afetivas e os vínculos intelectuais entre os protagonistas, através das práticas educacionais no cotidiano na/da Instituição Escolar. Conforme Enriquez (1991) a escola é um grupo educativo, portanto é um espaço de construção e de investigação do sujeito biopsicossocial que pela Educação possibilita a entrada da criança em um universo de valores de aceitação do outro, enquanto sujeito dialético de seu contexto sócio-histórico. Nesta pesquisa foram feitas visitas à uma escola municipal regular de educação infantil, que atende crianças entre três a seis anos, na cidade de São Paulo. Utilizou-se uma pesquisa qualitativa por meio da utilização de instrumentos como: entrevistas semi-estruturadas realizadas com o corpo técnico, além de observações e intervenções nos espaços do cotidiano escolar. De acordo com Freire (2004) a escola, por meio dos educadores, tem como função promover a educação e o desenvolvimento do indivíduo, transformá-lo em cidadão consciente e atuante, ou seja, autônomo. A formação do educador deve se dar por meio de um processo pelo qual ele seja habilitado e se sinta capacitado no exercício de seu trabalho a transmitir conteúdos e conhecimentos que ocorrem no processo de aprendizagem, nos quais estão implícitas questões de ordem da construção da subjetividade humana tais como: afetos e valores moral-éticos de forma saudável em um ambiente promotor de educação e saúde, assim como é previsto no contrato pedagógico. Durante as visitas escolares foi constatado pelas relações afetivas e seus vínculos intelectuais que se realizam entre os pares no processo de aprendizagem em que os educadores ao lidarem com os educandos transferem suas falhas, seu mal-estar e seu sofrimento aos alunos de forma ambivalente. Em sala de aula, e também nos espaços da instituição como: nos corredores, no refeitório, no parque de diversões, entre outros; os professores não mostram tolerância, integração e inclusão e freqüentemente usam

achismos, rotulando e estigmatizando, para assim classificarem e validarem os alunos como sintomas; torna-os docilizados, alienados e considerados culpados pela escola. Ao mesmo tempo e também como reflexo do processo sócio-histórico, os educadores estão carentes, descrentes e desamparados. Em decorrência desses fatores, os educadores transpõem sua função esquecendo-se do sujeito em questão: o aluno. O contrato pedagógico apresenta então fissuras e falhas que é preciso re-pensar de forma peremptória. Diante desta realidade, como é possível promover saúde psíquica e mental e possibilitar o desenvolvimento das potencialidades humanas? Quais estratégias é preciso começar a implementar? Quais são os desafios que a realidade educacional está apresentando-nos? Sugiro como primeiro passo: Nós estudantes de graduação e profissionais das áreas de educação e saúde precisamos nos unir e nos munir de conhecimento teórico e técnico, para que assim possamos atuar e exercer nosso trabalho, através da interdisciplinaridade, viabilizar transformações das políticas públicas no contexto institucional, para que num futuro próximo a sociedade brasileira possa usufruir de um sistema educacional de melhor qualidade, ou seja, ser educada num ambiente promotor de educação e de saúde onde todos os protagonistas da escola se sintam saudáveis e minimamente satisfeitos. Por fim faço uma ressalva categórica aos estudantes e profissionais da Psicologia: cuidemos desta área, da demanda desta clientela, pois é necessário pensar em novos dispositivos de atuação para fortalecer este campo que está enfraquecido e descuidado.

**PRECONCEITO E ESTIGMA X INCLUSÃO: DEFICIÊNCIA VISUAL.** *Daniela Leal* (dannylegal@terra.com.br). Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação, Guarulhos – SP.

Sabe-se que desde o Ebers Papyrus, no qual aparece a mais antiga menção à doença dos olhos, até chegar às definições que se utilizam nos dias de hoje, as pessoas cegas foram concebidas e pensadas de várias formas (LEAL, 2008). Segundo Vigotski (1997), a ciência sobre o homem cego passou por três etapas: a primeira compreende a cegueira como uma enorme desgraça, à qual se referiam com superstição e respeito; a segunda etapa inaugura a concepção biológica sobre a cegueira – “a carência de um órgão, se compensa com o funcionamento e o desenvolvimento acentuado de outros órgãos” (VYGOTSKI, 1997, p.101); e a terceira, é a primeira a abordar a cegueira não somente como um defeito, uma insuficiência, mas como condição que origina e põe em ação novas forças e funções para que a pessoa com deficiência visual se desenvolva. Posto isto, deve-se pressupor que nas interações que ocorrem no processo ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência visual deverá ser construída levando em consideração que estas são iguais aos demais e, portanto, vistas conforme suas especificidades, singularidades e, acima de tudo, como seres únicos que possuem tempo e ritmos diferentes, os quais devem ser valorizados e respeitados. Nota-se, no entanto, que apesar dos avanços na forma de ver e conceber a deficiência visual, ainda hoje, o preconceito e a estigmatização para com a pessoa com deficiência visual se faz presente. Afinal, como descreve Vigotski (1997, p.73), “qualquer insuficiência corporal – seja a cegueira, a surdez ou a deficiência mental congênita – não só modifica a relação do homem com o mundo, mas, diante de tudo, se manifesta nas relações com a pessoa?”. Nesse sentido, pode-se dizer, com base em Amaral (1998), que tal manifestação nas relações se dá por causa da comparação que se tenta estabelecer entre uma determinada pessoa ou grupo e o tipo ideal construído e sedimentado pelo grupo dominante. Esta pesquisa buscou analisar uma das partes envolvidas no processo de inclusão escolar: uma aluna com deficiência visual e a constituição de sua identidade frente ao processo de inclusão escolar. Pela natureza do tema

---

pesquisado optou-se pela narrativa da história de vida, buscando captar as relações entre o sujeito e os outros a sua volta. Trata-se, especificamente, da relação de uma aluna com deficiência visual e os vários professores, pelos quais passou ao longo de sua trajetória escolar. Observou-se que a relação construída entre a aluna com deficiência visual e seus professores variaram desde a estigmatização e/ou preconceito, revelada ora pela descrença da primeira professora em aceitar que ela não realizava as atividades porque não enxergava, ora pelo olhar discriminador da professora da 3ª série, até a dedicação de alguns professores ao criarem contribuições para a transformação de seus educandos de uma maneira responsável e coerente. Apesar, no entanto, dela ter conseguido atingir todos os seus objetivos de escolarização, mostrando que é absolutamente possível uma pessoa com deficiência visual aprender e se desenvolver, o olhar discriminador e preconceituoso da professora da 3ª série parecem ser feridas que, apesar de cicatrizadas, tornam-se presentes quando a aluna tem que falar sobre o sentimento de inferioridade que, por muitas vezes, a levou ao choro e ao medo de se dirigir a qualquer outro professor. Pensando no sujeito desta pesquisa, pode-se afirmar que vários momentos e/ou recordações rememoradas vieram à tona repletos de significados e sentidos, ilustrando sua história nessa relação dialética entre professor e aluno com deficiência. Nota-se, no entanto, que apesar da deficiência visual não acarretar dificuldades cognitivas, emocionais e de adaptação social, bem como a escola ser considerado como o primeiro local a lutar contra os sentimentos de inferioridade, preconceito e/ou estigma, muitos professores não conseguem evitar seu olhar de dó, piedade ou rejeição, ou mesmo, propiciar intervenções decisivas e incisivas para o processo educacional da pessoa com deficiência visual.

#### **A CRISE DE IDENTIDADE DOCENTE E SUAS RELAÇÕES COM OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES NO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES.** *Ana Carolina Ramos*

(acarol\_ramos@yahoo.com.br); *Laura Keiko Hyppolito; Juliana Lopes da Silva; Rita Melissa Lepre.*  
UNESP – Bauru.

É por meio da atividade docente que são transmitidos os conhecimentos historicamente produzidos, garantindo ao homem apropriar-se daquilo que a história humana produziu, bem como objetivar-se através da utilização e produção sobre os conhecimentos já existentes. Assim, a atividade docente deve ter o caráter mediador do conhecimento, de mediação crítica e consciente das múltiplas influências de cada fenômeno que acomete a vida da sociedade. A identidade, apreendida como um processo contraditório e de caráter não fixo para o Materialismo Histórico Dialético, diz respeito a um ponto-síntese de um conjunto de características bio-sócio-psicológicas que permitem diferenciar sujeitos, reconhecer/ser reconhecido e identificado a partir de características individuais. Ainda que representada no indivíduo, a identidade tem como núcleo central a cultura coletiva na qual este sujeito vive, uma vez que a identidade se constrói a partir das relações sociais. A identidade profissional é uma identidade social, uma relação que acontece dentro de um domínio especializado da atividade humana. A atividade docente evidencia os aspectos culturais e as relações do grupo profissional em que o processo educacional está inserido e implica a compreensão do processo entre identidade pessoal, identidade social, o vínculo e sentimento de pertença ao grupo docente (Paganini-da-Silva, 2006). De acordo com Meksenas (2003), não há como desmembrar um modo de ser pessoal com suas crenças, valores morais, posturas de tudo aquilo que compõem o modo de ser professor com crenças a respeito da educação, valores

pedagógicos e posturas didáticas, é preciso considerar que cada um desenvolve uma forma própria (pessoal) de organizar as aulas, de movimentar-se em sala, de dirigir-se aos alunos, de abordar didaticamente certo tema ou conteúdo e de reagir diante de conflitos. Diante dos vários problemas enfrentados pela categoria ‘professor’ nos últimos anos, a identidade docente demonstra sinais de crise que podem levar o professor a questionar as possibilidades de exercer sua função social. A crise de identidade do professor significa uma crise da maneira de ser na profissão, isto é, uma crise no ato de professar e que implica em dificuldades na interação social; descontentamento na realização das suas atividades; descrença no seu papel social; etc. As causas da crise de identidade são diversas, como por exemplo, os conflitos na instituição de trabalho; baixos salários; pouco reconhecimento social; sentimentos de incerteza ou insegurança. Os objetivos desta pesquisa consistiram em investigar, junto aos professores de uma Escola Estadual do município de Bauru, a presença de fatores em sua prática que podem gerar crise de identidade profissional, uma vez que a categoria enfrenta grandes adversidades que interferem no processo identificatório com a sua profissão. Foram realizados: aplicação de um questionário que continha questões abertas e fechadas e realização de entrevistas semi-estruturadas individuais. Participaram da coleta de dados 12 professores. Os resultados demonstraram não atendimento de expectativas acadêmicas na prática profissional, frustrações com relações aos salários, sentimento de desvalorização social, problemas de isolamento nas atividades docentes devido à falta de coesão do grupo, distanciamento entre os diferentes segmentos escolares (professores, direção, funcionários) e desunião da classe profissional que dificultam a mobilização em relação aos problemas enfrentados; o grande número de alunos em classe, falta de recursos, de apoio técnico e de tempo para preparo das aulas, são apontados como geradores de insatisfação com as aulas ministradas; problemas como desmotivação, desinteresse e indisciplina dos alunos são atribuídos a fatores externos ao contexto escolar como famílias desestruturadas, pobreza, cultura vigente e às políticas educacionais que acabam não exigindo o bom desempenho dos alunos; alguns professores citaram o despreparo para lidar com o aluno; alguns discursos foram centrados nos conteúdos programáticos e não no processo educacional como um todo, prevalecendo um “educar para o vestibular e para o mercado de trabalho” antes do “educar para a vida”; foram apontados fatores ideológicos implicados nas questões governamentais, no modelo estrutural escolar e principalmente nas relações de poder que oprimem o trabalho docente, pois as imposições advindas do Estado são regras colocadas ao professor, última escala de poder na estrutura escolar. No entanto, os professores apresentaram sentimentos de impotência e de resignação fatalista em relação à realidade à que estão expostos, uma vez que não demonstram estarem cientes de que podem atuar como agentes de transformação social de sua própria realidade, ou seja, não se percebem como seres atuantes e com o poder de promover mudanças na realidade que os circunda, o que provoca paralisação de ações transformadoras e isenção de responsabilidades para com elas. De modo geral, todos os fatores coletados e expostos pelos professores prejudicam seu papel de agente socializador dos conhecimentos historicamente acumulados e de agente transformador da realidade opressora, podendo gerar a instalação da crise de identidade. Embora deva se admitir que tal crise tenha a sua origem em diversos fatores políticos, culturais e econômicos, vale observar, que as vivências cotidianas podem organizar-se de modo a intensificar ou minimizar o problema.

---

## **ORGANIZAÇÃO SÓCIO-FAMILIAR E DESEMPENHO ESCOLAR DE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO COMPARATIVO.**

*Marina Zulian Delázari* (marinadelazari@yahoo.com.br) (bolsista IC); *Marilene Cabello di Flora* (USC – Bauru). Financiador: FAP/USC.

Nesta investigação, nos propusemos a discutir acerca da família, infância e aprendizagem na contemporaneidade. A discussão foi efetuada sob o ponto de vista sócio-cultural que objetiva realizar uma leitura sob a ótica da totalidade que abrange o fenômeno em estudo, tendo como eixo as contribuições de Vygotsky, nome obrigatório nos estudos dos processos de aprendizagem e consequentemente, sobre sucesso e fracasso escolar. Em se tratando do ensino fundamental, sabe-se o quanto o problema de dificuldades de aprendizagem é significativo no Brasil. O desejo de compreendê-lo e de solucioná-lo implica em adentrar num terreno de alta complexidade em virtude das características multifatoriais apresentadas pelo fenômeno em questão. A discussão sobre a relação entre a organização familiar e o desempenho escolar de crianças ganha um significado novo neste século, quando as certezas e definições acerca da família se encontram abaladas. Com o advento da pós-modernidade, a família tem buscado novos arranjos no seu movimento de organização e reorganização. Neste clima de instabilidade, somos chamados a nos tornar empreendedores de nossas próprias vidas. O mundo pós-moderno se caracteriza pela perda de legitimidade dos referenciais de sentido e de valores. Este esvaziamento de sentido pode estar interferindo na qualidade da interação social no interior da família, prejudicando-a no desempenho de seu papel de suporte às crianças em suas dificuldades escolares. Esta investigação trabalhou com dois grupos de crianças na faixa etária que compreende o período de oito a dez anos e que freqüentam o ensino fundamental de uma escola pública, perfazendo um total de quinze crianças para cada grupo. O que diferenciou estas crianças em sua inserção nos grupos citados é apresentarem ou não dificuldades de aprendizagem. Foram também interrogadas neste trabalho as mães destas crianças no total de trinta. As crianças foram selecionadas mediante a indicação da professora da turma a que pertencem, acompanhadas de uma justificativa. Foi solicitado à professora que, na sua indicação, apontasse os casos extremos de sucesso e fracasso na aprendizagem. Foram aplicados às crianças exercícios referentes às disciplinas de português e matemática com vistas a avaliar suas competências e habilidades, tendo como objetivo reforçar a indicação da professora. Foi realizada uma análise qualitativa dos resultados deste estudo, tendo como base teórica os estudos de Triviños (1981) sobre pesquisa qualitativa. A discussão deste trabalho foi realizada a partir da comparação dos resultados das entrevistas feitas com as mães das crianças que apresentam bom desempenho escolar em relação aos resultados das entrevistas feitas com as mães das crianças que apresentam mau desempenho escolar por ser, o objetivo desta pesquisa, estabelecer um estudo comparativo. Mediante o levantamento de categorias e subcategorias de significados imersas nas respostas das mães, foi possível estabelecer a comparação entre os perfis de família presentes em cada grupo. Neste estudo, discutimos acerca das influências das relações sócio-familiares na aprendizagem das crianças. Investigamos, junto às mães, os aspectos pertinentes a essa interação e dinâmica familiar. Notamos que as condições de moradia e os recursos materiais das famílias das crianças com mau desempenho escolar, de modo geral, são precários em relação ao outro grupo. A forma de ocupação do tempo livre é mais diversificada nas famílias das crianças com bom desempenho escolar e essas crianças realizam mais atividades extra-escolares. As características das relações familiares apresentam diferenças entre os grupos. O processo de educação das crianças dos dois grupos difere quanto às formas de estímulos e limites empregados. Ambas as famílias declararam participar das atividades escolares da criança, porém esta participação é mais significativa no grupo das crianças com bom desempenho

---



escolar. As mães deram seu parecer em relação ao desempenho dos filhos na escola e aos motivos dos diferentes desempenhos de alunos em geral. Algumas delas mostraram-se conscientes sobre a relevância do incentivo e acompanhamento familiar no que se refere ao bom ou mau desempenho escolar dos filhos, outras nem tanto. Ainda sim, as mães foram capazes de perceber a ineficiência da educação infantil brasileira, criticá-las e sugerir soluções para que seus filhos possam receber uma educação adequada que lhes é de direito. No decorrer desse processo, mostrou-se clara a importância e contribuição das relações familiares e sociais para a aprendizagem da criança.

**ESTIGMA E PRECONCEITO X INCLUSÃO: A CRIANÇA COM CÂNCER.** *Magna Celi Mendes da Rocha* (magmendes123@yahoo.com.br). Apoio: CAPES.

Introdução: O câncer, até pelo menos três décadas atrás, era considerado quase exclusivamente fatal. A medicina ainda não tinha recursos suficientes para possibilitar o diagnóstico precoce e a cura de inúmeros tipos de manifestações da doença. Nas últimas duas décadas, os avanços nesta área foram surpreendentes. Entre as dezenas de tipos de câncer, aqueles mais comuns nas crianças já possuem uma média de 75% de cura. Dessa forma, as preocupações dos estudiosos se voltam para o paciente oncológico que, com possibilidade real de sobrevivida, precisa receber uma atenção diferenciada para superar os danos causados pelo tratamento e conseguir retomar o rumo de sua vida após o tratamento. No caso da criança, a escola tem papel fundamental nesse processo, pois lhe confere um caráter de normalidade, conforme já salientaram Gonçalves e Valle (1999). Além do mais, a frequência à escola ameniza os efeitos psicossociais que geralmente acompanham o tratamento oncológico. Ao término do tratamento, embora com acompanhamento periódico por parte da equipe médica, para a maioria dos pacientes inicia-se um período de alívio e mudanças físicas. A queda do cabelo, comum em pacientes submetidos à quimioterapia, é substituída por novos cabelos, dando ao paciente um ar de normalidade. A cor da pele, até então anêmica, aos poucos retoma a cor sadia. Enfim, exteriormente o paciente não traz nenhuma marca de seu sofrimento, exceto se, como seqüela do tratamento, restar uma mutilação física. Embora menos freqüente que há algumas décadas, a mutilação ainda faz parte do contexto oncológico. No início dos estudos que apontavam para a cura do câncer, perseguia-se esta possibilidade a qualquer custo, os casos de mutilação eram freqüentes, pois se pensava que antes mutilar uma parte do corpo que perder o paciente por completo. Com o modernização da Medicina e os avanços contínuos nessa área, hoje busca-se a cura com o menor grau possível de comprometimento físico. Ainda assim, em grandes centros oncológicos é comum ocorrer a mutilação física em pacientes, especialmente nos casos em que o diagnóstico foi tardio ou houve recidiva da doença. Este fato pode tornar-se um motivo para que o paciente, ao retornar ou ingressar na escola regular seja estigmatizado ou vítima de preconceito, por serem visivelmente diferentes dos alunos tidos por “normais”, conforme definições de Goffman (1980). Objetivo: Este trabalho pretende favorecer a discussão sobre a inclusão de alunos/pacientes oncológicos mutilados em classes regulares. Metodologia: Trata-se do relato de experiência de uma criança que aos três anos perdeu um olho, seqüela do tratamento oncológico, que iniciou quando tinha um ano de idade e os desafios impostos pela sua entrada na escola regular. Resultados: Verificou-se que caso descrito foi de uma inclusão bem sucedida e de superação de medos, ansiedades e preconceitos. Superação essa conquistada pela própria criança, seus pais e colegas de classe. Considerações finais e conclusão: Quando a mutilação ocorre em crianças, o retorno à rotina escolar requer uma atenção especial por

---

parte de todos os envolvidos neste processo: pais, professores, coordenador escolar, etc., a fim de garantir que esse período intermediário – que é o fim de um tratamento oncológico e o re-início de um novo caminho de adaptações, desafios e descobertas – seja o mais natural e promissor possível, de modo a se constituir em oportunidade de crescimento e troca para todos: colegas, aluno/paciente, professores e escola como um todo.

**CONCEPÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: DESAFIOS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.** *Eni de Fátima Martins* (eni\_martins@yahoo.com.br). PUC/SP. Apoio: CNPQ.

A violência é um fenômeno complexo, sendo preciso aprofundar o conhecimento sobre sua configuração nas escolas, bem como as possibilidades de uma intervenção educativa que contribua para que a violência não seja praticada nesse espaço. No presente trabalho objetivamos apresentar parte dos resultados de uma pesquisa com professores, cujo objetivo foi conhecer suas concepções sobre violência e levantar alguns aspectos acerca da atuação dos professores frente às várias formas de violência presentes no cotidiano escolar. O referencial teórico-metodológico utilizado foi a Psicologia Sócio-Histórica e a Pedagogia Histórico Crítica. Os participantes foram 112 professores do Ensino Fundamental II e Médio, de oito escolas estaduais. Foi utilizado um questionário com 48 questões fechadas e abertas, subdivididas em três blocos, de modo que cada um foi respondido por um grupo. Enfocaremos os resultados, análise de uma situação fictícia feita por 37 sujeitos. Apresentamos a situação: “(...) o professor discutia um conteúdo com a sala, um aluno derrubou o caderno do outro no chão. Os dois discutiram em voz baixa sobre isso. O professor ignorou o fato e continuou a aula. A discussão entre os alunos evoluiu de modo que se formaram dois grupos. Começou uma gritaria na sala de aula. O professor pediu silêncio e continuou a aula. Depois de um breve tempo, começaram então trocar ameaças para o horário da saída, dizendo inclusive que tinham estiletes. O professor novamente pediu silêncio e continuou a aula. Na saída houve briga, com socos, pontapés e agressão com estilete. Alguns alunos se feriram.” Solicitamos a posição dos sujeitos quanto à gravidade do fato e aos motivos de sua ocorrência. Os participantes consideraram graves os atos com agressão física (sem ou com instrumentos) ou ameaça de agressão física, sendo levantados especialmente como fatores explicativos as características da família/forma de educação familiar, a valorização das atitudes pelo grupo de amigos, as características pessoais do próprio aluno e os problemas circunstanciais a que o aluno está exposto. Também são considerados os modelos da mídia e as normas e valores vigentes na sociedade. A atuação do professor em sala de aula e normas e valores vigentes na escola são apontadas com menos frequência. As explicações que colocam em foco os sujeitos, e suas famílias são mais frequentes que aquelas que se reportam ao contexto social, excluindo tanto causas intra-escolares quanto sociais. Ao desconsiderar aspectos sociais envolvidos nas expressões da violência o professor corre o risco de planejar atividades educativas, com vistas à diminuição ou eliminação de relações de violência, baseadas em ações restritas ao aluno e muitas vezes envolvendo atitudes autoritárias e coercitivas, as quais podem não ser efetivas para contribuir com a superação da violência na escola. Nota-se confusão entre indisciplina e violência, quando situações que não provocam danos ao outro (gritaria na sala de aula) são avaliadas como violentas. Considerando-se indisciplina como as ações que geram prejuízo ao andamento das atividades da vida escolar, é possível entender indisciplina como quebra de regra; no entanto, embora haja aproximações, e até uma intersecção, entre os conceitos de

---

indisciplina e violência, pois ambos envolvem quebra de regras, eles não se confundem. Todo ato de violência é um ato de indisciplina, pois significa a quebra total de regras sociais que rompem com a convivência democrática, à medida que há imposição de força de um indivíduo (ou grupo de indivíduos) sobre outro, gerando danos e sofrimento. Porém o oposto não é verdadeiro, já que nem todo ato de indisciplina é violência. As explicações dos motivos de situações de violência nos permitem refletir sobre dois aspectos para a prática educativa: os atos violentos não podem ser analisados em si mesmos; o autor do ato violento tem sua individualidade formada numa dada sociedade e perpetra a violência ao se relacionar com o mundo objetivo. Concluindo apresentamos desafios para a formação de professores: o fenômeno da violência na escola está interligado às relações sociais vigentes na sociedade e na escola; não é um atributo dos indivíduos e sim algo da esfera das relações entre os homens, construída historicamente, e, portanto, passível de transformação; educação escolar como mediação que contribui na superação da violência na escola. Trabalhar esses aspectos em intervenções com educadores pode auxiliá-los a romperem com concepções de psicologia e de educação que naturalizam o homem e as relações sociais, compreenderem de forma crítica o psiquismo, o desenvolvimento humano e suas articulações com a aprendizagem e as relações sociais.

**A PROMOÇÃO DE SAÚDE NA ESCOLA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DO PROFESSOR.** *Mariana Rodrigues Fantinato* (mariana.fantinato@hotmail.com); *Cecília Pescatore Alves*. UNITAU. Apoio: CNPQ-PIBIC.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa, cujo objetivo geral foi analisar os discursos dos professores sobre saúde e promoção de saúde no contexto escolar e identificar o que os professores entendem por saúde; levantar quais as atividades que eles consideram que contribuem para a promoção de saúde na escola e identificar qual a visão do professor sobre o ambiente escolar. Como pressuposto teórico utilizou-se o conceito de saúde defendido por Rey (1996) que entende saúde como algo além da ausência de sintomas, equilíbrio e normalidade, sendo uma característica plurideterminada, um processo em que o indivíduo se desenvolve e participa de forma ativa e consciente. Considerou-se, ainda, o conceito de promoção de saúde defendido pela Carta de Ottawa (1986) como o “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo”. Nesse contexto, considerou-se que a instituição escolar é um local privilegiado para se promover saúde, não só dos alunos e funcionários, mas de toda a comunidade pertencente a ela. Para isso é necessário que os atores envolvidos na escola, entre eles o professor, entendam sua função como um dos meios para se promover saúde e realize esse trabalho de forma intersetorial e com a participação direta da comunidade. O método de pesquisa foi descritivo no modelo de levantamento. Como estratégia de investigação foi utilizada a coleta do discurso dos professores (de uma escola escolhida) através de entrevistas semi-estruturadas. Os critérios de escolha da escola foram: 1) Localização: Na cidade de Taubaté; 2) Escola representativa em termos de número de alunos e período (diurno e noturno); 3) Natureza: Pública; 4) Ensino Médio. Obedecendo aos critérios acima a escola foi escolhida por acessibilidade. A escolha dos professores foi realizada através dos seguintes critérios: as categorias de área de atuação (Humanas, Exatas e Biológicas), turno (diurno e noturno) e sexo (masculino e feminino). De modo que, em cada área de concentração que lecionam no ensino médio foram escolhidos quatro professores (Total de 12). Obedecendo a estes critérios a escolha dos professores foi feita de maneira

---

aleatória por acessibilidade. Utilizamos, também, a observação sistemática para compreender a dinâmica da instituição escola, os papéis desempenhados em seu interior e seu envolvimento com a promoção de saúde. Foram considerados, ainda, os dados documentais e históricos da instituição. As categorias consideradas para análise foram os sete princípios, da promoção de saúde, definidos pela OMS, a saber: concepção holística, intersectorialidade, empoderamento, participação social, equidade, ações multi-estratégicas e sustentabilidade. Mediante a análise de conteúdo realizou-se a análise qualitativa das entrevistas realizadas com os professores, das observações do cotidiano escolar e dos dados documentais da instituição na qual se constatou que os princípios da promoção da saúde não são exercidos na escola e que há inclusive uma dificuldade em se entender o significado de promoção de saúde, isto é, o conceito é confundido com o de prevenção de saúde. Entendemos, assim, que a promoção de saúde na escola exige uma mudança organizacional buscando introduzir mudanças estruturais amplas. Para isso a escola deve estar aberta para se reformular, incentivando e ensinando que os atores (membros da escola e comunidade) são pertencentes e responsáveis pela escola, o que possibilitará o diálogo e a troca de idéias entre os indivíduos. Por fim, o estudo realizado nos possibilita levantar a necessidade da escola criar iniciativas que estejam de acordo com o princípio do desenvolvimento sustentável garantindo que esse seja um processo duradouro e forte, que envolvam processos de transformação coletivos com impacto a médio e longo prazo.

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS COM QUEIXA DE FRACASSO ESCOLAR EM RELAÇÃO À INSTITUIÇÃO DE ENSINO.** *Nathalia Sabaine Cippola* (nathycippola@hotmail.com); *Talita Carla Luiz Corrêa*; *Glauca Regina Stival Ghirardini*; *Nilma Renildes da Silva*. UNESP-Bauru.

A representação social é uma forma de pensamento social. Segundo Sá (1993) esta é de origem social e compartilhada por todos para comunicar, compreender e dominar o ambiente social, material e intelectual, transformando o desconhecido em algo acessível e real. A escola, na perspectiva de construção de cidadania e espaço de humanização, atenta-se também à construção histórica de cada sujeito. A situação de exclusão e segregação escolar pode ocorrer de diversas maneiras: na idéia de rotulação e exclusão dos estudantes atrasados no conteúdo programado; a separação destes em salas especiais; de recuperação; a situação política econômica e de formação dos professores; a alienação do trabalho educativo; a culpabilização dos próprios indivíduos e familiares pelo fracasso escolar; além das condições econômicas, políticas e sociais excludentes da educação brasileira. A partir dessa perspectiva, o objetivo desta pesquisa foi trabalhar Representações Sociais de escola por crianças com queixa de fracasso escolar bem como o processo de exclusão e culpabilização desses indivíduos pelo não aprendizado. Coube analisar também o cenário em que a idéia de fracasso escolar surge, ou em que contexto este se configura e se generaliza. Os participantes desta pesquisa foram três professoras da escola estadual Prof. Luiz Braga da cidade de Bauru/S.P e 10 crianças com idades entre dez e treze anos, matriculados na 3ª série, 4ª série e em uma sala de recuperação de ciclos da mesma instituição, indicados por essas professoras, em uma reunião prévia, por terem algum tipo de queixa escolar. A pesquisa foi realizada no período de 05 de Novembro a 03 de Dezembro de 2007 com a realização de três sessões de cinquenta minutos. Realizou-se com as crianças atividades como confecção de crachá, desenhos, visita a escola, confecção de maquete e outras 3 sessões realizadas com professores e a coordenadora pedagógica. Quanto aos resultados, encontrou-se no primeiro encontro apenas 3 crianças alfabetizadas e muitas

---

dificuldades para a auto-apresentação, bem como na confecção dos crachás. No segundo encontro a maioria dos desenhos apresentavam a escola como espaço de lazer e brincadeiras, tais como hora do recreio, de entrada, de saída e principalmente a quadra, no horário da disciplina de educação física e fora dele também. Já no encontro final foram tiradas algumas fotos da escola durante um passeio em que priorizaram, mais uma vez, a parte de recreação e construiu-se uma maquete da “escola ideal”. Os alunos relatam com frequência a escola como “lugar de estudar”. Nos relatos encontram-se descrições que se prezam comportamentos adequados na escola, bem como a submissão à professora, denominada “tia”. Na fala de 5 crianças houve a manifestação de que qualquer evento não normativo em sala, estes eram responsabilizados. Muitos relatam carência quanto a atenção da professora, insatisfação com a divisão de horário e uso das quadras e falta de acesso à biblioteca. No encontro final de devolutiva aos professores, foi relatado as representações sociais que seus alunos apresentaram de escola e como estas interferem em seus comportamentos e, conseqüentemente, na queixa que elas têm dos mesmos, no sentido de promover reflexão e a sugestão da utilização de temas geradores no processo de ensino aprendizagem dessas crianças. Foi ressaltado o interesse das crianças pela leitura e a situação precária que se encontrava a biblioteca. É pautada no período de escolarização e na captação abstrata de informações do período escolar que podemos discutir os resultados obtidos durante o trabalho. A teoria da atividade, na perspectiva sócio-histórica, admite que a formação dos processos mentais envolve, necessariamente, os modos de pensar elaborados socialmente pela humanidade em sua trajetória histórica e as atividades externa e interna dos indivíduos. Ambas têm em comum as ferramentas que atuam como mediadores. As crianças participantes se enquadram nessa fase do desenvolvimento, porém, as representações sociais extraídas durante o trabalho, revelam indivíduos bastante vinculados com a atividade de lazer, brincadeiras e jogos. Acredita-se, assim, que a história de fracasso contribui para um não avanço da fase posterior de desenvolvimento, inviabilizando, portanto, a captação abstrata dos conhecimentos pedagógicos. Dessa forma, como as atividades externas práticas incluem ações mentais e uma atividade especificamente cognitiva, as representações sociais de escola para estas crianças ficam distante do real papel social desempenhado pela escola que deveria garantir o acesso aos saberes elaborados socialmente, garantindo desenvolvimento, socialização e exercício da cidadania democrática.

### **CONTANDO E CONSTRUINDO HISTÓRIAS: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES.**

*Ana Beatriz Gaede Nogueira* (anabeatriz\_gn@hotmail.com); *Ana Leticia San Juan*; *Mônica Mendes Gonçalves*; *Natália Marinheiro Brugnerotto*; *Marisa Eugênia Mellilo Meira*. UNESP – Bauru.

O trabalho consiste em um curso de contação e construção de histórias ministrada aos professores da rede municipal de ensino de Bauru-SP, baseado nos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural. O objetivo principal é fornecer subsídios para que os educadores possam incluir histórias em suas propostas pedagógicas, como um instrumento que auxilia a apropriação de conhecimentos, a humanização, a reapropriação das capacidades de pensamento crítico nos alunos e a formação de cidadãos. Para tanto, o professor deve ser comprometido e consciente da função social da escola. São, portanto, educadores que articulam o ensinar com o aprender do aluno; que garantem as condições necessárias para que estes se apropriem do conhecimento e ampliem sua compreensão acerca da realidade; que compreendem que nem todos aprendem da mesma

---

forma, momento e ritmo; que assumem um papel ativo em relação aos processos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos, principalmente daqueles que apresentam maiores dificuldades; que compreendem que o desenvolvimento cria potencialidades, mas que é a aprendizagem que as concretiza; que, ao se voltar para o futuro dos alunos, oferecem condições para que todos se desenvolvam; que valorizam os alunos e a si próprios; que tratam seus alunos com respeito e consideração e que acreditam que todos são capazes de aprender. O trabalho é orientado por quatro finalidades principais: contribuir para o desvelamento da realidade; para a livre expressão de projeções simbólicas; para o despertar da paixão pela leitura que possa estar a serviço da efetiva alfabetização e, ainda, para a formação de valores que tenham a marca do compromisso com os processos de humanização (Meira, 2002). Metodologia: O curso teve a carga horária de 30 horas, sendo 20 presenciais e 10 de planejamento e execução do projeto. Ele foi ministrado no Núcleo de Aperfeiçoamento da Educação Municipal da Secretaria Municipal de Educação (NAPEM), em encontros semanais de 2 horas, com o total de 10 encontros. O início foi no mês de abril e finalizou no mês de julho, com duas turmas, uma matutina e uma noturna. Na matutina havia 18 participantes, e na noturna 15. As participantes eram professoras e funcionárias da rede de educação municipal de Bauru, que se inscreveram espontaneamente para o curso. Os encontros aconteceram em três blocos: 1º) conhecimento do grupo, estabelecimento de vínculos e esclarecimento sobre os objetivos gerais do curso; 2º) introdução da fundamentação teórico-metodológica; 3º) planejamento e aplicação de um projeto envolvendo a contação de histórias e a fundamentação teórico-metodológica apresentada. Os encontros foram estruturados de acordo com o tema, por meio de exposição teórica dialogada e técnicas de dinâmica de grupo, que envolvessem as participantes e dessem subsídios para que elas pudessem reproduzi-las com seus alunos. Ao final dos encontros, em sua maioria, eram realizadas avaliações, nas quais eram analisados o planejamento (realizado pelas estagiárias e supervisora), a atuação das coordenadoras e a participação das professoras e funcionárias. Em cada um dos encontros era entregue um texto, produzido previamente pelas estagiárias, que abordava o conteúdo teórico do dia. Resultados e Discussão: As avaliações escritas, que eram feitas com as participantes a cada encontro, assim como as avaliações verbais, nos permitem concluir que os resultados estabelecidos ao início do curso foram atingidos com êxito. O oitavo encontro, em que tiveram que construir um projeto de contação para a turma com que trabalhavam, e o nono encontro, em que tiveram que relatar ao grupo sobre essa experiência, tornaram isso evidente. Esse momento possibilitou que elas vissem esse trabalho de forma global e articulassem tanto os princípios teóricos e epistemológicos que o nortearam, quanto as demandas práticas ligadas à realidade de sua sala e dos alunos. Nenhuma delas teve dificuldades em compreender o processo como um todo. As coordenadoras avaliam positivamente o trabalho realizado e seus resultados, no que se refere aos ganhos para professoras e para as coordenadoras. As dificuldades encontradas foram: pouco tempo de duração do curso, que não permitia aprofundamento em algumas discussões; o atraso das participantes da noite; e as diferenças entre os dois grupos ministrados, sendo o noturno mais receptivo às atividades lúdicas e o matinal mais produtivo em discussões teóricas. Ainda assim, isso não impediu um bom desempenho de ambas as partes e alcance dos objetivos comuns.

**A CRIANÇA, A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: PROCESSO HISTÓRICO E DADOS ATUAIS.** *Francine de Paulo Martins Lima*

---

(francinedepaulo@uol.com.br) (PUC-SP/UMC); *Inani de Oliveira Magalhães Santos* (PUC-SP/UNI-ÍTALO); *Joana Domitila de O. Miranda* (PUC-SP).

Para compreender a situação e o retrato da educação infantil hoje, no Brasil, faz-se necessário ampliar a visão do conceito de criança e, ao mesmo tempo retomar o processo histórico do atendimento desta ao longo da constituição do que hoje se compreende por educação infantil. Além disso, para adentrar este cenário, necessita-se ainda, de uma visão panorâmica de como esta temática é abordada atualmente no contexto nacional e, de acordo com os dados estatísticos, compreender os resultados “oficiais” do atendimento nesse segmento de ensino. Dessa forma, o presente trabalho teve por objetivo realizar um breve histórico sobre as mudanças na concepção de criança ao longo da construção do sistema educacional brasileiro voltado para a infância, bem como percorrer a trajetória de constituição e implantação das políticas públicas no Brasil, referentes ao atendimento de crianças de zero a cinco anos de idade, em instituições públicas e privadas. Pretendeu-se ainda, analisar as transformações na concepção de criança e do atendimento desta nas instituições de educação infantil decorrentes das mudanças na legislação nacional, compreendendo a contribuição das mesmas, enquanto ordenamento legal, para ressignificação das práticas realizadas nesse segmento de ensino, avançando da visão apenas assistencialista para uma proposta que contempla o binômio educar-cuidar, considerando ainda a valorização do brincar. Para tanto, foi utilizado como método de pesquisa a análise documental de dados estatísticos secundários e de documentos produzidos pelo Ministério da Educação, tais como o Documento Base da Conferência Nacional da Educação Básica (2007), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Plano Nacional de Desenvolvimento – PNAD/2006 (2007), o Censo Escolar/2006 (2007), o Plano Nacional de Educação - PNE (2001) e o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (2007), além das perspectivas apontadas pelo Conselho Nacional de Educação. A partir da análise dos dados, pode-se afirmar que neste país há o reconhecimento de uma concepção atual de criança como cidadã e de educação infantil como direito da criança. Tal análise nos revela o processo sócio-político de transformação a concepção de educação infantil e consequentemente, de criança e infância, porém os dados apontam que os objetivos propostos para a educação infantil nesse sentido, de fato não se concretizaram, levando em consideração tanto a realidade material de todas as crianças, bem como os dados relativos ao atendimento e demais aspectos relacionados ao que se compreende enquanto um sistema de educação infantil democrático, universal e de qualidade. Dessa forma, considera-se o grande avanço na legislação e nas discussões apontadas pelas produções científicas, mas, concretamente, os dados indicam que ainda há muito a ser feito para o pleno desenvolvimento da educação infantil e de um educar/cuidar das crianças, de modo a contemplar as suas reais necessidades. Sendo assim, conclui-se que o repensar da educação infantil deve acontecer na sua totalidade, para além das questões apresentadas enquanto metas do Plano Nacional de Educação relacionadas, especificamente, à ampliação do número de crianças atendidas. Faz-se necessário também a revisão dos projetos político-pedagógicos, principalmente no que se refere à concepção de infância, criança, alfabetização, metodologias de ensino, desenvolvimento, formação de professores e definição do papel do educador, entre outros aspectos que contemplam o sistema de ensino voltado à infância.

**SIGNIFICADOS E SENTIDOS PRODUZIDOS PELO PROFESSOR SOBRE O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS.** *Alessandra De Oliveira Capuchinho*

---

(alessandracapuchinho@yahoo.com.br); *Mitsuko Aparecida Makino Antunes*. PUC – SP. Apoio: CAPES.

Verifica-se que no Brasil tem havido um interesse constante em ampliar o número de anos do ensino obrigatório. Isso se tornou meta da educação nacional por meio da Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação. Ao implantar progressivamente o ensino fundamental de nove anos, pela inclusão das crianças de seis anos no ensino fundamental, o governo explicita duas intenções: “oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade”. Diante desse cenário de mudanças torna-se importante compreender quais os significados e sentidos dados pelo professor para o ensino fundamental de nove anos. Os objetivos desta pesquisa foram: identificar os processos de produção dos significados e sentidos produzidos pelos professores que atuam no ensino fundamental - ciclo I acerca do ensino fundamental de nove anos e contribuir para o processo formativo de professores de ensino fundamental, a partir da compreensão dos significados e sentidos de professores sobre essa mudança educacional. Os sujeitos desta pesquisa foram nove professores do Ciclo I do Ensino Fundamental da rede pública municipal de uma cidade da Grande São Paulo. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário com questões fechadas e entrevistas semi-estruturadas com professores da primeira série do ensino fundamental da referida rede pública de ensino, conforme critérios acima expostos. Para análise das entrevistas utilizou-se o procedimento proposto por Aguiar e Ozella (2006), no qual, após as leituras flutuantes das entrevistas feitas foram destacados os pré-indicadores, a partir das falas dos sujeitos. Destacados os pré-indicadores, avançamos para a aglutinação dos mesmos, a fim de chegarmos aos indicadores e, posteriormente, a partir destes, aos núcleos de significação. Os resultados desta pesquisa nos levam a crer que o professor é um dos principais responsáveis para o sucesso ou fracasso da inclusão da criança no ensino fundamental de nove anos. Mas muitos professores ainda têm uma visão equivocada a respeito dos principais objetivos da proposta. O que fica evidente também é que, a despeito dos problemas que envolvem uma mudança de tão grande impacto, há professores que adotam uma postura muito positiva frente à nova realidade. Esses professores reconhecem que se bem planejada e executada a proposta trará benefícios a todos, sobretudo às crianças oriundas das camadas menos favorecidas, nem sempre incluídas na educação infantil devido à não obrigatoriedade e à falta de vagas que ainda existe nesse segmento da educação. São elas que devem ser as mais beneficiadas com a ampliação do ensino fundamental. É evidente que uma política pública como esta, que tem uma abrangência nacional, precisa de uma articulação das diferentes esferas envolvidas, para que se garantam os investimentos necessários para a implantação e manutenção do novo sistema. É importante salientar que é preciso pensar nas necessidades e especificidades da criança de seis anos, para reformular planejamentos, tempos e espaços. É preciso mais que isso é imperativo que o professor deixe de lado conhecidos chavões, como por exemplo: “Não recebo formação suficiente” e adote uma postura mais investigativa acerca de todo o processo e, sobretudo, que busque nos saberes que já têm novas possibilidades de ação. Diante do exposto, podemos concluir que não é possível que aleguemos falta de preparo, informação ou recursos para a não realização de um bom trabalho e que o exercício de reflexão pelo professor deve ocorrer na prática cotidiana, embora reconheçamos que é necessário suporte técnico e apoio administrativo para o exercício da prática docente em qualquer nível de ensino. Mas se ficarmos alegando que há



dificuldades em relação às políticas educacionais, teremos muitos motivos para justificar o fracasso da ampliação do ensino fundamental de nove anos antes mesmo de conseguirmos ver suas reais possibilidades. É necessário que condições adequadas sejam dadas para que o trabalho docente se realize efetivamente, mas também lembrando que o professor se constitui e é constituído em sua prática, diariamente; portanto, um ser histórico e social, que, por sua atividade, é capaz de transformar-se e, ao mesmo tempo, transformar seu mundo. Referência Bibliográfica: AGUIAR, W. M. J., OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumentos para apreensão da constituição dos sentidos e significados in: Psicologia, Ciência e Profissão, número 2, 2006.

**CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA PARA INTERVENÇÕES EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS.** *Nilma Renildes da Silva* (nilmarsifc@fc.unesp.br) (UNESP – Bauru); *Vera Maria Nigro de Souza Placco* (PUC – SP). Apoio: CAPES.

O presente trabalho é parte de tese de doutoramento, sobre violência nas escolas; privilegia um processo grupal realizado com 29 professores, do ensino fundamental, médio e telesalás, de uma escola pública estadual em Bauru/SP. Os participantes entendiam os comportamentos violentos como condição humana inata não passível de modificação. Nossos estudos também apontaram uma tendência em buscar a causa/motivo da violência na relação agressor-vítima, na ausência de religiosidade, na família desorganizada e no sistema, sem contextualizá-los como um fenômeno construído social e historicamente, bem como que, para eles, professor é para ensinar! No nosso entendimento, esta forma de conceber as relações educativas e a concepção de violência como inata, na qual em última instância, culpabiliza apenas o sujeito da ação, os impediam de atuar no âmbito de suas atividades, em situações nas quais a violência emergia. Visando contribuir para ampliar a concepção de violência trazida pelos participantes desenvolvemos uma pesquisa-intervenção, tendo como subsídio teórico-metodológico a Psicologia Sócio-Histórica. Dois autores foram fundamentais: VAZQUEZ (1978) com a discussão sobre a abertura do ser humano para agir por meio da violência, sendo esta uma ação exclusiva do homem. Ele nos diz que o homem para transformar-se em humano, precisou modificar a natureza para satisfazer suas necessidades de sobrevivência utilizando a força e nesse processo generalizou-se o uso da violência (do latim vis = força). MARTIN-BARÓ (1997) coloca fatores importantes para a reflexão, são eles: o fundo ideológico remetendo-nos a uma realidade social configurada pelos interesses de classe, na qual existem valores, regras, rotinas institucionalizadas; o contexto possibilitador, nele tem que distinguir entre dois tipos: o social (o fundo ideológico) e o situacional, no qual ocorrem as situações de violência; o agente da ação violenta tem que ser considerado como um agente legítimo, em nossa sociedade é outorgado, para alguns, o direito ao uso da violência; o grau de dano produzido na vítima é outro fator a ser considerado, pois quanto maior o dano causado, mais justificado terá que aparecer o uso da violência. Quando uma pessoa se defende de uma violência cometendo outra, resulta mais justificável, em relação um ato violento buscado por si mesmo. É necessário refletir sobre essa complexidade, os diferentes tipos de violência e ir além dos fatores de riscos comumente apontados, pois, eles em si mesmos, não são automaticamente determinantes de ocorrências de violência. Outras duas questões enfocadas no processo grupal foram: 1) a importância da educação na construção da subjetividade do indivíduo e 2) a diferenciação entre violência, agressão e indisciplina, termos que eram compreendidos como correlatos. A intervenção realizada com

professores caracterizou-se pelas mudanças nas relações cotidianas da escola. Percebemos que, na prática social dos participantes, refletiam-se aspectos apropriados das discussões realizadas, por exemplo: muitos professores nos relataram as mudanças nas relações com os alunos e destes para com seus colegas. Concluindo, apontamos a educação como uma via potencial para o desenvolvimento de formas de sociabilidade não violentas. Os homens não nascem prontos, mas tornam-se humanos nas relações sociais que estabelecem no decorrer de sua existência e, desta forma, é possível construir relações sociais que prescindam do uso da violência. Referências Bibliográficas: MARTIN-BARÓ, Ignacio. *Ação e Ideologia*. 8a. Ed. San Salvador: UCA Editores, 1997. V. 01. VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

**TEORIAS E PRÁTICAS CRÍTICAS NA PSICOLOGIA E PEDAGOGIA: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES PARA SE PENSAR O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA.** *Irineu Aliprando Viotto Filho* (tuimviotto@fct.unesp.br) (UNESP – Presidente Prudente); *Marisa Engênia Melilo Meira* (UNESP – Bauru); *Rosiane de Fátima Ponce* (UNESP – Botucatu).

O movimento de crítica decorrente da reflexão sobre a insuficiência das práticas, bem como das limitações dos quadros conceituais que vêm sustentando as ações de Pedagogos, Psicólogos e Professores na escola, oferecem elementos para se identificar os determinantes sociais e históricos no cotidiano escolar e na relação Psicologia e Educação, apontando a necessidade de consolidação de teorias e práticas críticas com a finalidade de transformação da escola. Este trabalho dispõe-se a apresentar a importância da consolidação de teorias e práticas críticas para se pensar ações progressistas para Psicólogos, Pedagogos e Professores na escola. Diante disso, assume um compromisso ético-político com a transformação da realidade escolar, no sentido de se repensar as relações sociais no seu interior a partir de novos significados para o conhecimento científico e para a prática pedagógica, com objetivo de reavaliar o ensinar e o aprender para a efetivação do processo de humanização e libertação dos indivíduos na escola. É importante esclarecer que ao se falar em teorias e práticas críticas há que se superar o mero discurso crítico e ideológico presente tanto na Psicologia quanto na Pedagogia, o qual na maioria das vezes não passa de uma mera adesão circunstancial a algumas tendências ou modismos críticos que na verdade pouco ou nada contribuem para as necessárias e urgentes transformações no interior das escolas. Decorrente dessa preocupação é importante que psicólogos, pedagogos e professores não incorram no erro de simplesmente adotar o discurso da transformação sem alcançar a consistência teórica e filosófica necessária para concretizá-la. Modismos críticos e discursos ideológicos não se dispõem a realizar transformações objetivas, mas sim obscurecer, pela via da ilusão, a verdadeira realidade e as contradições presentes no cotidiano escolar. Assumir posicionamentos críticos na escola implica buscar as raízes epistemológicas das teorias e práticas presentes no seu interior e empreender esforços coletivos para impedir que as visões progressistas sejam diluídas e obstaculizadas por correntes conservadoras que lá se apresentam. O caminho possível para a consolidação dessa difícil, mas imprescindível tarefa, pode estruturar-se a partir de concepções críticas de Pedagogia e Psicologia, como afirmou Meira (2003). Nessa direção defende-se que os pressupostos teórico-filosóficos e metodológicos da Pedagogia Histórico-Crítica possibilitam elementos para uma compreensão dialética da relação educação e sociedade no processo de produção e reprodução do capital e o reconhecimento da determinação social da educação, assim como a identificação da escola como instância

---

fundamental para a socialização do saber. No que se refere às teorias psicológicas, considera-se que a Psicologia Histórico-Cultural fornece elementos que permitem pensar dialeticamente o indivíduo e a construção de seu psiquismo numa perspectiva de totalidade histórica e social no sentido de entender que os seres humanos não são meros reflexos passivos da infraestrutura ou simples suportes das relações sociais, mas sim, sujeitos que podem se constituir ativos e conscientes da sua condição histórica e social e, portanto, em condições de transformá-la no atendimento das suas necessidades de humanização. Tais pressupostos podem criar condições concretas para o desenvolvimento de práticas críticas na escola e orientar psicólogos, pedagogos, professores e demais educadores na direção de uma atuação que se constitua como práxis, de forma a considerar o encontro entre o sujeito humano e a educação (MEIRA, 2003), não mais limitando o olhar aos indivíduos ou aos contextos educacionais isoladamente, mas sim, compreender dialeticamente as relações entre os processos psicológicos e pedagógicos que se apresentam na escola e que possibilitam a construção e humanização dos seres humanos.

### **UMA PROPOSTA DE PESQUISA-AÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.**

*Irineu Aliprando Viotto Filho* (tuimviotto@fct.unesp.br); *José Milton Lima; Márcia R.C. Lima; Cláudia Gomes; Elaine Santos; Janaina Santos; Leonardo Orlandi, Márcio Braghim, Mary Zerial, Millard Almeida, Natália Souza, Natália Cimatti, Rodrigo Evangelista, Rodrigo Nunes, Talita Ameduri, Tatiane Félix, Thiago Carvalho, Tony Moreira.* UNESP – Presidente Prudente. Financiador: PROGRAD/UNESP - Presidente Prudente.

Esse processo de intervenção é desenvolvido pelo grupo de pesquisas “Cultura Corporal: Saberes e Fazeres”, formado por docentes e estudantes dos cursos de Ed. Física e Pedagogia da UNESP/P.Prudente e envolve educadores e alunos de duas escolas de Educação Infantil. O trabalho de caráter coletivo procura construir uma relação teórico-prática significativa entre universidade-escola e assume os pressupostos da teoria histórico-cultural que compreende o ser humano, as instituições e fenômenos sociais como síntese de muitas determinações. Além disso, se dispõe socializar os elementos relacionados às culturas da infância, os jogos e brincadeiras como conteúdos fundamentais do processo de ensino-aprendizagem na escola. Na consecução dessa pesquisa-ação são realizados encontros semanais na universidade entre docentes e estudantes (03 docentes e 15 estudantes), com objetivo de realizar estudos/pesquisas e a construção do processo de intervenção nas escolas. Nesses encontros são desenvolvidos 03 eixos teórico-práticos que respaldam as ações na escola, são eles: As culturas da infância, a brincadeira e o jogo na Educação Infantil; Atividades lúdico-expressivas e corporeidade na Educação Infantil e “Processos de desenvolvimento e humanização na Educação Infantil”. Nas escolas são realizadas intervenções semanais que atingem alunos desde o berçário até a pré-escola, perfazendo 10 salas atendidas, 180 alunos e 20 professores. Os professores de ambas as escolas, além de participar com os estudantes de graduação na execução das atividades, realizam com coordenadores pedagógicos e direção avaliações das intervenções, que são objeto de discussão em reunião mensal nas escolas, onde se encontram os membros da universidade e escolas. A coleta dos dados é realizada em processo e registrada em relatórios descritivos, diários de campo e filmagens, além de fotografias e depoimentos de todos os segmentos envolvidos no projeto. Esses dados são analisados e registrados em relatório de pesquisa. Com relação aos resultados, no que se refere ao

desenvolvimento dos docentes da universidade identifica-se que os mesmos reconhecem a importância do trabalho coletivo no desenvolvimento de projetos e pesquisas e a pesquisa-ação como possibilidade de transformação dos sujeitos e instituições. No âmbito dos estudantes de graduação, verifica-se o quanto à atividade desenvolvida nas escolas como sujeitos da intervenção, tem possibilitado mudanças significativas na sua esfera subjetiva e identifica-se pelas suas falas e ações o seu compromisso na realização do projeto, empenho nas produções teóricas (relatórios e observações) e, na constatação empírica da relação teoria-prática na escola. Quanto aos professores, identifica-se pelas suas falas e ações que os mesmos têm participado efetivamente das intervenções junto aos alunos, assim como das reuniões de avaliação, posicionando-se como sujeitos ativos do processo. Com relação aos alunos, os professores, na sua maioria afirmam o quanto os mesmos estão diferentes pois “já não choram como antes”, “gostam das brincadeiras”, “tem participado muito mais e já não brigam tanto”. Segundo os estudantes de graduação os alunos têm estabelecido relações sociais mais adequadas com seus amigos e, de certa forma, mudado sua relação com a escola e com os professores. Identifica-se também que os alunos valorizam as intervenções, dado o caráter lúdico dessas atividades. Diretoras e Coordenadoras afirmam o quanto suas escolas estão mudando e admitem que as atividades do projeto são fundamentais para o desenvolvimento de todos os sujeitos na escola. Finalizando, sabe-se que esse projeto apresenta limitações, porém, pelos resultados alcançados, o mesmo aponta alguns caminhos para se repensar a formação acadêmica e a participação da universidade (docentes e graduandos) nas escolas, sobretudo as públicas, de forma a criar condições diferenciadas de desenvolvimento para todos sujeitos participantes desse processo e constata que a transformação que se faz necessária no interior da educação, pode se iniciar por ações objetivas que indiquem possibilidades coletivas e de compromisso ético-político, objetivo principal do projeto.

**OS ALUNOS QUE NÃO CORRESPONDEM AO PARÂMETRO DA CIÊNCIA PEDAGÓGICA: HISTÓRIA DE EXCLUSÃO, DE EVASÃO E DE REPETÊNCIA ESCOLAR.** *Aracy Mendes de Souza* (aracimendes@nin.ufms.br). UFMS. Apoio: CAPES.

Esse artigo é parte da pesquisa sobre a “Arqueogenealogia do ‘fracasso escolar’ na educação brasileira”, vinculada ao “Grupo de Estudos e Investigações acadêmicas nos referenciais foucaultianos” (GEIARF) da linha de pesquisa “Educação e Trabalho” do PPGEdU/UFMS. Têm-se como objetivo analisar o “fracasso escolar” como um discurso revolucionário que poderá instituir uma nova história, ou seja, uma contra-história que é o discurso dos submissos, dos que foram derrotados; uma outra parte do corpo social que são os evadidos, os repetentes, os excluídos do processo de escolarização. Percebe-se, porém, que a submissão e a lei aparecem como uma realidade de dupla face: triunfo de uns, submissão de outros. Pressupõe-se, que não existe o professor e nem tampouco o aluno como o sujeito na medida em que o discurso do educador é o que já está estabelecido como verdades naquele momento histórico, por meio da teoria científica que permite o discurso do professor; e que essa história de inclusão, de evasão e de repetência pode ser um enfrentamento permanente dos alunos que não correspondem ao parâmetro da ciência pedagógica. Para elucidar este fenômeno educacional e sua relação saber, verdade e poder parte-se das contribuições teórico-metodológicas de Michel Foucault, numa abordagem sobre o “fracasso escolar” apreciado do ponto de vista das práticas discursivas na Educação Brasileira contemporânea. Assim, pretende-se discutir como esse saber sobre o “fracasso escolar” é aplicado na sociedade?

Como é valorizado e a maneira como é distribuído? Os resultados dessa pesquisa em andamento, no momento são parciais; porém corroboram com alguns dados estatísticos de pesquisas já realizadas, tais como, à da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE, 2001) sobre “Retratos de 1 e 2”, na qual revela um quadro da desescolarização de expressiva parcela da população adulta no Brasil onde 70,18% dos pais de alunos pesquisados tem o Ensino Fundamental incompleto e, ao mesmo tempo, esses mesmos pais relatam que a educação é importante para o sucesso profissional dos filhos. Revela, também que se têm na população Brasileira, 73 milhões de analfabetos e de sub-escolarizados adultos. Mostra que 87% dos estudantes brasileiros estão em escolas públicas, daí a importância de serem analisados estes dados, principalmente, sob um novo olhar. Detectam-se efeitos políticos, sociais, econômicos na maneira de administrar e exercer técnicas incidentes sobre o indivíduo. Por outro lado, urge a contextualização do “fracasso escolar”, a evidencialização de alternativas admitidas para enfrentá-lo e a necessidade de mostrar a base na relação de imposição do conhecimento científico que mascara e equaciona essa problemática que continua sendo atravessada pela “naturalização” da escola e dos alunos. Partem, na maioria das vezes, de uma premissa da igualdade na qual elimina as diferenças e as individualidades e, desse modo, ao avaliar exclui, ao classificar as diferenças como desvio à normalidade, ao sistema, à organização e à ordem pré-estabelecida. Pretende-se, dessa maneira, ser capaz de integrar mais uma verdade por meio de explicações completas e totalizadoras que produz um novo discurso de poder. Neste contexto, esse aluno torna-se alvo do sistema de exclusão; que a partir do capitalismo recebe o estatuto de “desvio”, o que gera a necessidade de um especialista que irá curá-lo para adaptá-lo, futuramente, num mercado de trabalho que impõe necessidades e exigências ao sistema educativo ao dar o perfil do trabalhador necessário. Vê-se que essa atitude foi percebida, localizada, utilizada, caracterizada de diferentes formas e épocas, atestando que não se tratar dos mesmos objetos, mas de várias faces de um mesmo objeto.

**VAMOS COMBINAR: OFICINAS DE SEXUALIDADE E PREVENÇÃO PARA ADOLESCENTES.** *Viviane Suzano Martinhão* (vivi\_krishna@msn.com); *Aline Camargo; Emanuela Priscila Toledo Arruda; Guilherme Augusto Souza Prado; Lais Stocco Zancanaro; Nei Vinicius H. R. Miranda.* UNESP – Assis.

O seguinte trabalho visa relatar um projeto, feito a partir de um de um projeto de lei municipal, que levou à lei número 4.682 de 05 de outubro de 2005 que autoriza o Poder Executivo a instituir o programa “Vamos Combinar” realizado pela prefeitura municipal de Assis. Este projeto é executado pelo Grupo Integrado de Prevenção e Assistência a AIDS (GIPA) e pela ONG Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Sexualidades (NEPS), tendo como meta trabalhar com adolescentes do ensino fundamental e médio de Escolas Estaduais sobre temas relacionados às sexualidades e prevenção, tais como: abordagem da compreensão do termo e mapeamento das dúvidas do grupo; discussão sobre as relações de gênero; discussão sobre adolescência, mudanças no corpo e os mitos e tabus em torno da sexualidade; como se prevenir de infecções sexualmente transmissíveis; abordagem das discriminações, a gravidez não planejada e o abuso sexual; redução de danos no uso de drogas lícitas e ilícitas; outros temas relevantes. OBJETIVOS: Orientar adolescentes sobre os temas de sexualidades e prevenção, por meio de oficinas ministradas em escolas estaduais de ensino fundamental, conscientizando-os dos cuidados de si, dos comportamentos de risco frente à gravidez não planejada, às infecções sexualmente transmissíveis e à violência sexual. Isto levaria estes

---

adolescentes a crescerem com uma idéia de preocupação deles por eles mesmos, a longo prazo, que poderá diminuir a vulnerabilidade deles frente à infecção por DTS/Aids e a gravidez não planejada. Este projeto visa também fazer destes adolescentes multiplicadores deste conhecimento, para que possam levá-lo a quem não tem acesso a ele. **METODOLOGIA** Por meio de oficinas, o que propicia a participação plena do grupo, adolescentes e estagiários, e assim elaborando atividades que atendam às principais dúvidas deste grupo e que os envolvam mais efetivamente, seja por meio de discussões, debates, jogos dramáticos, brincadeiras, dinâmicas, apresentação de filmes, etc. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Pensamos que este projeto é muito facilitador a partir do momento que tira e esclarece as dúvidas sobre as sexualidades e tudo que engloba este assunto para pessoas que estão no início da adolescência em que tudo é muito perturbador e que o acesso à informação por eles é muito limitado. O trabalho com os adolescentes tem sido feito de forma que podemos observar suas dificuldades, urgências e debilidades sobre a questão das sexualidades e o que tudo isto implica em suas vidas. Desta forma as oficinas são preparadas conforme as necessidades apresentadas nas aulas anteriores e conforme o grupo que cada estagiário trabalha. Portanto o conteúdo é passado de acordo com os alunos. Os resultados realmente têm sido muito produtivos. Foi estabelecido um vínculo com os alunos e cada vez mais procuramos esclarecer os problemas apresentados por eles. Isso mostra como a metodologia deste projeto vem se mostrando eficiente com os adolescentes, não só por ser uma forma melhor de se passar os conhecimentos para eles como também é uma forma deles serem bem participativos e atuantes junto aos estagiários em debates, discussões e quaisquer outras atividades. Com a realização deste projeto, acreditamos que será possível incentivar a implementação de atividades com o tema e dar mais um passo rumo à multiplicação de conhecimentos e à formação de cidadãos mais conscientes do cuidado com seu próprio corpo e do respeito às outras pessoas. Pensamos que este projeto está intimamente ligado à Psicologia Social, já que visa o auxílio social às pessoas, no caso os adolescentes, que não têm acesso as essas informações sobre o tema de sexualidades e prevenção.

**A PERCEPÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA.** *Luiz Henrique Sampaio Junior* (lhsampaiojr@yahoo.com.br); *Beatriz Zanichelli Sonego*; *Helena Ferreira Vander Velden*; *Juliana Martines de Souza*; *Nilma Renildes da Silva*. UNESP – Bauru.

A definição social de violência comporta uma base ética e o comportamento tido como violento muda historicamente e depende do contexto sócio-cultural em que ocorre. Para MARTIN-BARÓ (1997), as raízes da violência e da agressão não se encontram nos indivíduos, mas nas circunstâncias em que esses indivíduos vivem. Para a compreensão do fenômeno é necessário considerar o ordenamento social, ou seja, existe na sociedade uma violência estrutural presente na distribuição desigual dos recursos, impedindo ou limitando a satisfação de necessidades básicas, além de uma legislação que ampara os mecanismos de distribuição social da riqueza e estabelece uma força coercitiva para se fazer respeitar (BATISTA & EL-MOOR, 1999). Em todo o mundo ocidental, a ocorrência de violência nas escolas não é um fenômeno recente; além de constituir um importante objeto de reflexão, tornou-se, antes de tudo, um grave problema social (ABRAMOVAY, 2002). A forma de violência simbólica a ser tratada no presente trabalho é conhecida como bullying, ação praticada e sofrida entre os próprios alunos no contexto escolar. Ridicularizações, intimidações, apelidos pejorativos, ameaças, perseguições, difamações, humilhações, são

algumas das condutas empregadas. Tal prática traz prejuízos à vida do sujeito alvo de humilhações, na medida em que as vítimas deixam de ir à escola, isolam-se dos grupos, deixando de se apropriar do conhecimento social e historicamente construído. Objetivos: identificar efeitos da violência simbólica no processo de formação da identidade de crianças da quinta série (Ensino Fundamental), analisando suas conseqüências. Método: foram exibidos trechos do filme “Meninas Malvadas” (que aborda a questão do bullying) aos alunos participantes e, após breve explicação, foi solicitado que escrevessem um pequeno texto sobre uma experiência, sentimentos e/ou pensamentos relacionados a este tipo de violência. Os pais dos alunos foram contactados e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Foi explicado que o escrito só seria lido pelos pesquisadores; como identificação foi pedido apenas o sexo e a idade das crianças. Resultados e Discussão: A partir das redações, pretendia-se analisar como a violência simbólica influencia na construção da identidade da criança. No entanto, os conteúdos presentes foram insuficientes: as redações foram curtas, com conteúdos geralmente irrelevantes. Assim, considerou-se necessário refletir sobre as razões que contribuíram para a falta de conteúdo subjetivo nas redações. Consideramos que as relações estabelecidas na escola, entendida como um lugar de transmissão do conhecimento e de formação de subjetividades, contribuem para a falta de expressão dos sentimentos e para o medo e apreensão observadas nos alunos no período em que estivemos com eles. As crianças da escola onde foi realizada a pesquisa são bombardeadas por conceitos, práticas e idéias impostas que são desvinculadas de sua realidade. Estão oprimidas sem saber por que e por quem, mas manifestam nos olhares, nas perguntas e ações, seus medos, dúvidas, questionamentos, silenciados por tal instituição. As crianças não aprendem e não estão sendo formadas enquanto sujeitos. Portanto, enquanto aparelho ideológico do Estado, cumpre perfeitamente seu papel, contribuindo para a alienação e degradação dos sujeitos, reproduzindo a força de trabalho e a sujeição dos trabalhadores à ordem dominante. Considerações finais e Conclusão: A pesquisa buscava, inicialmente, identificar e contribuir para diminuir o bullying nos grupos de crianças de quinta série. O bullying é uma grave situação em que indivíduos são alçados à categoria de “bode expiatório” da turma, geralmente por uma característica física ou de personalidade diferente dos demais. O que choca, entretanto, é que o bullying, inicialmente infantil, é reproduzido dentro do ambiente supostamente transformador e acolhedor da escola visitada, não apenas entre as crianças, mas também por diretores e professores. As redações analisadas não dizem absolutamente nada. Não que o problema não exista, mas as idiossincrasias são minimizadas dentro daquele contexto escolar. Desta forma, mantém-se o status quo (a escola reproduz as relações áridas que existem fora de seus portões) e a principal função escolar, que é humanizar, não é cumprida. Verifica-se a urgente necessidade de resgatar a escola como espaço de socialização do saber histórico e socialmente acumulado bem como o lócus da continuidade do processo de sociabilidade.

**EDUCAÇÃO E SEXUALIDADES NA ONG NEPS - INSPIRAÇÕES GENEALÓGICAS NUMA PRÁTICA DE ESTÁGIO.** *Daniel Kerry dos Santos* (dakerry@gmail.com); *Fernando Luiz Zanetti*. UNESP – Assis.

O presente trabalho surgiu a partir de reflexões decorrentes do estágio em Psicologia Comunitária, desenvolvido em 2007, na ONG NEPS – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Sexualidades, instituição localizada em Assis - São Paulo, a qual se propõe a divulgar e desmistificar tabus, mitos e preconceitos em relação às sexualidades, desenvolvendo projetos

nas áreas de prevenção DST/HIV-AIDS, questões de gênero e diversidades sexuais. O estágio tinha por objetivo a inserção em alguma prática social/comunitária e partir desse campo desenvolver uma pesquisa de “inspiração genealógica” na tentativa de traçar alguns indícios de porque e como tal prática fora constituída sócio-historicamente; quais foram suas condições de aparição, de crescimento e de variação; como se formaram séries de discursos que a sustenta e a legitima através de determinados regimes de verdade. Metodologia: Minha inserção na ONG NEPS se deu através do projeto Calidoscópico, trabalho desenvolvido no âmbito da Educação e que tem como proposta oferecer curso de atualização sobre “Sexualidade como tema transversal” para professores e professoras da rede pública de ensino de Assis e Região, visando à capacitação de profissionais ligados à educação para a cidadania, a diversidade sexual e o combate à homofobia. A partir desse projeto, traçou-se uma breve genealogia sobre as condições que tornaram possíveis as articulações entre Sexualidade e Educação, e qual a relação, ao longo dos anos, destas articulações com o Estado. Resultados e Discussão: Os saberes e as práticas construídas sobre a Sexualidade estão atravessados por discursos de diferentes ordens – políticos, médicos, religiosos, sociais, ideológicos, jurídicos. Já afirmava Foucault (1988) que o sexo foi colocado em discursos, os quais compõem, demarcam, definem e legitimam determinadas práticas sociais. Ainda de acordo com Foucault (1996), a sexualidade e a política são regiões onde as tramas dos discursos se tornam mais cerradas, de forma a exercer poderes de coerção, exclusão, interdição, separação e rejeição, revelando uma íntima ligação entre o desejo e o poder. A vontade de verdade produz discursos que formam uma grade complexa que traduz o poder do qual se deseja apoderar. Esta pesquisa, inspirando-se num trabalho genealógico, tentou apontar alguns conjuntos de práticas que, ao longo da história, foram capazes de produzir séries de discursos e regimes de verdades sobre educação e sexualidade. Pudemos observar os interesses políticos, tanto de movimentos sociais como do Estado e como os dispositivos da sexualidade se dinamizam e podem, tanto causar rupturas das normas, como funcionar como recursos biopolíticos. Partimos do movimento Higienista, no início do séc. XX, para pensarmos as relações do Estado com o controle dos corpos. Constatamos que nesse período a escola e a infância tornam-se um dos principais locus de higienização. A instituição escolar se consolida como um ambiente regulado, controlado, saneado e normativo, com um explícito propósito de constituir sujeitos com hábitos privados vigilantes de si. A sexualidade era um assunto que deveria estar longe do ambiente escolar. Mais tarde, nos anos 60 e 70, vemos uma grande influência dos movimentos Feminista e Gay e Lésbico, na tentativa de se incluir a educação sexual nos currículos escolares. Vários esforços são feitos nesse sentido e algumas conquistas alcançadas, apesar de o assunto ainda ser tratado sob a ótica biomédica e com um forte moralismo cristão. Com o início da ditadura, essa questão fica esquecida, principalmente devido aos pareceres da Comissão Nacional de Moral e Civismo. A educação sexual volta a ser tema da agenda política somente após a redemocratização política e surgimento da AIDS no país, doença que obrigará a discussão da temática sexualidade em vários âmbitos da sociedade e que também fez surgir diversos movimentos sociais da sociedade civil de combate à doença e de cobrança ao Estado. A década de 90 é marcada por certo avanço nas políticas de educação sexual, tendo como marco a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os quais contemplam o tema Sexualidade como tema transversal. Considerações finais: A constatação de alguns pontos históricos sobre as políticas de educação sexual no Brasil e a relação destas com o Estado e a sociedade civil (Ong’s) possibilitou uma apreensão das linhas que atravessam os discursos da prática social na qual me inseri. Percebemos que uma prática pode estar vinculada ao Biopoder, no entanto, retomando Foucault, devemos lembrar que

---



não há poder sem resistência, sem liberdade e potencial de revolta. Neste sentido, ações como as do NEPS seguem num sentido de ruptura, subvertendo as estruturas normativas das relações de poder e da moral excludente de nossa sociedade.

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES SOBRE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS.** *Nilma Renildes da Silva* (nilmars@fc.unesp.br) (UNESP/Bauru); *Vera Maria de Souza Placco* (PUC/SP); *Eni de Fátima Martins* (PUC/SP). Apoio: FAPESP.

No presente trabalho apresentaremos aspectos relativos ao tema violência nas escolas, parte da pesquisa Representações Sociais de Professores sobre AIDS, Drogas, Violência nas Escolas e Prevenção. Para o levantamento dos dados, realizamos dois encontros com um Grupo Focal de professores do ensino médio de uma escola pública de São Paulo. No processo de análise e discussão dos resultados revelaram-se representações sociais da existência ou não da violência na escola pesquisada; conceito; tipos; explicação da causalidade; sentimentos diante da violência; enfrentamento da violência na escola; conseqüências da violência; vítimas e perpetradores da violência. A violência é vista como algo que fere que constrange alguém e é degradante ao ser humano, se restringindo, assim basicamente a sua forma física. Muitas vezes ao se discutir violência o conceito de agressão e indisciplina são tidos como correlatos, mas não são. O termo indisciplina se refere ao não cumprimento de regras e normas pré-estabelecidas. Violência é a aplicação de uma força excessiva a algo ou alguém; agressão é a violência dirigida contra alguém com o propósito de causar-lhe dano (Baró, 1997). Para o autor, diversos são os fatores constitutivos da violência: o ato que pode ser instrumental - um meio para atingir um fim ou formal - violência que se realiza por si mesma; o caráter particular de quem o pratica; o conjunto de valores e normas formais e informais que aceitam a violência como ato possível. A escola, ora vista como berço da violência, ora como abrigo, local seguro, tem aparecido nas representações populares e na mídia como caótica, abandonada pelas políticas públicas e espaço para disseminação de drogas, violência etc. Parece-nos que é difícil para os entrevistados assimilar esta contradição e parte deles não ancoraram uma representação que explicita a existência da violência dentro da escola. Para os que ancoraram quando a objetivam permanece a dificuldade de lidar com esse reconhecimento. Em relação aos tipos de violência nas escolas os participantes citam as físicas e verbais; a desobediência, a ofensa e o desacato ao professor; as atitudes de discriminação e ameaças com armas. A coação sofrida pelo professor, que o impele a buscar outros espaços de trabalho, ou ter que trabalhar vários períodos por um salário melhor é visto como violento. As indicações do Estatuto da Criança e do Adolescente e sua conseqüente aplicação aparecem como violência para com o professor "(...) por não poderem estar tomando determinadas atitudes por causa dessa legislação". A violência simbólica é lembrada quando o fato do "aluno ser aprovado sem saber" é visto como violência. Os participantes comentam apenas conseqüências da violência para sua vida cotidiana (estresse e outros problemas de saúde) e não abordam as referentes à vida dos alunos e à prática pedagógica. Como vítimas citam alunos e professores, e como perpetradores, em geral, os alunos. As explicações para as causas são centradas nos indivíduos (ora visto como adquirida no meio social em que vive o sujeito), nas suas famílias (os pais não têm autoridade frente aos filhos ou ainda o autoritarismo dos pais), no contexto social (um problema social que está refletindo na escola e não o contrário). Os professores também apontam como causa a relação dos adolescentes com os adultos, seja pela forma destes se colocarem frente às situações, seja pela compreensão de que buscam nos adultos um limite para suas ações impetuosas. A mídia é lembrada por comentários como "ela

ocupa muito do nosso tempo/da nossa sociedade, ela passa muita desgraça?”. Ao analisar os determinantes da violência, identificam-se explicações simplistas de causalidade da violência, seja no sujeito, seja no sistema social, dificulta-se a compreensão do sujeito como participante na construção social da qual emergem fenômenos como a violência e, conseqüentemente, a possibilidade de engajamento em atividades que visem superá-los. Os sentimentos apontados em relação ao fenômeno são medo, pavor e frustração. Quanto às formas de enfrentamento da violência pelos professores, foram identificadas as categorias: atividade didática com o objetivo de usar o conteúdo da mídia para análise; atividade didática realizada em equipe, em que alunos cooperam uns com os outros; não enfrentamento da situação de violência delegando para outros profissionais; despreparo tanto dos professores como da escola para enfrentar a violência. Os dados desta pesquisa nos possibilitaram conhecer o que os professores pensam, sentem, e como enfrentam a violência nas escolas e sua análise nos oferecem subsídios que abrem possibilidades para realizarmos um plano de ação para o enfrentamento da violência nas escolas, no sentido de subsidiar os professores para que possam desenvolver dentro de suas possibilidades ações educativas que possam contribuir na construção de relações sociais, nas quais a violência possa ser superada.

## **EIXO TEMÁTICO**

### **“Psicologia Social: Reflexões Teóricas, Epistemológicas, Metodológicas e Históricas”**

**A PSICOLOGIA SOCIAL E A ECONOMIA POLÍTICA.** *Terezinha Martins dos Santos Souza* (tecabaiana2004@yahoo.com.br). UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA.

A Abrapso - enquanto construção coletiva que recebeu contribuições fundamentais do campo do conhecimento científico denominado marxismo - surge ancorada no materialismo histórico-dialético. Decorridos 28 anos de sua fundação, trata-se agora de analisar como se dá a relação da Abrapso com a Economia Política. A análise foi realizada tomando como referência os números publicados a partir de 2003 pela Revista da Abrapso, quando a mesma passou a ser indexada pelo Scielo Brasil. Procurou-se verificar como e o quanto destes títulos lançam mão das categorias da ciência da Economia Política, ciência esta tomada como o estudo das leis sociais que regulam a produção e a distribuição dos meios materiais. São estes meios que permitem a satisfação das necessidades dos seres humanos, historicamente determinadas. O objeto da Economia Política não é simplesmente a produção, mas as relações sociais existentes entre os seres humanos na mesma, ou seja, sua estrutura social. O critério utilizado para a análise foi a presença de algumas das seguintes palavras-chave nos textos: Marxismo, materialismo histórico-dialético, economia política, revolução, luta de classes, trabalho, mais valia, teoria do valor-trabalho, sociedade burguesa, capital, exploração do trabalho, ser social, práxis, forças produtivas, relações de produção e modos de produção, divisão social do trabalho, fetichismo, alienação, ideologia. Procedeu-se a leitura dos resumos e palavras-chave dos artigos. Nos casos em que tal procedimento não se mostrou suficiente, efetuou-se a leitura do artigo. Tendo persistido a não identificação teórica, analisou-se a bibliografia adotada e sua relação com o referido texto. O marxismo sofre oposições nos

---

âmbitos teóricos, políticos e ideológicos da vida social por conter em seus postulados uma visão de mundo que propõe, além do movimento, a ruptura e por enfatizar a gênese da exploração, vinculando a discussão da opressão aos interesses econômicos de cada forma histórica em que ela se constitui. A utilização da teoria marxista permite analisar as complexas relações entre fenômeno psicológico e as determinações do capitalismo que sobre ele incidem, evitando-se, ao mesmo tempo, o idealismo hipostasiante e o mecanicismo paralisante. A concepção teórica de Marx repousa sobre três pilares (NETTO, 1990): “1 – O método dialético – concepção, segundo a qual, o ser social é processualidade: autoestruturada e dinamizada por vetores críticos de suas contradições imanentes. 2 – A teoria do valor-trabalho – é nela que está a raiz marxiana da apreciação da ordem burguesa. Seu elemento fundamental de análise é o caráter explorador da ordem burguesa: é da teoria do valor trabalho que se extrai a teoria da mais-valia. 3 – A perspectiva da revolução – O traço histórico desta perspectiva não tem nada a ver com a idéia de um processo histórico, com um devir necessário e obrigatório. O movimento histórico tem como limite a ordem burguesa é a possibilidade de revolução: é a possibilidade dessa ordem ser subvertida a partir de dentro. É uma possibilidade inscrita no processo de desenvolvimento desta ordem.” Foram analisados dezessete números, nos quais evidenciou-se uma pequena quantidade de autores pertencentes ao campo teórico marxista. Mesmo nos textos de autores/as identificados/as como marxistas, não se encontrou o uso das palavras-chave centrais da Economia Política. Alerta-se para o fato de que tal produção teórica, ao abrir mão dos conceitos da Economia Política, corre o risco de construir uma psicologia que enfatiza a dialética e despreza o materialismo histórico. A relação entre formas opressivas e fenômeno psicológico não é abordada apenas pelos/as teóricos/as marxistas, porém existem diferenças fundamentais tanto na forma de conceber essa opressão, como na forma de enfrentá-la. Para Netto, o termo opressão é empregado e aceito pelo status quo porque sua utilização permite a denúncia de situações desumanizadoras sem que se toque na questão central da desigualdade: a exploração da força de trabalho. Colocadas em termos antípodas, as pesquisas se tornam necessariamente parciais, não rompendo com a particularidade, já que dela partem e para ela retornam. Para o materialismo histórico-dialético, como método de conhecimento, parte-se do geral em direção ao particular retornando-se, novamente, ao geral. Uma das características do método, a análise do complexo como síntese de múltiplas determinações, evidencia que a análise da opressão é essencial, não como desvio do conhecimento da exploração, mas como uma mediação central na construção e validação desta. O materialismo histórico-dialético na Psicologia Social permite uma análise do fenômeno psicológico que não hipostasia a opressão nem a menospreza, utilizando a dialética para conhecer as complexas relações entre exploração de classe, dominação/opressão humana e o fenômeno psicológico. A análise realizada aponta que, nos textos escolhidos, o marxismo é utilizado como referência histórica cristalizada no tempo, mas não como arsenal heurístico para análise da realidade.

**A PSICOLOGIA SOCIAL DA ESCOLA DE SÃO PAULO: O MURO DE BERLIM, A LUTA DE CLASSES E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.** *Bruno Peixoto Carvalho* (pcarvalhobruno@msn.com).

A Psicologia Social introduzida por Lane e colaboradores na década de 1980 marcou as discussões acerca do compromisso da psicologia com a transformação social, realizando uma incisiva crítica, balizada no materialismo histórico-dialético, à Psicologia Social Cognitiva, tendo expressão máxima no lançamento de Psicologia Social: o homem em movimento. A

---

Abrapso surge em 1980 como associação nacional dos psicólogos sociais brasileiros, objetivando contrapor-se à Associação Latino Americana de Psicologia (positivista), expressão concreta do trabalho e militância de psicólogos brasileiros, com ênfase para o movimento teórico liderado por Lane, denominado Escola de São Paulo. Este trabalho busca analisar, partindo da teoria marxista, de que forma a relação entre revolução social, lutas de classes e as experiências realizadas em nome do socialismo, foi abordada por aquela escola. Para Marx não se pode analisar os seres humanos pelo que eles dizem de si. Desta forma, analisa-se a Escola de São Paulo não a partir do que ela afirma sobre si mesma, mas tomando o materialismo histórico-dialético como fundamento analítico externo à tal escola – posto que existe antes e para além da Escola de São Paulo. Os textos analisados são os que pertencem a autores que representam a perspectiva da Escola de São Paulo, tratavam do compromisso social da Psicologia ou desta e a transformação social da realidade. A análise realizada aponta para o fato de que, nos textos, a derrocada das experiências socialistas é apresentada como argumento para negar determinadas premissas do marxismo - como a revolução social - sem que tais análises utilizassem a Economia Política como fundamento. A revolução social em Marx é o desfecho que pode resolver a luta de classes, e para negar a revolução social ou dar-lhe aparência mais palatável é fundamental que alguma modificação se opere na compreensão da luta de classes, e disto parece ter se ocupado Lane. A luta de classes aparece em sua obra de duas formas: ora como expressão da contradição fundamental da sociedade capitalista, e posteriormente como aspecto da realidade que é negado. Por sua vez, Furtado nega a construção de uma psicologia social classista dos trabalhadores, mas afirma “romper com uma psicologia que tem sido classista de outra forma”. Posiciona-se assim como os socialistas utópicos, os quais Marx criticara por julgarem-se acima das classes. Lane negou abertamente a luta de classes, mas os demais autores da Escola de São Paulo, se não o fizeram abertamente, não a evidenciaram. Luta de classes não é uma idéia que brotou do fecundo cérebro de Marx, mas uma relação social, categoria que nasce com os socialistas utópicos franceses, os quais ele combateu ferrenhamente. Marx apenas a situa na base material da sociedade, na divisão social do trabalho, na divisão entre produtores e possuidores dos meios de produção. Lane aponta que as revoluções comunistas não resolveram os grandes problemas da humanidade. Tais argumentos tomam tais experiências como se fossem a aplicação da teoria marxista em sua inteireza e as condições objetivas sob as quais situavam-se tais experiências não são levadas em consideração. Marx escreveu sobre o capital e propôs a sua superação, apenas tangenciando a forma como esta nova sociedade constitui-se. Bock, em 1993, afirmava que a psicologia precisava de um projeto de transformação social; em 2008 não comparece nos trabalhos da autora qualquer esboço de tal projeto, e as referências a ele aparecem com termos como “sociedade mais justa”, “fim das desigualdades sociais”, “compromisso social”, sem explicitar seu caráter, se esta é uma sociedade sem classes ou não. Lane, mesmo sem precisar o caráter desta transformação social, afirma que não será uma revolução armada, mas uma “revolução ética”, advogando que à transformação dos valores suceda uma transformação da realidade, de forma idealista, ao contrário do que alertava Marx na “Ideologia Alemã”. E se, o princípio segundo o qual a consciência não determina o ser social, mas o contrário, serve para explicar e compreender o ser humano concreto, já não serve para esboçar o caráter da transformação social que advoga a Escola de São Paulo. Tal escola introduziu importantes elementos para uma crítica da psicologia social, mas, enquanto constroi-se e consolida-se como um movimento progressista, abandona importantes elementos do materialismo histórico-dialético, ao qual afirma afiliar-se: a análise concreta da realidade concreta, a luta de classes e a revolução proletária. É fundamental fazer a crítica da

---

apropriação indevida de construtos teóricos por uma psicologia que se pretende a transformar o real. E se a psicologia precisa construir o seu próprio “Capital”, como apontara Vigotski, a Psicologia Social brasileira não terá seu próprio capital conquanto não retorne a “O Capital” de Marx e leve seu legado teórico-político às necessárias consequências.

**IDENTIDADE: TRÊS DÉCADAS DE CONTRIBUIÇÕES PARA A PSICOLOGIA SOCIAL BRASILEIRA.** *Wilson José Alves Pedro* (wilsonjosealvespedro@ig.com.br); \_ (Centro Universitário de Araraquara – UNIARA); *Márcia N. Ogata* (UFSCAR).

Pensar a Psicologia Social contemporânea implica pensar a diversidade de correntes, sua perspectiva histórica, os desafios da indissociabilidade teórica e metodológica. O presente trabalho propõe refletir especificidades da categoria identidade através da perspectiva desenvolvida pelo Prof. Dr. Antonio da Costa Ciampa, resgatando alguns de seus pressupostos epistemológicos, elementos conceituais, teóricos e metodológicos das recentes produções brasileiras. O que ora se propõe transcende ao nosso processo de capacitação ao nível de Pós-graduação, junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, da PUC/SP, inserindo-nos enquanto novos atores/produtores; que cotidianamente no percurso de nossa prática de professor-pesquisador, que tem encontrado na psicologia social fértil campo de ação e produção, e na identidade uma sustentação para a sistematização da nossa práxis. Centrados na realidade brasileira, ainda em meados do século XXI, entre os paradoxos da globalização e desafiado pelo enfrentamento cotidiano de ações e intervenções locais, certamente muito se tem para descobrir e desvelar (particularmente sobre as questões de “identidade”). Para melhor contextualizarmos, é preciso destacar que nas últimas décadas o Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC/SP desenvolveu grandes linhas de pesquisas: 1) análise crítica das categorias presentes na Psicologia Social; aportes da psicologia social na compreensão dos problemas sociais. É dentro deste contexto que a Identidade tem sido refletida e produzida e neste momento passamos a comentá-la. Procurando superar a visão dicotômica, fragmentada que se tem do ser humano e compreendê-lo em sua totalidade, a Identidade, enquanto uma categoria científica, ocupa hoje um locus privilegiado na psicologia social brasileira contemporânea. Captando não apenas a igualdade do sujeito - pois em sua etimologia - *identitate* (do latim escolástico) é a qualidade de idêntico; inúmeros são os estudos, que visam apreender a identidade em sentido amplo: as “metamorfoses humanas”, a diferença, a singularidade. Vamos, portanto, nos empenhar para explicitar o que é que compreendemos por “identidade”. Para a psicologia social, a Identidade representa e engendra sentimentos que o indivíduo desenvolve a respeito de si e que é construída socialmente, a partir de seus dados pessoais, sua história de vida e seus atributos (conferidos por si mesmo e pelas outras pessoas), acompanhando o movimento deste no mundo social. Nesta perspectiva, constata-se que as origens desta categoria a partir de fins dos anos setenta (1977, data da defesa de Mestrado do Prof. Dr. Antonio da Costa Ciampa) e início dos anos oitenta, um momento de profundas reflexões teóricas e metodológicas, denominado “crise da psicologia social”. Questionando-se a práxis dos conhecimentos produzidos pela psicologia, diante da conjuntura sócio-histórica e política do Brasil, agregado às influências de estudos de Marx, dos vários marxistas e outros liberais, as produções da psicologia social apontam uma significativa alteração epistemológica tendo em vista a construção de uma “psicologia crítica”. Contemplando avanços teóricos e práticos na área da psicologia social, a Identidade, tem seus estudos preliminares realizados através do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São

---

Paulo, particularmente na dissertação de mestrado do Prof. Antonio da Costa Ciampa, quando pesquisa sobre o tema "A Identidade Social e suas relações com a ideologia". Posteriormente na tese de doutoramento do Prof. Antonio da Costa Ciampa, intitulada "A Estória do Severino e A História da Severina - Um Ensaio de Psicologia Social" (1993), a categoria Identidade é discutida a partir das influências do materialismo histórico de Hegel, Marx e Habermas, mostrando a sua complexidade. Ao lado das categorias Atividade e Consciência, a categoria Identidade firma-se como eixo central de estudos e pesquisas da Psicologia Social brasileira. Desde então, os estudos sobre identidade, configuram uma linha de pesquisa cadastrada no CNPq denominada "Identidade Social e Metamorfose Humana", com os seguintes objetivos: 1. Desenvolver fundamentos conceituais, metodológicos e históricos para elaborar uma proposta teórica a respeito da identidade humana como metamorfose; 2. Analisar as condições e possibilidades de desumanização no mundo contemporâneo, discutindo-as de forma prospectiva e considerando aspectos tanto emancipatórios quanto regulatórios; 3. Estudar personagens sociais que, num contexto social e histórico, constituem-se como referenciais identificatórios, analisando processos de construção e mudança de identidades sociais caracterizadas como definidoras de - e definidas por - categorias sociais; 4. Examinar produções simbólicas (cosmogonias, universos simbólicos, ideologias, discursos, narrativas, etc) que se expressam como políticas de identidade, apresentadas normativamente como discursos científicos, éticos, estéticos, jurídicos, teológicos, técnicos, etc. Observa-se ainda que outras frentes de pesquisa e investigação avançam também nesta perspectiva, apropriando-se destas contribuições e ampliando as fronteiras do conhecimento. Trata-se de elucidar fundamentalmente os trabalhos que estamos iniciando sistematizações junto ao NIEPGP – Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Gestão de Pessoas, Políticas e Práticas de Saúde e Ciência, Tecnologia e Sociedade: três grupos de pesquisas cadastrados no CNPq e que também estão desenvolvendo investigações com aportes teórico-metodológicos psicossociais, inclusive da identidade.

**PRINCÍPIOS PARA UMA PSICOPATOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL.** *Sandro Henrique Vieira de Almeida* (sandroalmeida1@yahoo.com.br); *Flávia Gonçalves da Silva* (FUNEPE/Penápolis); *Nilson Berencheim Netto* (PUC-SP). Apoio: CAPES

A psicologia social brasileira vem investigando e propondo práticas em saúde mental que se contraponham ao modelo médico de psicopatologia que fragmentam o indivíduo, priorizando a dimensão curativa e preventiva na intervenção, em detrimento da promoção de saúde. No entanto, entende-se que estas propostas, apesar de avançadas na proposição de modelos alternativos de práticas e reflexões teóricas, ainda carecem de um modelo teórico-prático de psicopatologia que efetivamente promova o desenvolvimento mais pleno da autonomia dos indivíduos, compreendendo-os em sua historicidade e totalidade, considerando a formação do psiquismo a partir das relações concretas que os indivíduos estabelecem com a realidade por meio de sua atividade, em que produzem e reproduzem suas condições materiais de existência, seus pensamentos e sentimentos. Assim, é preciso uma psicologia que compreenda a psicopatologia como o estudo do desenvolvimento da desagregação do psiquismo, não como seu aspecto negativo, e sim como a formação de uma nova estrutura psíquica (que segue as mesmas leis de desenvolvimento que o psiquismo dito normal). Pode-se falar em uma modificação psicopatológica quando sob o influxo da psicopatologia diminuem os interesses da pessoa, se apequenam suas necessidades, permanece indiferente ante as coisas

---

que antes lhe inquietavam, deixa de regular seu comportamento, não pode valorar adequadamente suas capacidades, modifica sua atitude consigo mesmo e com o mundo que a cerca. Entendida dessa forma, a superação da psicopatologia será por meio de uma nova estruturação psíquica, a partir das condições histórico-sociais que determinaram o desenvolvimento psicopatológico do sujeito, assim como a dinâmica do próprio psiquismo. A teoria que permite tal compreensão é a histórico-cultural, cujas categorias atividade, consciência e personalidade fundamentam o desenvolvimento do psiquismo. A atividade estrutura-se hierarquicamente por necessidades, motivos e finalidades, ações e operações. Já a consciência é constituída pelo conteúdo sensível, significado e sentido pessoal e a personalidade se caracteriza como um processo resultante de relações entre as condições objetivas e subjetivas do indivíduo, que, inserido numa sociedade, singulariza-se e diferencia-se ao ponto de ser único. Assim, tem-se que as psicopatologias com freqüência conduzem não somente à desagregação dos processos já formados de motivos e necessidades, senão também à formação de novos motivos (ainda que patologicamente constituídos) e à aparição de novas propriedades e características da personalidade. Com a mudança da hierarquia de motivos e fins das atividades, há completa (re)organização do conteúdo das estruturas da atividade, consciência e personalidade podendo haver mudanças nesta hierarquia de motivos. Estas mudanças podem ter uma diversidade de origens e, assim, faz-se relevante analisar o histórico clínico do sujeito, visto que este pode auxiliar a entender a formação de uma necessidade patologicamente modificada, a alteração na hierarquia dos motivos e compreender a relação estabelecida entre os sentidos e significados da realidade para o indivíduo. Esta mudança hierárquica e o surgimento de novas necessidades modificam a estrutura da atividade, alterando a formação da consciência e da personalidade. A relação sentido/significado também se modifica, caracterizando-se agora por serem opostos (estrutura psicológica da alienação). No processo de diagnóstico/intervenção o psicólogo busca investigar e identificar as estruturas da atividade e consciência e a que situações históricas estão condicionadas, e assim elaborar estratégias que propiciem condições para o sujeito conhecer a realidade em que vive e a hierarquia de motivos e fins de sua atividade. Desta forma, é possível elaborar um conjunto de ações que possibilitarão mudanças nas estruturas da atividade, modificando as relações deste indivíduo com o mundo e os elementos constitutivos do conteúdo sensível. Estes sendo modificados, haverá alteração dos sentidos e significados, transformando a própria consciência. Assim, surgirão condições maiores para intensificar a modificação das necessidades e finalidades orientadoras da atividade, promovendo o desenvolvimento de uma nova estrutura de psiquismo, sendo a formação da autoconsciência e autonomia manifestadas explicitamente na auto-avaliação, aspecto fundamental na formação desse processo. Observa-se que estes são alguns apontamentos introdutórios sobre a formação de uma teoria psicopatológica referendada pela psicologia histórico-cultural, sendo necessárias ainda reflexões e práticas para sua melhor estruturação.

**A REPRODUÇÃO DA IDEOLOGIA CAPITALISTA NO DISCURSO DOS FIÉIS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS.** *Juliana Peixoto Pizano* (ju.pizano@gmail.com); *Marcelo Bosch Benetti dos Santos*; *Priscila Sayuri Oliveira Fukuda*; *Rodolfo Ribeiro Dib*; *Rômulo Rodrigues Violante*. UNESP – Bauru.

O Brasil é um dos países com maior número de evangélicos do mundo e este número vem crescendo anualmente. O termo “evangélico” é sinônimo de protestante e abarca três igrejas diferentes, dentre elas as neopentecostais, da qual faz parte a Universal do Reino de Deus. Os

pertencentes às igrejas neopentecostais são em maioria mulheres, negros e pobres, com baixa escolaridade e baixa renda, segundo o IBGE. Cerca de 99% deles afirmam que a fé é muito importante para o sucesso econômico e 89% afirmam que Deus premia com saúde e prosperidade os que nele acreditam. Marx afirma que a alienação religiosa é gerada pela alienação econômica - mediante um quadro de degradação, de alienação e de perda da humanização, nada resta ao homem além de projetar seus anseios num Deus repleto de valores; transformando a relação do homem com a religião em uma relação de dominação. As religiões alienariam os sujeitos e justificariam sua exploração econômica à vontade de um Deus, garantindo os interesses dos dominantes e mantendo o status quo. A crítica de Marx à religião não reflete integralmente a realidade das igrejas neopentecostais. Essas difundem a idéia de que seus fiéis devem ter uma vida de riqueza e consideram a pobreza uma maldição. O discurso religioso da IURD reproduz o discurso capitalista de que as condições de enriquecimento estão postas para todos, bastando buscá-las. Mediante esse discurso há a inserção de uma ideologia de consumo entre os fiéis, de tal forma que o sucesso financeiro e a ascensão social tornam-se bênçãos divinas. Em última análise, os fiéis passam a consumir a própria religião como mercadoria, e a partir daí a religião não mais serve ao fiel, mas o contrário faz-se verdadeiro. Para Lane (1994), a Ideologia se manifesta através de representações que o indivíduo elabora sobre o Homem, a Sociedade, a Realidade. A linguagem é o veículo desse conjunto de representações, significados e valores existentes numa sociedade. Uma análise da ideologia deve considerar tanto o discurso onde são articuladas as representações como as atividades desenvolvidas pelo indivíduo. Objetivos: Analisar e discutir os depoimentos dos fiéis da IURD a fim de verificar como se dá a reprodução da ideologia capitalista nestes discursos. Pretende-se ainda compreender quais forças sociais e religiosas estão na retaguarda do discurso mantido pela igreja e, a partir da fala dos fiéis, como esse discurso influencia a construção da percepção da realidade dos mesmos. Para a realização do projeto foram utilizados onze depoimentos de fiéis, disponibilizados no site da Igreja Universal, que ilustram “transformações” nos diversos âmbitos de suas vidas (financeiro, saúde, relacionamentos interpessoais e outros). Os depoimentos foram separados em cinco categorias de análise: conquistas materiais, dízimos e doação de bens enquanto fidelidade a Deus, dívidas superadas, prosperidade e transformação. Observa-se que todos os discursos são pautados na “transformação” de vida e ascensão financeira. A “transformação” a qual os fiéis se reportam constitui-se numa adequação ao sistema capitalista. Desta forma, a ideologia capitalista propõe uma naturalização de condições que são, na verdade, construídas historicamente nas relações objetivas entre os homens, o que nos remete ao conceito de alienação descrito por Lane (1994). A ascensão é atribuída a uma força divina, excluindo-se o caráter do trabalho humano nesse processo. Segundo Mariano (1998), a igreja é responsável por moldar as crenças dos seus frequentadores e construir uma visão de mundo enviesada. Afirma-se uma prática na Universal de reprimir qualquer questionamento que suscite dúvidas a respeito das práticas religiosas e administrativas da igreja, “A dúvida é do Diabo”, alegam os pastores. O bom fiel deve obedecer, ofertar, evangelizar, enfim, fazer o que ordena o pastor. Dessa forma, a Igreja Universal inova em matéria de comportamento religioso. Percebe-se que ela atua com práticas semelhantes à uma empresa capitalista, transformando a religião em fonte de lucro e enriquecimento pessoal. Percebe-se que a Igreja Universal explora o sofrimento, a doença, as precárias condições de vida e exige a doação do dízimo como forma de fidelidade. De modo geral, pode-se dizer que qualquer religião é fonte de conforto espiritual e soluções simbólicas para as angústias. Se não oferecessem respostas para problemas que afligem os homens simplesmente não fariam sentido, nem teriam o menor

---



apelo. Entretanto, observa-se hoje uma nova prática entre as igrejas neopentecostais, que implica na exigência do pagamento de dízimo ou doação de bens materiais. Pode-se dizer que a religião torna-se “privada”, haja vista que, é preciso pagar para fazer parte dela, conforme Mariano (1998). Portanto, retomando as idéias de Marx, apenas a crítica à religião não é o bastante para a superação do processo de alienação – a crítica deve ser direcionada ao modo de produção capitalista que propicia condições para a necessidade da religião, nada mais cabe aos homens, imersos num mundo alienado, senão recorrer à forças divinas para aliviar o sofrimento humano.

### **OS ALICERCES METATEÓRICOS DA TEORIA SOCIAL DE JOHN B. THOMPSON.** *Felipe Tavares Paes Lopes* (ftlpopes@yahoo.com.br). CNPQ.

Desde o início dos anos noventa, a teoria social de John B. Thompson vem se destacando como poderoso instrumento científico para a análise da relação entre a ideologia e os meios de comunicação de massa, servindo de base analítica para diversas pesquisas em psicologia social e outros campos do conhecimento. Diante disso, parece ser oportuno o desenvolvimento de novas reflexões que tomem esse modelo teórico como objeto de investigação. Na presente pesquisa, descrevemos e analisamos os pressupostos metateóricos que embasam esse modelo, entendendo por pressupostos metateóricos tudo aquilo que transcende, ou melhor, que é pressuposto pela teoria. Para realizar tal descrição e análise, fizemos uso das reflexões de Burrell e Morgan (1979) sobre metateoria. De acordo com estes autores, são dois os conjuntos de pressupostos que embasam uma teoria social: o daqueles que dizem respeito à natureza das ciências sociais – pressupostos ontológicos, epistemológicos, acerca da natureza humana e metodológicos – e o daqueles que dizem respeito à natureza da sociedade. Ambos os conjuntos, de acordo com eles, podem ser divididos em duas perspectivas amplas e polarizadas. Em relação ao primeiro grupo, temos, de um lado, a perspectiva objetivista, que parte de uma ontologia realista, de uma epistemologia positivista, de uma natureza humana determinista e de uma metodologia nomotética. Temos, de outro, a perspectiva subjetivista, que parte de uma ontologia nominalista, de uma epistemologia anti-positivista, de uma natureza humana voluntarista e de uma metodologia ideográfica. Como pudemos verificar, a teoria social de Thompson se enquadra nessa segunda perspectiva. Prova disso é que ela se filia, em grande medida, à tradição hermenêutica – fazendo, conseqüentemente, do processo de interpretação seu principal instrumento de análise e da busca pela compreensão das intenções e significações das formas simbólicas seu principal objetivo. Outra prova disso é que ela também assume uma perspectiva de receptor crítico, compreendendo, conseqüentemente, o processo de apropriação de uma mensagem como um processo ativo e potencialmente crítico. Em relação ao segundo grupo, temos, de um lado, a perspectiva da “sociologia da regulação”, que se centra na explicação da ordem e do equilíbrio social. Temos, de outro, a perspectiva da “sociologia da mudança radical”, mais preocupada com os problemas da mudança, do conflito e da coerção. Para a primeira, o conflito é visto como o produto de desequilíbrios da sociedade. Uma espécie de “patologia social”. Já para a segunda, o conflito é visto como inerente à própria sociedade. Algo intrínseco à sua estrutura. O motor de toda transformação. Uma possibilidade de emancipação. Diante dessas diferenças, Burrell e Morgan (1979) observam que o enfoque dessas duas perspectivas é bastante distinto. A primeira, uma vez que enxerga no conflito o produto de desequilíbrios da sociedade, focaliza a necessidade da compreensão de como a sociedade pode manter-se coesa. Preocupa-se, portanto, com as

---

forças sociais que a impedem de se esfacelar. A segunda, uma vez que vê o conflito como parte constituinte da própria natureza da sociedade, focaliza a necessidade de se explicar como se dão esses conflitos. Como eles estabelecem e sustentam contradições e modos de dominação. Como pudemos verificar, as preocupações de Thompson giram em torno dessa segunda posição. Prova disso é que, em “Ideologia e Cultura Moderna” (1995), ao elaborar sua conceituação de ideologia para analisar o impacto do desenvolvimento dos meios de comunicação no mundo moderno, ele recorre à tradição de concepções críticas de ideologia. Com isso, não apenas combate a neutralização do termo, mas também traz para suas análises uma discussão central para a compreensão dos modos de dominação no mundo moderno: a do entrecruzamento entre sentido e poder. Conseqüentemente, põe no centro de suas análises uma preocupação característica daqueles que adotam uma perspectiva de sociedade que coloca o conflito como algo estrutural e a mudança como uma possibilidade de emancipação do ser humano.

**BIBLIOMETRIA E ANÁLISE DE REDES SOCIAIS: POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS PARA A PSICOLOGIA SOCIAL DA CIÊNCIA.** *Mariana Prioli Cordeiro* (mpriolicordeiro@hotmail.com); *Felipe Tavares Paes Lopes*. USP. Apoio: CNPQ.

A ciência é um fazer coletivo, do qual participam pesquisadores, “chefes de laboratório”, instituições, agências de fomento etc. E as citações constituem um dos importantes aspectos que evidenciam esse caráter social da ciência. Um pesquisador reporta-se a textos anteriores para fortalecer seus argumentos, arremeter aliados para o posicionamento que assume em seu trabalho e mostrar que participa dos debates de uma disciplina. Desde a década de 1960, a análise de citações vem sendo um dos indicadores mais utilizados pela bibliometria para medir o impacto de uma revista ou de um autor no campo científico. Esse tipo de análise também é bastante utilizado para estudar o grau de envelhecimento ou de obsolescência da literatura científica, ou ainda, para conhecer “colégios invisíveis” – grupos de profissionais ou especialistas que se citam entre si. Diversas pesquisas que analisam “colégios invisíveis” utilizam matrizes de citação, construídas a partir de técnicas bibliométricas, para alimentar programas de análise de rede sociais. Esses programas permitem visualizar graficamente as relações entre os diversos atores de uma determinada disciplina científica. Em outras palavras, esses programas permitem visualizar as redes de colaboração entre pesquisadores (redes de co-autoria), as redes de citação e co-citação e as comunidades teórico-temáticas de uma área do conhecimento. Neste trabalho, buscamos discutir as contribuições e limitações da bibliometria e da Análise de Redes Sociais (ARS) para a psicologia social da ciência. A partir da análise de pesquisas realizadas sob esse enfoque – como, por exemplo, o estudo de Iniguez e colaboradores sobre a psicologia social espanhola – pudemos concluir que as técnicas bibliométricas e de ARS podem ser bastante úteis para colocar em prática uma proposta crítica da psicologia social da ciência. Elas podem, por exemplo, ajudar a compreender as relações de poder de um campo científico por meio da identificação de seus autores e instituições dominantes. E ao mostrar que a ciência é um espaço permeado de relações de poder (ou de dominação), as técnicas bibliométricas e de ARS acabam, também, por desmistificar a idéia de ciência como algo que está “acima do bem e do mal” e por mostrar que ela possui aspectos comuns a todos os tipos de práticas. Assim como o mercado de trabalho, a arte, o ensino superior etc., a ciência é constituída por relações de poder. Em todos esses campos, os que estão na posição de dominantes tendem a lutar para manter essa posição, enquanto que os dominados tendem a lutar pela sua subversão. Além disso, a ARS é

---

um poderoso instrumento para mostrar o caráter coletivo da ciência, pois ela nos permite identificar os colégios invisíveis e representar graficamente as relações existentes entre os diferentes atores de uma disciplina científica. As análises de redes de autoria, de citação e de co-citação nos permitem entender o funcionamento de comunidades científicas, pois nos oferecem informações sobre a morfologia e a topografia das diferentes áreas de conhecimento, sobre a existência ou não de subgrupos fechados de pesquisa e sobre as relações entre pesquisadores de várias universidades ou países. Podemos dizer que usar técnicas bibliométricas e de ARS em uma perspectiva crítica implica, também, tomar os números derivados desses procedimentos como estratégias lingüísticas. Sendo assim, nessa perspectiva, os números não seriam compreendidos como representações diretas da realidade, mas como recursos lingüísticos utilizados para explicar, organizar e dar sentido ao mundo. Dessa forma, podemos concluir que a ARS e a bibliometria constituem importantes ferramentas metodológicas para a psicologia social da ciência. Em outras palavras, constituem importantes ferramentas metodológicas para uma psicologia que entende a ciência como um conjunto de complexas variáveis intra e interpessoais em interação com outras de tipo pessoal e situacional.

**AFETO E RECONHECIMENTO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS AUXILIARES PARA UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DA IDENTIDADE.** *Renato Ferreira de Souza* (rfspsi@ig.com.br). PUC-SP. Apoio: CNPQ.

Em nosso projeto de doutoramento, iniciado em 2007 pela PUC-SP, estamos desenvolvendo uma pesquisa sobre a identidade psicossocial do psicólogo servidor público atuante nos Centros de Referência a Assistência Social (CRAS). Diante das leituras e levantamentos bibliográficos identificamos a possibilidade de aproximação teórica entre dois conceitos da psicologia social crítica para a análise psicossocial da(s) identidade(s). Ambos os conceitos são encaminhados pelos Núcleos de Pesquisa da Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP, a saber, o Núcleo de Pesquisa Identidade-Metamorfose-Emancipação (NEPIM), coordenado pelo Professor Dr. Antonio da Costa Ciampa, do qual sou integrante e o Núcleo de Estudos Psicossociais da Dialética da Exclusão e Inclusão (NEXIN) coordenada pela Professora Dra. Bader Burihan Sawaia. Os conceitos de Reconhecimento social e Afeto se sobrepõem em complementaridade quando pensamos às questões relacionadas à problemática da identidade. Pelo que percebemos, em nossas leituras preliminares, o corpo teórico e metodológico desenvolvido pelo NEXIN, considera que o estudo da subjetividade e dos afetos é base para a ação política, já que essas categorias são construídas na relação dialética entre individualidade/coletividade; compreender a dialética exclusão/inclusão pela análise da afetividade possibilitaria à elaboração de uma práxis psicossocial voltada para a emancipação humana. Consoante a temática mencionada acima, as leituras propostas em nosso Núcleo de Pesquisa, NEPIM, trazem à pauta o conceito de Reconhecimento, proposto por Axel Honneth, autor que vem ganhando notoriedade em nossas discussões por sua aproximação epistêmica com os autores caros à proposta teórica de nosso Núcleo de Pesquisa. O autor através de seus estudos incidentes sobre as obras de Hegel, George Mead e Habermas, dentre outros, empenha sua crítica aos mecanismos de poder através da análise da luta pelo reconhecimento travada por determinadas categorias sociais. Para ele, a dinâmica da reprodução social, os conflitos e a transformação da sociedade poderiam ser mais bem explicados com base nos sentimentos de injustiça e desrespeito decorrentes da violação das pretensões de identidade individual e coletiva. Honneth vai examinar as precondições emocionais que torna possível ou

não a formação de sujeitos autônomos e livres, que podem intervir como tais na arena política. Apoiando-se em Hegel, preocupa-se com o processo de formação do sujeito autônomo. Disso decorre a importância da realidade afetiva e emocional, que se torna não apenas uma dimensão autônoma do reconhecimento, mas também o elemento fundamental em todo o processo intersubjetivo que envolve o reconhecimento social. O foco teórico vai atentar para as experiências afetivas do não-reconhecimento, levando à percepção de experiências difusas de sofrimento e humilhação, como a base de qualquer possibilidade de crítica e emancipação social. O conceito chave – reconhecimento social – tem a ver para Honneth com a construção de um vínculo teórico não apenas entre moralidade e razão, mas também entre moralidade e afetividade. Existe, e esse é o pressuposto mais importante de sua teoria, um pano de fundo moral, uma (gramática moral) compartilhada por todos os membros de uma sociedade, ainda que de forma não explicitada. Os sentimentos individuais de vergonha, raiva, ressentimento, desprezo, indignação ou remorso são os efeitos, na dimensão da consciência individual, advindos da não observância desse acordo muitas vezes silencioso e tácito. A emoção e a afetividade correlacionadas à questão do reconhecimento social demonstram ser conceitos que podem auxiliar as reflexões sobre a questão da Identidade, e com o intuito de aprofundarmos essas discussões propomos essa comunicação coordenada.

## **EIXO TEMÁTICO**

### **“Psicologia Social: Psicologia Política”**

**MOVIMENTO ESTUDANTIL E GÊNERO: UMA BREVE INTRODUÇÃO.** *Marcos Ribeiro Mesquita* (marcosmesquita@hotmail.com). UFAL. Apoio: CNPQ.

A temática juvenil conquistou importante espaço e destaque nos últimos anos. Sua visibilidade, em grande medida, é retomada pelo protagonismo de novos movimentos juvenis como os jovens da periferia, os militantes altermundistas, entre outros que, num cenário recente, mostram sua vitalidade. Com o surgimento destes novos atores ganham expressão também os movimentos juvenis clássicos, entre eles, o movimento estudantil, que volta à cena retomando seus clássicos discursos sobre política e educação, mas que também se adapta às novas demandas estudantis e incorpora outras pautas ligadas aos campos da cultura e da identidade. Neste trabalho, pretendemos estudar a participação de militantes estudantis em sua interface com a questão de gênero de modo a compreender as implicações deste diálogo na rearticulação do próprio movimento junto aos jovens. Também, queremos analisar as repercussões que essa relação produz na identidade coletiva de um movimento social – em contínua construção – cada vez mais preocupado em diversificar seus discursos e práticas. Para tanto, analisaremos dois grupos que, no interior do movimento estudantil, têm trazido esta temática para a militância: os grupos de estudantes feministas e os grupos de estudantes que debatem as questões GLBT. O primeiro coletivo – surgido da interlocução que as militantes estudantis estabeleceram com a Marcha Mundial das Mulheres – é a retomada de uma relação e trabalho já existente no movimento estudantil, mas que por muito tempo esteve desarticulado; o segundo, é a efetivação de uma primeira experiência que relaciona o universo estudantil às discussões da diversidade sexual, questão relativamente nova no que diz

---

respeito à força e visibilidade social. Recentes no cenário da militância estudantil, estes grupos incorporam bandeiras identitárias que ao se intercruzarem com as reivindicações clássicas dos estudantes transformam-se e dão novo significado à ação. O Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES) – em sua sexta edição este ano – e o Encontro de Mulheres Estudantes (EME), realizados por estes coletivos, são expressões desses novos espaços de participação que tem organizado diversos estudantes preocupados com dimensões da realidade estudantil, muitas vezes invisibilizadas e não consideradas pelo movimento estudantil clássico. Incorporando novas pautas e bandeiras, mas também novos formatos de organização e participação, estes coletivos levam para a experiência do fazer dos estudantes uma crítica frente à estrutura e à institucionalização da militância, nos últimos anos, percebida como distante da realidade estudantil. A horizontalidade e flexibilidade nas formas de representação, a diminuição das influências partidárias, a realização de um discurso menos tradicional, a forte interlocução com outros movimentos sociais e juvenis e a formação de redes de militância, são alguns tópicos importantes nesse processo de adesão dos estudantes a estes coletivos. Não sem resistências e dificuldades, estes coletivos persistem e permanecem no interior do movimento estudantil como mais uma das possibilidades de práxis para os estudantes; um campo de formação e socialização onde os mesmos podem efetivar seus desejos, contemplar suas demandas militantes e individuais, bem como, se apropriar de novas formas de fazer política. O cruzamento dessas experiências militantes parece trazer para o seio dos estudantes novas pautas de intervenção que se traduzem, entre outros, na criação de diferentes espaços de participação estudantil, contrapondo-se, de algum modo, às formas tradicionais, tão desgastadas na contemporaneidade.

**PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM PARANAPIACABA/SP.** *Thais Cabral Sanchez* (thais-cs@uol.com.br); *Alessandro Soares Silva* (EACH/USP). Apoio: CNPQ.

Este trabalho tem como tema “Participação Comunitária” e como objeto a comunidade da Vila de Paranapiacaba, situada na cidade de Santo André – SP. Busca verificar como os moradores da vila significam o turismo em sua vida cotidiana e quais impactos ele traz à estruturação da participação comunitária nos processos decisórios locais que estabelecem os rumos da vida política local. Para tanto, analisamos a relação entre a Prefeitura Municipal de Santo André (PMSA) e a comunidade local a partir de tópicos referentes à participação popular (SILVA, 2001). Nossa investigação deu-se na perspectiva psicossocial, pois para compreendermos os fenômenos relativos à participação é necessário atentarmos para as dinâmicas individuais e grupais (MORALES et al., 1998). A literatura mostrou que a comunidade local não participa ativamente da construção de políticas públicas de turismo da PMSA, apesar de haver instâncias e instrumentos formais para isso. As hipóteses para explicar a desmobilização local, foram três: 1. a comunidade passou por um processo de desarraigamento e esvaziamento durante o período de término das atividades da companhia ferroviária, o qual continuou no período seguinte; 2. a compra do terreno da ferrovia e o incentivo turístico que coordenou a retomada das atividades no local promoveu o retorno de parte da população que havia saído, mas trouxe um número significativo de pessoas que não possuíam quaisquer vínculos com o local e com o cotidiano local; 3. as diretrizes locais de turismo são desenhadas desde demandas construídas na sede do município e que não são capazes de fomentar espaços efetivos de mobilização local. Iniciamos a IC com a revisão da literatura e com uma coleta de dados secundários sobre a história e desenvolvimento da vila

---

(UVINHA, 2003). Com base nessa primeira fase, averiguamos nossas hipóteses mediante a realização de visitas sistemáticas à Paranapiacaba para observação da dinâmica local, as formas de exploração turística da vila e as formas participação da população local. Na seqüência, fizemos 11 entrevistas semi-estruturadas com moradores nos meses de maio a agosto de 2007. A partir das entrevistas, percebemos que a prefeitura propicia alguns espaços de participação para a comunidade, porém como o processo de compra da vila foi muito desgastante para os moradores, muitos deles estavam irregulares e foram despejados. Isso gerou tensão entre moradores e PMSA e um sentimento desmobilizador por medo de se sofrer algum tipo de represália ou mesmo despejo, pois ela é a proprietária das casas. Isso tem feito com que os moradores não vejam a PMSA com bons olhos e acabem por resistir a participar dos espaços de participação. Contudo, não há dúvidas de que a compra da vila pela PMSA melhorou a qualidade de vida dos moradores. Nessa fase da vida da vila, a renda cresceu, pois muitos passaram a trabalhar com turismo, apesar de ainda não é possível para se viver só dele, visto que é sazonal e a renda extraída dele não é suficiente. As lideranças comunitárias lutam para uma maior participação e intervenção da comunidade na construção de políticas públicas de turismo, mas existem tensões, pois são membros de conselhos de representantes da comunidade legitimados pela PMSA, que na hora de decidir domina e concentra o processo de tomada de decisão. Assim, consideramos que o turismo foi bom para os moradores da vila, mas o processo de relação entre estes e a prefeitura é marcado por relações centralizadoras e que não impulsionam a participação e o reconhecimento da atuação popular na governança local.

### **CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA O DESVELAMENTO DO DISCURSO CAPITALISTA E SUA RELAÇÃO COM O DESEJO E O GOZO.**

*Brendali Dias* (brendapsi@terra.com.br). PUC – SP.

Este trabalho propõe apresentar o projeto de mestrado desenvolvido no Núcleo de Estudos de Psicanálise e Sociedade da PUCSP, sob orientação do prof. Dr. Raul Albino Pacheco Filho, cujo objetivo é analisar o lugar do desejo na contemporaneidade e sua relação com o consumo. A pesquisa está sendo desenvolvida a partir da teoria psicanalítica freudo-lacaniana elaborada por Slavoj Žizek, que se utiliza da Psicanálise para propor uma teoria social e política. Žizek discute a questão do desejo singular do sujeito, discursando sobre como, a partir do desejo singular, é possível transformar o social de forma política. Segundo sua análise, o discurso capitalista tem servido para administrar o mundo e, concomitantemente, tem se esforçado para aprisionar os sujeitos na sociedade consumista do capitalismo. Em nossa pesquisa, problematizamos a questão do consumismo no capitalismo, procurando apontar como os sujeitos têm abraçado as ofertas do capitalismo por sentir-se acolhido pelo social, fazendo aquisições que na maioria das vezes não representam suas necessidades reais e nem mesmo desejos. Questionamos ainda, o uso das tecnologias que têm sido apresentadas como capazes de gerar um estado de completude, que por não ser nunca encontrada, tem conduzido os sujeitos a graves patologias, além de levar nosso planeta a uma falência cruel, galopante e desnecessária. Desse modo, com o trabalho propomos a apresentação da preocupação que Žizek traz em fazer emergir um posicionamento político do sujeito do capitalismo, contra um "discurso do impossível" que serve de instrumento de manutenção do capitalismo congelante e gozoso. Sobre a relação do consumismo com o gozo, este ocorre quando consumimos mercadorias por um imperativo externo de aceitação social, uma mercadoria que nos represente para sermos vistos como alguém muito mais pelo poder que

temos do que pelo que realmente somos, uma tentativa de aplacar nossa angústia. Desta forma, o sujeito adia o momento de lidar com a angústia, adiamento este, que conseqüentemente esconde o desejo singular do sujeito, assim, o sujeito abre mão de seu desejo singular permitindo que o sistema se sobreponha a este. A relação do consumismo com o desejo seria, ao contrário, poder pensar no que há de singular dentro de nós para não precisarmos sucumbir diante das infinitas ofertas criadas pelo capitalismo. Assim, neste projeto levantamos ainda outras questões: como seria possível o sujeito levantar outras possibilidades para além do discurso capitalista? Seria possível para ele escolher entre seus desejos singulares e não entre as infinitas ofertas do capital, produtos de gozo nesta lógica? Para Zizek, ao arriscar o impossível, o sujeito poderá se dar conta de sua parcela de responsabilidade na manutenção do sistema e ter aí uma chance de subversão. Porém, há uma grande dificuldade social em olhar para o próprio desejo, nossa pesquisa se aterá também a essa dificuldade. O discurso do capitalismo promete apenas dividir as sobras, mas torna-se sedutor a partir da propaganda. A psicanálise por outro lado, promete a falta, mas com ela, promete também que o sujeito pode desejar. A falta, que conta com o desejo, aborda uma opção singular para o sujeito, e é a partir dela que o sujeito pode subverter. A proposta de Zizek, em favor da subversão do sujeito e contra o discurso do impossível é “arriscar o impossível” para possibilitar linhas de fuga que apontem saídas da escravidão capitalista.

## EIXO TEMÁTICO

### “Psicologia Social: Direitos Humanos”

**“MEMÓRIA SE FAZ NA HISTÓRIA”:** UM ESTUDO DA IDENTIDADE DE METODISTAS MILITANTES SOCIAIS ORIENTADOS PELA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO. *Fernando César Paulino Pereira* (epifania.cps@gmail.com). Apoio: CAPES.

Esta pesquisa teve como foco principal a experiência religiosa de sujeitos que se autodefinem como protestantes metodistas e que se envolveram em movimentos sociais orientados pela Teologia da Libertação, com o objetivo de compreender o processo de formação e transformação da identidade humana como metamorfose que busca a emancipação. Na análise desses processos formativos também houve a preocupação de compreender os processos de integração desses sujeitos na sociedade, verificando as personagens encarnadas por eles como possíveis formas idiossincráticas de assumir papéis sociais em grupos, movimentos sociais e/ou organizações. Na medida em que tais papéis são afetados por políticas de identidade que definem expectativas de papéis, a luta pela emancipação não se fez sem a necessidade de articular possibilidades de superação com mecanismos de reposição de pressupostos que buscam estabelecer a reprodução de identidades coletivas convencionais. Com isso, a pretensão foi de contribuir com subsídios que permitam elaborar fundamentação científico-psicológica para a práxis do psicólogo social, visando à superação de preconceitos e abordagens reducionistas sobre a experiência religiosa, de forma a verificar se e como a mesma pode ter sentido emancipatório na história de sujeitos. Numa abordagem qualitativa estudamos as narrativas de histórias de vida de quatro sujeitos, como expressões potenciais da construção de novos sentidos de vida que metamorfoseiam suas identidades num movimento que envolve tanto a superação de contradições como a reposição de pressupostos

---

convencionais, na busca da emancipação - segundo a compreensão da identidade enquanto metamorfose de Ciampa (1987/2005) e do pensamento pós-metafísico de Habermas (1988/2002). Concluímos que no processo de militância e no movimento da identidade, como metamorfose em busca de emancipação, os sujeitos vão se individualizando na tentativa de concretizar suas identidades políticas com alguma autonomia frente ao poder da burocracia da organização religiosa. Evidenciamos de acordo com a história de cada sujeito que durante o processo emancipatório eles assumem as políticas de identidade contidas na Teologia da Libertação atribuindo sentido e significado a identidade de militante. Segundo Ciampa (2002b), Grupos sociais lutam pela afirmação e pelo desenvolvimento de suas identidades coletivas, no esforço, de controlar as condições de vida de seus membros; indivíduos buscam a transformação e o reconhecimento de suas identidades pessoais, na tentativa de resolver conflitos em face de expectativas sociais conflitantes. A questão das políticas de identidade de grupos envolve a discussão sobre autonomia (ou não), que se transforma para indivíduos em indagações sobre autenticidade (ou não) de identidades políticas, talvez refletindo duas visões opostas, dependendo de se colocar a ênfase na igualdade – uma sociedade centrada no Estado – ou na liberdade – ou uma sociedade composta de indivíduos (p. 134). Nesse processo de militância e da movimentação da identidade enquanto metamorfose, em busca de emancipação, percebemos que esses sujeitos concretizam identidades políticas ao se libertarem da burocracia da instituição religiosa caminhando rumo à individualização. Podemos afirmar que ao se apropriarem e superarem políticas de identidade é na individualização que desenvolvem suas identidades políticas e se tornam mais plenamente sujeitos políticos. No esforço de se apropriarem e, ao mesmo tempo, superarem políticas de identidade, a que foram expostos no processo de socialização, vimos que é no processo de individualização que os sujeitos desenvolveram suas identidades políticas e se tornaram mais plenamente sujeitos políticos.

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE UM BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS: UM ESTUDO DE CASO.** *Mariana Franchin* (mafranchin@yahoo.com.br); *André Luiz de Mello Degani*; *Wilson José Alves Pedro*. Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

Introdução: A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece a dignidade como fundamento da liberdade, da justiça e da paz. Desta forma, o indivíduo, ainda que tenha cometido um delito, deve ser visto como um sujeito social digno de tais direitos. O sistema prisional tem se fundamentado na exclusão, na disciplina, na estigmatização e na criminalização para combater as infrações às leis (Bock, 2007). Nesse espectro, torna-se claro que o aprisionamento e a exclusão social não são soluções plausíveis para esse problema. Em razão de o tema envolver uma esfera jurídica que se concentra basicamente em normas, este trabalho torna-se importante na medida em que estimula na sociedade o exercício de pensar no indivíduo como um ser dotado de subjetividade, priorizando seus aspectos qualitativos, e não, simplesmente, como um ser possuidor de direitos e deveres, mas também como um indivíduo capaz de ser recuperado, desde que o sistema seja apropriado, e o faça repensar acerca de suas idéias, comportamentos e atitudes. Em sintonia com o pensamento de Campos (1996), torna-se incontestável a contribuição da referente pesquisa à psicologia, pois entende-se também, que os indivíduos devem assumir gradativamente o papel de sujeitos de suas próprias histórias, conscientes dos determinantes sócio-políticos de sua situação, e ativos na busca de soluções para os problemas enfrentados. Desta forma, este estudo solidifica-se na

---



construção da identidade de um sujeito, que foi apenado, viveu um conflito, e após ser incluído no trabalho das Centrais de Penas Alternativas, conseguiu ressocializar-se. Objetivo: Realizar um estudo de caso, sobre a construção da identidade de um beneficiário do programa de Penas e Medidas Alternativas de Araraquara, a fim de demonstrar e discutir o caráter ressocializador desse modelo. Metodologia: A presente investigação terá como referencial teórico-metodológico a fenomenologia e a identidade inserindo-se na perspectiva de pesquisa social qualitativa. Foi sujeito deste estudo um participante do sexo masculino, de 57 anos, beneficiário do Programa de Penas e Medidas Alternativas de Araraquara. Foram utilizados como instrumentos de pesquisa uma entrevista semi-estruturada e uma entrevista inicial que tem por objetivo conhecer os motivos infracionais, o histórico psicossocial do beneficiado, bem como a efetivação do encaminhamento. Resultado e Discussão: Adotamos para a análise dos dados três dimensões: variáveis sociais e história de vida, o histórico infracional, e o papel das Penas Alternativas como meio para reintegração social. O sujeito entrevistado é homem, 51 anos, cor branca, casado e possui um filho. Pertence à classe Média-Baixa e relatou ter tido uma infância boa embora tenha começado a trabalhar com 10 anos para ajudar na manutenção familiar. Hoje reside com a esposa e o filho, e possui trabalho registrado. L.V possui histórico infracional, tendo cumprido três anos em Regime Fechado pelo delito de tráfico de drogas. Há um ano cumpre Pena Alternativa, na modalidade de Prestação de Serviço a Comunidade, em razão de ter infringido o Artigo referente ao crime de Porte de Armas, e define o delito como “um grande erro”. “Eu sempre penso o seguinte sobre ato infracional, na vida a gente comete erros, e cometi um grande erro...”. Dessa forma, quando o sujeito faz comparação entre as Penas Restritivas de Direito com a Pena Restritiva de Liberdade, define a primeira como sendo mais proveitosa para o indivíduo. “...eu acho que ela cabe a mais pessoas, às vezes uma cadeia não faz tão bem como a pena alternativa ... Ela é muito melhor do que a pessoa ficar no fechado, passar por dificuldades, porque na cadeia tudo é difícil, você tá isolado do mundo, aqui os seus familiares também passam mal. A pena alternativa deve ser usada com mais frequência, ela deve se impor mais”. O entrevistado salienta, ainda, a importância da Prestação de Serviço a Comunidade como sendo um modelo ressocializador: “É de grande importância para ressocializar à pessoa em algum momento em que ela não dá muito importância ao trabalho, ou a certas coisas, ela faz com que a pessoa cumpra obrigação, de horário, de prazo, acho que já faz um ano e pouco que to fazendo e acho que ela é proveitosa bastante”. Considerações Finais: O trabalho contribui para a conciliação da Psicologia com o Direito, permitindo uma avaliação das consequências das ações jurídicas sobre o indivíduo, valorizando os Direitos Humanos para que se alcance uma reabilitação e uma reinserção construtiva na sociedade. Através da aplicação de uma pena mais individualizada, obtém-se a valorização da identidade do sujeito, permitindo observar a sua maneira de ser no mundo, e através dela buscar a ressocialização. Cabe, não só as autoridades, mas a sociedade, a busca por um modelo mais justo, que permita a esses sujeitos o conhecimento de sua própria identidade, e lhe possibilite um espaço de reflexão para que possam reassumir gradativamente o seu lugar perante a sociedade, pais, familiares, e diante deles mesmos.

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM ESTUDO COM CRIANÇAS.** *Daniela Emilena Santiago* (santiago.dani@yahoo.com.br); *Olga Ceciliato Mattioli*. UNESP – Assis.

A violência em termos gerais motiva e mobiliza a sociedade, inclusive estimulando o desenvolvimento de pesquisas e estudos de diferentes naturezas e abordagens. É um

---

fenômeno de amplitude considerável e que afeta diversos segmentos da sociedade em geral. A violência doméstica ou intrafamiliar também tem motivado diversas modalidades de pesquisa e estudo no cenário nacional. Entretanto, as pesquisas realizadas no âmbito nacional não privilegiam a percepção da criança vítima. Este trabalho, de natureza teórico-empírica, buscou compreender o sentido que atos de violência doméstica têm para crianças vitimizadas em sua modalidade física, negligência e psicológica. Por isso, possui grande relevância social, visto que a criança produz conhecimento e esse conhecimento é resultado de seu processo de objetivação e apropriação da cultura humana. Recorreu-se a uma compreensão crítica acerca da violência fazendo uso de autores como Martin-Baró (2003), Engels (1988) e ainda Viviane Guerra e Maria Amélia Azevedo (2005). Para tais autores, a violência é compreendida como resultado das condições econômico-sociais porque passou o gênero humano. Já, visando compreender o desenvolvimento psíquico da criança recorreu-se à perspectiva de análise Sócio-Histórica, preconizada por autores como L.S. Vigotski, A.R. Luria e A.N. Leontiev. Essa corrente postula que a realidade concreta na qual a criança está inserida colabora no sentido de definir e orientar o seu desenvolvimento e a formação de seu psiquismo. Em relação à criança, é possível inferir que ela tem seu psiquismo moldado a partir de sua atividade e da relação estabelecida com o mundo durante tal atividade, visando à satisfação de suas necessidades. Leontiev (1978b) salienta que, durante sua atividade, a criança estabelece contato com os objetos e com o mundo que a circunda, e que são de suma importância as relações sociais que ela estabelece nesse contato, especialmente com os membros da família, na idade pré-escolar, pois a criança, mesmo a de menor idade, sente essa dependência em relação ao adulto. Ora, os conceitos da criança não se criam no vazio, antes, se formam especificamente da sua realidade de vida. Metodologicamente, a pesquisa se desenvolveu através de entrevistas semi-estruturadas com crianças, vítimas de violência doméstica em suas diversas modalidades. A análise preliminar das entrevistas permitiu evidenciar que as crianças se apropriam da experiência da violência doméstica compreendendo-a com uma prática natural, merecida e educativa. Nesse sentido, de tanto a criança ser submetida a situações de violência doméstica, acaba por “naturalizar” o fenômeno, sendo esse parte do seu cotidiano. Além disso, a criança passa a “acreditar” que a violência doméstica foi merecida, em decorrência de atos cometidos e ainda que, a violência doméstica vivenciada é compreendida como educação e não mais como agressão. Assim, a violência doméstica, faz parte da rotina da criança, de sua vivência, tornando-a quase que diária. Por isso, a realidade concreta da criança a coloca em relação direta e quase que constante com a violência doméstica, e isso vem a influenciar o seu desenvolvimento e o desenvolvimento do seu psiquismo, condicionando-o e trazendo resultados, inclusive negativos.

**AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL PARA O DEBATE ACERCA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.** *Mariana Prioli Cordeiro* (mpriolicordeiro@hotmail.com); *Maria Cristina G. Vicentin*. PUC – SP. Apoio: CNPQ.

Desde a década de 1970, os movimentos sociais de pessoas com deficiência têm assumido um papel cada vez mais importante na luta pelos direitos dessa população. Entre suas principais reivindicações, podemos citar o direito à educação, ao trabalho, à saúde e aos serviços que implicam maior participação dessas pessoas em todos os momentos do convívio social. Apesar da grande relevância social desses grupos reivindicativos, eles raramente são abordados em trabalhos acadêmicos, incluindo trabalhos em psicologia social. Nesta pesquisa, buscamos contribuir para a diminuição dessa lacuna por meio do estudo de um desses grupos

– o Movimento de Vida Independente (MVI). Nossa escolha por esse grupo específico justifica-se uma vez que o MVI é bastante ativo em diversos países, incluindo o Brasil, e seus princípios direcionam políticas públicas internacionais. Nesse estudo, nosso objetivo principal era identificar os repertórios disponíveis para dar sentido à noção de vida independente, sendo que, para tanto, analisamos documentos de domínio público (tais como livros, livretos, páginas de internet, periódicos institucionais etc.) produzidos pelo MVI e realizamos dois grupos focais com alguns de seus membros. Mais especificamente, com os do Centro de Vida Independente Araci-Nallin (CVI-AN). Essas análises nos indicaram que não existem diferenças significativas entre os sentidos atribuídos à vida independente pela literatura e pelos participantes dos grupos focais. Indicaram, também, que esse conceito é polissêmico, isto é, assume uma diversidade grande de sentidos: ora é filosofia, ora é movimento, ora é processo, ora é estilo de vida etc. A nosso ver, essa multiplicidade de significados é decorrente do fato de esse conceito ser compreendido, antes de tudo, como práxis. Assim, não há filosofia sem a prática de vida independente e vice-versa. Ambas constituem aqui um todo ontológico. Podemos dizer que a principal diferença entre a literatura e a fala dos militantes é que a primeira possui uma gama maior de repertórios que dão sentido à vida independente – autonomia, independência, empoderamento, participação, autocontrole, autodeterminação, controle sobre a vida, controle sobre a situação, liberdade, possibilidade de escolha, igualdade ou equiparação de oportunidades, entre outros. Enquanto que a segunda define essa noção principalmente através de três conceitos: autonomia, independência e participação. A noção de autonomia é definida como sendo a possibilidade de uma pessoa controlar os diversos ambientes físicos e sociais que queira e/ou precise frequentar para atingir seus objetivos, enquanto que a noção de independência refere-se à possibilidade de fazer escolhas e tomar decisões sem depender de autoridades institucionais e/ou familiares. Já a noção de participação é definida pelo MVI como a possibilidade de as pessoas com deficiência atuarem em processos decisórios e exercerem o papel de atores sociais, sendo assim, a idéia de participação está intimamente relacionada com a noção de igualdade (ou equiparação) de oportunidades. A análise dos documentos de domínio público e dos grupos focais nos permitiu concluir que todos esses repertórios contribuem para colocar em prática uma nova forma de compreender a deficiência. Por meio deles, temos indicativos de que os militantes do Movimento de Vida Independente buscam ser reconhecidos como atores sociais, buscam participar ativamente da sociedade e assumir o controle de suas vidas. Acreditam que isso é possível somente através da conquista da autonomia pessoal e da vida independente. Ou seja, que isso é possível somente quando as pessoas com deficiência passam a ser protagonistas de suas vidas, passam a ser cidadãs plenas, desinstitucionalizadas, que se ajudam mutuamente e que confrontam o sistema social, sanitário e institucional que as colocam na condição de desviantes. A nosso ver, essa “nova” forma de pensar a deficiência não pode continuar praticamente ignorada pela psicologia social. Afinal, da nossa perspectiva, é responsabilidade dessa área do saber estimular a reflexão crítica e dar visibilidade acadêmica e política ao debate em torno das questões que atingem aqueles que, sistematicamente, têm sua dignidade e seus direitos violados.

## **EIXO TEMÁTICO**

### **“Psicologia Social: Outros”**

---

## **A CONFIGURAÇÃO DE UM ESTADO PENAL BRASILEIRO E AS MEDIAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA COTIDIANA ALIENADA.**

*Adriana Eiko Matsumoto* (drieiko@yahoo.com.br); *Odair Furtado* (PUC-SP). Apoio: CAPES.

O presente estudo, em fase inicial, trata-se de pesquisa de Doutorado em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Temos observado um crescimento vertiginoso das prisões nas sociedades modernas, principalmente entre os denominados "países desenvolvidos". A configuração de um Estado Mínimo, estrategicamente calcado nas políticas sociais compensatórias e neoliberais, tem sido simultaneamente acompanhada pelo fortalecimento de um Estado totalitário no que diz respeito à Segurança Pública. Na base do fenômeno do crescimento vertiginoso do sistema prisional, observado em escala mundial, encontramos vários determinantes, dentre eles, dois elementos fundamentais: (a) uma reestruturação nas esferas legislativas, fortalecendo o Direito Penal e o regime punitivo-retributivo e (b) as políticas neoliberais na gestão social. De acordo com Wacquant (2003, p. 20), tem-se consolidado uma "política estatal de criminalização das consequências da miséria de Estado". É o que o autor denomina de "Estado Penal". Surgida na década de setenta nos Estados Unidos, essa reestruturação legislativa foi batizada por "Movimento Lei e Ordem", o qual se disseminou em outros países de formas características. De acordo com Duarte (2006), este movimento está calcado na concepção de que a criminalidade é uma doença que precisa ser erradicada (combate à delinquência, ao crime e ao criminoso); temos vários exemplos disso, como: nos Estados Unidos, o modelo de Tolerância Zero, na Itália, a Operação Mãos Limpas, no Brasil, a Lei de Crimes Hediondos (Lei n.º. 8.072/90), o Regime Disciplinar Diferenciado – RDD (Lei n.º. 10.792/02), bem como os Projetos de Lei, os movimentos pela redução da maioria penal, e as ações contra o denominado "narcotráfico", entre outros. A crise mundial do Welfare State e a implementação de políticas neoliberais na gestão econômico-social do Estado, constituem outros elementos que engendraram o surgimento desta nova ordem penal ainda mais excludente e intolerante, seja nos países desenvolvidos ou "em desenvolvimento". O que está em jogo é a forma como a sociedade tem lidado com as populações cada vez mais expropriadas pela mais-valia, num movimento crescente de pauperização relativa e até absoluta. No caso do Brasil, é preciso compreender o surgimento e a situação atual da instituição penal imbricados com história do país, que tem por característica as mudanças institucionais ocorridas de forma pactuada entre a elite, a relação predominantemente caracterizada pelo paternalismo e subalternidade das classes populares em relação à elite (principalmente na relação política) e a perpetuação do preconceito racial que se apresenta de maneira velada ou mesmo explícita, entre outros (Martins, 1994). Este estudo visa, primeiramente, sistematizar os conhecimentos produzidos sobre o surgimento e a situação atual desta penalidade neoliberal a partir da perspectiva da história contemporânea de nosso país, partindo também das contribuições da Criminologia Crítica e dos teóricos do Abolicionismo Penal. Buscarei explicitar, a partir disso, a configuração de um Estado Penal no Brasil e, nesse sentido, elejo a questão penal como um eixo para compreender a sociedade brasileira atual e parto da hipótese que o Estado Penal é uma das expressões atuais da Luta de Classes. Destaco a necessidade de se investigar a dimensão subjetiva constituída por esta nova ordem penal entre os indivíduos que nunca passaram pela instituição penal, a fim de compreender o processo de desenvolvimento e as características da consciência cotidiana alienada a partir das relações objetivadas nesta realidade social. Nesse sentido, a partir da

---

teoria da Psicologia Sócio-Histórica (Vigotski, Leontiev, Luria, entre outros) no diálogo com os textos marxianos, buscarei compreender os desdobramentos dessa política de contenção da miséria na constituição subjetiva entre os jovens adultos que nunca passaram pela instituição penal (faixa etária de 18 a 24 anos) - tanto os que são alvos potenciais das políticas de encarceramento (população pobre), quanto os de classe média e elite, exatamente para ter condições de investigar a questão classista nesta configuração subjetiva sobre o Estado Penal. Ressalto que, além da seletividade por classe social, as prisões operam pela seletividade de faixa etária, sendo os jovens presos (18 a 24 anos) ocupam o primeiro lugar dentre a população encarcerada em todos os Estados da Federação. Proponho realizar pesquisa qualitativa, inicialmente com grupos focais homogêneos em relação à classe social e, posteriormente, entrevistas com indivíduos representativos de cada grupo, a fim de evidenciar a relação entre singularidade-particularidade-universalidade neste processo de constituição de consciência cotidiana alienada. Nesse sentido, busco investigar as mediações postas pela realidade de um Estado Penal no país e a maneira como vem configurando processos de constituição de consciência cotidiana alienada, pautada pelas características autoritárias e punitivas, escamoteando as vicissitudes da Luta de Classe pelos preconceitos sobre criminalidade e periculosidade - a partir do fenômeno de Criminalização da Pobreza. É importante ressaltar neste processo o papel exercido pelos meios de comunicação para a massa na disseminação da "sensação de insegurança" (um dos elementos fundamentais para a crença social na necessidade de recrudescimento penal).

**ANÁLISE PSICO-SOCIAL DAS PRÁTICAS DELITUOSAS PERPRETADAS POR ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.** *Elvio Bono* (elviobono@yahoo.com.br); *Simonne Cunha Lucas de Maceno* (Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto); *Sergio Kodato* (USP – Ribeirão Preto).

No município de Ribeirão Preto (500.000 habitantes), situado no interior do estado de São Paulo, contrastando com o declínio significativo no índice de homicídios cometidos por adolescentes, nos últimos dez anos, o aumento sistemático e contínuo de envolvimento com a prática de atos infracionais, de média gravidade, indica a necessidade premente da análise psicológica e social da delinquência juvenil e fatores associados. Ressalte-se que o número de adolescentes envolvidos com graves problemas sociais, é reduzido, se comparado ao total aproximado de 22 milhões de adolescentes brasileiros e isto aponta para a espetacularização proporcionada pela mídia acerca da infração juvenil. Minayo esclarece que, segundo a visão conservadora, a criminalidade juvenil vem crescendo porque os jovens delinquentes não são punidos ou, quando o são, as medidas sócio-educativas são brandas comparativamente à gravidade das ocorrências, entre as quais roubos, homicídios, estupros, tráfico de drogas, porte de armas. Podemos pensar que a gravidade de alguns casos, amplificados pela mídia, produz efeito condenatório na opinião pública e no imaginário social, reproduzindo imagens de uma criminalidade juvenil crescente e incontrolável. Esse estudo objetivou levantar dados sócio-demográficos e indícios para uma análise crítica da delinquência precoce e das instituições encarregadas de coibir e prevenir essa problemática, no sentido de contribuir para desmistificar o fenômeno. Referenciou-se no método da análise institucional (Baremblytt, Lapassade, Bleger) e enquanto procedimento realizou-se; a) observação do contexto institucional do Núcleo de Atendimento Integrado. b) a caracterização, categorização e análise dos prontuários referentes aos adolescentes (n=568), em conflito com a lei, encaminhados para a Vara da Infância e Juventude, durante o ano de 2007. A análise sistemática dos dados

permite compreender a evolução das políticas públicas de atenção às crianças e adolescentes, apontando as possíveis áreas que necessitam de maior atenção, clarificando as tendências para novas ações preventivas. O levantamento documental envolveu a coleta de dados de identificação, origem sócio-econômica, história pregressa, escolaridade, profissões, tipo de delito cometido, medidas educativas prescritas. Enquanto resultado parcial, levantou-se que do total dos casos atendidos, 91% eram da comarca de Ribeirão Preto, destes 59% foram internados provisoriamente; 90% eram do sexo masculino; 33% tinham 17 anos, no momento da apreensão; 72% faziam uso de alguma substância entorpecente; 65% faziam uso de maconha, 26% cocaína e 9% crack; a grande maioria, ou seja, 42% (n=238) praticaram o ato infracional equiparado a tráfico de entorpecentes. Pode-se afirmar que o consumo de drogas é um dos pontos de ancoragem iniciais para a prática delituosa, sendo a maconha a mais consumida. Por outro lado, o aumento sistemático do número de adolescentes envolvidos com o tráfico de entorpecentes, indica que essa atividade vem recrutando cada vez mais adolescentes para o delito, dentre aqueles desencantados com a escola, com o mercado formal de trabalho e com os altos índices de desemprego de jovens. Os dados da observação do contexto permitem indicar para uma transição e modificação no perfil do adolescente em conflito com a lei: suas vestes, maneiras, acompanhantes, indicam que está aumentando aqueles que se originam das classes média e alta da sociedade, introduzindo uma dissonância no mito da criminalização da pobreza.

**A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE EM UMA ADOLESCENTE QUE SOFREU ABUSO SEXUAL.** *Priscilla Antunes Ferreira* (pri.antunesferreira@gmail.com); *Carolina Flauzino de Souza*; *Cintia Paula Reveco Jerez*; *Leila Dias Franco*; *Priscila de Paula Ferreira*. UNESP – Bauru.

O trabalho baseia-se na concepção de que a violência ou abuso sexual contra crianças e adolescentes é toda e qualquer situação em que estes são usados para gratificação sexual de adultos. Nesse momento, a vítima pode ter sua identidade formada de maneira inadequada, a partir do julgamento que seu meio social poderá fazer e também da efetivação de um papel que não deveria lhe pertencer. Tal situação pode gerar conseqüências a todos os envolvidos (agressor, testemunhas, família, o próprio indivíduo vitimizado, entre outros). Para a vítima do abuso, tais conseqüências podem ser: depressão, condutas de isolamento, medo de sofrer novos abusos, distúrbios sexuais e de aprendizagem, dificuldade nos relacionamentos, comportamentos hostis e agressivos, suicídio, entre outros. Também pode ocorrer afastamento do sexo oposto, possivelmente pelo medo da intimidade e pelo receio de reviver experiências traumáticas tidas com o agressor, uma vez que intimidade sugere envolvimento sexual. A pesquisa teve como objetivos: conhecer as características e as conseqüências do abuso sexual na construção da identidade de uma adolescente vitimizada, estabelecer relações do abuso no processo de construção da sexualidade e das relações afetivas da adolescente após a situação do abuso e sugerir a implantação de programas preventivos e de intervenção, sob o enfoque da Psicologia Sócio-Histórica. Realizaram-se duas entrevistas com N., uma adolescente de quinze anos, usuária de um serviço psicológico de atenção à vítima de violência da cidade de Bauru, SP. A adolescente foi convidada pela psicóloga da instituição e aceitou participar espontaneamente das entrevistas, sendo garantido a ela o sigilo de sua identidade, mediante um termo de consentimento livre e esclarecido. Os resultados obtidos corroboram com o estudo da literatura, pois N. foi vitimizada por um familiar (tio), com quem ela morava e a abordagem se deu de maneira violenta, sendo que esta situação ocorreu

mais de uma vez na vida da adolescente. N., ao contrário de muitas pessoas, não precisou passar por muitos serviços até conseguir um atendimento especializado, porque já era atendida nesse lugar devido a problemas de convivência com a mãe. O relato de N. descreveu uma relação direta entre a violência sexual que sofreu e o comprometimento de suas relações sociais com as outras pessoas, em especial, com indivíduos do sexo masculino. Depois do ocorrido, ela passou a recusar-se a sair de casa, por medo de se deparar com indivíduos do sexo oposto e ser submetida à semelhante situação de violência sexual. Com relação à sua própria auto-estima, N. hesita a responder à pergunta das entrevistadoras. Infere-se, portanto, que a vítima possui uma baixa auto-estima, como indica a literatura para estes casos. N. também relata que o processo psicoterapêutico foi a intervenção que melhor a auxiliou na superação do trauma da violência, indicando que o atendimento psicológico é condição essencial para o acompanhamento das vítimas de abuso sexual. Os programas profiláticos sugeridos (prevenção primária, secundária e terciária) visam prevenir as ocorrências de abusos sexuais – de forma a facilitar a denúncia, reduzir a gravidade de suas conseqüências e orientar para a reabilitação das vítimas e dos agressores, caso aconteçam. Concluiu-se que a situação de violência sexual doméstica acarreta prejuízos à formação da identidade do sujeito vitimizado em relação aos aspectos de sua sexualidade, das relações afetivas e da sua maneira de interagir socialmente. Entretanto, a intervenção psicológica e o tratamento interdisciplinar adequados auxiliam na superação, pelo indivíduo, de seqüelas físicas e psíquicas, dos estigmas sociais e, enfim, do seu quadro de vitimização. Além disso, colaboram com subsídios para a formação de um indivíduo que passa da condição de vitimizado a um ser consciente e transformador de sua própria realidade.

### **REVISTAS FEMININAS, SEXUALIDADE E FORMAÇÃO DE IDENTIDADE.**

*Renata Batisteli de Oliveira* (rebatis@hotmail.com); *Ana Clara Vieira Gabriel*; *Nílma Renildes da Silva*. UNESP – Bauru.

O objetivo desta pesquisa foi analisar e discutir a influência de revistas femininas destinadas ao público adolescente na formação de sua identidade e no exercício da sua sexualidade. Questões sociais e históricas são aspectos determinantes no processo de formação da identidade e exercício da sexualidade. Nesta relação, a mídia atua no estabelecimento de modelos de conduta para o crescimento e manutenção do sistema vigente. A perspectiva psicossocial utilizada considera a identidade como determinada pelas condições históricas e sociais que influenciam na constituição do indivíduo que encarna relações sociais, configurando uma identidade pessoal única. A sexualidade é entendida nesse processo como uma das múltiplas determinações que constituirão a identidade do indivíduo (CIAMPA, 1990). A abordagem sócio-histórica considera a adolescência como uma criação histórica da humanidade que passou recentemente a ter um significado na nossa cultura. A visão sobre a adolescência deve ser modificada e deixar de ser caracterizada como natural e com comportamentos estereotipados, principalmente àqueles relacionados à sexualidade. No momento atual ocorre uma aparente “liberdade sexual”, que em nossa na sociedade não deixa de ser mercadoria, estando a sexualidade a serviço do controle social, o indivíduo é valorizado pelo corpo, tornando-se produto a ser consumido (MARCUSE, 1978). As revistas femininas atuam no controle de seu público-alvo, podendo influenciar na relação dialética entre identidade feminina e sociedade, apesar da aparência descompromissada que tais periódicos apresentam (DORNELLES, 1997). Visto que a sexualidade é utilizada como forma de controle social e a importância das revistas femininas na divulgação e formação de modos de

conduta, consideramos imprescindível a discussão e análise da opinião das próprias leitoras acerca do tema, para compreendermos a forma como os indivíduos diretamente afetados por tal veículo encaram sua influência na constituição da própria sexualidade. Para a obtenção de dados necessários foi desenvolvido um questionário respondido por quinze estudantes. A partir das representações sociais extraídas das respostas obtidas foi feita a análise de conteúdo que gerou cinco categorias temáticas: modelos de conduta, curiosidade, cobrança social, sentimento de inferioridade e informações. A categoria Modelo de Conduta foi fundamental pelo fato de estar interligada a todas as outras. A maioria das participantes relatou alguma forma de imposição de modelos por parte das revistas nas mais variadas áreas. Na categoria Curiosidade, as participantes relataram que o discurso das revistas a respeito do sexo desperta muita curiosidade sobre a prática da atividade sexual afirmando que o tema é tratado como algo fascinante e praticado pela maioria dos adolescentes. A categoria Cobrança Social demonstrou que as revistas agem de forma a coagir as adolescentes para estas se enquadrarem no que é exposto como adequado. Caso contrário, serão punidas através da não aceitação de suas atitudes discrepantes por parte da sociedade. Aparecem nos questionários freqüentes asserções das participantes sobre uma incapacidade de agir e serem de acordo com o que é esperado pela revista, gerando a categoria denominada Sentimento de Inferioridade. Aparecem asserções referentes ao conteúdo informativo sobre sexualidade nas revistas (categoria Informações), que ajudam a sanar muitas dúvidas, apesar de respostas superficiais e incompletas. Apesar da aparente intenção de levar esclarecimento, as revistas não passam informações aprofundadas, o seu verdadeiro intuito é de estimular as vendas e realizar o controle sobre as atitudes, propagando os valores para a manutenção e desenvolvimento de uma sociedade de consumo. Na constituição da identidade um fato ocorrido em um momento passado tem desdobramentos significativos e imprevisíveis e estas revistas se tornam uma importante forma de controle da vida de suas leitoras, com conteúdos apresentados presentes nas ações e decisões dessas mulheres em toda a sua vida, para muito além da adolescência. É fundamental discutir sobre o processo de formação da sexualidade, e isto não deve ser relegado a esse tipo de periódico a serviço da manutenção do sistema capitalista. O papel de informar sobre a sexualidade deve fazer parte da atividade dos pais, educadores e da escola, bem como o da denúncia das intenções mercadológicas de tais revistas, despertando os adolescentes para uma visão crítica em relação aos seus conteúdos, uma vez que estes exercem importante influência na constituição da identidade e no exercício da sexualidade desses indivíduos.

**O DISFARCE DA SEDUÇÃO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA FEMINILIDADE ENTRE CROSSDRESSERS.** *Silvana Guerra Prudente Miranda* (silvana@aptf.org.br); *Sandra Regina de Carvalho Barbosa*; *Alessandra Andrioli*; *Beatriz de Deus Boa Sorte*; *Cleber Eduardo Vicente*; *Mônica de Oliveira*; *Rodrigo Tadeu Pereira*; Marcos Roberto Viera Garcia (orientador, USP/UNIP). UNIP – Cidade Universitária.

Crossdressers são homens e mulheres que gostam de se vestir com roupas do sexo oposto. Embora isso possa envolver ambos os sexos, é muito mais comum entre homens que se vestem de mulheres. O interesse erótico em vestir roupas do sexo oposto é descrito pelos manuais de Psiquiatria como “travestismo fetichista”. Buscamos, contudo, neste estudo, questionar a visão psiquiátrica, que iguala o crossdressing a um distúrbio, o que acaba por levar a sua estigmatização. Consideramos aqui, alternativamente, tal fenômeno a partir do ponto de vista da identidade social. A identidade do(a) “crossdresser” é vista como algo que



se forma a partir da relação estabelecida com um grupo de pessoas específico, e não como uma “essência” que estes indivíduos já teriam anteriormente, independentemente de sua vivência coletiva. No Brasil, a identidade “crossdresser” passou a se expandir a partir do advento da Internet, que facilitou a entrada em contato com outras culturas onde ela já existia, como é o caso dos EUA e países europeus, e a própria aproximação entre crossdressers brasileiros. Objetivos: Buscamos analisar as representações sociais da feminilidade entre crossdressers, verificar como é sua construção a uma imagem feminina e analisar o relacionamento estabelecido entre crossdressers. Método: Foram feitas 12 entrevistas semi-abertas sendo 9 com crossdressers e 3 com suas companheiras, todas com consentimento livre e esclarecido. Tais sujeitos foram abordados a partir de um clube que congrega tais indivíduos e que tem uma página da internet. Além disto, os integrantes do grupo de pesquisa presenciaram duas festas direcionadas à comunidade, organizadas pelo mesmo clube, na condição de observadores participantes. Os dados foram submetidos à análise qualitativa de conteúdo. Resultados e discussão: Observamos que a identidade crossdresser está ligada a pessoas de alta renda, pois os custos da montagem e para se manter como mulher são dispendiosos. As representações da feminilidade predominantes entre os(as) crossdressers estudados(as) são ligadas à figura da mulher sedutora, tal qual a *Femme Fatale*, o que mostra uma associação da feminilidade com o poder de sedução. Referem basear sua existência baseia-se na máxima “existir pelo prazer de ser mulher”. A grande satisfação em se montar está na sedução que traz na vida do(a) crossdresser, pois afirma a todo o momento o prazer de se tornar uma mulher, uma vez que sua feminilidade traz uma sensação de prazer que os completam. O anonimato é muito valorizado por eles(as), uma vez que na maioria dos relacionamentos, a esposa, família, amigos e colegas de trabalho desconhecem esse desejo. Isto porque no dia-a-dia, todos eles deixam a princesa (maneira como denominam a persona feminina) de lado e se dedicam ao trabalho enquanto sapos (persona masculina). Os(as) crossdressers sentem prazer no ato de sua montagem e principalmente ao sair em público e poderem ser vistos como em sua persona feminina. Um termo muito utilizado entre elas é SO, termo originário da língua inglesa que significa Supportive Other ou ainda Supportive Opposite, e que designa a pessoa do sexo oposto que apóia e dá suporte à prática crossdresser. Elas são vistas como companheiras e apoiadoras, e são muito valorizadas por eles(as), uma vez que consideram não ser fácil para a maior parte das mulheres aceitarem tal prática. A maioria relata que um(a) verdadeiro(a) crossdresser é aquele(a) que não muda o seu tipo físico, somente o visual. É a roupa que os diferencia. Aqueles(as) que se hormonizam, na visão deles(as), passam a não serem mais considerados(as) crossdressers verdadeiros(as). Consideram também ser aceitável a relação sexual com homens enquanto princesas, ou seja, determinados atos só fazem sentido quando incorporam a persona feminina. Considerações finais e conclusão: Os resultados mostraram a importância da superação das concepções essencialistas no interior da Psicologia e demais Ciências. Para tanto, é necessário o rompimento com o referencial médico e psiquiátrico que está na origem de tal compreensão e que leva ao entendimento de diversos fenômenos ligados à sexualidade como algo da ordem da interioridade dos seres humanos. Outros questionamentos necessários se dirigem à própria definição do crossdressing como doença ou distúrbio e à uniformização das condutas que é subjacente a tal definição, aceitando-se em contrapartida uma idéia radical de diversidade, da possibilidade humana quase infinita de construir novas formas de subjetividade.

---

## **VIOLÊNCIA ENVOLVENDO TORCEDORES DE FUTEBOL NA MÍDIA BRASILEIRA: ANALISANDO UM ARTIGO JORNALÍSTICO DE JOSÉ**

**GERALDO COUTO.** *Felipe Tavares Paes Lopes* (ftplopes@yahoo.com.br); *Mariana Prioli Cordeiro*. PUC-SP. Apoio: CNPQ.

A violência envolvendo torcedores de futebol, tanto nas arquibancadas como nos arredores dos estádios, não é recente. Sabemos que esse fenômeno ocorre há décadas no mundo inteiro, estendendo-se aos anos anteriores à Primeira Grande Guerra. Entretanto, no Brasil, foi somente a partir dos anos noventa que ele passou a se notabilizar como conteúdo noticioso e, com isso, a ganhar espaço nos principais periódicos e jornais do país. Desde então, diversos profissionais e múltiplas organizações da mídia vêm promovendo ampla campanha em prol da paz em nossos estádios. Campanha esta que parece ter conquistado a opinião pública, elevando seus defensores acima do bem e do mal. Contudo, desafiando essa unanimidade, cabe indagar se essa campanha é, de fato, desinteressada, suscitada apenas por razões humanitárias. Afinal, uma vez que é promovida pelos meios de comunicação de massa, ela tende a exercer grande influência sobre a opinião pública e, mais especificamente, sobre os atores sociais que debatem e formulam as pautas das políticas públicas voltadas ao espetáculo futebolístico. Diante disso, nesta pesquisa, assumimos como nosso objetivo geral contribuir para a compreensão de como essa campanha vem sendo configurada pela mídia brasileira. Para tanto, analisamos, a título de estudo de caso, um artigo publicado na Folha de S. Paulo, escrito pelo jornalista José Geraldo Couto, que aborda diretamente o tema da violência envolvendo torcedores de futebol. A escolha por analisar um artigo publicado pela Folha de S. Paulo deve-se a importância desse jornal, que conta com a maior circulação média entre os jornais brasileiros e com alcance em aproximadamente mil cidades. Já a escolha por analisar um artigo do jornalista José Geraldo Couto deve-se a duas razões: primeira, como indicou pesquisa que realizamos no banco de dados da Folha de S. Paulo, trata-se de um dos articulistas que mais tem abordado a questão da violência envolvendo torcedores de futebol. Segunda, trata-se de um jornalista amplamente conhecido e reconhecido na sua área de atuação. Podendo, assim, ser considerado um formador de opinião. Para fundamentar a presente pesquisa e orientar seu percurso teórico e metodológico, elegemos a proposta de análise de discurso do Dominique Maingueneau como nosso principal referencial. Em especial, a que ele desenvolve no livro “Análise de textos de comunicação” (2008), onde aponta caminhos possíveis para a aplicação de seus conceitos na análise de textos socialmente menos valorizados, como o texto jornalístico. A partir desse referencial, definimos nossa estratégia de análise. Estratégia composta por duas etapas. Num primeiro momento, observamos a organização e movimentos internos do texto, suas características estruturais, padrões e relações. Num segundo momento, a partir dessa observação inicial, discutimos duas questões básicas: primeira, o modo como enunciador do texto, o autor, se posiciona e, subsequentemente, como ele posiciona seu co-enunciador. Segunda, a forma como ele posiciona as torcidas organizadas e seus membros. A análise do texto indicou que, em alguns momentos, o autor se posiciona como alguém próximo aos leitores. Mas que, em outros, se distancia deles, apagando seus vestígios. Além disso, a análise também indicou que o autor se coloca na posição daquele que fala do lugar da verdade, daquele que sabe o que deve ser feito para combater a violência envolvendo torcedores de futebol. Em relação ao posicionamento das torcidas organizadas, a análise indicou que essas torcidas são agrupadas numa identidade coletiva, independentemente de tudo aquilo que possa separá-las. Além disso, ela também indicou que os torcedores organizados são colocados na condição de malfetores e que essa condição é sistematicamente naturalizada. Dada como um fato. Algo fora de discussão.

---

**SOBRE GRUPOS E PROCESSOS GRUPAIS: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.** *Wilson José Alves Pedro*

(wilsonjosealvespedro@ig.com.br); *Guilherme Camillo; Geisa V. Catanante; Thalita G. Cosenço; Ricardo H. Meloni.* UNAERP. Financiador: UNAERP.

No âmbito dos estudos das Ciências Humanas e Sociais, o grupo sempre esteve presente enquanto preocupação. Na Psicologia, e na Psicologia Social, em particular, grupo e processo grupal são temas que tem sido historicamente investigados e trabalhados, na teoria e na prática profissional. Diversas abordagens teórico-metodológicas foram desenvolvidas, sob os mais diferentes enfoques, subsidiando estudos, pesquisas e intervenções junto a grupos. Em especial, a partir da primeira metade do século XX, os estudos sobre dinâmica de grupo e processo grupal se intensificam com as contribuições de Kurt Lewin com os estudos sobre dinâmica de grupo e relações humanas e Jacob Levi Moreno com a Socionomia; e posteriormente nas abordagens de Carl Rogers com os Grupos de Encontro, Enrique Pichon-Rivière com os Grupos Operativos, dentre outros. Atualmente, as diretrizes curriculares da formação do Psicólogo orientam que a formação e capacitação profissional devem priorizar a administração e a gestão de grupos e equipes nas mais diversas atividades realizadas pelo profissional psicólogo. Apesar disto, a formação e a prática do profissional psicólogo na maioria das vezes prioriza os estudos e atividades individuais, muitas vezes em detrimento dos aspectos grupais e coletivos. A prática docente - nas áreas de ensino, pesquisa e extensão tem nos instigado a refletir sobre a temática grupo, as concepções e representações. Neste sentido, preocupamo-nos em compreender como e porque isto acontece. O presente estudo tem por objetivo investigar as representações sociais de grupo e processo grupal, junto a graduandos e profissionais da área de Psicologia. Justifica-se esta preocupação tanto pela relevância com que a temática grupo tem sido recomendada na formação, bem como pelas demandas sociais e culturais da realidade brasileira. Trata-se de um estudo de caso realizado junto a ingressantes, graduandos e egressos do curso de Psicologia, enfocando concepções, experiências acadêmicas e profissionais, bem como outras dimensões sociais na ciência e a prática profissional. Após a revisão da literatura, realizou-se um estudo caso piloto, junto a um grupo de graduandos em Psicologia, a fim de analisar aspectos convergentes e divergentes da literatura com as concepções destes alunos, bem como os possíveis impactos destas representações durante o período de formação, no percurso da escolha da área e da inserção no mercado de trabalho. Este estudo preliminar e exploratório teve por finalidade subsidiar a construção do instrumento e etapas subsequentes do estudo integral. Constatou-se junto aos participantes do estudo amplo conhecimento teórico sobre as diversas abordagens do processo grupal. Entretanto, também constatou-se uma forte tendência de enfatizar as atividades profissionais (clínicas, hospitalares, organizacionais e educacionais) através de uma visão “clínica, individual e centrada no indivíduo”. Apesar das atividades grupais estarem presentes na formação e nas demandas de estágio, esboça-se de modo muito incipiente a visão de “clínica ampliada” bem como as estratégias de intervenção psicossocial – terapêutica ou sócio-educativa. Há “mitos” quanto a outras formas de trabalho do profissional que não se centrem na questão “psicoterapêutica”, em especial ao modelo clínico. O presente estudo se insere no âmbito da Psicologia Social, fazendo interfaces com a gestão de pessoas e capacitação de recursos humanos no âmbito da Psicologia.

**ACESSO A AÇÕES CULTURAIS NA ZONA LESTE DA CIDADE DE SÃO PAULO: UM ESTUDO DE CASO DA FEIRA DAS CULTURAS.** *Lorraine Lopes Souza*

(lorraine.lopes@yahoo.com.br) (Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo); *Alessandro Soares da Silva* (EACH/USP).

A Zona Leste da cidade de São Paulo possui um histórico muito peculiar que reflete em seu desenvolvimento como um todo. Seu início é marcado por políticas de conjuntos habitacionais populares, hoje analisados como possível fator para o grande número de habitantes residentes nesta região. Atualmente, são cerca de quatro milhões de habitantes nesta região de São Paulo, aproximadamente 1/3 da população, sendo que grande parte desses moradores residem na zona leste, mas trabalham ou estudam em outras regiões da cidade, ocasionando um deslocamento diário bastante considerável. Este fator é muito relevante para ser analisado junto à temática do acesso a ações culturais, pois se a população ativa se desloca diariamente para outras localidades, o seu ponto de origem, no caso a zona leste, fica desprovido de envolvimento participativo da comunidade na região. A cultura erudita é diferenciada da cultura popular, e assimilada como sendo a primeira mais sofisticada, inerente às elites, e a segunda mais rústica e de menor valor em relação à primeira. Esta diferenciação entre cultura erudita e popular é assimilada pela população, que muitas vezes não se permite participar de uma atividade cultural por considerá-la imprópria para sua condição social. Como por exemplo, mães de estudantes de escolas públicas da região, que ao serem convidadas a visitarem gratuitamente o Teatro Municipal de São Paulo, a princípio negavam alegando não ter dinheiro, e mesmo informadas de que não haveria nenhum gasto, pois o transporte e o ingresso seriam gratuitos, negavam o convite, dizendo: "A gente não tem roupa pra isso, isso é festa pra rico", ou seja, existe uma barreira imensa formada pelo sentimento de exclusão disseminado. O projeto Arte e Educação Política, desenvolvido no Núcleo de Apoio Social, Cultural e Educacional (NASCE), espaço de realização de projetos de extensão universitária, objetivava aproximar as possibilidades de desenvolvimento pessoal e cognitivo de jovens, adultos e idosos, aprimorando a capacidade de reflexão crítica sobre o cotidiano, para potencializar ações em benefício da própria comunidade, utilizando como recurso a exibição de curtas-metragens sobre uma temática relacionada ao cotidiano dos espectadores. Após a exibição dos curtas-metragens realizava-se um debate sobre o que era visto; neste projeto a participação popular fazia-se imprescindível para atingir-se o objetivo, porém essa participação era ínfima quando solicitada a contribuir com opiniões para enriquecer o debate. A I Feira e Fórum das Culturas da Zona Leste foram realizados em um espaço onde se pressupõe que a discussão e participação do público universitário seriam feitas de maneira satisfatória, porém essa expectativa não foi atingida, pois o esvaziamento das mesas de discussões foi notável, e até mesmo questionado em certo momento, pelo Professor Doutor Alessandro Soares da Silva, um dos organizadores do evento. Deste modo, pôde-se inferir que a participação comunitária não está ligada ao grau de instrução, que muitas vezes, é apontado como uma das causas para o pouco envolvimento nas questões de interesse comum. O estudo realizado na zona leste da cidade de São Paulo objetivou verificar o acesso da população residente na região a ações culturais e atividades de lazer. Para tanto, foi analisado conteúdo da discussão gerada no I Fórum das Culturas da Zona Leste, assim como na I Feira das Culturas da Zona Leste, que ocorreram concomitantemente no dia 20 de maio de 2008 na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH - USP). Neste fórum foi discutida a expressão cultural na zona leste de São Paulo, expectativas e reivindicações da população, e os desafios das políticas públicas culturais. A pesquisa participativa foi utilizada para facilitar a compreensão das informações a serem analisadas, pois participei da elaboração do evento e da mesa redonda "Cultura na Zona Leste" como

---

mediadora no I Fórum das Culturas. Os equipamentos de lazer e cultura ofertados à população, muitas vezes, não passam por nenhuma pesquisa sobre as necessidades reais da população, e o que é oferecido acaba não sendo o que desejam e precisam para a localidade, e com frequência o equipamento de lazer se resume a uma quadra de futebol, ou a uma praça pública pouco conservada. Pôde-se perceber que a participação popular em mobilização para um bem comum ainda é muito pouco executada, e neste sentido prejudica ações para o desenvolvimento local, por não haver uma união por parte dos residentes na zona leste. Sendo uma tarefa muito difícil, dada dimensão espacial e populacional existente na área, e igualmente complexa, devido à heterogeneidade da região.

### **O PAPEL DO PESQUISADOR PSICÓLOGO, EM PESQUISAS SOBRE RELIGIÃO.** *Emerson da Costa Andrade* (emerandradepsi@hotmail.com). PUC-SP.

O presente trabalho tem como objetivo inquietar pesquisadores, sobretudo os psicólogos sociais, sobre a importância das pesquisas em religião. O Brasil foi um país colonizado por portugueses junto aos missionários católicos romanos; desde o tempo da Colônia (até 1822) e do Império (de 1822 até 1889) o cristianismo católico foi religião oficial. A partir das imigrações é que se estabelecem outras igrejas, as cristãs protestantes, tais como, presbiteriana, metodista, batista, anglicana e adventista. E também outras práticas religiosas, tais como, o Islã (trazidos por escravos que haviam sido islamizados na África), o Budismo (desde 1810 com os chineses, mas que se destaca mais com os japoneses, por conta do grande número de imigrantes (1908) no Brasil). Baseados neste histórico, somado aos dados do CENSO (2000), o qual traz a informação que 93% da população brasileira denomina seguir algum tipo de religião. Desta forma, percebe-se grande relevância em se pesquisar religião como uma questão de fenômeno social e cultural. A religião acaba, de certo modo, fazendo parte da história de vida de muitas gerações, as quais constroem, destroem e reconstróem a identidade desse país. Assim, trouxemos alguns autores, tais como, Martin-Baró, Guareschi, Küng, Usarski, Habermas, Ciampa e outros que, de certa forma, articulam temas das religiões e do social no aspecto crítico os quais, logo, auxiliam em justificativas para se pesquisar esses fenômenos sociais e culturais. Desde a formação no curso em psicologia, sobretudo na graduação são abordados os mais diferentes temas em que o psicólogo poderá se confrontar, e uma delas é a religião. No Art. 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo aborda que “é vedada ao profissional a indução as convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais”. Esse cuidado é importante, porém pouco discutido, o papel do psicólogo frente às religiões faz com que o profissional assuma as mais diferentes identidades quando o assunto é religião. Lembramos que é fundamental que o psicólogo baseie o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. E o que não podemos deixar de lado é que a religião é bastante presente na vida de muitas pessoas, e o mais necessário é definir bem o papel do psicólogo em relação às religiões. Historicamente o ser humano de maneiras diversas, no tempo e no espaço, sempre se situou afirmativamente com relação ao transcendente. Quando muitas vezes espantado diante da complexidade do real, da vida, da natureza, o ser humano lança-se em busca do absoluto, daquilo que está além das aparências. Como nos informa Küng (2004), desde que o homem existe, ele está à procura daquilo que supera o mundo e o supera. Vive com “sede” de eternidade, daquilo que extrapola os limites do concreto da existência e, então, torna-se

---

religioso de maneiras diferentes, na história e nos lugares diversos, dependendo de cada cultura. E na busca de uma religião, percebem um sentido e orientação à espiritualidade. Um outro aspecto bastante importante é sobre a formulação do problema de pesquisa como pergunta, pois “um dos recursos úteis no detalhamento do problema de pesquisa é o destrinchar da formulação inicial, buscando destacar as respostas que o pesquisador gostaria de obter ou, pelo menos, indicar que aspectos do fenômeno a estudar ele julga necessário cercar” (Luna, 2002). O papel do pesquisador psicólogo em pesquisas sobre a religião no contexto social e histórico permitirá a compreensão desses processos e as construções e reconstruções do “eu” nos indivíduos. Na qual Ciampa (1987), menciona que a abordagem dialética da categoria permite levantar relações de aspectos individuais com aspectos sociais, políticos, econômicos, históricos, etc, que argumentam com a importância dos estudos em identidade que é definida como uma categoria científica ao lado de atividade e consciência, importante para a Psicologia Social. Portanto, seja qual for o caminho que o pesquisador escolher para estudar o fenômeno das religiões, deverá estar bem embasado teoricamente, ter definido seu objeto de estudo com clareza e concisão das idéias, para que consiga contribuir com produções realmente científicas.

### **REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO COM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE UMA UNIVERSIDADE DO INTERIOR DE SÃO PAULO.**

*Aline Gomes Cazarim Maurício*  
(alinegomescazarim@yahoo.com.br); *Adriana Leonidas de Oliveira*. UNITAU. Apoio: PIBIC/CNPQ.

O estudo das Representações Sociais é um importante recurso metodológico de conhecimento dos fenômenos do cotidiano. Seu objetivo é abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções. O tema violência é uma reflexão antiga no Brasil, e necessita a todo tempo ser problematizada. O espaço acadêmico é um meio propulsor de se construir representações mais autênticas, desmistificando aquelas que não favorecem o desenvolvimento humano. Esse trabalho teve como objetivo levantar as representações sociais da violência entre universitários da Universidade de Taubaté, interior de São Paulo. Tal estudo exploratório foi resultado de uma pesquisa e teve como embasamento teórico principal a investigação de Moscovici sobre as Representações Sociais. Para coleta de dados foi feito um levantamento entre os estudantes, desenvolvido por meio de abordagem qualitativa. Foram realizadas vinte entrevistas semi-estruturadas com estudantes das áreas exatas, humanas e biológicas da Universidade de Taubaté. As questões abrangiam definição de violência, causas, prevenção e enfrentamento. A análise qualitativa dos dados foi feita através de análise de conteúdo e com o auxílio do software ALCESTE. Nos resultados identificou-se duas classes de conteúdo, as quais foram denominadas: 1ª Violência/perspectiva social e política e a 2ª Violência/perspectiva familiar. Os estudantes que têm suas representações fundamentadas na primeira classe apontaram os seguintes componentes representacionais de definição da violência: fim da idéia do outro, o não reconhecimento do outro como pessoa. Como causa identificaram: má distribuição de renda, desemprego, anomalias no sistema capitalista, e por fim, como enfrentamento da violência: políticas públicas, sociais e educacionais e consciência crítica. Os estudantes estruturaram essas representações percebendo o quanto o indivíduo é afetado pela dinâmica social e política, identificando a violência como fruto do desamparo do Estado, dos prejuízos do sistema capitalista que geram desigualdades sociais. Esses elementos compõem as explicações da violência entendidas por

fatores estruturais, ou seja, mecanismos sociais de violência em que o sujeito é destituído dos seus direitos em função de como se organiza uma dada sociedade. Na perspectiva Familiar os estudantes perceberam mais as manifestações da violência física e psicológica. Nessa classe, as causas da violência remeteram aos seguintes elementos: falta de amor, desestruturação familiar, violência doméstica. Assim, estas representações foram voltadas para aspectos afetivos e familiares, ancoradas em explicações psicológicas e interações microsociais, que se dão no plano das relações familiares, escola, ambiente de trabalho e outros. No âmbito do Enfrentamento, os componentes: diálogo, fortalecimento da família, fortalecimento da escola apareceram articulados. Os estudantes elaboraram representações mostrando que a família e a escola são responsáveis pela formação inicial da personalidade da criança e como enfrentamento seria melhorar essas relações imprimindo uma carga de afetos. Estudantes das três áreas incluem o fator social como produtor da violência. Constatou-se que as representações sociais dos estudantes sugerem uma apropriação do saber científico, havendo proximidade de raciocínio entre os estudantes da mesma área. As representações sociais encontradas fazem parte do cenário próprio desses estudantes. Muitos discursos evidenciam saberes científicos apreendidos, e os sentidos construídos por eles não se modificaram muito pelas diferenças de áreas. Notou-se forte reconhecimento da ação macro social, as representações a cerca da violência estavam circunscritas em fatores estruturais, identificando-a como um sintoma ou causa frente às mazelas sociais. Quase todos os estudantes puderam representar a violência, e entender que é preciso se unir para a superação desse problema, podendo usar da profissão para se trabalhar com a consciência das pessoas e desenvolver representações sociais que favoreçam o desenvolvimento humano.

**TRABALHADORES DOMICILIARES, TRABALHADORES DE BANCAS DE PESPONTO E TRABALHADORES DE FÁBRICAS: CORPOS MODELIZADOS A PARTIR DE UM PODER DISCIPLINAR.** *Talita Bertanha de Freitas*

(talitabertanha@hotmail.com); *Daniela de Figueiredo Ribeiro*. UNI-FACEF - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA. Apoio: CNPq.

O poder disciplinar se efetua como um fluxo que não se detém em nada, os indivíduos são alvo tanto para exercer o poder quanto para serem submetidos a ele. A terceirização do trabalho e a proliferação do setor informal no sistema produtivo de uma cidade industrial do interior de São Paulo, fortemente caracterizada pela cadeia produtiva calçadista, levaram a uma modificação estrutural e subjetiva no cenário de trabalho. Diante dessa realidade tornou-se pertinente compreender as implicações dos novos cenários de trabalho tanto de dentro das residências e das bancas de pesponto como também do novo cenário fabril, conduzindo, assim, ao esquadrinhamento dos corpos implicados pelo poder disciplinador e modelizante. Para tanto foi realizada uma pesquisa qualitativa e etnográfica para conhecimento e compreensão das realidades mais sutis onde se inserem os sujeitos da pesquisa. Em um segundo momento utilizou-se da análise hermenêutica dialética para tratamento dos dados recolhidos. Foram realizadas observações participantes em residências, em bancas de pesponto e em duas fábricas. A análise final dos dados recolhidos em campo consistiu em comparar os três locais de trabalho estudados fazendo conexões com as três “categorias foucaultianas”: o tempo; o espaço e o movimento. Além destas três categorias tiradas da teoria também foi utilizada uma quarta categoria, construída com base nas experiências empíricas em campo, sendo esta chamada de: “Linhas de Fuga”. Foi observado nos

trabalhadores domiciliares maior quantidade de movimentos corporais até porque o espaço da casa apesar de ser o território do trabalho é acima de tudo o território pessoal e íntimo das trabalhadoras. Porém foi visto que nas residências as mulheres estabelecem uma relação com o tempo em que este não deixa de se tornar o tempo disciplinar foucaultiano. Na interpolação de tarefas o tempo para as mulheres não chega a ser cronometrado como é na fábrica, porém ainda assim é despótico. As bancas de pesponto, que na maioria são constituídas pelo próprio núcleo familiar, têm um ritmo de trabalho interpolado com a rotina da casa, porém o movimento dos trabalhadores é mais focado e direcionado para o exercício do trabalho. Diferentemente das residências o espaço da banca de pesponto e da fábrica é o espaço para se criar movimentos “disciplinados”, exige-se do corpo a exatidão e rapidez na execução do movimento e a eficácia no controle de cada gesto, o corpo torna-se fragmentado e mecânico, as mãos ágeis apenas para a repetição do gesto e não para a criação, assim, todo o corpo torna-se “travado” e “pesado”. Nas fábricas o tempo é explicitamente marcado por um sinal que indica o início e o fim do dia de trabalho. O território da fábrica “protegido e cercado” tem a única função de criar um corpo produtivo, não tem como escapar do exercício do trabalho, o ritmo é constante. A piada humorística, as formas momentâneas de conversas e risadas que atravessam as relações sociais no trabalho constituem um ataque à ordem estabelecida e representa um triunfo da informalidade, uma linha de fuga, assumindo-se como resistência ou como desafio através da sua capacidade de desmistificação do real. Por fim, ao decorrer desta pesquisa foi possível compreender que os trabalhadores estão para além da sujeição ao poder disciplinar através do espaço, do tempo e do movimento, é notável que o poder já está encarnado, a categoria “trabalho” tornou-se a vida. O que impera é o trabalho imaterial, todo o campo social, da fábrica ao lar, funciona como modelização do espírito. Contudo, abre-se uma questão: que tipos de subjetividade estão sendo produzidos neste contexto?

---



## **TRABALHOS COMPLETOS**

---

## PSICOLOGIA DO TRABALHO E SUAS INTERFACES COM UMA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL<sup>1</sup>

*Inara Barbosa Leão<sup>2</sup>*

A intenção é analisar uma contribuição da Psicologia para as ações dos trabalhadores nas políticas de Assistência Social. Usaremos como base empírica para tal as atividades realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho - GEPAPET, vinculado à Linha de Pesquisa Educação e Trabalho, do Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Curso de Psicologia, ambos do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; do qual sou a Professora Coordenadora.

As atividades centram-se no aprofundamento da formação dos trabalhadores dos Centros de Referência de Assistência Social que compõem a rede de atendimento da Secretaria de Assistência Social – SAS da Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS. Visa-se a oferta de suporte e qualificação teórico-prática para a implementação da Política de Assistência Social, conforme as diretrizes constitucionais e demais leis complementares e resoluções pertinentes. Entretanto, dadas as possibilidades deste espaço, vamos nos limitar a apresentar os elementos teóricos que orientam as nossas ações.

Todavia, para compreendermos melhor a institucionalização da assistência social e por que ela passa a responder ao ideário neoliberal, fez-se necessário remontarmos à historicidade das suas funções e objetivos até a criação dos órgãos, políticas e diretrizes, que a tornam parte das atribuições governamentais. Delimitamos como gênese histórica o período da Renascença européia, quando o surgimento do capitalismo e da sua ideologia liberal,

---

<sup>1</sup> Texto baseado nos materiais teóricos elaborados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho - GEPAPET, vinculado à Linha de Pesquisa Educação e Trabalho, do Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Curso de Psicologia, ambos do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia Social, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho – GEPAPET e professora dos Cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de Psicologia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

---

constrói a concepção que cada indivíduo humano é o único responsável pelo suprimento de suas necessidades básicas, sem qualquer proteção ou direito diferenciado resguardados. Desde então, quando a burguesias ascendeu à hegemonia da sociedade ocidental, apoiada no Mercantilismo, a partir da expansão marítima, na Revolução Industrial e na Revolução Francesa; para sobreviver resta aos membros da Classe Trabalhadora, a maioria dos ‘novos homens’ da modernidade, vender sua mão-de-obra, submeter-se à exploração de sua força de trabalho e contribuir para a geração da mais valia auferida pela Classe Burguesa.

Neste quadro social, a exploração e as condições aviltantes de trabalho desencadearam na Europa e nos Estados Unidos, principalmente, a organização dos trabalhadores para ações reivindicatórias por melhores condições de trabalho e demais direitos sociais, através dos movimentos sociais e sindicais; articulados ao que se denomina de esquerda política, em alusão às posições oriundas da Revolução Francesa.

Da crítica àqueles movimentos, caracterizados como utópicos, por visarem apenas reformas e compensações dentro do próprio capitalismo, e não à destruição deste, à sua transformação qualitativa e da descrição e análise da dinâmica do capital, Marx (1818-1883) denunciou a injustiça e a face cruel do sistema político-econômico vigente. Pôde assim (Marx<sup>3</sup> 1845, 1848 e 1867), sistematizar e sintetizar as idéias socialistas, calcadas na igualdade econômica e social e na destruição do sistema de mais valia e no modo de produção econômica vigente como um todo. O trabalho de Marx foi influenciado pelos intelectuais russos e líderes trabalhistas, os quais vinham, cada vez mais, se organizando, até culminar na Revolução Russa de 1917 e, mais tarde, no projeto de um socialismo global. O ideário socialista se torna um conjunto explicativo das condições e conseqüências do capitalismo, bem como uma alternativa para a superação deste, fortes e bem disseminados por todo o mundo.

Para confrontá-lo aparece outro quadro de idéias que, apesar de manter as bases liberais e os pressupostos do capitalismo, propõe-se a operacionalizá-los com práticas e princípios socialistas. Desta tentativa de conciliação entre capital e trabalho surge a Social-Democracia e o que se passou a denominar de Estado do Bem-Estar Social – *Welfare State*. Ou seja, num primeiro momento, as condições degradantes dos trabalhadores sob o capitalismo

---

<sup>3</sup> Refere-se às obras de Karl Marx: A Ideologia Alemã, (1845), Manifesto Comunista (1848) e O Capital (1867)

---

propiciaram as manifestações socialistas e, posteriormente, as produções socialistas propiciaram o surgimento das idéias do Estado do Bem-Estar Social. Este visa à atenuação dos efeitos aviltantes da forma de produção capitalista, ou seja, constitui a manifestação da preocupação social que só fora colocado em pauta através das produções socialistas.

Apesar das suas transformações materiais e ideológicas manterem-se dentro do princípio de reformas, a Social-Democracia e o Estado do Bem-Estar Social controlam a expansão do capitalismo e promovem transformações sociais, que por serem inerentes ao momento histórico, exigem novas concepções que são agregadas à ideologia do capital. Entretanto, posteriormente o capitalismo liberal ortodoxo será rearticulado por novos meios de produção e pelo ideário que tem sido denominado de Neoliberalismo.

Neste novo liberalismo destacam-se as idéias sobre a necessidade de um Estado mínimo, em busca do qual se promove a privatização das instituições sociais, a descentralização das atribuições, deveres e funções do Estado público, delegando-os à iniciativa privada. O Estado teria suas funções redefinidas e bem delimitadas: deveria assistir à população desprovida de recursos financeiros suficientes à manutenção de suas necessidades básicas. Tem-se aí o Estado assistencialista ou populista, o qual no Brasil é confundido com as conquistas e mudanças promovidas em outros países pelo Estado do Bem-Estar Social; defendido e alavancado por alguns teóricos, políticos e, sobretudo, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelecida em 1948.

Como podemos perceber, tais concepções são compensatórias, remediativas, paliativas e visam reformas no sistema capitalista, na medida em que ao Estado caberia apenas para evitar e/ou atenuar o caos do capitalismo neoliberal. Este esboço histórico destina-se apenas a balizar o entendimento das diversas concepções filosóficas, políticas e econômicas nas quais se assentam as determinações jurídicas e as políticas públicas relacionadas à assistência social no Brasil; sem, contudo, pretender construir o quadro explicativo aprofundado que tais concepções exigem. Interessa-nos entender que, rigidamente, a assistência social deveu-se à filantropia, associada à caridade e às iniciativas voluntárias e isoladas de auxílio aos carentes.

Ou seja, como as iniciativas de origem privada em prol do interesse público nunca foram difundidas na nossa população e, quase sempre foram relegadas às Igrejas ou grupos dotados de motivações religiosas, a intenção remediativa, paliativa compensatória à exploração promovida pelo capital, será sob este fulcro que algumas das noções socialistas e,

mais profundamente, as idéias social-democratas permearão a legislação brasileira, dentre a qual se inclui a lei que regulamenta a assistência social no Brasil.

Vista a relação com a caridade e os grupos religiosos, foi preciso construir outra compreensão da Assistência Social que estivesse vinculada ao comando constitucional e não mais à perspectiva caritativa. Esta nova concepção concretiza-se no artigo 203 da Constituição Federal brasileira de 1988, que dispõe sobre os objetivos da Assistência Social, os quais estão reproduzidos no artigo segundo da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – nº. 8742/43), lei outorgada em 07 de dezembro de 1993 e que ampara a prestação de Assistência Social no Brasil.

Estes dispositivos determinam que a Assistência Social deve ser uma atividade voltada para a promoção dos direitos sociais. O que confere sentido à assistência social como elemento da seguridade social (Art.194 da Constituição) é a efetivação do Estado Democrático de Direito, que deve propiciar oportunidades de emancipação às pessoas que, sem tal assistência, não teriam acesso seguro a certos direitos sociais. Podemos perceber que está intrínseca a concepção Social Democrata do Estado do Bem-Estar Social, pela qual as novas atividades de assistência social diferem-se das anteriores outra, principalmente, no sentido de que as primeiras visam manter, e a segunda (da Constituição), promover. A promoção pressupõe transformação, mas uma transformação ativa, buscada e construída por parte do próprio sujeito e propiciada através de melhores condições oferecidas.

Portanto, para realizarmos a dos conhecimentos psicológicos na formação em serviço de trabalhadores na área de Assistência Social foi necessário apoiarmo-nos em alguns conceitos referentes ao Serviço Social, nos quais define-se que

O caráter promocional do Serviço Social [...] se consubstancia na afirmação de que *promover é capacitar*. Diante dessa colocação, conclui-se que o serviço social promove, quando atua para habilitar indivíduos, grupos, comunidade, fazendo-as atingir a plena realização de suas potencialidades. Sob este prisma a ação do Serviço Social insere-se no processo de desenvolvimento, tomado este em sentido lato, isto é, aquele que leva à plena utilização dos recursos naturais e humanos, e, conseqüentemente, a uma realização integral do homem. Destaca-se, quanto à promoção humana, a importância do processo de conscientização como ponto de partida para fundamentação ideológica do desenvolvimento global. (VIEIRA, 1981, p. 24).

Vieira (1981, p.30) acrescenta que:

---

A finalidade do Serviço Social é ‘capacitar o Homem para que, pelos seus próprios esforços, construa uma sociedade onde possa se realizar plenamente’. Temos, portanto, um ideal – ‘o Homem plenamente realizado’ mas situado na temporalidade: na construção de uma sociedade por ele mesmo.

Ainda de acordo com o pensamento deste autor, o principal objetivo do Serviço Social seria o de ‘capacitar o indivíduo’ para solucionar situações que considerar como problemas em função de sua condição social, cumprindo seus papéis sociais, de maneira a se adequar a um correto funcionamento social. O Serviço Social tem, portanto, objetivos específicos a serem atingidos de acordo com a situação social-problema na qual o cliente desta concepção teórica possa estar inserido, mas nunca perdendo de foco sua finalidade: capacitar. Quanto a isso, coloca que “para atingir seus objetivos, ao planejar sua atuação, o Serviço Social estabelece metas, isto é, ‘passos progressivos que conduzem ao objetivo, em termos de conhecimentos e informação a serem obtidos’ e de atividades a serem realizadas.” (VIEIRA, 1981, p.31).

Dentro deste enfoque, o trabalho humano se encontra no alicerce de toda a vida social. Os seres humanos, impulsionados pelas necessidades vitais, apropriam-se da natureza e produzem os bens necessários à sua manutenção, que lhes dão condições de existir, de se reproduzir e de “fazer história”. Satisfeitas as primeiras necessidades, surgem outras, demandando novas soluções, que direcionam o homem nas relações com os outros homens. Envolvido nesse conjunto de relações sociais, como um ser social e histórico, este desenvolve sua práxis, atividade material pela qual ele “faz o mundo humano” e se transforma (VASQUEZ, 1977, p. 9). Assim, através de contínuas transformações das condições sociais, realizadas pela práxis humana, foi sendo gerado o progresso econômico e social, bem como toda uma cultura. Trazendo estas afirmações para o contexto social em que a América Latina baseia seu modo de produção e de estruturação social, poder-se-á fazer um apanhado histórico de como se originou o Serviço Social nesta região.

O desenvolvimento do capitalismo trouxe consigo a criação de um incomensurável número de sucessivos problemas sociais gerados pela dominação do homem sobre os outros homens e pelas desigualdades sociais, as quais se tornaram cruciais nas sociedades em processo de industrialização. Efetuou-se, portanto, um processo contraditório de acumulação de riquezas e de pobreza, inclusive no Brasil: por um lado elites com

---

rendimentos e níveis de vida comparáveis aos dos países altamente industrializados, e, por outro, uma massa humana de desempregados ou subempregados totalmente impossibilitada de satisfazer minimamente suas necessidades vitais.

A crescente monopolização da economia e a acumulação privada por parte dos setores minoritários da sociedade tornam inquestionáveis os “problemas sociais”, enfrentados pela classe trabalhadora, exigindo da sociedade um tratamento, uma resposta. As lutas reivindicatórias dos setores urbanos proletariados ganham força e se encarregam de obter respostas e satisfações mínimas frente a esses problemas, através de alterações da legislação que regulamenta estas situações.

Neste processo, o Estado e a Igreja começam a reconhecer, sob diferentes meios, as emergências dos setores proletários e a urgência em lhes fornecer respostas para algumas de suas dificuldades. Segundo Santos (1983, p.30):

A Legislação Social que vai sendo formulada desenvolve uma ação assistencialista – a Igreja é um dos principais suportes dessa ação, através de sua doutrina social – que os grupos dominantes vão incrementando, com a intenção de dissimular os “problemas sociais” mencionados. O que se precisa entender, principalmente, é que a resposta do Estado e da Igreja também é uma resposta política e, neste sentido, desde as origens de sua formação, recebem o impacto das aspirações dos setores populares.

Embora as bases do Serviço Social se hajam perfilado, historicamente, na América Latina na década de 1920, só alguns anos depois este pode se constituir como uma profissão dentro da divisão técnica do trabalho. O trabalho assistencial e paternalista foi o eixo principal dessas prefigurações da profissão, que continha características tanto da base organizacional e doutrinária da Igreja, quanto da assistência pública do Estado.

Nos primeiros tempos, os serviços sociais trabalhavam principalmente nas instituições da Igreja Católica, fortemente ligada às origens da profissão. Esse profissional logo foi absorvido pelas entidades do Estado, que se organizava para enfrentar a questão social. Destacou-se no Brasil a Legião Brasileira de Assistência, subsidiada quase exclusivamente por fundos públicos, mas que mereceu profundas críticas por suas ligações com as “primeiras damas dos Estados e Municípios”, que a utilizava para fins político-eleitorais. Paralelamente, os campos da saúde e jurídicos foram os privilegiados pela

---

Assistência Social, tanto que o Serviço Social passou a assumir características para-médicas e para-jurídicas.

Entende-se que a dissonância entre o que era vivenciado nos países da América Latina e nos países estruturalmente mais desenvolvidos foi um dos motivos para a revisão das novas características da Assistência Social no Brasil. O que se objetivou com a promulgação da Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a qual define que, no Brasil, a Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado. Como política de seguridade social não contributiva, a Assistência Social deve garantir os mínimos sociais e ser realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas da população.

A assistência é um direito legal e garantido, tanto pela Constituição Federal de 1988, quanto pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993. Para realizar esse direito precisa-se:

[...] conceber a política social que o implementa, em suas diferentes dimensões: quais são seus objetivos, quais são e como devem se estruturar os benefícios, serviços, programas e projetos previstos na lei, quem são os usuários a quem ela deve se destinar, quais são os requisitos fundamentais para estabelecer a relação direitos/deveres e superar o tradicional caráter filantrópico atribuído à Assistência Social. (BOSCHETTI, 2004, p. 1).

O que implica, de acordo com Boschetti (2004, p. 5), que

Como política pública, destinada 'a quem dela necessitar' (artigo 203 da CF/1.1988), a assistência social deve ser planejada e implementada com vistas a atender as necessidades básicas dos usuários, buscando abranger a totalidade dessas necessidades e alcançar todo o universo de pessoas que têm direito e não selecionar determinadas situações ou condições sociais e focalizar as ações em segmentos específicos, excluindo do acesso aqueles que não se encaixam nos critérios e condições determinadas.

Desde a Constituição Federal de 1988, a política de Assistência Social se concretizou com base em um Sistema Único, de maneira a se consolidar como produto de um pacto federativo entre gestores e a sociedade, que promove a descentralização na gestão, no monitoramento e no financiamento dos serviços sob um novo modelo de gestão denominado

---



Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O outro aspecto constitucional é que segundo o Artigo 203 da Constituição Federal, a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - O amparo às crianças e adolescentes carentes; III - A promoção à integração ao mercado de trabalho; IV - A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e a promoção de sua integração à vida comunitária e V - A garantia de um salário mínimo de benefícios mensais à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção, ou de tê-la provida por sua família conforme dispuser a lei.

É válido lembrar que estes são os objetivos a serem cumpridos, mas não são uma realidade concretizada pela Assistência Social, pois, segundo Boschetti (2003), a concretização de um direito não depende única e exclusivamente de sua inscrição em lei, embora nos Estados Democráticos de Direito essa seja uma condição sem a qual as normas não adquirem sentido de obrigatoriedade. Somente após o reconhecimento legal do direito as pessoas passam a ter a prerrogativa de exigir seu cumprimento pelo órgão público e/ou instituição responsável pela sua execução.

Por outro lado, historicamente, no Brasil, o reconhecimento legal de um direito não tem sido suficiente para torná-lo legítimo. Assim, realizar o direito à Assistência Social pressupõe conceber a política social que o implementa, em suas diferentes dimensões fundamentais, para estabelecer a relação de direitos e deveres para superar o tradicional caráter filantrópico atribuído à assistência social e, assim, possibilitar a promoção social dos sujeitos e de seus grupos.

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS foca suas diretrizes no atendimento aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social e, se considerou, em sua elaboração, o comprometimento da Assistência Social com o estatuto da cidadania, como um direito social à medida que supera os limites de sua ação convencional. É com base nesta visão que a Assistência Social se constituiu como um tipo particular de política social que adota duas configurações: restritiva, voltada para os segmentos populacionais em situação de pobreza extrema; e ampla, que conflui para as demais políticas sociais, cooperando para a extensão destas políticas aos mais necessitados e, assim, para a modernização da Assistência Social.

A LOAS sugere a iniciação de mudanças estruturais e conceituais na Assistência Social pública, transformando e instituindo, por meio dela, novas estratégias e práticas, além

---

de novas relações interinstitucionais com a sociedade, o que remete-nos, inevitavelmente, aos aspectos e estudos que envolvem as organizações e as instituições.

Diante do exposto, constatou-se ser necessário o aprofundamento, suporte e qualificação junto aos funcionários da SAS, atividades estas que justificam o próprio projeto aqui apresentado. Por aprofundamento, suporte e qualificação, entende-se o processo pelo meio do qual o indivíduo se instrumentaliza para atuar concretamente, o que implica, portanto, a habilitação à consecução das metas individuais e coletivas. Tal técnica inclui tanto a aquisição de novos instrumentais como o treinamento e a vivência prática dos mesmos.

Os resultados da pesquisa de campo realizada foram apresentados estatisticamente e relacionados à hipótese inicial permitindo, assim, a elaboração de um Laudo, que foi entregue às representantes da Secretaria de Assistência Social, contendo as conclusões do grupo e a proposta de intervenção. Após a análise dos dados colhidos, por meio das entrevistas, identificou-se três problemáticas principais: dificuldades dos funcionários em atuar conforme a LOAS e o Guia para os Programas Básicos, e estas se devem ao desconhecimento total ou parcial de tais diretrizes; déficit na capacitação dos profissionais da SAS em suas respectivas áreas de atuação; e problema de sobrecarga de funções. O projeto de intervenção foi dividido em três módulos, de forma a contemplar estas três problemáticas. O primeiro realizou a capacitação dos funcionários em relação ao conhecimento do Guia, da LOAS, de políticas públicas, de instituições, e outros conhecimentos necessários para melhor atuação desses profissionais e que nem todos possuíam; o segundo deveria oferecer capacitação dos coordenadores/gestores, a fim de frisar a diferença entre coordenação e gestão, abordando os seguintes temas: liderança, grupo funcional e ideologia; e finalmente o terceiro módulo, responsável pelo desenvolvimento das atividades referentes às funções de cada cargo e suas implicações psicológicas. Assim, verifica-se que essa engloba tanto um aspecto de informação como um de formação de meios e instrumentais de ação.

Inicialmente, analisamos as possibilidades oferecidas pela Psicologia Organizacional, considerando a Secretaria Municipal de Assistência Social uma organização, porém, decidimos que na intervenção psicológica que se objetiva não se utilizaria nenhuma destas concepções, pois estas visam atender a interesses de Organizações que objetivam a mais-valia sem considerar o caráter coercivo do trabalho assalariado. A opção teórico-metodológica que propusemos entende os processos que participam da atividade como

---

inerentes às relações entre as instâncias conscientes e inconscientes, estando, portanto, determinadas por várias funções psicológicas, não restritas ao comportamento manifesto.

Não obstante, existem, ainda, outras abordagens em Psicologia que possuem relações com o Serviço Social. A maneira pela qual o social e o psicológico se inter-relacionam gera diversas concepções, todas em desenvolvimento, enfocando, diferentemente umas das outras, um aspecto específico do comportamento social e utilizando métodos próprios de estudo ou de intervenção.

Para Vieira (1981), dentre as teorias psicológicas que interessam ao Serviço Social, destacam-se:

1. A Teoria Psicodinâmica: considerada *evolutiva*, pois trata de identificar os estados críticos do desenvolvimento psicossocial dos indivíduos. Tal teoria exerceu influência nos primórdios do Serviço Social com Indivíduos e no Serviço Social com Grupos, e teve como principal representante metodológico Erik Erikson, discípulo de Freud;
  2. As Teorias de Socialização: têm embasamento em diversas teorias sociológicas, psicológicas e antropológicas, considerando socialização como a inserção do indivíduo na sua própria cultura, através de um funcionamento social adequado;
  3. A Teoria da *Gestalt*: teoria da percepção, compreendendo-a como a maneira pela qual vemos as coisas, os fatos e os eventos, portanto, uma percepção correta seria essencial para um funcionamento adequado;
  4. A Teoria Topológica: também chamada de teoria de campo e tem como principal representante Kurt Lewin, que derivou seus estudos da *Gestalt* e considera que o indivíduo atua dentro de um “campo” ou “espaço vital”, que é constituído pelo que ele conhece, experimentou, acredita, etc.;
  5. A Teoria do Papel: preconiza que o correto funcionamento social implica o correto desempenho de papéis. Cada cultura estabelece sua própria definição de papel social para as pessoas, em qualquer posição em que se encontram;
-

6. As Teorias de Aprendizagem: tomam como idéia geral que o Serviço Social deve ajudar o grupo para um funcionamento social adequado de seus membros, e conhecimento dos papéis sociais sendo que tais objetivos só seriam alcançados por meio de uma “aprendizagem social”;

7. A Teoria Geral dos Sistemas: preconiza que como um sistema, um grupo tem um *input*, uma marcha do sistema, um *output* e um *feedback*. O que manteria esse sistema seriam as tensões internas, atrações e repulsas, conflitos, concordância e pressões entre os membros.

Todavia, esse projeto parte da perspectiva da Psicologia do Trabalho relacionado ao setor público, já que se direciona à Secretaria Municipal de Assistência Social e, assim, necessita-se, primeiramente, de uma apreciação de como se dão as relações de trabalho nas instituições públicas, sendo seguida da descrição do pretense campo em que se propõe a atuação de estágio.

O enfoque institucional das organizações públicas e privadas, mais comumente utilizados durante a história da Psicologia das organizações, definia a instituição como uma categoria específica de organização simbólica ou do universo simbólico do elemento organizado. Como entende que nessas organizações há cargos, carreiras, tarefas sendo alocadas e tecnologias a serem operacionalizadas, sem considerar a base material que a suporta e sua expressão superestrutural, a abordagem psicodinâmica e psicanalítica utilizada na análise institucional teve poucas ferramentas para um universo que também é sócio técnico. Por outro lado, durante muito tempo, os fenômenos organizativos foram relegados a uma falsa racionalidade instrumental e tratados como algo meramente técnico, na verdade, é ao contrário: eles são a materialização social das contradições políticas mais amplas, e ainda assim, são muitas vezes chamados de “informal” e “cotidiano”.

A organização institucional é um fenômeno psicossocial, porém, entende-se que há um dilema para a atuação da Psicologia nessa área, visto que os dramas do capital, os conflitos da relação capital-trabalho, e a relação das instâncias do Estado (Organismo político administrativo que, como nação soberana ou divisão territorial, ocupa um território determinado, é dirigido por governo próprio e se constitui pessoa jurídica de direito público, internacionalmente reconhecida. Sociedade politicamente organizada) e Governo (Sistema político pelo qual se rege um Estado) com a relação dada entre as classes sociais em questões políticas. Assim, a possibilidade que se abre à Psicologia, neste contexto, seria a de

---

compreender o processo da própria Psicologia de fragmentar o campo organizacional e do trabalho, e de analisar sua contribuição enfocando, principalmente, o “lado humano” da organização. É, sobretudo, necessário rever e estudar os processos organizativos e do trabalho como movimento de ações e significados sociais. A Psicologia Teórica precisa incluir a Psicologia Aplicada neste exercício de análise, compreendendo que tanto o problema como sua solução são partes do mesmo fenômeno.

As organizações públicas às quais se destina esse projeto trabalham com a classe trabalhadora, que, segundo Kisnerman (1980), tende a agir objetivando conseguir reivindicações sociais: melhor salário, melhores condições de trabalho, segurança no emprego e, dentre outras, serviços de previdência social. Neste sentido, entende-se que uma organização pública é a que, numa comunidade de trabalho, descentraliza.

O trabalho das organizações públicas, portanto, difere-se daquele realizado nas do setor privado devido à natureza dos serviços que oferecem e à ideologia que fundamenta suas ações.

As organizações públicas têm, assim, características muito claras que as distinguem das particulares: possuem finalidades expressas nos seus Estatutos, objetivos específicos relacionados unicamente com a satisfação de necessidades da clientela e sua inserção no processo de desenvolvimento, ou seja, as primeiras se destinam a uma clientela determinada empregando meios diversos para resolver os problemas que impedem um funcionamento social adequado. Entre tais métodos encontram-se os do Serviço Social e da Psicologia.

As organizações desse setor se deparam com variações nos pormenores de sua operação cotidiana e de sua atmosfera interna ou clima organizacional diferindo-se dos outros tipos de organizações (setor privado). As instituições públicas, como administração civil, presídios, hospitais, escolas, etc. podem ser tomadas como exemplos ilustrativos de organizações cuja estrutura é basicamente burocrática; a sugestão implícita é de que as deficiências sociais percebidas em tais locais decorrem do fato de “burocrático” significar necessariamente *antipovo*. É o que teoriza Glen (1975, p. 64) ao afirmar que tal crítica pode ser justificada, sobretudo quando:

[...] as metas da organização deixam de ser o bem-estar da comunidade ou do grupo especial a que tem por missão servir, e ela passa a preocupar-se apenas com a manutenção

do sistema ou a satisfação de necessidades de seus membros que conflitam com o papel social da instituição.

Talvez a mais importante diferença entre organizações do setor privado e as do setor aqui discutido esteja no fato de as primeiras estarem essencialmente interessadas em tratar com objetos, e as segundas em lidar com pessoas. Ao se levar em conta os aspectos sociais inerentes de organizações industriais, estar-se-ia considerando as relações dentro de uma hierarquia que vai desde o mais novo trabalhador até o mais antigo administrador. O setor público por sua vez possui um nível adicional de interação: as pessoas sobre quem a função da organização é exercida, no caso deste, a população pobre atendida pela política pública de assistência social em Campo Grande.

Um diretor de organização do setor privado poderá sentir que está realizando um bom serviço se tiver conseguido um equilíbrio de interesses entre o nível de satisfação de seus operários no trabalho e a fabricação de produtos bem padronizados e vendáveis. É bem mais difícil aplicar *metas de produtividade* ou *controle de qualidade* às pessoas, sobretudo quando se sabe que as necessidades humanas devem ser satisfeitas.

Um questionamento de particular relevância para organizações do setor público seria: para fornecer um serviço ao povo, deveria o público em geral ter voz na definição de suas metas? O problema reside nas discrepâncias entre as metas, tais como são reconhecidas pelo público, pelos planejadores, pesquisadores e membros das organizações. Quer o público tenha ou não voz efetiva em tais questões, ele certamente sustenta e expressa opiniões sobre os objetivos de tais organizações e de que forma poderiam ser melhor alcançados. É neste sentido que se consolida a importância de uma integração entre a Psicologia e a Assistência Social que auxilie tais organizações a cumprirem seus objetivos reais levando

[...] os seus profissionais a atuar junto a indivíduos e grupos, promovendo o desenvolvimento da consciência social e dos valores morais em direção a uma ética que negue o individualismo e busque valores universais de igualdade e de crescimento qualitativo do ser humano. (LANE, 1995, p. 79).

Compreendendo o indivíduo como produtor de sua sobrevivência, pode-se dizer que o mesmo está a todo o momento transformando o meio e sendo transformado por ele, assim como descreve Lehninger *apud* Lane & Codo (1984, p.48) em seus estudos sobre a diferença da matéria viva da matéria não viva:

---

Os organismos vivos são sistemas abertos, pois trocam tanto energia como matéria com seu meio ambiente e, ao fazerem isso, transformam ambos.

Nesta perspectiva, a Psicologia se preocupa com os mecanismos de sobrevivência, ou seja, com a aprendizagem, percepção, motivação, etc. No entanto,

A sobrevivência de um organismo depende em última instância da capacidade física, biológica e psicológica de transformar o meio à sua imagem e semelhança e, portanto, de autotransformar-se à imagem e semelhança do meio. (LEHNINGER *APUD* LANE & CODO, 1984, p.49).

Portanto, é conhecendo como um determinado organismo sobrevive que se saberá como este, por sua vez, se comportará futuramente. Diferentemente da biologia que trata basicamente de fenômenos “discretos”, a Psicologia trata de um fenômeno contínuo, isso amplia a dificuldade em se estudar determinados aspectos psicológicos, já que seu objeto de estudo é a relação organismo-meio, ou mais especificamente, “[...] a psicologia consiste em estudar a atividade do organismo”. (1984, p.50).

Ou ainda melhor descrito por Leontiev *apud* Lane & Codo (1984, p.50):

[...] na própria organização corporal dos indivíduos está contida a necessidade de entrar em uma relação ativa com o mundo exterior; para existir devem atuar... ao influir sobre o mundo exterior o modificam, com isso se modificam também a si mesmos. Por isso, o que os homens são está determinado por sua atividade, à qual está condicionada pelo nível já alcançado no desenvolvimento de seus meios e formas de organização.

O homem, ao realizar uma atividade produtiva, aquela pela qual ele se “mantém”, seja ela pelo simples fato de tomar o fruto da terra e levá-lo a boca, entre outros, se torna parte deste não apenas no sentido físico e biológico (pois as moléculas são incorporadas ao organismo do indivíduo), mas também pelo ponto de vista psicológico. Isto porque, a partir de então, o fruto passa a possuir um significado para o mesmo, através de sua percepção, sensações, etc., e assim constituindo este um significado “humano” para si.

---

Assim, o que surge em questão é a divisão do trabalho, pois é através deste enquanto atividade física e psicológica que se permeiam a linguagem, os instrumentos, a consciência e os pensamentos. Ou seja, o trabalho como modo de produção de sua própria existência exige que os indivíduos se unam em grupos e a partir de então possam desenvolver sua linguagem, e sua organização e divisão do trabalho, conforme as necessidades existentes em um determinado grupo social.

Quanto ao trabalho do nosso grupo, até o presente momento foi realizado o primeiro Módulo. O segundo foi cancelado pela SAS e substituído por atividades que devem contemplar os conflitos nas relações de trabalho e o terceiro está em elaboração.

## BIBLIOGRAFIA

BASTOS, A.V.B.; BORGES-ANDRADE, J.E.; ZANELLI, J. C. (Orgs.). *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

BOSCHETTI, I.S. Assistência Social: Conceber a Política para Realizar o Direito. *Caderno de Textos da IV Conferência Nacional de Assistência Social*, Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. *Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. 2ª ed. Brasília, GESST/SER/UnB, 2003.

BRASIL, Decreto-lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. *Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências*. Congresso Nacional da Independência da República, Brasília, DF, 30 nov. 1998.

BRASIL; Ministério da Assistência Social. GUIA PARA OS PROGRAMAS BÁSICOS

BRASIL. Ministério da Assistência Social. Lei nº. 9.720, de 30 de novembro de 1998.

CASTEL, R. *As Metamorfoses da Questão Social*. 2ª ed. Rio de Janeiro: VOZES, 1995.

CASTILHO, A. *Dinâmica do trabalho em grupo*. Rio de Janeiro: QUALITY MARK, 1998.

GLEN, F. *Psicologia Social das Organizações*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976.

LEÃO, I. B. . A Relação Impossível entre a Formação Acadêmica de Nível Superior e o Mercado de Trabalho: alguns comentários sobre formação em psicologia. *Intermeio*, Editora da UFMS, v. 9, n. 17, p. 112-120, 2003.

---



\_\_\_\_\_ Como os homens podem ser competentes, se educados para serem hábeis, quando as habilidades já não existem? *Intermeio*, Campo Grande - MS, v. 7, n. 14, p. 43-64, 2001.

\_\_\_\_\_. A Educação como Processo de Mudanças Sociais na América Latina. *Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 106-124, 1996.

LEÃO, I. B. (Org.). *Educação e Psicologia - Reflexões a partir da teoria Sócio-histórica*. 1. ed. Campo Grande - MS: Editora da UFMS, 2003. v. 1. 242 p.

LEÃO, I. B. ; ALVES, Cecília Pescatore ; CORRER, Rinaldo . Ensino de Psicologia: as possibilidades dos fundamentos teórico-metodológicos hegemônicos para a formação do psicólogo. In: Melo-Silva; Lucy Leal; Santos, Manoel Antônio dos; Simon, Cristiane Paulin. (Org.). *Formação em Psicologia: percursos e paradigmas*. 1 ed. São Paulo: Editora Vetor, 2005, v. 1, p. 10-20.

LEÃO, I. B. . Efetividade e Trabalho na Teoria Sócio-Histórica. In: Inara Barbosa Leão. (Org.). *Educação e Psicologia: reflexões a partir da teoria sócio-Histórica*. 1 ed. Campo Grande - MS: Editora da UFMS, 2003, v. 1, p. 49-68.

JAQUES, M. G. C. (col.). *Psicologia Social Contemporânea*. 8ª ed. Rio de Janeiro: VOZES, 1998.

KISNERMAN, N. *Temas de Serviço Social*. 3ª ed. São Paulo: EDITORA MORAES, 1980.

LANE, SILVIA T. M. e CODO, W. (org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. 5ª ed. São Paulo: BRASILIENSE, 1987.

\_\_\_\_\_. *O que é Psicologia Social*. 1ª ed. São Paulo: BRASILIENSE, 1987.

LANE, S. T. M. & SAWAIA B. B. (org.). *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: BRASILIENSE, 1995.

SANTOS, L. L. *Textos de Serviço Social*. 2ª ed. São Paulo: CORTEZ, 1983.

SELLTIZ, Wrightsman & COOK. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. 2ª ed. São Paulo: EPU, 1987.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 5ª ed. São Paulo: CORTEZ, 1992.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa-ação nas organizações*. São Paulo: ATLAS, 1997.

---

VASQUEZ, A. S. *Filosofia da Práxis*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EDITORA PAZ E TERRA, 1977.

VIEIRA, B. O. *Serviço Social – processos e técnicas*. 5ª ed. Rio de Janeiro: EDITORA AGIR, 1981.

Internet:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Sistema Único de Assistência Social*. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas>>. Acesso em: 02 de nov. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Histórico da política de Assistência Social: texto para a Capacitação Regional de Conselheiros Estaduais e Municipais de Assistência Social*. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <[http://216.239.51.104/search?q=cache:mHCmbbkePQJ:www.mds.gov.br/conselhos/down\\_cnas/01\\_assistencia\\_social/1\\_1\\_historico\\_politico\\_assistencia\\_social.doc+LOAS+Itamar+Franco&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=7](http://216.239.51.104/search?q=cache:mHCmbbkePQJ:www.mds.gov.br/conselhos/down_cnas/01_assistencia_social/1_1_historico_politico_assistencia_social.doc+LOAS+Itamar+Franco&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=7)>. Acesso em: 02 nov. 2006.

GIOVANNI, G.D. *Política de Proteção Social e Assistência Social*. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – UNICAMP, 2006. Disponível em: <[www.cori.unicamp.br/foruns/extensao/evento12/SUAS1.ppt](http://www.cori.unicamp.br/foruns/extensao/evento12/SUAS1.ppt)>. Acesso em: 14 nov. 2006.

PSICOLOGIA nos Cras. *Psicologia on line*, São Paulo, out. 2006. Seção Notícias. Disponível em: <<http://www.pol.org.br/noticias/materia.cfm?id=652&materia=977>>. Acesso em: 02 nov. 2006.

SPINK, Peter. Para além da Psicologia Organizacional – Nove textos escolhidos. *Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, PUC-SP e Centro de Administração Pública e Governo E.A.E.SP-FGV*, São Paulo, jun. 2004. Disponível em: <[http://www.fgvspace.br/spink/conteudo/documentos/psicologia\\_organizacional/alem\\_psiorganiz.pdf](http://www.fgvspace.br/spink/conteudo/documentos/psicologia_organizacional/alem_psiorganiz.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2006.

---

## PSICOLOGIA, POBREZA E POLÍTICAS SOCIAIS

*Jacy Corrêa Curado*

Professora e supervisora de Psicologia Social e Comunitária da Universidade Católica Dom Bosco e doutoranda do Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Social PUC -SP.

Esse artigo se inscreve no debate das “Ações em Psicologia Social no Mato Grosso do Sul: expressões de uma história” realizado por psicólogas sociais pesquisadoras que se identificam com uma abordagem crítica em psicologia. A proposta é apresentar os pressupostos teóricos metodológicos da pesquisa “Psicologia e Políticas Públicas de Enfrentamento à Pobreza” em que iremos problematizar como a psicologia participa da construção da noção de pobreza a partir da análise discursiva de repertórios de documentos públicos e ações de psicólogos (as) que atuam nas políticas sociais de transferência de renda desenvolvidas em Mato Grosso do Sul.

Para o delineamento metodológico desta pesquisa nos apoiaremos na abordagem das práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano (SPINK, M.J. 2004) e em seu alinhamento com pressupostos do construcionismo social sobre a formulação de conhecimento e a prática em pesquisa (IBÁÑEZ, 2004; SPINK, M.J. 2004). Partindo dessa perspectiva iremos dialogar com os conhecimentos produzidos pela Psicologia Social e Comunitária e também com o debate transdisciplinar acerca da pobreza, na perspectiva das políticas sociais.

A erradicação da pobreza ocupa lugar central no cenário mundial como compromisso ético e político prioritário, especialmente a partir da década de 1990. Constitui-se, portanto, no grande desafio a ser enfrentado nesse novo milênio por governos e sociedades e todos os países (IVO, 2006). A pobreza se inscreve na *nova questão social* decorrente da desmontagem de sistemas de proteções e garantias sociais, dos fenômenos de precarização e flexibilização dos processos de trabalho e na internacionalização do mercado, configurando desigualdades e injustiças sociais em contexto de globalização (CASTEL, 2000).

Encontramos essa centralidade também em outros espaços do nosso cotidiano. Na teledramaturgia que tem apresentado a favela e os favelados como protagonistas em suas tramas. Na cinematográfica brasileira, por meio dos filmes como *Tropa de Elite*, *Central do*

---

*Brasil e Cidade de Deus* expando a pobreza como cenário.

No Brasil, a pobreza também tem sido problema privilegiado na agenda política, que elegeu como carro chefe da atual gestão governamental o programa Bolsa Família, considerado maior programa de transferência de renda do mundo. Porém essa inserção social dos “pobres” se constitui segundo Ivo (2006, p. 63) em um “mecanismo de reconversão simbólica em favor da agenda neoliberal do Estado mínimo”. A retórica da pobreza para o autor é um mecanismo de consentimento ampliado que se traduz em técnicas focalizadas de caráter gerencialista, comunitária e mitigadora da pobreza.

Tendo em vista a presença de diferentes segmentos se posicionando acerca da pobreza, o que pretendemos problematizar nesta pesquisa é a participação à psicologia na formatação e circulação dos sentidos de pobreza.

## **O ENFRENTAMENTO À POBREZA**

As ações de combate à pobreza não são recentes na história da humanidade, pois desde os primórdios da Idade Moderna já se interroga sobre os meios de sua supressão, o que se agudiza com o desenvolvimento do capitalismo, que encara a pobreza como fenômeno de grande envergadura social.

Segundo Geremek (1986, p. 6) é a partir dos anos cinquenta e sessenta do século XX que se ressuscita o interesse pelo assunto e é quando “Os termos pobreza e miséria regressam à linguagem econômica e sociológica e estudos empíricos, em que quadros de síntese corporizam-se em dezenas de publicações consagradas ao tema”.

No Brasil, segundo Valladares (2005) as primeiras imagens e representações produzidas sobre a pobreza datam do final do século XIX, quando da passagem das relações sociais de tipo senhorial-escravista para as relações sociais capitalista.

Em estudos mais recentes Teles (2006, p. 214) aponta ser

[...] no período pós ditadura militar, que a “pobreza” e o “pobre” voltam à cena enquanto depositários de uma dívida estrutural da sociedade, submetidos a uma desigualdade social endêmica e que devem ser ressarcidos.

Para Ugá (2004), o debate da pobreza a partir dos anos de 1990 passa a ser peça-chave de uma ordem social implícita nos relatórios do Banco Mundial e se torna hegemônica na formulação de políticas dos países em desenvolvimento. Para a autora, o uso excessivo

---

desse conceito está enfraquecendo, ou mesmo substituindo, a concepção de cidadania social, comprometendo a idéia de universalidade dos direitos sociais.

O pobre, o mendigo, o vagabundo, o mendicante, o miserável, o indigente, o andarilho, o suplicante (CASTEL, 1999) e, mais recentemente, o excluído, o desqualificado, o apartado, a pessoa em situação de risco e vulnerabilidade social, são formações identitárias que variam de acordo com os diferentes momentos históricos, em que os pobres e a pobreza são ressignificados (CURADO 2008).

Dentre os novos discursos sobre a pobreza e os pobres, destaca-se o debate sobre os critérios de sua identificação e medição, como os trazidos pelas contribuições de Sen (2000) sobre o seu caráter multidimensional, incluindo a dimensão subjetiva. Apresenta-se também o fenômeno da feminização da pobreza, no qual as mulheres por vários motivos vêm se tornando mais pobres do que os homens, demonstrado pelo indicador alarmante das Nações Unidas, em que 70% dos pobres do mundo são mulheres, introduzindo os aspectos da violência doméstica, da divisão sexual do trabalho, a chefia de família, a falta de autonomia, entre outros (BERRO, 2008).

A pobreza deve ser concebida como uma heterogeneidade, produto de políticas e ações “[...] ligada à questão fundamental da cidadania, da democratização da sociedade, da construção de laços sociais e da falta de proteção aos direitos sociais e coletivos” (SPINK, P., 2005, p. 46).

Sendo assim, podemos afirmar que são diversas as matrizes da pobreza que ultrapassam as categorias econômicas, se constituindo como um fenômeno complexo no qual muitos sentidos se entrecruzam. É seguindo esse caminho que iremos navegar pela produção teórica e metodológica da Psicologia que se aproxima da pobreza.

## **PSICOLOGIA E O ENFRENTAMENTO À POBREZA**

O posicionamento da psicologia sobre a pobreza têm sido recentemente alvo de críticas, como as realizadas por Carr e Sloan (2003), que apontam o individualismo presente na literatura psicológica sobre a pobreza ao focar os estudos naqueles que têm pouco poder de mudar o *status quo* e as desigualdades existentes na sociedade, em detrimento dos contextos organizacionais, reduzindo a explicação da pobreza a conceitos individualizantes, conforme estilo das pesquisas de atribuição, desenvolvidas em grande escala a partir da década de 1970.

---

Os autores ainda discutem que a psicologia tem legitimado uma superpatologização da pobreza, tornando-se mais uma parte do problema do que contribuindo para a sua superação. Spink, P. (2005), ao discutir a heterogeneidade da pobreza, questiona a ótica centrada no indivíduo por um lado, que remete a pobreza à condição de ser pobre, visto como fraco, culpado ou incompetente, e por outro, a abordagem que atribui o problema ao terreno exclusivamente da política macroeconômica. A relação da psicologia com a pobreza, em contexto de globalização, pode ser inscrita nas novas práticas de regulação e construção de individualidades que, segundo Rose (1998), contribuiu com a criação de novas tecnologias de individualização.

Contudo, nessa trajetória, reconhecemos que no Brasil, há quase 30 anos estamos construindo uma Nova Psicologia Social, caracterizada por uma postura crítica e um compromisso ético-político com a transformação social. A partir dessa perspectiva, são inúmeros as publicações e trabalhos apresentando novos pressupostos teóricos, atores e práticas de intervenção social (DANTAS, 2007; YAMAMOTO, 2007). Contamos, ainda, com uma política de compromisso social do Conselho Federal de Psicologia (CFP), objetivado pela organização do Banco Social e, mais recentemente, do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

Em nossa trajetória de estudos e pesquisas na área psicossocial identificamos duas áreas que concentram a preocupação direta ou indireta com a pobreza. A primeira é caracterizada pela produção teórica encontrada, principalmente, nos estudos sobre os processos de exclusão e inclusão social (SAWAIA, 2000), humilhação social (GONÇALVES FILHO, 2004), direitos humanos (SILVA, 2002). A segunda concentra-se na área de intervenção psicossocial comunitária endereçada às populações vulneráveis e em situação de risco social, elegendo como estratégia as metodologias participativas de trabalho comunitário, voltadas à prevenção de doenças e promoção da saúde e da cidadania, nos programas e políticas sociais (SARRIERA, 2000; SILVA, 2002).

Em estudo recente, Dantas (2007) constatou que de uma produção de 47 artigos científicos de periódicos selecionados que consideram a pobreza como elemento fundamental para pensar questões relativas à psicologia como ciência e profissão, grande parte é dedicada a estudar a conseqüência da pobreza no desenvolvimento do indivíduo, particularmente das crianças, sem considerar ou propor formas de alterações nas condições de vida dessas populações. Das discussões concernentes à pobreza classificadas em blocos de temáticas

---

afins, a atuação profissional do psicólogo com populações pobres representa a maioria dos artigos analisados (38,3%), seguido da caracterização de determinados segmentos da população pobre como crianças, adolescentes e modo de organização familiar (23,4%) e sobre o desenvolvimento de crianças e seu rendimento escolar (9,2%). Contudo, Dantas (2007, p. 94) considera que não se pode afirmar que exista uma literatura brasileira psicológica acerca do tema e que a pobreza não aparece como uma preocupação explícita da psicologia, pois o que encontrou foram

[...] estudos dispersos, de naturezas diferentes, pontuais na produção geral dos autores e que possuem interseção com outros campos de conhecimento, já que muito do que foi estudado é publicado em revistas científicas de outras áreas de conhecimento.

Dentre a classificação da produção das grandes áreas da psicologia que abordam a temática da pobreza, destaca-se a predominância da Psicologia Social (44,0%), Psicologia Escolar (14,4%), Psicologia do Desenvolvimento (13,8%) entre outras (DANTAS, 2007).

Por outro lado, verificou-se a necessidade de desenvolvimento da profissão em direção a uma atuação mais próxima da realidade social brasileira no campo de intervenção psicossocial comunitária. Nesse sentido, Yamamoto (2007, p. 36) desafia a Psicologia ampliar os limites da dimensão política de sua ação profissional, tanto pelo alinhamento com os setores progressistas da sociedade civil, quanto pelo desenvolvimento, no campo acadêmico, de outras “[...] possibilidades teórico-técnicas, inspiradas em outras vertentes teóricas metodológicas que as hegemônicas da psicologia”.

Da produção latino-americana sobre a pobreza em uma perspectiva psicológica, destacam-se Estefânia e Trazona (2003), que estudam a influência da pobreza na constituição dos indivíduos, apontando que os estudos da pobreza na área psicossocial são restritos principalmente as estratégias de adaptação e enfrentamento familiar à pobreza, a educação e nos problemas de desenvolvimento das crianças pobres.

Considerando o breve esboço do lugar da pobreza na psicologia, a relevância será compreender das políticas sociais de enfrentamento à pobreza.

## **AS POLÍTICAS SOCIAIS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA**

---

As políticas sociais se constituem num sistema de ação complexo onde atuam múltiplas causalidades e diferentes atores sociais. Elas emergem como novas formas de governança ou regulação dos processos em redes de interação complexas, onde se debatem interesses contraditórios e se estabelecem consensos relativos (IVO, 2006).

No Brasil, a política social de enfrentamento à pobreza tem se concentrada no Programa Bolsa Família, que se constitui uma referência de política de transferência de renda por ser o de maior envergadura, investimento e abrangência social, e ser considerado pela ONU, o maior programa de combate à pobreza do mundo, atendendo 11 milhões e meio de famílias (BANCO MUNDIAL, 2006). Contudo, experiências anteriores de transferência de renda já despontavam desde 1991, quando o Programa de Garantia da Renda Mínima foi aprovado pelo Senado da República, apresentado pelo Senador Eduardo Matarazzo Suplicy. Desde então, muitos ajustes foram realizados e, entre estes, a proposta do economista José Márcio Camargo que relaciona a renda mínima à escolarização. Entre seus precursores encontra-se o ex-governador do Distrito Federal Cristóvam Buarque de Holanda, que implantou no Distrito Federal o Programa Bolsa-Escola, uma das primeiras sementes do Bolsa-Família (SOUZA, 2005).

A criação do Bolsa Família foi determinada por aspectos técnicos e políticos com o objetivo de unificar os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás e o Cartão Alimentação buscando uma maior racionalidade administrativa e de custo. O Programa Bolsa Família (PBF) é considerado um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, instituído pelo Governo Federal em outubro de 2003, por meio da Medida Provisória nº 132, posteriormente convertida na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

O Programa Bolsa Família, segundo informação governamental, foi criado para atender duas finalidades básicas: enfrentar o maior desafio da sociedade brasileira, isto é, combater a miséria e a exclusão social, e promover a emancipação das famílias consideradas pobres (BRASIL, 2006).

Apesar de não integrar formalmente a Política de Assistência Social (PNAS), o PBF é concebido como uma ação de proteção básica de natureza assistencial, formada por programas, serviços e benefícios que visam prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Essa proteção destina-se à população que vive em situação de

---



vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e /ou fragilização de vínculos afetivos (PNAS, 2004). A Bolsa Família este situado no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) estando sob a coordenação de uma secretaria específica - a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC).

## **O LUGAR DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO (A) NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA**

A inserção do (a) psicólogo (a) nas políticas públicas vêm se ampliando a cada ano, e como resultado dessas experiências houve uma ampliação da concepção social e governamental acerca das contribuições da psicologia para as políticas públicas, além da geração de novas referências para o exercício da profissão do psicólogo no interior da sociedade (CREPOP/CFP, 2007).

No Brasil, o Bolsa Família se constitui o principal programa de políticas públicas de enfrentamento à pobreza, e a sua execução é sediada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do SUAS, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social.

O CRAS se constitui como uma das únicas políticas públicas a contar com um profissional de psicologia na sua equipe de referência regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), que é composta também por um coordenador, assistente social, auxiliares administrativos e estagiários.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica e de assistência social às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Entre os serviços realizados encontram-se os benefícios de transferência de renda (PBF); os benefícios de prestação continuada (BPC); os benefícios eventuais de assistência em espécie ou material e outros (BRASIL, MDS/SNAS, 2006).

---

Segundo o documento Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social (2007) elaborado por meio de consulta pública pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) a atuação do psicólogo:

[...] deve estar fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social (pg.32, 2007)

Assim o psicólogo passa a integrar a SUAS e inicia um processo de conquista de espaço para atuação nas políticas sociais e enfrentamento à pobreza.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. *Relatório de desenvolvimento mundial 2006*. Washington D.C., 2006.

BERRO, Eloísa Castro. A feminização da pobreza: reflexões e superação. In: CURADO, Jacy Corrêa; AUAD, Daniela. *Gênero e políticas públicas: a construção de uma experiência de formação*. Campo Grande: Editora UCDB, 2008. p. 133-140.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm)>. Acesso em: 8 mar. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social*. Versão Preliminar. Brasília: MDS/SNAS, 2006.

CARR, Stuart C.; SLOAN, Tod S. (Eds.). *Poverty and psychology: From global perspective to local practice*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2003. (International and Cultural Psychology).

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUC, 2000. p. 235-264.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 2. ed. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Vozes, 1999.

---

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). *Referência técnica para a atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS*. Conselho Federal de Psicologia (CFP), Brasília, CFP, 2007.

CURADO, Jacy Corrêa. *Gênero e os sentidos do trabalho social*. Campo Grande, MS: Editora UCDB, 2008.

DANTAS, Cândida Maria Bezerra. *Psicologia e pobreza no Brasil: limites e perspectivas da produção de conhecimento e atuação do psicólogo*. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

ESTEFANÍA, Maria Tereza; TARAZONA, David. *Psicología y Pobreza: ¿Hay algo psicológico en la pobreza o es la pobreza algo psicológico? Explorando Psicología*, La Paz, n. 2, p. 21-25, 2003.

GEREMEK, Blonislaw. *A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa*. Tradução Maria da Assunção Santos. Lisboa: Terramar, 1987.

GONÇALVES FILHO, J. M. Subjetividade, humilhação social e sofrimento. In: SILVA, Marcus Vinícius de Oliveira (Org.). *Psicologia e direitos humanos: subjetividade e exclusão*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. P. 123-135.

IBÁÑEZ, T. O “giro lingüístico. IN: ÍÑIGUEZ, Lupicínio (Org.). *Manual de análise do discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004. P. 7-49”.

IVO, Anete Brito Leal. A reconversão da questão social e a retórica da pobreza nos anos 1990. In: CIMADAMORE, Alberto, DEAN, Hartley, SIQUEIRA, Jorge (Orgs.). *A Pobreza do Estado*. Reconsiderando o papel do Estado na luta contra a Pobreza Global. Coleção, Buenos Aires : Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais. CLASCSO-CROP, 2006.

MESQUITA, Camile Sahb. *O Programa Bolsa Família: uma análise de seu impacto e significado social*. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília (UNB) Programa de Pós Graduação em Política Social.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social/ Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, CFP/CEFESS, 2007.

ROSE, Nikolas. *Inventing our selves: Psychology, power, and personhood*. Cambridge: Cambridge University, 1998.

---

SAWAIA, Bader B. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento para a liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SPINK, Mary Jane Paris; MENEGON, Vera Mincoff. Práticas discursivas como estratégias de governamentalidade: a linguagem dos riscos em documentos de domínio público. In: ÍÑIGUEZ, Lupicínio (Org.). *Manual de análise do discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 258-311.

SPINK, Mary Jane Paris. O poder das imagens na naturalização das desigualdades: os crimes no cotidiano da mídia jornalística. In: SPINK, Peter; SPINK, Mary Jane Paris (Orgs.). *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais*. São Paulo: Cortez, 2006. P. 17-41.

SPINK, Peter Kevin. *A administração cotidiana e a heterogeneidade da pobreza*. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 47, p. 5-20, 2005.

\_\_\_\_\_. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004. P. 123-152.

SOUZA, Joys Cabreira de. *Psicologia e inclusão social: uma metodologia alternativa de intervenção comunitária*. 280 f. 2005. Monografia (Conclusão do Curso Formação do Psicólogo) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2005.

TELES, Nair. A construção social da pobreza pela saúde pública (1918-1922 e 2002). In: BALSÀ, Cassimiro; BONETTI, Lindomar Wessler; SOULET, Mac-Henry (Orgs.). *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2006. P. 201-224.

UGÁ, Vivian Domínguez. *A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial*. *Sociologia Política*, Curitiba, v. 23, p. 55-62, 2004.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 30-37, 2007.

---

## REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: HISTÓRIAS VIVIDAS, VIDAS RE-CONSTRUÍDAS

*Zaira de Andrade Lopes*

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia USP/RP

*Sérgio Kodato*

Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto  
Universidade de São Paulo - USP/RP

### INTRODUÇÃO

A violência de gênero constitui grave problema social que, apesar de muito debatido e estudado, ainda se configura como um dos grandes problemas sociais a ser erradicado. O fenômeno da violência afeta crianças, adultos, homens e mulheres, independente de raça, posição sócio-econômica ou de escolarização, todos os dias, em diferentes países e se propaga em múltiplos setores da sociedade, seja no âmbito público ou no privado.

A agressão contra a mulher pode ser considerada como uma das graves violências, visto que ela não atinge só a vítima, mas igualmente pessoas próximas a ela, como os filhos e filhas, pais, mães, entre outros que também têm suas integridades físicas e psicológicas comprometidas. A violência contra a mulher pode se configurar na violência de gênero e este é o foco de atenção deste estudo. Parte-se da premissa que a origem da violência esta alicerçada nas relações de poder e na hierarquização existente entre as pessoas.

Com a relativa visibilidade da violência contra a mulher, principalmente nas últimas décadas do século XX e início do século XXI e o reconhecimento de que tal processo não esta alijado das questões culturais, relacionais e de poder, o debate e as investigações científicas devem ser pensados e refletidos na perspectiva das relações de gênero, não apenas sob a dimensão feminina.

Com o propósito de demonstrar como são gerenciados, organizados e realizados os comportamentos humanos, apóia-se na teoria das representações sociais proposta por Moscovici (1978, 2003), entendendo que o ser humano atua na sociedade conforme conhecimentos adquiridos ao longo de sua história e das representações que constrói sobre sua realidade e o mundo no qual vive.

---

A teoria das Representações Sociais (RS) explica o pensamento que orienta os comportamentos e discursos dos sujeitos da pesquisa e o modo como cada um compreende e significa a realidade e as experiências vividas. Para tanto, buscou-se dar voz e visibilidade às histórias e narrativas de mulheres agredidas, investigando-se as raízes estruturais da violência contra a mulher, com o intuito de subsidiar as políticas direcionadas à prevenção da violência.

A pesquisa tem como eixo a premissa de que a origem da violência, em sua essência, esta diretamente vinculada às questões relativas ao poder, logo, a violência de gênero reflete as relações de poder hierarquizado entre homens e mulheres. Para tanto, o quadro teórico foi organizado sob três eixos teóricos que se articulam: violência, gênero e poder. Para justificar sua relevância apresenta-se o panorama quantitativo que revela a magnitude da violência desferida contra a mulher.

O Relatório Mundial sobre violência e saúde (KRUG et al., 2002) deixa clara a magnitude do fenômeno, visto que pesquisas realizadas registraram índices de 10% a 69% de mulheres que relataram ter sofrido violência física perpetrada por parceiro íntimo, em algum momento de suas vidas e que, entre 10% e 30%, sofreram violência sexual cometida por seu parceiro.

Segundo Braga (2005) pesquisas desenvolvidas pela Sociedade Mundial de Vitimologia da Holanda identificaram 138 mil mulheres, em 54 países, que sofreram violência doméstica, estando o Brasil inserido entre eles. Revelam que 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência; na América Latina as estatísticas sobem para a faixa de 25 a 50%.

A pesquisa recentemente desenvolvida sobre a saúde feminina e violência doméstica praticada contra a mulher, coordenada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em dez países com diferentes contextos culturais, publicada em 2005, coletou dados de mais de 24.000 mulheres e os resultados reafirmam estudos anteriores de que a violência contra a mulher é um problema de grandes proporções ainda sem solução. No estudo o índice de mulheres que sofreram violência física ou sexual por parte de seus parceiros íntimos, ao menos uma vez, em algum momento de suas vidas, oscilava entre 15% e 71%. (GARCIA et al., 2005).

No Brasil, a pesquisa entrevistou 1172 mulheres do município de São Paulo e 1473 da região da Zona da Mata, no Estado de Pernambuco, conforme metodologia empregada, maior cidade e uma região rural de cada país. Os resultados apontam que 27% das mulheres,

---

em São Paulo e 34% em Pernambuco, declaram ter sofrido violência física alguma vez em suas vidas. E 10% e 14 % das mulheres, respectivamente em São Paulo e Pernambuco, manifestaram terem sido vítimas de violência sexual.

A pesquisa de Fuller (2001), com homens agressores, apresenta o ponto de vista masculino para as causas da violência conjugal e/ou violência doméstica. De acordo com os entrevistados, a violência tem sua origem vinculada à mulher. Segundo cerca de 50 % dos sujeitos da pesquisa a violência não deve existir, entretanto, para o restante do grupo de entrevistados, ela é resultante de dois processos, primeiro como forma de aliviar as tensões existentes nas relações e nos momentos de raiva - a agressão seria uma válvula de escape da ira; e em segundo lugar, ela é necessária para restabelecer a ordem doméstica perturbada quando há insubordinação da mulher às normas estabelecidas e quanto ao desenvolvimento de seus papéis ou suas obrigações, conforme definido da sociedade.

Tais resultados legitimam a hipótese de que a violência esta fundada nas relações de poder e na hierarquização entre o feminino e o masculino advindas da concepção ideológica patriarcal, eixo do estudo aqui apresentado. A violência visa garantir a hegemonia da autoridade masculina.

## **OS OBJETIVOS**

O estudo tem como objetivo analisar a representação social de violência de gênero das mulheres após serem atendidas pelo “Centro de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Cuña Mbarete”- e a influência em suas rotinas de vida. Desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos: analisar os documentos do centro com as informações sobre as mulheres atendidas e as ações desenvolvidas, localizar seus domicílios e entrevistar as mulheres que consentirem expor suas histórias, caracterizar as violências sofridas identificando suas representações sociais sobre: violência, mulher e homem.

## **EIXOS TEÓRICOS: VIOLÊNCIA, GÊNERO E PODER**

A violência, um complexo fenômeno, se apresenta com uma multiplicidade de abordagens e está presente no contexto social influenciando nas relações sociais, estabelecendo correlações com os processos de conquistas de espaços e implica

---

necessariamente em relações de poder e dominações que, em última instância, se objetiva nas relações desiguais construídas histórica e coletivamente.

Violência é uma expressão de grande abrangência, com inúmeros significados e definições. Sua origem vincula-se ao vocábulo latim *violentia*, cuja acepção é violência, ou aquilo que se refere ao caráter violento, bravio, força. Outro termo associado ao primeiro é o verbo *violare*, utilizado para designar o modo de tratar com violência, profanar, transgredir. Tais palavras têm como referência o termo *vis*, com o sentido de força, vigor, potência, violência, emprego da força física, “força em ação” ou o recurso de um corpo para exercer sua força e, portanto, a potência, o valor, a força vital.

Percebe-se nos significados apresentada estreita relação com o uso do poder de uma pessoa sobre outra, o sentido da força e do controle. A violência é um termo de múltiplos sentidos, que vai da ação física até formas mais sutis de agressão psicológica contra uma pessoa ou de cerceamento da sua liberdade. Neste estudo, violência é compreendida enquanto fenômeno histórico e complexo, que se insere no âmbito das relações sociais, evidenciando as relações hierárquicas de poder.

Quanto à noção de gênero, segundo Scott (1991), esta é construída na diferenciação social entre homens e mulheres e utilizada para se referir às relações entre estes, articulando-se com a atribuição de características fundadas pelo sexo biológico. A noção de gênero se constrói e se manifesta no contexto da linguagem, da produção cultural, das representações sociais, permeada pela questão política e das relações de poder, se evidencia nas relações de produção e troca, bem como sob as formas ideológicas e filosóficas, em torno, ou através das quais as sociedades organizam suas normas e valores.

O conceito de gênero surge no contexto da luta de mulheres como forma de superar o determinismo biológico que se impunha na compreensão das relações entre homens e mulheres, principalmente suplantando as teorias essencialistas que buscavam explicar as diferenças entre o masculino e o feminino.

Lopes (2000, p. 87), aponta que “gênero é compreendido em uma dimensão ampla, no plano das relações sociais. As relações sociais de gênero são constituídas socialmente”. Identifica-se, portanto, o caráter cultural e sócio-histórico do conceito de gênero. É importante salientar ainda que para Scott (1991), gênero é uma forma primordial de significar as relações de poder, aspecto também identificado na violência.

---



O gênero enquanto constructo social promove a desnaturalização dos atributos conferidos às diferenças sexuais e revela a autonomia da cultura frente aos impositivos biológicos. A perspectiva de gênero impõe a necessidade de pensar o masculino e o feminino enquanto construção coletiva e histórica da sociedade, na qual homens e mulheres são igualmente responsáveis por sua manutenção ou transformações.

A violência contra a mulher também é delimitada sob o prisma da identidade masculina historicamente e coletivamente construída, por homens e mulheres. Diante das considerações delimitadas aqui é fundamental que os estudos dos fenômenos desencadeadores da violência contra a mulher sejam realizados sob o ponto de vista das representações sociais de gênero existentes. Estabelecido como um conjunto de referências, gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social.

Convém apontar aqui as relações existentes entre a noção de gênero e patriarcado considerando que no contexto dos estudos existem posições que apontam distanciamento e outras aproximações entre estas duas categorias. Neste trabalho apóia-se na argumentação e Saffioti, na qual, gênero é entendido como mais vasto que o patriarcado, “na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto que gênero compreende também relações igualitárias. Desta forma, o patriarcado é uma forma específica de relações de gênero”. (SAFFIOTI, 2004, p. 118-119).

A violência contra a mulher na sociedade atual se mantém mediada pela ideologia patriarcal, todavia se configura em relações sociais de gênero, as quais envolvem constructos históricos e sociais processados no decorrer da história da humanidade. O estudo de gênero permite identificar que, na sociedade patriarcal, também o homem sofre conseqüências da relação dominação-exploração, uma vez que lhe é cobrado cotidianamente uma postura de controle das situações, manutenção da racionalidade, papel de provedor e controle emocional, por exemplo, inibindo processos afetivos que social e historicamente foram designados à dimensão do feminino.

Para tanto, os estudos de gênero evidenciam a necessidade da análise do masculino, ou masculinidades. A compreensão da violência na perspectiva das relações de gênero não pode ser concluída sem analisar a questão do masculino. Nolasco (1993; 1995), Noronha (2006), Carrigan; Connel; Lee (1985), Connel (1995, 2001) Ceccheto, (2004), Couto e Schraiber (2003), Gomes e Nascimento (2006) e Gomes (2005) são alguns pioneiros no desenvolvimento de pesquisas, ainda escassas, que trazem a masculinidade como linha de

---

análise. Eles, segundo Ceccheto (2004, p. 75), concederam “aos estudos feministas o estatuto de modelo paradigmático que forneceu bases do que veio a ser posteriormente conhecido como estudos masculinos.”

A categoria gênero não deve ser vista na perspectiva da dualidade/dicotomia masculino e feminino, posto que o conceito pressupõe uma rede que interliga, além dos atores - homens e mulheres, os elementos políticos, culturais, étnicos e econômicos, que permeiam as relações sociais e ressaltam a hierarquia advinda desses elementos interligados. Bourdieu (2002) no estudo que trata da dominação masculina descreve como os membros de uma sociedade incorporam, de modo inconsciente, estruturas históricas e sociais.

A dominação masculina é um desses processos, que compõem os universos masculinos e femininos, de tal maneira que se naturaliza determinados comportamentos estabelecidos histórica e socialmente, cuja mudança não se faz de modo simples e harmônico. A transformação social requer alterações nas representações sociais de dominados e dominantes em todas as dimensões das divisões entre os sexos, na organização dos espaços masculinos e femininos, e como se refere Bourdieu, no *habitus* de cada indivíduo.

Quanto à categoria poder, neste estudo, tal como Foucault (1999) preconiza, esta é compreendida enquanto elemento que se revela em um contexto relacional. Isto é, para a manifestação do poder, há que existir sempre uma relação, seja entre duas ou mais pessoas, ou ele pode estar mediando a relação entre uma pessoa e um objeto ou fenômeno, enfim, é imprescindível a existência daquele que detém o poder e para quem ou em quê o poder é exercido.

É necessário considerar a perspectiva de que o poder permeia os sujeitos, contudo, o poder não é de domínio ou de posse do sujeito (FOUCAULT, 1999). Este teórico reconhece que poder é uma “coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte [...]” (FOUCAULT 1986, p.75). Ele considera que poder “é um feixe de relações, mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado [...]” (idem, p.248.)

No entanto, para o estudioso citado, o poder se exerce por si, não há um titular para o poder, diz ele. Além disso, seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de revezamentos e até que instâncias, frequentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de coerções. Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do

---

outro; não se sabe ao certo quem o detém, mas se sabe quem não o possui. (FOUCAULT, 1986, p.75)

Apesar de Foucault afirmar a impossibilidade de definição de poder e do seu caráter relacional, ele pode ser compreendido enquanto capacidade, possibilidade ou competência que o indivíduo possui para gerir suas necessidades. Esta capacidade pode ser cerceada, bloqueada por outrem, ou mais precisamente por aquela “instância” de onde o poder provém. No caso da violência de gênero, no contexto social patriarcal, pode-se concluir que o poder está vinculado ao pólo masculino e se direciona ao controle do feminino.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

O trabalho desenvolveu-se por meio da pesquisa explicativa, de caráter qualitativo, considerando que se pautou em identificar e analisar os múltiplos fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência da violência contra a mulher. Fundamentada na teoria das representações sociais, para tal, fez-se necessário identificar e analisar as dimensões que envolvem as representações sociais que conforme Lopes (2000) são: atitude, informação (dimensão ou conceito), campo de representação ou imagem. Para a análise dos dados, coletados por meio da entrevista individual semi estruturada, optou-se pela utilização da metodologia proposta por Bardin (1977) para identificar os conteúdos significativos das falas.

Na compreensão da noção de gênero, bem como na análise dos aspectos decorrentes da compreensão das relações sociais entre homens e mulheres orienta-se pela concepção de ser humano na perspectiva histórico-cultural, uma vez que ela possibilita compreensão do ser humano na sua integralidade e dinâmica. Considera-se que esta abordagem é capaz de responder às indagações concernentes à constituição humana, à formação da subjetividade, bem como aos processos que desencadeiam os comportamento de cada ser humano, numa perspectiva integralizadora e dialética.

A coleta de dados foi realizada com seis mulheres vítimas de violência, ex-moradoras da Casa abrigo de Mato Grosso do Sul, no município de Campo Grande. Instituição vinculada à Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher (CEPPM). A finalidade Casa é acolher as mulheres agredidas que procuram o Centro de atendimento à Mulher Vítima de Violência *Cunã Mbarete* (CAM) e que se encontra em situação de risco de

---

vida, necessitando esconder-se do agressor. O principal objetivo da casa é preservar a integridade física e emocional da mulher.

## RESULTADOS

As mulheres participantes da pesquisa manifestam que a partir do momento que conseguiram forças para transporem os obstáculos e conseguiram buscar ajuda, o fazem com muita energia e vontade de mudar. Os depoimentos demonstram o processo de resiliência, que permitiu que elas se reorganizassem e concentrassem mecanismos adaptativos para neutralizar as adversidades e condições de riscos pelas quais passaram.

Elas representam a violência como uma característica inerente ao masculino, mas que pode ser alterada. Contudo, não esperam, ou não percebem mudanças nos homens. Para elas, as mulheres estão em processo de mudanças, entretanto, tais mudanças ainda se encontram muito embrionárias, e em algumas mulheres. As mulheres representam a violência como uma característica inata em alguns homens, mas que existem homens que não deixam manifestar tais comportamentos. E que encontrar tais companheiros é mais difícil. Deixam transparecer em seus discursos o medo de novamente entrar em outra relação de violência.

Suas RS de homens e seus papéis se metamorfoseiam entre avanços e retrocessos. Esperam ainda encontrar um homem “idealizado” para ser parceiro e que as atendam em suas necessidades afetivas, materiais e simbólicas, por exemplo, de segurança.

O conceito de promoção, entendida no sentido amplo, visa garantir o pleno desenvolvimento da mulher autônoma, respeito aos direitos, empoderamento para a realização de suas necessidades e o desenvolvimento de habilidades para uma efetiva participação nas decisões que afetam sua vida e das pessoas que fazem parte dela. Enfim, a promoção da saúde da mulher deve permitir que esta tenha capacidade para gerir sua saúde, objetivando a melhoria da qualidade de sua vida.

Para uma ação de intervenção na erradicação da violência, é importante identificar sua origem, as conseqüências no cotidiano nas vidas das mulheres e das famílias. É preciso identificar as representações sociais, pois como afirma Schulze (1993), as representações sociais podem ser um valioso instrumento de diagnóstico psicossocial e das relações intergrupais, bem como uma forma de identificar o lócus da intervenção psicossocial.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco central deste estudo foi a questão da violência como fruto das relações hierarquizadas do poder. E, apoiando-se em Foucault, acredita-se que o poder permeia toda e qualquer relação e na compreensão de que o poder pode ser partilhado democraticamente, pensar na eliminação da violência contra a mulher, é pensar no seu processo de fortalecimento e empoderamento e, tal procedimento tem que se constituir no processo nodal das ações de intervenções psicossociais.

O empoderamento, indubitavelmente, requer compreensão, por parte das mulheres e homens, dos componentes sociais e culturais que engendram representações do masculino e do feminino e seus papéis na sociedade e da origem das relações violentas. O estudo identificou contradições existentes na compreensão, por parte das entrevistadas, das ações desencadeadas pelas Instituições, porém, também permitiu visualizar que estas ações, ainda que deficitárias, possibilitaram às mulheres a saída da condição de violência e sofrimento e buscassem outra forma de alcançar a qualidade de vida para elas e para as pessoas com as quais convivem.

Ainda são necessários mecanismos ou instrumentos sociais que possibilitem o aumento do número de atendimentos, com profissionais capacitados para executar as políticas públicas contra a violência à mulher, bem como a ampliação da criação de centros de referência para o atendimento das vítimas de violência, tais como Delegacias da Mulher, que são a porta de entrada das vítimas, de centro de atendimento especializado, das casas abrigos para possibilitar, além de proteção da vida da mulher e seus filhos, a capacitação dessas para a geração de renda, visto que, um montante significativo das vítimas encontra-se em situação econômica e social precárias.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAGA, M. H. P. *Silêncio é cúmplice da violência*: Violência doméstica e saúde pública disponível em: [http://geocities.yahoo.com.br/uma\\_menina\\_qualquer/domestica.htm](http://geocities.yahoo.com.br/uma_menina_qualquer/domestica.htm).

---

Acesso: em 15 de abr de 2005.

CECCHETO, F. R. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2004.

CONNELL, R. W. Políticas da Masculinidade. *Educação & Realidade*. v. 20, n. 2, 1995.  
\_\_\_\_\_. *Homens e Violência*. Seminário na Universidade de Sydney. 2001. p. 1-4. (On Men And Violence by Robert Connell University of Sydney, Written for the United Nations INSTRAW Virtual Seminar Series on Men's Roles and Responsibilities in Ending Gender-based Violence 2001).

COUTO, M.; SCHRAIBER, L. B. Homens, saúde e violência: Novas questões de gênero no campo da saúde coletiva. In *Congresso de Ciências Sociais e Saúde*, Oficina Novas questões de gênero e saúde reprodutiva. 2003.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 6º Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FULLER, N. *She made me go out of my mind*: marital violence from the male point of view. In *The Society for international development*. SAGE Publications, London. *evlopments* Volume 44, Number 3, September 2001, pp. 25-29(5).

GARCIA-MORENO, C.; JANSEN, H.A.F.M.; ELLSBERG, M.; HEISE, L.; WATTS, C. *WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women*. Initial results on prevalence, health outcomes and women's responses. Geneva: World Health Organization; 2005.

GOMES, R. Masculinidades. *Ciência e saúde coletiva*, Mar 2005, vol.10, no.1, p.261-262.

GOMES, R.; NASCIMENTO, E. F. do. A produção do conhecimento da saúde pública sobre a relação homem-saúde: uma revisão bibliográfica. *Cadernos de Saúde Pública*, Maio 2006, vol.22, no.5, p.901-911.

KRUG, E.G. et al.(eds.). *World report on violence and health*. Geneva. World Health Organization. 2002.

LOPES, Z. de A. *Meninas para um lado, meninos para outro*: um estudo sobre Representação Social de Gênero de educadores de creche. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

MOSCOVICI, S. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

\_\_\_\_\_. *Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

NOLASCO, S. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

---

\_\_\_\_\_. A desconstrução do masculino: uma crítica à análise de gênero. In: *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro, Rocco, 1995.

NORONHA, C. V.; DALTRO, M. E. A violência masculina dirigida para Eva ou Maria? *Caderno de Saúde Pública*, v.7, n. 2, 1991. Disponível em: <<http://scielo.br/scielo>>. Acesso em: 05 mai 2006.

SAFFIOTTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHULZE, C. M. N. As representações sociais de pacientes portadores de câncer. In SPINK, M. Jane. *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991.

---